VANDA DA SILVA

ENGENHOS: produção e abastecimento no Termo do Cuiabá (1751-1834)

DOURADOS – 2015

VANDA DA SILVA

ENGENHOS: produção e abastecimento no Termo do Cuiabá (1751-1834)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: *Movimentos Sociais e Instituições*

Orientadora: **Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus**

DOURADOS – 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586e Silva, Vanda da.
Engenhos : produção e abastecimento do termo do Cuiabá (1751-1822). / Vanda da Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2015.
218f.

Orientadora: Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Mato Grosso colonial. 2. Engenho. 3. História Regional. 4. Abastecimento. I. Título.

CDD – 372.89

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

VANDA DA SILVA

ENGENHOS: produção e abastecimento no Termos do Cuiabá (1751-1834)

TESE DE DOUTORADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:
Nauk Maria de Jesus (Dra./UGFD) _____
1º Examinador:
João Luís Ribeiro Fragoso (Dr./UFRJ)_____
2º Examinador:
Fábio kühn (Dr./UFRGS)_____
3º Examinador:
Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr./UFGD)_____
4º Examinador
Protásio Paulo Langer (Dr./UFGD)_____

Aos meus pais, Manoel e Honorita, que me ensinaram
a ter raízes e não âncoras.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é pouco, é necessário reconhecer a importância das pessoas em nossas vidas. Como não reconhecer no final de quatro anos o carinho, o companheirismo, a paciência e a cumplicidade de todos que estão próximos e outros que mesmo a distância se fazem presentes. A todos, desde já meu muito obrigada. Obrigada a Deus, força maior que nos move, que nos conduz, que me permitiu viver e conviver com pessoas que sempre me ensinaram a ser um pouco melhor.

Sou muito grata à Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus, minha orientadora, pela paciência, o respeito e principalmente pela amizade.

Agradeço as contribuições dos professores: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz , Prof. Dr. Protásio Paulo Langer e Prof. Dr. Eudes Fernando Leite que participaram da banca de qualificação.

Obrigada, professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História.

À minha família, pelo apoio incondicional. Manoel e Honorita, meus pais, companheiros incansáveis dos filhos, obrigada.

Pai, a sua perspicácia, o seu companheirismo e o conhecimento do mundo sempre foram muito preciosos. As nossas conversas sobre produção de farinha, azeite de mamona, experiência de menino no sertão nordestino estão presentes um pouco neste trabalho. Espero ter feito jus a elas.

Mamãe, obrigada pelas suas orações, pelo ombro amigo, o carinho.

À irmã Vania, nós sempre brincamos que não basta ser irmã, tem que ter objeto de pesquisa próximo. Você, com pesquisas sobre financeirização da terra urbana no século XXI, e eu com os proprietários de terra no século XVIII. Obrigada, minha irmã, pelo carinho e apoio irrestrito de sempre.

Ao meu irmão, Vanderlei, obrigada, pelo carinho, apoio e pela ajuda técnica com o banco de dados.

À minha cunhada Ana Rubia e ao meu cunhado Wagner, obrigada pelo carinho e pela paciência.

Aos meus pequenos sobrinhos Miguel e Mariana, a tia tem uma boa notícia, a tese acabou, obrigada por iluminarem sempre o meu caminho.

Sou imensamente grata aos meus amigos e companheiros de estrada: Elmar Figueiredo Arruda, Adriana Aparecida Pinto e sua linda família Pinto – Debona, Jackson e Biel; Jucineide

Souza e Theo Dias, Roberto Nepomuceno, Candellaria Campos, Maria Eterna, Suelme Evangelista, Jocenaide Rosseto, Gilian Evaristo e Michelle Maia, obrigada por estarem sempre por perto. À minha amiga Yumiko Suzuki, um agradecimento especial pela amizade e ajuda com a documentação.

Aos companheiros do grupo de pesquisa, Bruno Tulux, Gláucio Knapp, Gustavo Balbueno, Divino Aparecido Sena.

Aos meus colegas de turma do doutorado e mestrado - turma 2011- obrigada pelos momentos agradáveis que tivemos na breve convivência durante o cumprimento dos créditos.

Obrigada, aos funcionários do Arquivo Histórico de Mato Grosso, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e da Casa Barão de Melgaço.

Aos meus colegas de trabalho da Superintendência do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Em especial, aos colegas da Gerência de Documentos Escritos: Candelária, Yumiko, Hilário, Odenil, Alice. Na Gerência de Atendimento, seu grata ao Waltemberg, "seo" Aroldo, e os estagiários que sempre me atenderam com muito carinho.

Obrigada, aos colegas da Escola Pedro Gardés, pelo carinho e palavras de incentivo.

Não poderia deixar de reconhecer o apoio institucional da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, por terem me concedido licença-qualificação.

Enfim, como nossa memória é falha, provavelmente me esqueci de alguém, me perdoem. Obrigada, a todos que direta ou indiretamente se fizeram presentes neste processo.

Praeteritum tempus umquam revertitur

RESUMO

O presente trabalho analisou a dinâmica do abastecimento do mercado local do termo do Cuiabá a partir da produção dos seus engenhos, com a finalidade de demonstrar que ela atendia às necessidades de abastecimento da vila e o seu termo. Nesta pesquisa fica evidente que a produção de aguardente e farinha contribuiu de modo efetivo para a manutenção do termo e da capitania, pois a produção de aguardente assegurava rendas para a câmara, via pagamento dos subsídios; e para a capitania, porque garantia o fornecimento de mantimentos importantes para o abastecimento da fronteira. Neste sentido procura-se recompor a produção dos engenhos e a forma como esses senhores de engenho movimentavam o mercado local, articulavam e faziam acordos com a câmara e a provedoria. Traçaram-se alguns aspectos da vida de um grupo de senhores de engenho com o intuito de entender a sua participação nos diferentes setores da sociedade, principalmente naqueles que garantiam poder e prestígio dentro da sociedade. As fontes documentais utilizadas foram os manuscritos avulsos do período colonial e os inventários que se encontram sob guarda do Arquivo Público de Mato Grosso.

Palavras-chaves: Mato Grosso Colonial. Engenho. História Regional. Abastecimento.

Abstract

This work has analysed the dynamic of local market supply of district of Cuiabá, from its mills production, demonstrating that it has answered the need of supply to town and its district. In our research, there´s the evidence that the brandy and flour production have contributed to maintenance of distritc and captaincy effectively, because these productions have ensured incomes to the chamber, through aids payment, and to the captaincy, because it has ensured the important provision supplies to provision borderland. Therefore, we search for composing the mill´s production and the operating of Mill´s Lords and their movement in local market and the agreements that they have done with the chamber and the ombudsman. We also have drawned some life aspects from some Mill´s Lords, with the aim to understand theis particpation in different society sections, mainly on those that has assured power and influence into the society. The documental resources that we have used were the odd manuscripts of Colonial Period and the inventory that are under Public Archive of Mato Grosso State.

Keywords: Mato Grosso Colonial –Regional History –Supply -mills

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Distribuição em % de escravos por proprietários de acordo com as faixas de escravos (1778-1834)	36
Tabela 2 - Faixas de escravos por proprietários de engenhos - 1778-1834	56
Tabela 3 – Número de engenhos de açúcar, rapadura e melado no distrito do Cuiabá e percentual de escravos - 1798	60
Tabela 4 - Número de engenhos de aguardente e farinha do termo do Cuiabá, capacidade de produção e o percentual de escravos – 1798	61
Tabela 5 - Relação dos mantimentos pagos - Armazém da Provedoria Comissária de Cuiabá - 1797-1808	75
Tabela 6 - Quantidade de gêneros alimentícios fornecidos ao Armazém Real no ano de 1807	75
Tabela 7 - Quantidade de frasqueiras de aguardente e valor de subsídio arrecadado anualmente no termo do Cuiabá - 1775-1797	95
Gráfico 1 - Produção de aguardente no termo do Cuiabá	97
Tabela 8 - Demonstrativo parcial da produção do Engenho do Itambé – 1793-1799	104
Tabela 9 - Despesas do Engenho Itambé 1793-1799	107
Tabela 10 - Volume de produtos comercializados no Engenho de Santo Antônio – 1801 a 1805	119
Tabela 11 - Rendimento parcial do Engenho de Santo Antônio das Palmeiras - 1809-1811	123
Tabela 12 - Demonstrativo das despesas do Engenho Santo Antônio - 1809-1811	125
Tabela 13 - Demonstrativo da receita do Engenho São Romão -1812 a 1820	130
Tabela 14 - Demonstrativo das despesas do Engenho São Romão - 1812-1820	131
Tabela 15 - Demonstrativo da Receita do Engenho do Quilombo – 1818-1826	137
Tabela 16 - Despesas do Engenho do Quilombo - 1818-1826	138
Tabela 17 - Demonstrativo da receita do Engenho do Buriti* - 1816 a 1828	142
Tabela 18 - Despesas do Engenho do Buriti -1816 a 1828	143
Tabela 19 – Naturalidade dos senhores de engenho - 1778-1834	148
Tabela 20 – Naturalidade dos portugueses donos de engenho no termo do Cuiabá- 1778-1834	149
Tabela 21 - Estado civil dos senhores de engenho do termo do Cuiabá - 1778-1834	150
Tabela 22 – Participação dos senhores de engenho nas irmandades - 1778-1834	154
Tabela 23 - Patentes militares - 1778-1834	159
Tabela 24 - Cargos administrativos e religiosos -1778-1834	161
Tabela 25 - Percentual médio (%) dos itens que compunham a fortuna dos senhores de engenho- 1778-1834	164
Tabela 26 - Patrimônio líquido do conjunto dos 37 donos de engenho	167

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Mapa 1 - Capitania de Mato Grosso e seus termos	29
Quadro 1 - Produção do engenho de Leonardo Soares de Souza	62
Quadro 2 - Lista dos lavradores que contribuem mensalmente na Provedoria - 1802	72
Quadro 3 - Lista dos lavradores que contribuem no mês de outubro na Provedoria -1804	73
Quadro 4 - Senhores de engenho e lavradores convocados para o abastecimento do Armazém Real - 1819	80
Quadro 5 - Senhores de engenho que assinaram o acordo de subsídio voluntário - 1756	84
Quadro 6 - Relação dos senhores de engenho que assinaram o acordo -1760	88
Quadro 7 - Relação dos senhores de engenho que assinaram a representação - 1779	92
Quadro 8 - Relação parcial dos compradores das mercadorias do Engenho Santo Antônio das Palmeiras	114
Quadro 9 - Dos rendimentos do Engenho de Santo Antônio das Palmeiras - 1809 a 1812	121
Figura 1 - Família Falcão das Neves – parte da 1º geração	174
Quadro 10 - Demonstrativo das sesmarias concedidas à família Falcão	176
Figura 2 - Família Falcão das Neves – parte da 2ª geração	183

TABELA DE MEDIDAS

Lineares	**Légua**	**6,600 metros**
	Palmo	0,22 metros
Capacidade	Alqueire	*36,27 litros*
	Canada	2,662 litros
	Quartilho	0,665 litros
Peso	Arroba	14,7456 quilos

Fonte: ARRUDA, Elmar Figueiredo. *A Formação do mercado interno em Mato Grosso* (século XVIII). São Paulo: PUC, 1987, p. 115.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

IPDAC- Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
CAPÍTULO I 30
A VIDA RURAL NO TERMO DO CUIABÁ 30
1.1 As propriedades rurais no termo do Cuiabá 30
1.2 A lei, a prática: a criação e a proibição dos engenhos 38
1.3 Os engenhos do termo do Cuiabá 48
CAPÍTULO II 59
PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO, CONTRATO E PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS 59
2.1 A produção dos engenhos 59
2.2 O Armazém Real e seu abastecimento 67
2.3 A produção de aguardente e o pagamento dos subsídios 81
CAPÍTULO III 98
OS ENGENHOS DE SERRA ACIMA 98
3.1 Os engenhos do Itambé (ou Quilombo) 98
3.2 O Engenho de Santo Antônio das Palmeiras 108
3.3 O Engenho São Romão 127
3.4 O Engenho do Quilombo 133
3.5 O Engenho do Buriti 139
CAPÍTULO IV 145
ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS SENHORES DE ENGENHO 145
4.1 O perfil social 148
4.1.1 A naturalidade 148
4.1.2 Estado civil 150
4.1.3 Membros de irmandades 153
4.1.4 Os oficiais das tropas 157
4.1.5 Os oficiais da administração 161
4.2 A composição das fortunas 162
4.3 A família Falcão 168
4.3.1 Os filhos de Fernando Dias Falcão 169
4.3.2 A segunda geração dos Falcão 175
CONSIDERAÇÕES FINAIS 184
REFERÊNCIAS 187
ANEXOS 216

INTRODUÇÃO

Raiava o dia na Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Uma pequena vila situada às raias da fronteira Oeste da América Portuguesa fundada em 1727. Nas ruas, homens e mulheres de diferentes "qualidades". As negras com seus tabuleiros, os oficiais mecânicos, mineiros, escravos, negros e negras forrs e quartados, índios e índias, lavradores, senhores de engenho, donos de fazenda de gado, comerciantes. Se na vila o burburinho começa cedo, nos engenhos então o trabalho era árduo e as atividades iniciavam muito mais cedo, ainda mais em dia de envio de mantimento para a vila.

Por caminhos tortuosos o arrieiro conduzia com sua tropa de bestas carregadas de mantimentos (farinha de milho, milho, arroz, feijão, rapadura, aguardente, sabão, toucinho), antes de adentrar na vila, se ouvia de longe o barulho da tropa. O comissário tratava logo de conferir a mercadoria e realizar a entrega no Armazém Real, o restante, colocava nas vendas para o consumo da população da vila. Na viagem de volta, o arrieiro levava as mercadorias necessárias ao engenho em especial o sal. E assim, os engenhos movimentavam a sua produção para atender o mercado local.

Este trabalho é sobre a dinâmica do abastecimento do mercado local a partir da produção dos engenhos instalados no termo do Cuiabá, com a finalidade de demonstrar que essa produção atendia às necessidades de abastecimento da vila e seu termo (vila, arraiais e estabelecimentos militares).

As primeiras discussões sobre a formação do mercado interno em Mato Grosso colonial nos remetem à descoberta e à "decadência" do ouro nesta capitania. A importância do ouro é inegável para a dinâmica estabelecida na capitania, juntamente com sua dimensão de fronteira. Essas duas características, em muitos momentos nos escritos historiográficos[1], levaram a capitania a ser percebida como um lugar de violência, miséria, pobreza, que sobreviveu de uma agricultura incipiente, ou seja, o brilho e a queda na produção do ouro impediram muitas vezes outros olhares para outros setores produtivos da capitania.

Não pretendemos minimizar a importância do ouro para a capitania de Mato Grosso, mas, como alguns historiadores vêm demonstrando, é preciso analisar as áreas de mineração

[1] CORRÊA FILHO, V., *História de Mato Grosso*; CORREA, V. B., *História e Violência em Mato Grosso*:1817-1840; VOLPATO, *A conquista da terra no universo da pobreza*: a formação da fronteira oeste do Brasil. 1719-1819.

em meio às transformações econômicas que a exploração do ouro causou no setecentos. Segundo Antônio Jucá Sampaio, foram múltiplos os impactos causados pela produção aurífera de acordo com as conjunturas locais, desde o aumento de preços dos bens e produtos, a ampliação da demanda do comércio de escravos, alimentando outros circuitos mercantis, como a América Espanhola, Índia e também as relações mercantis internas.[2]

Entre as análises sobre a incipiente agricultura na capitania, Alcir Lenharo, em seu livro Crise *e mudança na frente oeste da colonização,* fez uma avaliação do comércio colonial da capitania de Mato Grosso a partir das exportações e importações mediadas pelo comércio metropolitano no limiar do século XIX. Em seu entendimento, a exploração de ouro no século XVIII movimentou e incentivou o comércio na capitania a partir da rota sul vindo de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro e posteriormente as rotas do norte com o comércio realizado com o Grão Pará e Maranhão. Porém, a crise na mineração ocorrida no início da segunda metade do século XVIII, com a queda da produção do ouro, gerou instabilidade e endividamento grande de mineradores e comerciantes.

Diante da crise, segundo Lenharo, houve um rearranjo econômico e os mineradores e comerciantes solicitaram sesmaria e passaram a investir na agricultura, alargando, assim, suas atividades. Para ele, os comerciantes passaram a produzir e começaram a comercializar a produção, o que, segundo o autor, fez com que o eixo dinâmico da região cuiabana residisse na produção dos diamantes e ouro em Diamantino, ouro em Cocais, açúcar nos arredores de Cuiabá (principalmente Chapada dos Guimarães) e o gado em Cáceres e Poconé. E aponta a Vila do Cuiabá como grande centro comercial da capitania[3]. Não compactuamos com a ideia de que houve crise na mineração e que isso gerou um reordenamento do setor produtivo.

A agricultura sempre esteve presente e abasteceu o mercado interno. Quanto às microrregiões de produção apontadas dentro do termo do Cuiabá, de fato havia áreas que estavam mais concentradas em determinados setores da produção, porém no caso do Julgado de São Pedro del Rei (Poconé) era área de grande mineração e conjugada com fazendas de gado e engenhos. Quanto aos engenhos de Serra Acima (Chapada do Guimarães), a sua produção não foi direcionada apenas para a produção de açúcar, o que mostraremos no decorrer do trabalho.

Seguindo os passos de Alcir Lenharo, Luiza Volpato, em *A conquista da terra no*

[2] SAMPAIO, A. C. J., A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade no Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *O Brasil Colonial*, p. 313-314.
[3] LENHARO, A., *Crise e Mudança na frente Oeste de colonização*. p.60-66.

universo da pobreza, a partir do modelo explicativo proposto por Fernando Novais[4], fez uma análise da capitania a partir da ótica do Antigo Sistema Colonial. Segundo a historiadora, com a crise da mineração que se abateu desde os anos 1740 na capitania de Mato Grosso, houve diversificação e desenvolvimento das atividades agrícolas que se mostraram interessantes "alternativas" à crise da mineração. A agricultura e a pecuária foram organizadas para atender à demanda regional, porém não dispunham de uma produção efetiva estruturada.

Para Luiza Volpato, o caráter itinerante da população seria próprio das áreas de mineração e, entre outros fatores, concorria para que na maioria das vezes não assegurasse níveis medianos de produção de alimentos, alternando períodos de carência de gêneros com períodos de relativa abundância. Não havia, portanto, uma organização da produção, esta acontecia de modo precário e instável, suficiente apenas para evitar o retrocesso da sociedade[5]. Apesar do enfoque na miserabilidade, o trabalho de Luiza Volpato tem o mérito de apontar questões importantes sobre a dinâmica fronteira da capitania[6].

As primeiras discussões sobre a formação do mercado interno na capitania de Mato Grosso encontramos no trabalho de Elmar Figueiredo Arruda no final da década de 80. Com base nos escritos de Ciro Flamarion Cardoso, ele questionou a ideia de decadência e miséria imposta pelo "declínio" do ouro na capitania de Mato Grosso. Para o autor, não houve uma diminuição da produção do ouro, que inclusive manteve bons níveis de produção. Concomitantemente, houve incentivo para a produção de alimentos que garantiram a formação de um mercado interno na capitania.

De acordo com o autor, a produção agrícola nas áreas de mineração de Mato Grosso esbarrava sempre numa conotação de subsistência, o que em parte é verdade, pois no princípio se fazia a roça para subsistir no local por mais tempo, mas, à medida que aumentava a quantidade de pessoas, a produção de alimentos foi aumentando e se especializando a partir do investimento do excedente da mineração, assim os limites da agricultura de subsistência foram ultrapassados[7].

Os argumentos de Elmar Figueiredo Arruda contrapunham as ideias presentes no trabalho de Luiza Volpato. As análises de Elmar Arruda avançaram em relação à ideia de uma agricultura de subsistência e apontaram a formação de um setor agrícola produtivo desde as primeiras décadas da exploração de ouro.

---

[4] NOVAIS, F. A., *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808).
[5] VOLPATO, L. R. R., *A conquista da terra no universo da pobreza*: a formação da fronteira oeste do Brasil. 1719-1819, p. 62; 105.
[6] Idem, p. 62; 105.
[7] ARRUDA, E. F., *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*, p. 55.

Apesar de não ter sido o foco de outras pesquisas desenvolvidas sobre a capitania de Mato Grosso a importância do abastecimento perpassa outras pesquisas. Na década de 90 Carlos Alberto Rosa suscitou novas discussões sobre Mato Grosso colonial, teceu uma análise sobre a importância do urbano na consolidação da capitania de Mato Grosso, apontou a relevância das espacialidades rurais que se formaram no entorno do urbano, como a mineração, as roças e a criação de gado. Destacou a importância e o incentivo à produção de alimentos para o abastecimento das minas do Cuiabá e a preocupação por parte das autoridades em regular o mercado, ações que eram processadas nos ambientes urbanos, e ressaltou a necessidade de se pensar as ações produtivas nas vilas e nos seus termos.

Nos seus estudos sobre a capitania de Mato Grosso, o historiador Otávio Canavarros, em sua tese *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*, tinha como foco a administração das minas do Cuiabá e reafirmou a centralização do poder régio em detrimento do papel dos agentes locais. Embora afirme que sua leitura foi baseada no modelo de organização administrativa de Antonio Manuel Hespanha [8], ao se referir à implantação do aparato administrativo, deixa claro que o vê apenas como uma "estruturação do oficialato cuiabano, com vistas a melhor esclarecer como o estado português interioriza as suas instituições nas colônias e dessa forma reafirma o seu poder"[9]. Não considerou os mecanismos e estratégias que podem ser traçadas por uma elite local que se firma a partir das instituições. Quanto aos espaços rurais, se ateve em apontar a concessão das sesmarias enquanto um projeto do governador Rodrigo Cesar de Meneses para incentivar o estabelecimento de sítios e roças para garantir o abastecimento do trajeto monçoeiro. Entretanto, este historiador manteve a ideia da ausência de regularidade na produção, fruto de uma agricultura de subsistência, presente nos trabalhos de Lenharo e Volpato.

Uma leitura oposta sobre a administração das minas do Cuiabá foi realizada na tese *Trama dos conflitos – administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*[10], na qual Nauk Maria de Jesus faz a análise a partir dos pressupostos teóricos do Antigo Regime nos trópicos. Ao estudar a implantação da administração metropolitana na capitania de Mato Grosso demonstra a formação de uma elite local, a partir dos conquistadores do território que, ao se estabelecerem aqui, buscavam garantir, também, a sua participação na administração.

As relações que vão se estabelecendo nesta sociedade evidenciam as conexões entre o poder local e o poder régio, sinalizando a formação de uma elite local, que estava se formando

[8] Idem, p. 109.
[9] CANAVARROS, O., *O poder metropolitano em Cuiabá,* p. 110.
[10] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos:* a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778).

com a instalação da administração régia na capitania de Mato Grosso. Quanto a esses homens que ocupavam o poder na câmara, Nauk Maria de Jesus observou que os termos utilizados nos documentos para referir-se aos poderosos locais eram "principais moradores", "principais homens", "pessoas principais" ou "principais da terra". Esses termos eram aplicados aos que detinham algum poder político na governança, aos militares e clérigos, independentemente de possuírem cabedais.[11]

Por ser o foco de seu trabalho, as câmaras municipais instaladas na capitania de Mato Grosso as discussões sobre o abastecimento estavam presentes nas suas ações administrativas. Uma das funções da câmara era regular o preço dos alimentos, o peso e medidas das mercadorias comercializadas no espaço das vilas e arraiais. Além disso, ao traçar um perfil socioeconômico dos vereadores, indicou a presença dos proprietários de terras ocupando esse espaço de poder local. São elementos importantes para compreender as regras do mercado interno instituídas do ponto de vista administrativo para o controle das atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios

E por fim os trabalhos de dissertação e tese de Tiago Kramer de Oliveira[12] trazem novamente a discussão sobre a formação do mercado interno nas minas do Cuiabá. Em seus estudos defendeu a ideia de que desde a primeira metade do século XVIII a produção rural possuía uma dinâmica relativamente autônoma, articulada a outras atividades econômicas, como a mineração, mas que não respondia esporadicamente aos altos e baixos da produção aurífera. Em seu entendimento, o que houve entre os mineradores, lavradores e comerciantes foi a diversificação das atividades e assinalou que os ambientes rurais foram construídos a partir dos jogos de interesse entre a administração colonial e esse grupo de homens que investiram numa diversificação de atividade econômicas.

Ao realizar uma análise dos engenhos enquanto uma unidade de produção, principalmente os edificados nas minas do Cuiabá, permaneceu a discussão na órbita da proibição imposta pela Coroa desde o começo das minas, especificando-os apenas no tocante à aguardente. Ele analisou a dificuldade encontrada pelos senhores de engenho em várias regiões da América Portuguesa (São Paulo, Minas Gerais), assim como em Mato Grosso, alertando para uma disputa entre os senhores rurais e a administração régia. A concepção de engenho por ele apresentada está sedimentada na produção deste único produto, a aguardente.

---

[11] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos:* a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 71.

[12] OLIVEIRA, T. K., *Ruralidade na terra da conquista:* ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750); OLIVEIRA, T. K., *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações*: a economia no centro da América do Sul (a primeira metade do século XVIII).

Nesse sentido os dois trabalhos que discutem a formação do mercado interno e o abastecimento da capitania foram as pesquisas de Elmar Figueiredo Arruda e Tiago Kramer de Oliveira. E constituem trabalhos importantes sobre a formação do mercado interno na capitania de Mato Grosso. Elmar Figueiredo de Arruda destacou a importância do excedente gerado pela mineração e investido na agricultura, enquanto para Tiago Kramer a produção rural possuía uma dinâmica relativamente autônoma, articulada a outras atividades econômicas, como apontamos acima, impulsionadas também pelas atividades comerciais.

Assim sendo, este trabalho, ao estudar o abastecimento do mercado interno do termo do Cuiabá, a partir da segunda metade do século XVIII, teve como preocupação compreender a organização interna das unidades produtivas, em específico, dos engenhos, e demonstrar a importância da sua produção para o abastecimento do termo.

Situamos nossa pesquisa dentro das novas perspectivas historiográficas surgidas a partir da década de 90. Os historiadores João Fragoso, Maria de Fátima Gouveia, Maria Fernanda Bicalho, entre outros, desenvolveram trabalhos com matriz teórica que contrapõem a noção de *Antigo Sistema Colonial*, difundida no final da década de 70, como o trabalho de Fernando Novaes[13]. Estes historiadores propõem ampliar uma discussão da sociedade colonial a partir da dinâmica imperial portuguesa dentro do Antigo Regime.

Estas discussões passam a ser amplamente difundidas a partir de 2001, com a publicação do livro intitulado *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*[14]. Partindo da noção de Antigo Regime nos trópicos, os autores evidenciam que a "conquista e a organização da sociedade nos trópicos pelos portugueses foi presidida por um conjunto de valores e sistemas de regras vindas da Europa meridional: a concepção corporativa da sociedade"[15]. Estas análises promovem fecundos debates acadêmicos, mas também vêm rendendo críticas.[16]

No caso específico de João Fragoso[17], as análises desenvolvidas no seu trabalho *Homens de Grossa aventura*, que permitiu novas leituras sobre a economia colonial,

[13] NOVAIS, F. A., *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808).

[14] FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).

[15] FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *Na Trama das redes:* política no império português, séculos XVI-XVIII, p. 15.

[16] Laura de Melo e Souza, na primeira parte de seu livro "O Sol e Sombra - Política e administração na América Portuguesa do século XVIIII", faz uma ampla defesa do conceito de Antigo Sistema Colonial para contrapor a noção de Antigo Regime nos trópicos. No entendimento da autora a forma como têm sido adotados os conceitos, desenvolvidos pelos historiadores portugueses. Ver: SOUZA, L. M., ***O sol e a sombra****:* política e administração na América Portuguesa do século XVIII.

[17] FRAGOSO, J. L., *Homens de Grossa Ventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830.

contrapondo o modelo explicativo, em especial a tese difundida por Fernando Novais sobre o exclusivismo colonial, e demonstrou que a economia colonial estava além da dinâmica da plantation, pois possuía uma dinâmica interna impulsionada por diferentes complexos de produção de alimentos que abasteciam as regiões agroexportadoras.[18]

Esse complexo agropecuário formado para abastecimento do mercado interno articulava formas de mão de obra escrava e não escravistas que possibilitaram a acumulação endógena[19]. Nesse sentido, ao pensar a formação do mercado interno na América Portuguesa, João Fragoso aponta que o Rio de Janeiro se conformava com uma área de ponta voltada para o mercado externo e seu abastecimento implicava a criação de uma ampla rede intracolonial que nega a ideia da autarquia da plantation.[20]

As análises de João Fragoso foram fundamentais para avaliar o mercado interno colonial e refletir sobre as demandas e os ritmos da acumulação endógena. Neste sentido, os estudos do mercado interno devem considerar as condições socioeconômicas da sociedade estudada[21]. Estas colocações são importantes e nos ajudaram a analisar o abastecimento do mercado interno na capitania de Mato Grosso ao considerar "as condições socioeconômicas da sociedade".

Neste sentido entendemos que o mercado interno da capitania de Mato Grosso, mais especificamente do termo do Cuiabá, deve ser entendido a partir das duas características principais, a mineração e a fronteira. O mercado interno do distrito do Cuiabá foi organizado para abastecer a vila, os arraiais, as áreas de mineração e os estabelecimentos de fronteira. E foi a partir dessas duas premissas que direcionamos a nossa análise sobre a produção dos engenhos no termo do Cuiabá.

A partir dos trabalhos de João Fragoso, outras pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas. Dentre eles, destacamos os trabalhos de Carla Maria Carvalho de Almeida e Helen Osório, por considerarmos importantes para a constituição do nosso estudo.

Carla Maria Carvalho de Almeida, em seu livro *Ricos e pobres em Minas Gerais*, tomou como fio condutor a análise da estrutura produtiva da capitania de Minas Gerais e a hierarquização social gerada por essa estrutura. E identificou que os homens ricos que viviam a lei da nobreza possuíam cabedal, ocuparam postos militares e buscaram a inserção política para alcançar prestígio e distinção[22]. Assim, compreender as estruturas produtivas permitiu

[18] Idem, p. 26-25.
[19] Idem, 143.
[20] Idem, 143-144.
[21] Idem, p. 179.
[22] ALMEIDA, C. M. C. A., Homens ricos em Minas Coloniais. In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A., *Modos*

assimilar a composição das elites locais na capitania de Minas Gerais.

O trabalho de Helen Osório, intitulado *O império Português no sul da América,* se configura um importante estudo sobre a economia no Rio Grande. Em sua tese, analisou as formas de apropriação das terras naquela capitania marcadas por um intenso movimento de troca de pessoas pela sua condição de fronteira, buscando compreender a formação da estrutura produtiva, e demonstrou como a capitania do Rio Grande estabeleceu conexões comerciais com o mercado interno colonial.[23]

Estes dois trabalhos foram importantes aportes teóricos que nos permitiram pensar a constituição da estrutura produtiva existente no termo do Cuiabá e compreender esse grupo de senhores de engenho que investiram na agricultura e fizeram dela a sua principal atividade econômica.

A capitania de Mato Grosso foi criada em 1748 com o desmembramento da capitania de São Paulo. Sua posição estratégica permitia aos portugueses conter as tentativas de avanço espanhol e ampliar a sua ocupação territorial[24]. "Mato Grosso, como capitania constituída, assegurava e consolidava os princípios do *uti possidetis*"[25]. Do ponto de vista econômico, a exploração do ouro era uma fonte importante para a receita do império português. Portanto, somos uma capitania mineira como Minas Gerais. Por outro lado, estávamos situados nas raias da fronteira, por isso tão fronteira geopolítica como a capitania do Rio Grande[26]. Além da dimensão da fronteira entre impérios, a capitania de Mato Grosso "se constituiu historicamente como o grande mediador ocidental entre os Estados do Brasil e do Grão Pará-Maranhão.[27]

A partir de 1752 a capitania foi dividida em dois termos[28]: do Cuiabá e do Mato Grosso. Cada termo possuía uma vila e, consequentemente, duas câmaras municipais. O termo do Cuiabá era formado pela Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, tendo:

> No extremo sul Camapuã, Conceição, Jacé e Chapada (Serra Acima) a nordeste, Aricá, Médico a noroeste, Araés e Ínsua a sudeste, Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora do Livramento/Cocais a sudoeste, Vila Maria, São Pedro Del Rey/Poconé, Tapanhoacanga, Sapateiro a oeste, Albuquerque, Coimbra e Miranda no sudoeste e Diamantino, ao norte.[29]

---

de Governar, p. 379-380.

[23] OSÓRIO, H., *O império português no Sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciante, p. 183-224.

[24] VOLPATO, L. R. R., *A conquista da terra no universo da pobreza*: a formação da fronteira oeste do Brasil. 1719-1819, p. 32-39.

[25] BELLOTO, H. L., *Autoridade no Brasil colonial,* p. 310.

[26] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos:* a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778).

[27] ROSA, C. A., A *Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*, p. 61.

[28] ROSA, C. A.; JESUS, N. M. (Orgs.), *A terra da conquista - História de Mato Grosso colonial.* Ver também: FERNANDES, S. E., *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa* (1776-1796).

[29] ROSA, C. A., A *Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*, p. 03.

O termo do Mato Grosso era composto por Vila Bela (criada para ser capital):

> Jauru e Lavrinha ao leste, os antigos arraiais (São Francisco Xavier, Nossa Senhora do Pilar São Vicente Ferreira e Santana) a norte, Palmelas, Lamego, Leomil, Conceição/Bragança, Balsemão, Príncipe da Beira, Guarajus e Nossa Senhora da Boa Viagem ao noroeste e Santa Bárbara e Casalvasco a sudoeste.[30]

O nosso lócus de pesquisa é o termo do Cuiabá, em específico os engenhos edificados neste termo, com o intuito de compreender a dinâmica de produção e a importância destas unidades de produção para o abastecimento do mercado local.

Os engenhos no termo do Cuiabá estavam situados em Chapada (Serra Acima), São Pedro del Rei, Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora do Livramento/Cocais e Vila Maria. Mas a sua maior concentração era na região denominada de Chapada (Serra Acima)[31], que recebeu várias denominações desde o processo de ocupação das minas do Cuiabá. Essa denominação de Serra Acima foi firmada, de acordo com Carlos Alberto Rosa, a partir de 1796, ligada a uma diferenciação entre os engenhos de açúcar e aguardente do rio Cuiabá "abaixo" e "acima" e os de "Serra Acima", tendo surgido como uma forma de identificar a localização dos engenhos dentro do termo do Cuiabá, porém a expressão passa a ter uso generalizado e até os documentos oficiais passam a adotar essa nominação.[32]

O nosso recorte temporal adotou como baliza o período que se inscreve entre 1751 e 1834, um período longo que se justifica primeiro pelos limites impostos pela documentação, portanto não é preciso. Não temos listas nominativas de habitantes, registros fiscais completos, atas da câmara, entre outros, tipologias normalmente utilizadas para estudar a estrutura fundiária e a formação do mercado.

Neste sentido, o ano de 1751[33] se justifica pela chegada do primeiro governador e capitão-geral da capitania, D. Antônio Rolim de Moura, que recebeu a incumbência de implantar a capitania e as primeiras Instruções Régias, que regulamentavam a ocupação do domínio territorial da recém-criada capitania de Mato Grosso. Acreditamos ser nesse momento que o setor agrícola do termo do Cuiabá, que estava consolidado com a presença de diferentes

[30] Idem, p. 3.
[31] MESQUITA, J. Grandeza de Serra Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, p. 41-43.
[32] ROSA, C. A., *Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história*, p. 64.
[33] Ver: JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos:* a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778); CANAVARROS, O., *O poder metropolitano em Cuiabá*; SIQUEIRA, E. M., *A Ocupação pioneira da região do Rio abaixo*; ROSA, C. A., *Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história:* notas preliminares para um estudo das relações Cuiabá – Chapada).

tipos de propriedades e atendia às demandas geradas pela mineração e pela população moradora da vila e arraiais, ganhou um novo contorno, surgem os estabelecimentos de fronteira e a necessidade de garantir o seu abastecimento.

Quanto a 1834, justifica-se por acreditar-se que a partir desse ano deu-se uma reconfiguração da capitania em função da Rusga[34], um dos movimentos regenciais que eclodiu nesse ano em Mato Grosso[35]. Mesmo com o processo de independência, ocorrido em 1822, segundo Carlos Alberto Rosa, os conflitos e as tensões que o antecederam, na capitania de Mato Grosso, "repercutiram de modo favorável à tomada de poder pela aristocracia urbana de Cuiabá, intimamente ligada ao senhorio rural, uma 'pequena elite' que começa sua escalada política a nível provincial em que a Rusga e as revoluções da segunda metade do século XIX são momentos críticos".[36]

A base de documentação desta pesquisa foram os documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. A documentação cartorária: os inventários, testamentos existentes nos cartórios do 2º e 5º ofício (1778-1920). O fundo Juizado e Provedoria dos Órfãos, Ausentes, Defuntos, Ausentes e Capelas[37], acervo composto de processos referentes à partilha de heranças e execução de dívidas. A documentação manuscrita da capitania de Mato Grosso[38] (1713-1822), os livros de Registro da Capitania de Mato Grosso (1702 a 1822), os manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à capitania de Mato Grosso, disponibilizados em formato digital, em 10 CDs, pelo projeto Resgate.

No Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT) se realizou um levantamento da documentação de natureza fazendária, referente à Provedoria da Fazenda de 1740 a 1809, que pertencia à Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso, em específico os requerimentos de solicitação dos senhores de engenho ao provedor.

Os caminhos que nos guiaram nesta documentação foi uma pesquisa anterior sobre o processo de concessão de sesmaria. Naquele momento, levantamos um total de 769 homens e 76 mulheres que solicitaram terras na capitania. Durante a pesquisa, foram coletadas

---

[34] Ver: ROSA, C. A., *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia Cuiabana*; SENA, E. C., *Entre anarquizadores e pessoas de costumes:* a dinâmica política nas fronteiras do Império. Mato Grosso 1834-1850.

[35] Ver: SIQUEIRA, E. M., *A Rusga em Mato Grosso:* edição crítica de documentos.

[36] ROSA, C. A., *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia Cuiabana.*

[37] No período colonial "essa instituição era responsável por avaliar os bens e conduzir a devida partilha dos herdeiros de indivíduos que faleciam e deixavam menores de 25 anos". Ver: Ordenações Filipinas. Livro 3, Título LXXXVIII. § 04. Disponível em: < http://www1.ci.uc. pt/ihti/proj/filipinas/ l1p207.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

[38] O projeto de organização da documentação manuscrita do período colonial da capitania de Mato Grosso foi realizado nos anos de 2007 a 2009 pela Gerência de Documentos Escritos do Arquivo Público de Mato Grosso, com orientação da Professora Dra. Nauk Maria de Jesus.

informações de 395 sesmeiros, o que representou em torno de 46% do universo de sesmeiros encontrados[39].Tomando como ponto de partida a lista construída durante aquela pesquisa, optou-se por buscar os inventários dos senhores de engenho situados no termo do Cuiabá. Primeiro, por considerar as diferenças existentes nas duas repartições[40], segundo, pela limitação das fontes, pois 95% dos inventários para a capitania dizem respeito a pessoas que moravam no termo do Cuiabá.

A busca dos inventários e testamentos[41] dos senhores de engenho tomamos como baliza o primeiro, datado de 1778, se estendendo até o ano de 1834. Para esse período existe um total de 347 inventários, sendo em sua grande maioria pertencentes ao 5º ofício, um total de 326 inventários/testamentos. Entretanto, quatro foram descartados: um, por não ter condição de manuseio; outro, por se tratar de uma contestação de um inventário; e os outros dois compõem um mesmo inventário e foram classificados em separado, com a observação de incompletos.

Ao final deste levantamento tem-se oficialmente, para o período, um total de 324 inventários, se comparado a outras capitanias, temos um número pequeno. Esse primeiro dado chamou atenção e os questionamentos foram inevitáveis. Os inventários desapareceram ou essas pessoas não os fizeram?

Com o intuito de compreender essa questão, encontramos uma indicação de que houve um número maior de inventários para ao período na relação publicada na revista do IHGMT por Cantão das Neves, que contabilizou 778 inventários referentes ao período de 1735 a 1834, registrados no 1º livro do Cartório dos Órfãos[42]. Ao cruzar os dados dessa relação com a documentação referente ao Juizado dos Órfãos, Defuntos, Ausentes e Capelas[43], foi possível observar que um número maior de pessoas fez inventários, pois há inúmeros processos de execução de dívida, perfilhações executando inventários, que não constam na documentação

[39] SILVA, V., *Administração das terras:* a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748 -1823), p. 98-99

[40] Ver: ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.*

[41] De acordo com Flexor, os inventários e os testamentos constituíam um único processo e não eram indissociáveis. Os inventários eram feitos quando existiam órfãos menores e bens a serem partilhados e podiam, ou não, incluir o testamento. Existiam casos em que o inventariado morria sem deixar testamento. Por outro lado, alguns inventários traziam o traslado do testamento e seu cumprimento e contas, de uns e outros, eram prestadas na tramitação do processo. O testamento era facultativo, o inventário obrigatório quando houvesse bens. FLEXOR, M. H., Inventários *e testamentos como fontes de pesquisa.* Disponível em: <http://www.histedbr.fae unicamp.br./navegando/artigos_frames/artigo_074.html>. Acesso em: 27 jan. 2012.

[42] NEVES, C., Inventários do 1º Cartório de Órfãos. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso,* p. 175.

[43] Segundo Rodriguez: Esses órgãos tinham a função de fazer inventários e tratar das causas que se originam deles, tais como: partilha, contas, tutorias, habilitação de herdeiros, nomear tutores e curadores; conceder suprimento de idade; passar carta de emancipação; conceder licenças de casamento, entre outras várias questões ligadas a menores ou administrados. RODRIGUEZ, S. M. T., *O Juízo de órfãos de São Paulo:* caracterização de tipos documentais (séc. XVI- XX).

dos cartórios pesquisada. Neste fundo do Juizado dos Órfãos, ao questionar as partilhas, também se encontraram duas arrematações de bens, que foram arroladas para compor os inventários, o que nos permite concluir que houve a perda de um grande número de inventários.

Dos 324[44] inventários post-mortem existentes, 113 pertencem a donos de propriedades rurais, o que representa um total de 34,8% de inventários post-mortem existentes para o período.

No tocante a este conjunto documental, os dados foram coletados em um formulário, totalizando um número de 84 inventários post-mortem e dois processos de penhora. Para a sistematização dos dados dos inventários post-mortem foi elaborado um formulário, em planilha, no qual constam o nome do proprietário de terras, nome do cônjuge, nome dos pais, número de filhos, atividades econômicas desenvolvidas (atividades agrocriatórias, engenhos, comerciais e mineração) e seus valores, cargos (administrativos) patentes militares, número de escravos, linhagem familiar. A partir desse conjunto documental selecionamos os 34 inventários de proprietários de engenho para compreender a atuação desse grupo.

Para Simona Cerutti, "partindo dos indivíduos, recompondo-lhe o percurso social e tentando reconstituir-lhes as escolhas, que o pesquisador se interroga sobre a experiência deles e, por conseguinte, sobre o modo de formação de sua identidade social"[45]. A identificação das categorias sociais permitiu recompor o universo estudado, como proposto por Cerutti, enquanto possibilidade de reduzir a escala de observação para perceber a importância da produção dos engenhos e seus senhores no termo do Cuiabá.

Para uma melhor compreensão este trabalho foi dividido em quatro capítulos com o intuito de oferecer uma dimensão da importância dos engenhos e seus senhores no termo do Cuiabá. E principalmente que a produção destes engenhos garantiu o abastecimento deste termo e contribuiu para suas rendas.

No primeiro capítulo, intitulado "Vida rural no termo do Cuiabá", discutimos a formação desses espaços rurais, a partir dos dados presentes nos inventários de homens e mulheres donos de bens rurais, com o intuito de compreender os tipos de unidades produtivas instaladas no termo do Cuiabá. Destas unidades que serão apresentadas, nos aprofundaremos na análise sobre os engenhos, destacando a relativa proibição a sua fundação, bem como algumas de suas características.

---

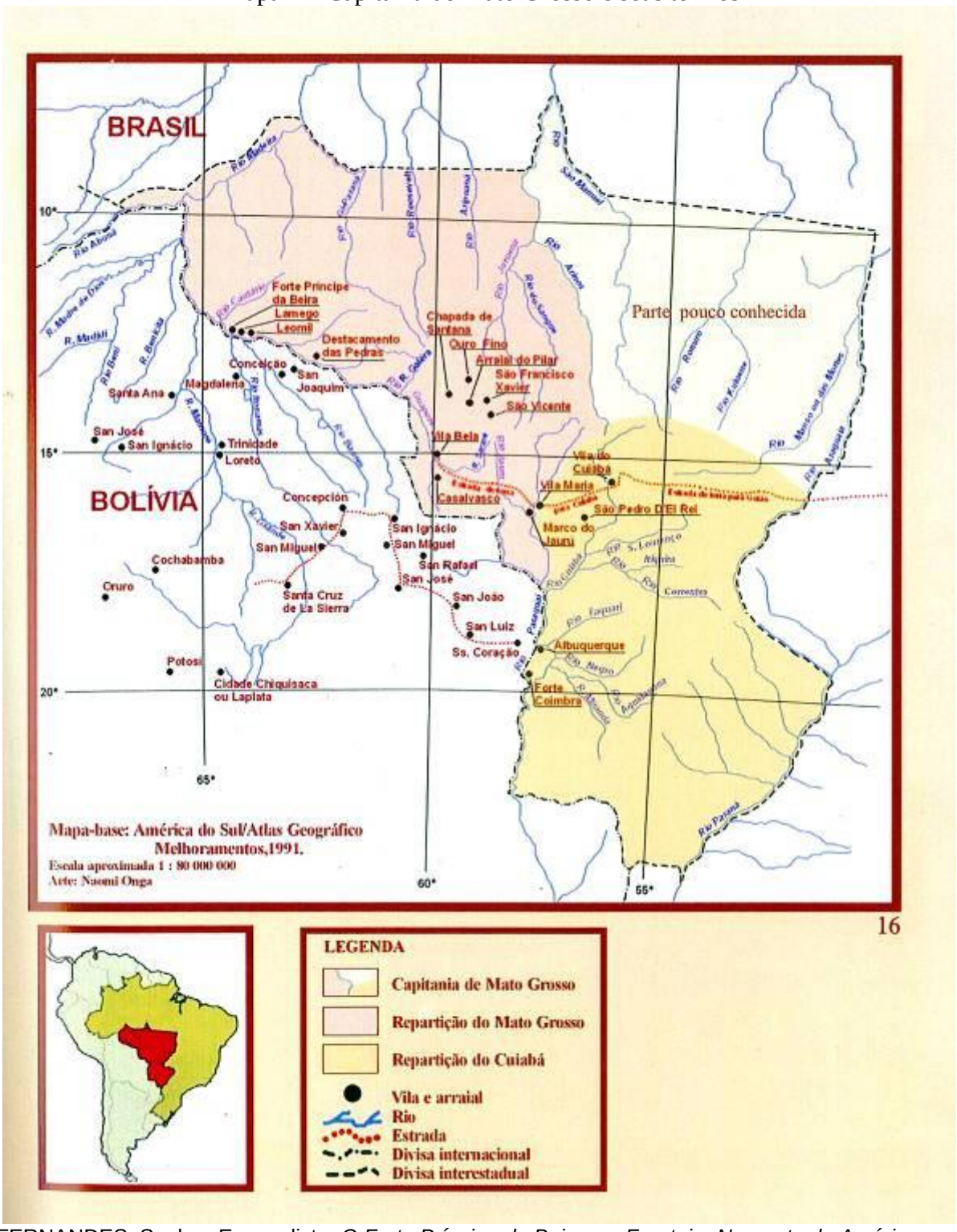
[44] Se comparado com outras capitanias, o número parece pequeno, porém tem-se que considerar que a população da capitania de Mato Grosso até 1828 era de 35.353, pessoas conforme consta em ALINCOURT, L. D', *Rezultado dos trabalhos de indagações statisticas da província de Mato-Grosso,* p. 54.

[45] CERUTTI, S., *A construção das categoriais Sociais,* p. 240.

No segundo capítulo, “Produção, abastecimento e pagamento dos subsídios”, avaliamos e atuação de um grupo de homens que dominou o setor produtivo, por meio do investimento na agricultura comercial, para abastecer o mercado local do termo do Cuiabá e suas formas de negociação com a câmara e a provedoria.

No terceiro capítulo, “Os engenhos de Serra Acima”, nos atemos à produção e à comercialização dos engenhos de Serra Acima, a partir das contas apresentadas nos inventários e processos abertos no Juizado dos Órfãos, Defuntos e Ausentes da Vila do Cuiabá. No quarto e último capítulo, “Aspectos sociais e econômicos dos senhores de engenho”, traçamos alguns aspectos socioeconômicos dos senhores de engenho do termo do Cuiabá, no sentido de demonstrar os diferentes espaços por eles ocupados e a importância das atividades agrícolas na constituição do seu patrimônio. E por fim destacamos a movimentação e a trajetória da família Falcão no termo do Cuiabá.

Mapa 1 – Capitania de Mato Grosso e seus termos



FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa* (1776-1796). Dissertação de Mestrado. PPGH, UFMT, 2003, p. 83.

CAPÍTULO I

A VIDA RURAL NO TERMO DO CUIABÁ

Os diferentes cenários rurais que se formaram na capitania de Mato Grosso, seja de roças, sítios, fazendas e currais, compunham, junto com as áreas de mineração, elementos de ocupação e fixação nos espaços de conquistas. Eles entrelaçaram os interesses pessoais e dos grupos, fossem mineiros, comerciantes, oficiais mecânicos, roceiros, lavradores e senhores de engenho. O presente capítulo tem como objetivo discutir a formação desses espaços, a partir dos dados presentes nos inventários de homens e mulheres que eram donos de bens rurais, com o intuito de compreender os tipos de unidades produtivas instaladas no termo do Cuiabá. Dessas unidades que serão apresentadas, aprofundaremos na discussão sobre os engenhos, destacando a relativa proibição, a sua fundação, bem como algumas de suas características.

1.1 As propriedades rurais no termo do Cuiabá

Ao estudar as doações de sesmarias na capitania de Mato Grosso, nos deparamos com 904 concessões realizadas entre os anos de 1751 e 1823. Os requerimentos de solicitação de sesmaria sempre apresentavam a intenção ou o tipo de unidade de produção que estava instalada na terra solicitada. Isto porque, em muitos casos, os requerentes já estavam de posse da terra antes do pedido de concessão e as justificativas para o pedido eram muito genéricas, tais como, "pretendiam fazer roças", "fundar fazendas de gado", "levantar engenho", "fazer roça para sustentar sua fábrica de mineração", "fundar roças e criar gado", "fazer plantações" ou "fazer seus cultivados". Em outros casos informavam que possuíam casa e roças e "pretendiam fazer engenho de pilar milho" ou possuíam "certa quantidade de gado". Essa documentação ofereceu dados para compreender o processo de ocupação da terra, mas naquele momento não foi possível analisar a dimensão efetiva das propriedades e da sua produção e a importância das atividades agropastoris para essa capitania.[46]

Neste trabalho buscamos compreender como estas unidades se constituíram no termo do Cuiabá, para isso recorremos aos inventários post-mortem dos proprietários de terras objetivando caracterizar essas propriedades. Sabemos que os inventários retratam um dado período da vida destes proprietários e das propriedades, portanto o que teremos é um recorte

[46] SILVA, V., *Administração das terras:* a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823).

feito a partir desses dados.

A partir do levantamento destas propriedades nos inventários nos deparamos com diferentes formas para descrever as propriedades rurais. Os avaliadores, ao descreverem estas unidades produtivas, não seguiam um padrão para categorizá-las. Ao analisar as informações contidas nos inventários com bens rurais verificamos uma pluralidade de expressões utilizadas a partir da ótica dos avaliadores, como: o falecido possuía um sítio, "um sítio com sesmaria", "um sítio de lavradia", uma fazenda de gado, uma chácara, uma sesmaria de mato ou sesmaria pastal. Em determinados momentos essas nominações ficam um pouco confusas.[47]

Ao trabalhar com os inventários na capitania do Rio Grande, a historiadora Helen Osório também identificou diversas formas de nominar as propriedades. Para aquela capitania, as expressões mas utilizadas eram: *campo*, datas *de terras*, *chácara*, *terras*, *sítios*, *rincão* e *estância*. Entretanto, em seu entendimento, a avaliação das propriedades como unidades só indica que elas adquiriam valor apenas por seu conjunto[48]. Ou seja, não se pode considerar só a terra, mas as benfeitorias nela existentes.

Tomamos como parâmetros as observações de Helen Osório e procuramos analisar os tipos de propriedades apresentadas nos inventários, enquanto unidades de produção. De forma geral são três os tipos de unidades produtivas mais predominantes nos inventários: as chácaras, os sítios (com ou sem engenho)[49] e as fazendas de gado vacum e cavalar. Vale lembrar que nessas propriedades havia a combinação das atividades produtivas tanto da pecuária, quanto da agricultura.

Entende-se por *chácara* a menor unidade de terra rural, cujas principais características, além de ser uma pequena extensão de terra, são a proximidade com núcleos urbanos e a dedicação preferencial à agricultura[50]. José Newton Meneses, ao estudar a alimentação e o cotidiano em Minas Gerais, destaca a pouca importância dada pela historiografia tanto aos quintais quanto às chácaras, que eram importantes espaços para a sociabilidade cotidiana, a educação familiar e de produção de alimentos para abastecimento nas vilas, onde se plantavam

[47] Inventário João Lemes Barbosa e Silva. 1778. Cx. 01, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Antônio Henrique de Carvalho.1793. cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário José Ribero Mendes / Escolástica Josefa de Moraes.1793. cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário post-mortem Pedro Gonçalves Neto.1796. cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Paschoal Delgado Lobo.1797. cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Francisco Barbosa Lima.1798. cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT. Inventário Maria de Miranda.1799 cx. 05, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Antonio José de Oliveira Ferro.1800. cx. 06,. Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Maria Francisca Cardia.1800. cx. 06, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT. Ver também relação dos inventários nas fontes pesquisadas.

[48] OSÓRIO, H., *O império português no sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes, p. 173.

[49] Muitos destes sítios vão se dedicar a fundar engenhos, como analisaremos no item 1.4.

[50]GARCIA, G., Chácara. In: MOTTA, M. M. M. (Org.), *Dicionário da Terra*, p. 9.

legumes, frutas e verduras.[51]

No termo do Cuiabá, podemos observar que, de acordo com a localização descritas nos inventários, a grande maioria das chácaras estavam próximas à Vila de Cuiabá, nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó e ao Porto Geral. A exceção encontrada foi o caso da chácara de Pantaleão de Santo Agostinho, homem branco, solteiro, natural de Portugal, que declarou, em seu inventário, possuir três escravos, terras de mineração e uma chácara nas lavras da Conceição[52]. A sua chácara, provavelmente, servia para produzir alimentos para os seus escravos que trabalhavam na mineração. Aliás, foi com esta justificativa que ele, em 1785, solicitou uma sesmaria de meia légua de terra[53], o que permite considerar que terras de tamanho menor, próximas e contíguas às datas de mineração, também recebiam a denominação de chácara e estavam ligadas à produção de alimentos para a subsistência das fábricas de mineração.

É possível que, além da produção de alimentos para a comercialização, vários donos de chácara, como Pantaleão, exerciam outras atividades econômicas. Dentre eles, João Fernandes Gonçalves, homem branco, português, solteiro, morador da Vila do Cuiabá, onde vivia de seus negócios[54] e o capitão Joaquim José Ramos da Costa, homem branco, solteiro, natural de Portugal e caixeiro em Cuiabá[55], que em outro momento denominou-se como homem de negócio.[56]

Outro dono de chácara era o cirurgião-mor do partido militar, Eduardo Antônio Moreira, casado com Maria Luisa de Moura, filha de Manoel de Moura (donos de terras com engenho e homem de negócios). Em 1797, o cirurgião-mor atuou como cirurgião no presídio Coimbra[57] e na povoação de Albuquerque, em 1799[58]. E, a partir de 1806, atuou como

---

[51] MENESES, J. N., *A terra de quem lavra e semeia*: alimentos e cotidiano em Minas Gerais, p. 348.

[52] Inventário post-mortem Pantaleão Santo Agostinho, 1815 - cx. 18, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT– APMT.

[53] REQUERIMENTO de Pantaleão de Santo Agostinho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, junho, 14. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0206 CAIXA Nº 003.

[54] PROCESSO de penhora executiva aberto pela Provedoria dos Ausentes para solicitar uma penhora executiva. Exequente o capitão Antônio Gomes da Costa contra o Executado Joaquim Ferreira de Matos 1800, março, 14. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT. JPO. PC. 0053 CAIXA Nº 004.

[55] PROCESSO de Justificação aberto pela Provedoria dos Ausentes, tendo como justificante o alferes Domingos da Silva Barreiros contra o justificado o capitão José Gomes Monteiro. 1799, junho, 25. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0046 CAIXA Nº 004.

[56] Inventário post-mortem Joaquim José Ramos da Costa, 1820 - cx. 23, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT– APMT.

[57] RELAÇÃO dos enfermos incuráveis que se encontram neste presídio de Coimbra feito pelo Cirurgião do Partido Militar Eduardo Antônio Moreira. 1797, novembro, 27. PRESÍDIO DE COIMBRA. BR MTAPMT.FC. RO. 0301 CAIXA Nº 005.

[58] CERTIDÃO expedida pelo cirurgião do Partido Militar Eduardo Antônio Moreira sobre o Ajudante de auxiliar e Comandante da Povoação de Albuquerque Antônio José Pinto. 1799, dezembro, 16. ALBUQUERQUE. BR

cirurgião-mor do Regimento de Milícias na Vila do Cuiabá[59]. Foi em sua chácara que, em 1813, o capitão Eduardo Antônio Moreira hospedou governadores espanhóis a pedido do governador[60]. Mas, além da chácara, no ano de 1822, ele solicitou uma sesmaria de campo para fundar fazenda de gado, pois informava em seu requerimento que possuía mais de 300 cabeças entre de gado vacum e cavalar, cujas terras foram concedidas, porém não aparecem no seu inventário.[61]

Outro dono de chácara, Joaquim Fernandes Coelho, capitão do terço dos homens pardos da Vila do Cuiabá, em 1802[62] requereu provisão para advogar nos auditórios da câmara da Vila do Cuiabá[63]. Em seu inventário foram arrolados livros de ordenação[64], dicionário, tratado de aritmética, Manual Prático de Alexandre Caetano e livros jurídicos[65]. Em 1823 solicitou a ratificação de meia légua de terra que possuía por compra.[66]

Entre os proprietários de chácaras, três eram mulheres, sendo uma delas solteira e duas viúvas. No caso de D. Ana Rodrigues Vidal, a sua chácara deve ter sido fruto da herança do seu marido, Agostinho Fernandes Rodrigues. Assim, como outros que possuíam chácara, o seu falecido marido parece ter exercido atividades comerciais, pois no Juizado dos Órfãos foi aberto um processo em que cobrava da sua herança dívidas de negócios feitos com comerciantes no Rio de Janeiro.[67]

A proximidade das chácaras aos rios possibilitava a produção de outros gêneros, como o fumo e o azeite de peixe. José Alves dos Santos era dono de sete escravos e de uma chácara, em seu paiol havia "setenta varas de fumo e dezoito medidas de azeite de peixe". A indicação desses gêneros é indício do que se produzia em chácara. Os Anais do Senado da câmara da

MTAPMT.QM. HEM. CE. 0664 CAIXA Nº 011.

59 ATESTADO expedido pelo cirurgião-mor do Regimento de Milícias Eduardo Antônio Moreira sobre enfermidade do soldado José Rodrigues [Sá]. 1806, janeiro, 30. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.QM. HEM. AT. 0672 CAIXA Nº 011.

60 ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 204-205.

61 Inventário post-mortem Eduardo Antonio Moreira, 1830 - cx. 31, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT– APMT.

62 REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia do Terço das Ordenanças dos Homens Pardos da Vila de Cuiabá, Joaquim Fernandes Coelho, ao príncipe regente [D. João]. [ant. 1802, novembro, 12] AHU_ACL_CU_010, Cx. 40, D. 2003.

63 REQUERIMENTO do capitão Joaquim Fernandes Coelho ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro]. 1802, dezembro, 20. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. RQ. 2202 CAIXA Nº 041.

64 De acordo com Bluteau, as ordenações eram um conjunto de leis e decretos para o bom governo de um reino.

65 Inventário post-mortem Joaquim Fernandes Coelho, 1830 - cx. 38, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT– APMT.

66 REQUERIMENTO de Gregório Maciel de Fontes à Junta Governativa Provisória. 1822, julho, 02. CUIABÁ. BR MTAPMT.SES. RQ. 0668 CAIXA Nº 012.

67 PROCESSO de certidão aberto pelo Juizado dos Órfãos, Defuntos e Ausentes envolvendo as seguintes Antônio José Moreira Vila Nova contra a ré Anna Rodrigues Vidal a respeito da herança do falecido Agostinho Fernandes Rodrigues. 1793, dezembro, 10. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0022 CAIXA Nº 003.

Vila do Cuiabá, em 1779, traziam o registro de um relato sobre a atividade de pesca e salgada de peixe e o uso de um peixinho chamado piquira, existente no rio Cuiabá, que costumava subir todos os anos na vazante e era muito utilizado para fazer azeite de peixe[68]. Portanto, as chácaras produziam e abasteciam o mercado local com outros mantimentos, algumas criavam uma média de 30 cabeças de gado vacum.

Os *sítios*, estes podem ser nominados propriedades rurais compostas essencialmente por casas, benfeitorias e terras. No estudo da capitania de Minas Gerais, Ângelo Carrara demonstra a complexidade de se definirem os sítios, pois o termo era utilizado tanto para especificar propriedades mais modestas com roças, como estruturas mais complexas com engenho[69]. Por exemplo, para as unidades produtivas mais extensas adotavam também a expressão "sítio de engenho".[70]

Na capitania de Mato Grosso são várias as expressões encontradas nos inventários para designar um sítio, sendo as mais utilizadas: *sítio com sesmaria, sítio de morada, sítio com terras de lavradia, sítio com fazenda, sítio com engenho*. Assim, tem-se uma pluralidade de descrições para caracterizar esta unidade produtiva.

A partir da análise dos inventários podemos agrupar os sítios em quatro grupos de acordo com suas características. O primeiro grupo são *os sítios com engenho* que estavam direcionados para uma grande produção agrícola, associada ao beneficiamento de produtos como a farinha e aguardente (nosso objeto de análise). O segundo, os sítios *com casa de morada e engenho*, e produção agrícola associada à criação de gado vacum. Temos como exemplo a descrição da propriedade de Antão Rosa Nunes, um sítio de engenho de moer cana para fazer açúcar e aguardente. Mas nestas unidades de produção também havia criação de gado vacum e cavalar, e pequenos animais, como porcos e carneiros[71]. Os *sítios de lavradia* eram contíguos às áreas de mineração. Este era o caso de Damazio Cordeiro da Fonseca, morador do Arraial de São Pedro del Rei, dono de sete escravos e um sítio com roças nas proximidades de onde minerava[72]. E os *sítios de lavradia*, voltados para produção de lavoura, cuja descrição pode ser encontrada no inventário de Antônio Henrique de Carvalho, dono de 9 escravos e 2 sítios de lavradias no distrito do Rio Abaixo, um nas proximidades do Aricá e outro do rio Cuiabá[73].

[68] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p.116.
[69] CARRARA, A., *Minas e currais*; a produção rural e o mercado interno de Minas Gerais (1674-1807), p.188-198.
[70] CARRARA, A. Sítio. In: MOTTA, M. M. M. (Org.), *Dicionário da Terra*, p. 436.
[71] Inventário de Antão Rosa Nunes, 1817 - cx. 20, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[72] Inventário post-mortem Damazio Cordeiro da Fonseca,1823- cx. 26, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[73] Inventário post-mortem Antonio Henrique de Carvalho,1793- cx.02, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

José Ribeiro Mendes, dono de terras de lavoura no rio Cuiabá Abaixo, com um alqueire de milho plantado[74]; Antônio de Magalhães Moraes, dono de um sítio de morada com roças e 14 vacas, 3 bois e 6 novilhas[75]. A partir das descrições e da indicação das produções nessas propriedades, podemos afirmar que elas estavam voltadas para a produção de alimentos, seja para subsistência ou para atender ao mercado local.

E por fim, a *fazenda*, caracterizada pela criação de gado vacum e cavalar, que muitas vezes aparece denominada como sesmaria de pasto. Quando o proprietário era dono de mais de uma propriedade, aparece associada ao sítio ou a uma sesmaria. De modo geral, aqueles que se identificavam como donos de fazendas possuíam rebanhos acima de 500 cabeças de gado. Bento de Toledo Piza, em 1805, era dono de duas fazendas. Na fazenda Cupim, ele tinha um rebanho de gado vacum composto de 600 vacas, 400 bois, 600 novilhas e 400 garrotes; um rebanho de gado cavalar de 14 bestas, sete cavalos, oito cavalos de gado, 16 éguas, 48 éguas e 24 potros. E na fazenda Vicunha, 400 bois[76]. O número de bestas aponta para a possibilidade da comercialização destes animais, como também ser dono de tropas de aluguel e realizar transportes de mantimentos ou gado. Pascoal Delgado Lobo era dono da fazenda no Carandá, onde, em média, se abatiam por ano no açougue 400 cabeças de gado, de acordo com as contas existentes no inventário[77]. No ano de 1829, Bernardino Leite Pereira era dono de um rebanho de 400 cabeças de gado vacum, de diferentes qualidades, de uma tropa de éguas e nove cavalos; um rebanho de animais de pequeno porte, com 31 carneiros e cabras, além de quatro perus.[78]

Assim, a caracterização das propriedades é importante, pois ajuda a compreender a existência de espaços agrários distintos, mas que produzem para o abastecimento do termo.

Isso nos remete a outras questões: quantas dessas unidades produtivas utilizavam escravos? Quantas se valiam apenas da mão de obra familiar? Os inventários não são as fontes mais adequadas para esquadrinhar estas diferenças. Mas, na ausência das listas nominativas de habitantes como as utilizadas por Carlos Bacelar para estudar a estrutura fundiária de Sorocaba[79], optamos por nos valer dos dados presentes nos inventários para recompor a mão de obra empregada nas propriedades. Nossa análise será pautada em 112 inventários e três processos do Juizado dos Órfãos totalizando 115 unidades de produção mapeadas no termo do

[74] Inventário post-mortem José Ribeiro Mendes,1793- cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[75] Inventário post-mortem Antonio de Magalhaes Moraes,1794- cx.03, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[76] Processo de libelo cível tendo como autor capitão Domingos da Silva contra D. Marianna de Assumpção e outros a respeito da herança do falecido capitão Bento de Toledo Piza. 1802, junho, 04 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0063 CAIXA Nº 005.
[77] Inventário post-mortem Pascoal Delgado Lobo, 1797- cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[78] Inventário de Bernardino Leite Pereira, 1829 - cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[79] BACELLAR, C. A. P., *Viver e sobreviver em uma vila colonial.* Sorocaba, séculos (XVIII e XIX), 2001.

Cuiabá. Nos dados coletados, identificamos duas modalidades de força de trabalho utilizadas nas unidades de produção: a unidade do tipo escravista e a unidade camponesa.

João Fragoso, ao analisar as atividades produtivas da região Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), demonstrou que, além do uso da mão de obra escrava, havia um mosaico de formas não capitalistas de produção presentes nas unidades produtivas dessa região. Enquanto as unidades tipo escravista eram centradas na exploração da mão de obra escrava, as unidades camponesas utilizavam predominantemente a mão de obra familiar, o que poderia estar associado ao uso de mão de obra escrava ou livre.[80]

Para melhor compreensão das unidades do tipo escravista existentes no termo do Cuiabá, a tabela 1 apresenta a distribuição de escravos por proprietário.

Tabela 1 - Distribuição em % de escravos por proprietários de acordo com as faixas de escravos (1778-1834)

Faixas de tamanho de plantel de escravos	Nº de proprietários por faixa	% do total de plantel
Sem escravos	02	1,70
01-09	44	38,20
10-20	37	32,17
21-30	15	13,04
31-40	5	4,30
41-50	5	4,30
51-60	1	0,86
61-70	1	0,86
71-80	2	1,70
Acima de 80	3	2,60
Total	115	100

Fonte: Inventários - Fundo: 5º Ofício e Juizado dos Órfãos – APMT.

Ao analisar a tabela 1 podemos observar que 38,2% eram donos de até 9 escravos, do que se deduz se tratar de unidades produtivas que associavam a mão de obra familiar com a mão de obra escrava, como apontou Fragoso, para a região Centro-Sul.

A soma das unidades produtoras com acima de 10 escravos representavam 59,8% das propriedades, portanto, em sua maioria estas propriedades eram escravistas. Entretanto o maior

[80] FRAGOSO, J. L., *Homens de Grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830), p. 119-147.

número de unidades de produção, como podemos perceber, estão nas faixas entre 10 a 20 e 21 a 30 escravos, que juntas representavam 45,2% do total. Os que possuíam um plantel com acima de 50 escravos, além das atividades agrocriatórias, também tinham datas de mineração. Neste sentido podemos concluir que a maioria das unidades era possuidora de plantéis de pequenos e médios portes. Portanto, dentro do padrão apresentado para outras áreas voltadas à produção de alimentos para o mercado interno[81]. Vale ressaltar que a mão de obra escrava nas unidades produtivas pecuaristas era mais reduzida do que nos engenhos[82], pois as fazendas de gado, por praticarem pecuária extensiva, não tinham necessidade de um grande número de escravos.[83]

Segundo Luiza Volpato, a mão de obra indígena foi muito utilizada na pecuária na capitania de Mato Grosso[84], o que pode justificar o número menor de escravos nestas unidades de produção.

Quanto às unidades de produção sem escravos, tomamos por exemplo o sítio de Antônio Gonçalves de Anhaia, casado com Leonarda Alves Pereira. Ambos eram viúvos no momento do enlace matrimonial e tinham filhos do primeiro casamento, somando um total de 10 filhos. No seu inventário declarou possuir um sítio no ribeirão do Buriti, cinco vacas e cinco garrotes[85]. Apesar de não registrarem roças ou algum tipo de produção, possivelmente viviam da força de trabalho familiar para as atividades desenvolvidas no sítio, das quais possivelmente geravam excedente para compra de outros produtos que necessitavam. E com certeza não eram os únicos no termo do Cuiabá que não possuíam escravos. No entendimento de Carlos Guimarães e Flávia Reis, ao necessitar de produtos que não produzia e ter que vender o excedente, o camponês inevitavelmente acabava por se vincular ao mercado.[86]

Por derradeiro, entendemos que as atividades agrícolas e pecuárias eram rentáveis e não se restringiam à alimentação dos livres e dos escravos. A documentação consultada nos permite inferir que estas atividades permitiram a formação de grupos de homens especializados no

---

[81]FRAGOSO, J. L., *Homens de Grossa aventura:* acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830), p.119-147; COSTA, I. del N., Nota sobre a posse de escravos nos engenhos fluminenses (1778). In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* p.11-113.

[82] SYMANSKI, L. C. P., *Escravidão*. In: JESUS, N. M. (Org.). *Dicionário de História de Mato Grosso (Período Colonial),* p. 114. Ver também: MOTT, L., *Piauí colonial*: população, economia e sociedade; OSÓRIO, H., O *Império português no sul da América.* Estancieiros, lavradores e comerciantes. GUEDES, R., *Egressos do cativeiro:* trabalho, família, aliança e mobilidade social.

[83] Sobre fazendas de gado ver também: MOTT, L., *Piauí colonial*: população, economia e sociedade; OSÓRIO, H., *O Império português no sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. GUEDES, R., *Egressos do cativeiro:* trabalho, família, aliança e mobilidade social.

[84] VOLPATO, *A conquista da terra no universo da pobreza:* a formação da fronteira oeste do Brasil.1719-1819, p. 91.

[85] Inventário post-mortem Antônio Gonçalves de Anhaia, 1821 – cx. 24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[86] GUIMARÃES, C. M.; REIS, F. M. M., Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C., *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas,* p. 329.

fornecimento de mantimentos na capitania, como veremos, no caso dos proprietários de engenhos, unidades agrícolas que foram motivo de controvérsias entre autoridades e moradores em torno de suas criações. Mesmo com os debates gerados, os engenhos foram importantes para o abastecimento e rendimentos da capitania.

1.2 A lei, a prática: a criação e a proibição dos engenhos

A construção dos engenhos nas minas de Cuiabá já surgiu em meio à proibição de levantar engenhos nas áreas de mineração. A legislação sobre esse assunto data de 1715, com a publicação da ordem régia direcionada para os engenhos instalados nas Minas Gerais[87], portanto antes da ocupação das minas do Cuiabá.

Para essas minas, foi publicado em 1723, pelo governador Rodrigo César de Menezes, um regimento, no qual, entre as normas estava a proibição de se levantar engenho[88]. O impedimento para as minas do Cuiabá foi editado a partir do mesmo argumento utilizado para as Minas Gerais, isto é, coibir os problemas que a aguardente causava à sociedade diante das inquietações que essa bebida provocava nos negros e o desvio da mão de obra escrava para o trabalho na mineração.

Observa-se, porém, que sempre ocorreu uma dissonância entre a lei e a prática. Apesar da proibição, três anos depois o governador Rodrigo César de Menezes concedeu ao coronel Antônio de Almeida Lara uma sesmaria de "uma légua na chapada". Em sua petição o coronel dizia estar "sitiado e afazendado na Chapada, havia já seis anos, portanto desde 1720, montando uma fazenda de roças e canaviais e criações, com engenho (grifo nosso) e que empregava mais de 30 escravos"[89]. Em 1730 já existiam, nas minas de Cuiabá, mais de cinco engenhos[90], em 1734 havia, de acordo com o provedor, 16 ou 17 engenhos.[91]

---

[87] Ver: ZAMELLA. M. P., *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*; CHAVES, C. M. G., *Perfeitos negociantes*: mercadores das minas setecentistas; SILVA, F. M., *Subsistência e poder*: A política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas; MENEZES, J.N.C., *O continente rústico*. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentista.

[88] Bando do Registro de regimento que levou para as novas minas do Cuiabá o mestre de campo regente João Leme da Silva 1723-06-26. *Documentos interessantes para a História de São Paulo*. p. 103. Disponível em: < http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-07-12_volume_12/#/102/>. Acesso em: 24 nov. 2013.

[89] ROSA, C. A., *Esbarro no hoje, Recuo no Tempo, Galope na História*, p. 42.

[90] CAMELO, J. C., *Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá o Rev. Padre Diogo Soares, o capitão João Antonio Cabral Camelo, sobre a viagem que faz às Minas do Cuiabá no ano de 1727.* RIHGB V. 4n. 13, p.487-500, Ano 1842.

[91] Cópia de uma carta escrita ao exmo. Sr. Cond. e General pelo provedor da fazenda Real das Minas do Cuiabá. In: *Coleção de documentos raros do período colonial (1727-1746*), p. 56.

Com o aumento do número de engenhos, os embates sobre sua demolição nas minas do Cuiabá também foram aumentando, produzindo uma extensa documentação sobre a assunto analisada por Carlos Rosa[92] e Tiago Kramer de Oliveira[93]. Ambos afirmaram que a proibição e os embates surgidos, mais do que o abandono das atividades de mineração e da desordem, tinham um cunho político e defendiam os interesses econômicos dos senhores de engenho e comerciantes paulistas que comercializavam os seus produtos nas minas do Cuiabá.

No entendimento de Carlos Rosa, com a formação de um grupo de donos de engenhos, as autoridades que chegaram e passaram a defender os interesses deste grupo também criaram um discurso para contrapor os interesses externos. Na sua avaliação, as autoridades, no decorrer do século XVIII, construíram um discurso em defesa da manutenção dos engenhos enquanto estratégia geopolítica, principalmente dos engenhos que estavam no distrito do Mato Grosso, povoado a partir de 1734. Isto é, a demolição dos engenhos poderia causar o despovoamento da região, o que não era de interesse da Coroa. Esse argumento ganhou força, sobretudo, no período da assinatura do Tratado de Madri e da criação da capitania de Mato Grosso em 1748[94]. Os senhores de engenhos conseguiram manter os engenhos edificados, com o compromisso de não se instalarem outros novos.

De acordo com Corrêa Filho (1994), no ano de 1751 foram contabilizados 24 engenhos de aguardente e 22 de açúcar no distrito do Cuiabá[95]. Contudo, ao confrontar essa informação de Virgílio Correa Filho[96] com as da Junta da Câmara de 1755, encontramos uma contradição. Segundo esse documento, no termo do Cuiabá havia apenas 15 engenhos com licença para funcionar. Levando em consideração que no ano de 1734 havia 17 ou 18 engenhos[97] e a Junta, em 1736, solicitou a conservação apenas dos engenhos já existentes[98] não encontramos explicação para essa diferença na quantidade de engenhos no termo de Cuiabá nos anos de 1751 e 1755. A não ser que Virgílio Correia teve acesso a algum documento que estivesse contando o total de engenhos, permitidos e proibidos, enquanto a junta, apenas os permitidos.

Acreditamos que o número de engenhos permitidos, nesse período, não ultrapassou os

[92] ROSA, C. A., *Canas, escaroçadores, alambique, aguardente: sinais da produção local do Cuiabá na Relação de José Barbosa de Sá,* p. 152.
[93] OLIVEIRA, T. K. *Ruralidade na terra da conquista*: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750), p. 129-131.
[94] ROSA, C. A., op. cit, p. 157-159.
[95] CORRÊA FILHO, V., *História de Mato Grosso*, p. 694.
[96]CORRÊA FILHO, Virgílio infelizmente não citou a fonte.
[97] Cópia da uma carta escrita ao exmo. Sr. Cond. e General pelo provedor da fazenda Real das Minas do Cuiabá. 1734, julho de 07. In: *Coleção de documentos raros do período colonial. (1727-1746)*, p. 56.
[98] Auto da Junta do Conselho da Câmara da Vila do Cuiabá. In: *Coleção de documentos raros do período colonial.* (1727-1746*)*, p. 79.

15, se considerarmos que os pagamentos dos subsídios da aguardente, dos quais trataremos no segundo capítulo, eram importantes para rendas camararias e os oficiais da câmara não deixariam de cobrar os tributos de nove engenhos. No ano 1760, eles mantiveram a cobrança do subsídio de 15 senhores de engenho. No entanto, no ano de 1771, o governador Luís Pinto de Souza Coutinho realizou um diagnóstico da situação socioeconômica da capitania considerando os anos de 1769 e 1770.

O governador requereu às câmaras da Vila do Cuiabá e de Vila Bela[99] o número de gado vacum e cavalar, sítios, fazendas, fábricas de engenho, boticas e teares que existiam em cada jurisdição. No termo do Cuiabá, a câmara informou a existência 21 engenhos de aguardente e dois engenhos de açúcar[100], número superior ao registrado anteriormente. Situação para a qual não encontramos explicações, pois na lista de senhores de engenho que assinaram o acordo de pagamento de subsídio da aguardente nos anos de 1775 e 1779 (ver quadros 5 e 6) continuou o número de 15 nomes. Por que a câmara não cobraria subsídio de seis engenhos? Ou o levantamento do governador não correspondia à realidade? São questões para as quais não temos resposta no momento, porém evidencia a dissonância entre o que previa a legislação e a prática.

Não encontramos informação até quando a legislação que proibiu a fundação dos engenhos vigorou na capitania de Mato Grosso e os dados levantados não ajudam a esclarecer a questão. O que temos conhecimento é que no termo do Cuiabá a discussão sobre a fundação ou não de novos engenhos ainda existia no início do século XIX. Na documentação consultada encontramos alguns casos emblemáticos sobre esta questão.

O primeiro caso iniciou-se em 1781. O padre Manuel de Albuquerque Fragoso enviou uma extensa carta ao governador e capitão-geral Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na qual informava as condições do local que habitava e destacava o seu cuidado em assentar uma povoação e seu estabelecimento nas margens do rio São Lourenço. Enfatizou o seu trabalho em plantar em "sertão tão estéril", em fazer ranchos e casas para acomodar as pessoas, pois tinham um avultado número de indivíduos, cada um de suas espécies; muitas plantações, grandes roças de milho, muitos quartéis de mandioca, bastante canavial, vários

[99] CARTA do juiz ordinário Thomé Gomes Pereira.1769, setembro, 13. ARRAIAL DE SANTO ANTONIO DO RIO DAS MORTES DOS ARAES. BR MTAPMT.CVC JO. CA. 1055 CAIXA Nº 019;
CARTA dos vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Souza Coutinho, 1769, abril, 09 VILA BELA.BR MTAPMT.CVB. CA. 0016 CAIXA Nº 001.

[100] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1771, maio, 1, Vila Bela. AHU_ACL_CU_010, Cx. 15, D. 927.

algodões e mamonas, fora outras plantações miúdas necessárias para a estabilidade de uma fazenda ou povoação A povoação, segundo ele, contribuía para a manutenção do caminho terrestre que ligava Cuiabá à capitania de Goiás, além de socorrer os viajantes que por ali circulavam[101]. O caminho terrestre de Cuiabá a Goiás foi aberto em 1736, era uma importante via de circulação para a capitania de Mato Grosso, por onde entravam os comerciantes vindos de diferentes capitanias, militares e oficiais da administração.[102]

Sabendo da importância do caminho, o padre relatou ao governador os seus feitos e principalmente seus gastos para a manutenção do lugar. Segundo o padre, havia gasto cerca de 700 oitavas de ouro, com os salários dos feitores, arrieiros, camaradas, carapinas, vestuários, escravos, consertos de armas e ferramentas, ferragens, bestas, cavalos e remédios, entre outros itens. A partir destas justificativas informou que havia encontrado um local "muito acomodado para fazer engenhos de cana e de farinhas de milho e de mandioca, com moinhos e curtumes entre outras obras na barra do Rio Paranaíba e o Ribeirão do Jatobá". Por ter no local um grande canavial, solicitava a licença para edificar um engenho e nele fabricar açúcar e principalmente destilar aguardente, por ser esta um produto de fácil comercialização e aceitação no mercado. Segundo o padre o valor arrecadado na comercialização ajudaria a garantir a manutenção do local.[103]

Em sua solicitação o reverendo Manuel de Albuquerque argumentava que havia uma proibição na câmara da Vila do Cuiabá, "não sabia se verdadeira ou quimérica", que não poderia haver novos engenhos de cana para destilar aguardente, além dos numerados pela câmara, que eram "quinze ou dezesseis". Porém, independentemente deste impedimento requeria uma licença para fundar o engenho de aguardente. Por fim, explicava que a carta estava sendo encaminhada por via do mestre de campo Antônio Pinto de Figueiredo[104] para chegar às mãos do governador com maior segurança. E se dizia muito feliz com as notícias que o mestre de

[101] CARTA do [Reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0042 CAIXA Nº 001.

[102] ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: administração da fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778).

[103] CARTA do [Reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0042 CAIXA Nº 001.

[104] O mestre de campo Antônio Pinto de Figueiredo era um dos homens de confiança no termo do Cuiabá, pertencia a uma família de grande prestígio. E, nesse momento desafeto do atual juiz de fora da câmara do Cuiabá Antônio Rodrigues Gaioso. Ver: JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 307; ALMEIDA, G. B., *Os juízes de fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso* (1748-1796), p. 97-99.

campo lhe deu sobre a pessoa do governador.[105]

Ao saber do pedido do padre para o governador, o juiz de fora Antônio Rodrigues Gaioso remeteu ao governador uma carta, na qual relatava que o pedido do padre não procedia, pois nesta capitania havia ordens superiores para não se fundar novos engenhos, salientou que os engenhos que existiam no termo do Cuiabá eram fruto de um acordo entre a câmara e sua Majestade[106] e em nome da câmara da Vila do Cuiabá se posicionava contrário à proposta do padre. Nesse mesmo ano 1781, o juiz retomou o assunto sobre o pedido do padre Manoel de Albuquerque Fragoso em outra carta ao governador e capitão-general Luís de Albuquerque e informou que, caso o pedido fosse deferido, o padre deveria entrar no rateio das contribuições e subsídios pagos pelos senhores de engenho daquela repartição[107]. Ou seja, o juiz de fora, sabendo que o seu pedido poderia ser deferido, tratou de assegurar as rendas da câmara.

Mesmo diante do argumento do juiz de fora, o governador e capitão-general Luís de Albuquerque, quatro meses depois do pedido, concedeu a licença para o padre Manoel erigir o seu engenho. Após receber a licença, o padre enviou uma carta de agradecimento ao governador e aproveitou o ensejo para requerer a isenção das contribuições que anualmente os senhores de engenho pagavam para a câmara. Destacou os seus serviços e "os esforços feitos para criar aquela povoação e da necessidade de muito se fazer para diretamente a estabelecer, conservar e aumentar". Além da construção "a suas custas" de três pontes, sendo elas no rio Manso, Parnaíba e do São Lourenço[108]. Para justificar seu pedido argumentou que os 15 senhores de engenho que se sujeitaram ou obrigavam de boa vontade a pagar a pensão ou subsídio deveriam assumir os seus compromissos, pois ele não estava presente no acordo. Em seu entendimento, o padre considerava que já estava fazendo a sua parte "mantendo a suas custas" a localidade instalada no rio São Lourenço. E por ter serviços prestados ele gostaria de poder vender aguardente livremente nos dois distritos (do Cuiabá e do Mato Grosso)[109].

O governador concedeu à mercê e o padre, além da licença para erigir o engenho, obteve a prerrogativa de não pagar os impostos conforme a câmara solicitava.

---

[105] Idem.

[106] CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso, ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, julho, 28. Vila do Cuiabá.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0545 CAIXA Nº 010.

[107] CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso, ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, agosto, 13. Vila do Cuiabá. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0548 CAIXA Nº 010.

[108] CARTA do [Reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0043 CAIXA Nº 001.

[109] Requerimento do Reverendo Manuel de Albuquerque Fragoso ao capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira. Cuiabá, 28 de dezembro de 1793. ACBM/IPDAC Pasta 177 – nº 16A Caixa 44.

Da análise da construção textual dos documentos, podemos depreender que nesse período ainda existia uma discussão sobre fundar novos engenhos no termo do Cuiabá, pois, ao dirigir o seu pedido ao govenador, o padre foi "jocoso" ao se referir à legislação publicada sobre os engenhos existentes, quando afirmou não saber se era "verdadeira ou quimérica" a legislação. O que nos permite questionar sobre se de fato havia um controle sobre os engenhos existentes no termo do Cuiabá. Por outro lado, destacou a postura da câmara, que reafirmou a existência da legislação e procurou garantir as suas rendas. Isso nos leva a retomar a discussão sobre o número e o controle de engenhos na capitania. Por outro lado, essa dúvida do padre pode ser entendida como uma provocação à câmara diante de alguma desavença que poderia existir entre ele e os oficiais camarários no momento do pedido, até porque as divergências entre a câmara da Vila do Cuiabá e o padre continuaram.

A câmara da Vila do Cuiabá reagiu aos privilégios concedidos e questionou a portaria que o padre Manuel de Albuquerque apresentou, em específico sobre o não pagamento das contribuições, elencando vários argumentos contrários à portaria do governador. Primeiro, que os senhores de engenho "não pagam pensão ou tributo que o soberano lhes impusesse, mas sim uma oferta voluntária que fizeram ao rei no tempo do terremoto"[110]. Em segundo lugar, o subsídio da câmara foi determinado pela correição geral, realizada no ano de 1733. Em terceiro, questionaram a justificativa da distância da propriedade do padre em relação à Vila do Cuiabá, dada para o não pagamento do subsídio. Eles indicaram como exemplo as propriedades do alferes Leonardo Soares e Souza, de Miguel Ângelo de Oliveira e de José Dias Paes que, mesmo distantes 40 léguas desta vila, não deixaram de pagar os subsídios à câmara[111]. Por fim questionavam a solicitação de obter privilégios existentes na jurisdição do termo do Mato Grosso e não se submeter às obrigações instituídas no termo do Cuiabá. O privilégio requerido pelo padre dizia respeito a uma série de isenções fiscais e privilégios aos moradores que fossem morar em Vila Bela, uma forma de povoar e dinamizar a produção naquele distrito[112]. Mesmo diante da reação da câmara, os privilégios foram mantidos e o padre passou a produzir aguardente, a comercializar a sua produção e não pagar as devidas contribuições. Não ficou claro no documento se ele também poderia vender aguardente nos termos como foi solicitado.

Em meio à discussão sobre a isenção concedida ao padre Manuel de Albuquerque, o governador e capitão-general Luís de Albuquerque de Melo e Cáceres lançou um bando (1782)

[110] Auto de execução lavrado por Manuel de Albuquerque Fragoso 1803, Cuiabá. ACBM/IPDAC Pasta 176 – nº 2101 Caixa 45.
[111] Idem.
[112] ROSA, C. A., A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. In: ROSA, C. A.; JESUS, N. M., *A terra da conquista.* História de Mato Grosso colonial, p. 41.

sobre os engenhos de fabricar aguardente, que informava todos os moradores que estavam em vigor as provisões de 12 de outubro de 1739, de 12 de junho de 1743 e de 9 de outubro de 1749 que tratavam da demolição dos engenhos e da não licença para se fundarem novos engenhos de aguardente na capitania. O governador Luís de Albuquerque tomou a responsabilidade para si, dizendo que não havia dado a atenção devida a essa matéria e por isso havia concedido a licença ao padre Manuel. E, por fim, determinou que:

> Se acha proibido a reedificação ou nova construção (de engenhos) debaixo de pena de dois mil cruzados que pagaria cada transgressor a metade para a sua Real Fazenda e outra para o denunciante e de cinco de degredo para o Rio Grande de São Pedro. Além da perda de escravos e mais fábricas dos ditos engenhos.[113]

Ao reeditar essas ordens manteve o mesmo discurso sobre o prejuízo que o fabrico da aguardente trazia para os moradores da capitania. Acreditamos que essa foi uma manobra do governador para evitar que outros moradores requeressem privilégios, como também uma forma de acalmar os senhores de engenho e a câmara.

Ao que tudo indica nem mesmo o governador manteve as normas, o que publicou em bando, dois anos depois. Em 1784 concedeu aos irmãos Manoel Martins Colasso e Thomé Joaquim Ferreira licença para a edificação de um engenho com a finalidade de fazer melados, rapaduras e aguardente[114]. Este engenho estava situado em São Pedro del Rei e um dos argumentos utilizados para a licença foi que, apesar de estar situada no termo de Cuiabá, suas rendas pertenciam à câmara de Vila Bela, assim estando sujeito às normas do termo de Mato Grosso[115]. Apesar de usar essa explicação dada pelo governador para justificar a concessão da licença, seu argumento contrapõe o bando por ele expedido que determinava o cumprimento da legislação sobre os engenhos em toda a capitania e não apenas no termo do Cuiabá, ou seja, mais uma vez utilizou justificativas falhas e dissonantes com a legislação para conceder privilégios para algumas pessoas.

Em 1789, o governador e capitão-general enviou à câmara ordens para que o juiz de fora Diogo de Toledo Ordonhez comunicasse a pena aplicada contra João Coutinho de Azevedo por erguer engenho de moer cana na estrada que ligava Vila Maria à Vila do Cuiabá sem licença expressa do governador. De acordo com o bando o transgressor perderia o engenho e os

[113] BANDO do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1782, novembro, 06. VILA BELABR MTAPMT.SG. BO. 4282 CAIXA Nº 073.
[114] Sesmaria 326.
[115] Não encontramos até o momento algum documento que aponte diferença sobre a política de engenho nos dois termos da capitania.

escravos, porém, para não sofrer tais sansões, poderia pagar uma multa de 500/8 na Provedoria que alcançaria a remissão das penas, bem como licença para continuar com o engenho[116]. O engenho multado pelo governador estava muito mais próximo de São Pedro del Rei, porém aplicou a João Coutinho a legislação diferente da sua ação em relação ao caso acima citado.

O próprio governador não fazia cumprir o bando, o que reforça o nosso argumento de que este era apenas uma forma de tentar acalmar a câmara da Vila do Cuiabá. A lei era aplicada pelo governador de acordo com a circunstância e seus interesses. Não temos informações sobre se houve ou não o pagamento, porém, em 1814, encontramos uma certidão expedida pelo Juizado dos Órfãos sobre a arrematação de um engenho feita por José Alves da Gama em São Pedro del Rei, que pertencia a João Coutinho do Azevedo[117]. Isto significa que, mesmo diante da negativa do governador e da multa aplicada, o engenho funcionou, tendo sido arrematado em 1811 pelo valor de 1:316$362.

Com a chegada do novo governador e capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a discórdia entre a câmara, os senhores de engenho e o padre Manoel voltou à tona. Os senhores de engenho e a câmara fizeram outra tentativa de impedir os privilégios obtidos pelo padre. Em 1791 o padre escreveu ao novo governador sobre a postura dos senhores de engenho, a quem chamava de ingratos, em específico Custódio Barrozo, que tinha encabeçado as representações contra ele. Afirmou que em vários momentos tinha prestado socorro aos senhores de engenho, ao capturar e conservar na prisão escravos fugidos que passavam por sua fazenda sem nada cobrar em troca. Portanto, no seu entendimento estava prestando um serviço a todos os moradores e se sentia injustiçado, e pedia ao governador a sua proteção. Mais uma vez, conseguiu manter o privilégio.[118]

No ano 1793, os senhores de engenho expressaram mais uma vez a insatisfação com a situação do padre e solicitaram que a câmara o comunicasse e exigisse que ele pagasse todos os tributos como os demais donos de engenhos. Em resposta ao pedido dos senhores de engenho, o juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral e os oficiais da câmara enviaram uma carta ao governador no ano de 1794 elencando os motivos pelos quais o padre Manoel de Albuquerque deveria participar do rateio pago à câmara. Nesta carta, a câmara reafirmava os

[116]CARTA do governador e capitão-general Luís de Albuquerque à Câmara da Vila do Cuiabá. Livro de Registro de correspondência da Provedoria da Fazenda. Livro C_28 folha 54 F e V. Estante 1- APMT.
[117] CERTIDÃO (Cópia) de dívida de Jose Alves da Cunha, arrematante da fábrica de engenho de João Coutinho de Azevedo no Arraial de São Pedro D' El Rei. 1814, outubro, 18. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. CE. 0397 CAIXA Nº 027.
[118] CARTA do [reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0044 CAIXA Nº 001.

argumentos anteriores e trazia um novo elemento para a discussão, de que o privilégio de não pagar as contribuições foi concedido pelo governador por um tempo determinado. E o padre estava ciente dessa condição, pois, desde o ano de 1787 a câmara o havia comunicado sobre essa questão, e ao ser notificado em 1788 disse que não pagaria os subsídios porque não havia produzido aguardente naquele ano e até o presente não havia pago a parte no rateio[119]. Ou seja, mesmo tendo se passado 12 anos desde a concessão da licença para levantar engenho a discordância entre o padre e a câmara continuava.

A tentativa de retirar o privilégio obtido pelo padre perdurou por vários anos. Em 1818 a câmara escreveu ao então governador João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg e pediu explicações sobre um requerimento do padre Manoel Albuquerque. Os oficiais da câmara afirmavam a necessidade de se construir uma nova ponte sobre o rio São Lourenço, porém, advertia que o pedido de privilégio do padre para não pagar subsídios em troca da construção da ponte era infundado. Segundo eles, o padre estava utilizando de uma mercê concedida pelo ex-governador e capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que não tinha mais validade e que o padre deveria fazer a ponte por patriotismo, mas não deveria deixar de contribuir com as rendas que já eram tão diminutas. Além disso, não era justo beneficiar um dono de engenho em detrimento dos outros[120]. Ao que tudo indica o padre nunca pagou as pensões e usufruiu do privilégio concedido pelo ex-governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres até a sua morte. A última notícia que temos do padre foi registrada em 1818, pelo engenheiro e sargento-mor Luiz D'Alincourt, que passou pela fazenda Jatobá ao chegar à capitania pelo caminho de Goiás. Segundo ele, o padre tinha aproximadamente 90 anos, porém com grande disposição.[121]

As discussões sobre a concessão de licença ou não para se fundar engenho adentraram o século XIX. Em 1808, a câmara da Vila do Cuiabá informou sobre o pedido de Francisco de Souza Alecrim para fundar engenho de aguardente. Segundo a câmara, o solicitante tinha poucas forças e seria mais útil que se mantivesse na produção de mantimentos[122]. Não satisfeito com a resposta, Francisco Alecrim ingressou com um novo pedido em 1809, quando a câmara

[119] REQUERIMENTO (Cópia) do Padre Manoel de Albuquerque Fragoso à Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. 1793, dezembro, 27. Vila do Cuiabá. BR MTAPMT.CVC RQ. 0149 CAIXA Nº 004.

[120] CARTA dos vereadores da Câmara ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg, 1818, maio, 08. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.CVC CA. 0275 CAIXA Nº 006.

[121] D'ALINCOURT, L., *Memória sobre a **viagem** do porto de Santos à cidade de **Cuiabá***, p. 104.

[122] CARTA dos vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1808, julho, 17. Vila do Cuiabá.BR MTAPMT.CVC CA. 0213 CAIXA Nº 005.

reiterou, mais uma vez, ao governador, que o solicitante não tinha posses suficientes e que não havia necessidade de produzir aguardente e sim mantimentos para abastecer a fronteira, portanto, era mais útil que seus escravos continuassem trabalhando na lavoura.[123]

Francisco de Souza Alecrim possuía, no momento do pedido, quatro sesmarias, sendo duas por concessão e duas por compra. A primeira foi solicitada no ano de 1785[124], e a última no ano de 1803. Na última sesmaria solicitada, no caminho de Goiás, a câmara enfatizou a utilidade de conceder a sesmaria para a produção de mantimentos. No seu pedido informava que possuía 50 cabeças de gado e 12 escravos que trabalhavam na agricultura e mineração[125]. Vale ressalvar que, no levantamento realizado no ano de 1798, Francisco de Souza Alecrim possuía dois monjolos, com capacidade de produzir 200 alqueires de farinha.[126]

Ao considerar a data do pedido de Francisco de Souza Alecrim, podemos pontuar duas questões. Primeiro, o ano de 1808 assinalou uma mudança no cenário imperial português, marcado por uma reordenação política e administrativa, que deu início ao império luso-português com a transferência da família real para o Brasil[127]. Segundo, com a movimentação na fronteira a capitania tinha que garantir o abastecimento dos estabelecimentos de fronteira, portanto nesse momento era mais útil a produção de mantimentos do que de aguardente.

Em 1811 encontramos dois novos pedidos dirigidos ao governador João Carlo D' Oeynhausen para levantar engenho no termo do Cuiabá. O primeiro foi feito por Antônio Nascimento de Barros, vindo de Goiás, que pediu licença para fundar um engenho de cana de açúcar, para a produção de aguardente no distrito do Paraguai e Diamantino. De acordo com ele, estava deixando o negócio de fazendas e pretendia investir na produção de aguardente e farinha[128] que era mais lucrativa. O segundo pedido foi feito pelo capitão Domingos da Silva Barreiro, que já era dono de um engenho de fazer rapaduras e farinha. Este havia solicitado

[123] CARTA dos vereadores da Câmara ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1809, março, 04. Vila do Cuiabá. BR MTAPMT.CVC CA. 0214 CAIXA Nº 005.

[124] REQUERIMENTO de Francisco de Souza Alecrim ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, janeiro, 07. Vila Bela.BR MTAPMT.SES. RQ. 0190 CAIXA Nº 003.

[125] REQUERIMENTO de Francisco de Souza Alecrim para o governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1803, julho, 11. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SES. RQ. 0418 CAIXA Nº 006.

[126] RELAÇÃO dos engenhos de fazer cachaça e farinha e monjolo existentes desde Vila Maria do Paraguai até Fazenda de São Lourenço. 1780, [...], [...]. VILA MARIA DO PARAGUAI. BR MTAPMT.SG. RO. 0699 CAIXA Nº 015.

[127] GRINBERG, K.; SALLES, R. (Orgs.). *O Brasil imperial - 1808-1831*; MATTOS, I. R., *O tempo Saquarema*.

[128] CARTA de [Antônio Nascimento Barros] ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1811, dezembro, 11. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. CA. 2858 CAIXA Nº 053.

sesmaria no ano de 1808[129], para lavoura, pois até aquele momento suas atividades eram ligadas ao comércio[130]. E requeria nesse ano o benefício de fundar engenho de aguardente, justificando no seu pedido o pouco rendimento vindo da produção de farinhas e rapaduras[131]. Não encontramos nenhuma resposta do governador, nenhuma objeção por parte da câmara da Vila do Cuiabá, mas localizamos informação sobre o engenho do capitão Domingos da Silva Barreiro em 1818[132], o que nos permite concluir que os dois pedidos foram aceitos.

Diante dos casos apresentados, nos quais fica patente a divergência de critérios para conceder ou não licença para fundar engenho, podemos afirmar que havia uma distância entre a lei e a prática. A lei existia, mas na prática estava sujeita aos jogos de interesses do grupo que detinha poder político somado aos interesses econômicos. Portanto, a lei era evocada quando convinha ao grupo que ocupava o poder naquele momento. Assim, como evidenciou a formação de um grupo de homens que viviam da produção dos seus engenhos, pagavam seus tributos. Quais as características desses engenhos que estavam situados no termo do Cuiabá? Como era a sua organização? É o que discutiremos no próximo item.

1.3 Os engenhos do termo do Cuiabá

Os engenhos de moer cana, ora analisados, estavam situados no termo do Cuiabá e foram erguidos desde o início da conquista dessa região na primeira metade do século XVIII. Os inventários e os processos abertos no Juizado dos Órfãos trazem pequenas descrições destas unidades produtivas que nos permitem recompor minimamente a dinâmica dos engenhos. Será a partir dessas descrições que adentraremos no complexo dos engenhos.

Antes de nos embrenharmos nos espaços dos engenhos, gostaríamos de esclarecer que utilizaremos o termo engenho aqui para definir um conjunto de instalações composto por casas de vivenda, senzalas, capela, engenho de moer cana, engenho de farinha e monjolos de socar

[129] REQUERIMENTO do capitão Domingos da Silva ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1808, abril, 02. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0471 CAIXA Nº 008.
[130] PROCESSO de libelo cível (incompleto, inicia na página 03) tendo como autor capitão Domingos da Silva contra D. Marianna de Assumpção e outros a respeito da herança do falecido capitão Bento de Toledo Piza. 1802, junho, 04. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0063 CAIXA Nº 005.
[131] CARTA de Domingos da Silva ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1811, outubro, 01. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. CA. 2841 CAIXA Nº 053.
[132] PROCESSO de requerimento aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como suplicante o capitão Joaquim Jose Ramos contra a suplicada D. Anna Luiza da Silva. 1818, maio, 26. VILA REAL DO SENHOR BOM DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0245 CAIXA Nº 019.

milho, pilar arroz e socar mamona, roda de ralar mandioca, pomar e lavouras[133] e moinhos. Ou seja, os engenhos eram um grande espaço de moradia e de beneficiamento dos produtos, além de possuírem as roças, pastos e pomares. De modo geral, as casas, senzalas e a maquinaria do engenho estavam muito próximas umas das outras.

Os estudos realizados a partir das escavações arqueológicas sobre a cultura material dos escravos que trabalhavam nos engenhos demonstraram a organização física dessas unidades e constataram que eles foram organizados para assegurar uma rígida ordem hierárquica, definida de acordo com a maior ou menor proximidade da sede do engenho, visando impor ordem e controle visual sobre esse espaço e os grupos subordinados. Deste modo a casa do senhor estava na parte central e as demais construções, a sua volta.[134]

Uma das descrições mais antigas dessas unidades instaladas no termo do Cuiabá, datada de 1738, está no inventário de Diogo de Lara Moraes. Na descrição de seus bens de raiz havia um sítio na paragem do Algodoal, com casa de vivenda e engenho de fazer aguardente com 3 alambiques velhos, 1 tacho, 2 cavalos, 20 escravos (18 homens e 2 mulheres[135]), quatro alqueires de milho, meio alqueire de feijão, cana e tudo mais que pertence à fábrica[136], foram avaliados também capados e uma porca parideira. Ao avaliar o complexo do engenho possivelmente estavam inclusos a senzala, paiol e outras construções e instrumentos para o beneficiamento da produção. Entre os seus escravos, Luís, da nação mina, era o alambiqueiro deste engenho, portanto possuía um escravo de ofício. Este inventário não traz maiores detalhes do engenho, mas podemos verificar que a sua produção não se restringiu à aguardente, outros produtos derivados da cana, como o melado e outras culturas, também eram cultivados e serviam tanto para a manutenção do engenho, como também deveriam ser vendidos no mercado local. Não encontramos indícios de que Diogo Lara Moraes utilizasse seus escravos nas atividades de mineração, o que nos permite afirmar que este vivia da produção do seu engenho.

Portanto, desde a primeira metade do século XVIII, houve a formação de um complexo produtivo nos engenhos, dentro do qual, nas descrições, aparecem as casas de vivendas. De modo geral, eram casas de três a oito laços[137], de taipa de pilão e coberturas de cobertas de

---

[133] Inventário Manoel de Moura (alferes).1801. cx. 07, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário de Luís Monteiro Salgado. 1808 – cx. 14, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT. Inventário de Apolinário de Oliveira Gago. 1816 – cx. 79, Fundo: Cartório 2º Ofício – APMT; Inventário José Pereira Nunes.1801. cx. 08, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

[134] SYMANSKI, L. C. P., *Slaves and planters in western Brazil*: material culture, identity and power, p. 218-219.

[135] No inventário também há referências de três escravos que se encontravam fugidos. Uma das escravas tinha uma menina de seis anos que foi incluída na avaliação da mãe.

[136] Inventário de Diogo de Lara Moraes. Fundo: Inventários e Testamentos. 1738-Caixa 39 APESP.

[137] Carlos Lemos comenta que lanço "significava uma série de cômodos encarreirados, um atrás do outro, formando uma fila perpendicular à rua ou ao terreiro, quando se tratava de casa rural". Cf. Carlos A. C. Lemos

telhas. Identificamos algumas casas de sobrado. Entre elas estavam a de Antônio Pinho Azevedo, que informava ter grandioso engenho com duas casas de sobrado e que sua casa era a única nas Minas e de grande vitalidade em 1751[138].

Quanto às medidas das casas os inventários trazem poucas informações. No sítio São Jose dos Cocais, que pertencia ao mestre de campo José Pais Falcão das Neves, estavam situadas uma casa de vivenda com 15 braças de comprido e outra com oito braças com despejos, cozinha[139]. A casa de vivenda de Manoel Francisco Rondon tinha oito laços, coberta de telha por rebocar com seis janelas e uma porta grande na frente[140]. Antônio Xavier de Siqueira era dono de uma casa de vivenda com paredes de taipa de pilão, coberta de telha com 24 portas e 18 janelas. Estes foram uns dos poucos inventários que trazem o número de janelas e portas[141]

A partir do estudo das habitações rurais nos Campos dos Goitacazes, Sheila de Castro Faria observou que as casas de vivenda eram barreadas ou de taipa de mão, cobertas de telha ou palha, mas que as avalições nem sempre diziam sobre os corpos das casas, quantidade de portas e janelas e seus tamanhos. No caso em particular de sítios com engenhos, as casas de vivenda tenderam a ser anexas ao setor de beneficiamento.[142]

Algumas descrições parecidas encontramos para os engenhos situados no termo do Cuiabá. No engenho Antônio Gouveia Serra, situado no Porto do Borralho, no rio Cuiabá Acima, a casa de vivenda, assim como descrito por Sheila de Castro Faria, mantinha as construções de beneficiamento anexas. Neste engenho:

> As casas de taipa de pilão e com uma parte de pau a pique com três laços, cobertas de telha, com quartos por trás atijolado com janela e na banda de baixo com um porta e uma janela, pregado a essa propriedade na parte sul um laço de casa de taipa, coberta de telha e que serve de paiol. Com uma parte pra frente. E assim coberta também de telha de pau a pique e taipa com seu engenho de moer cana com casa que também serve de cozinha e mais senzalas com seis laços coberta de telhas. [143]

(1999, p. 24). Apud: BORREGO, M. A. M., Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*.

[138] REQUERIMENTO do capitão António de Pinho de Azevedo ao rei [D. José]. e o hábito de Cristo para cada um deles com a tença de 50 mil réis. [ant. 1750, julho, 10].AHU_ACL_CU_010, Cx. 5, D. 321.

[139] PROCESSO aberto no Juizado dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo José Paes Falcão das Neves. 1800, outubro, 04. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMTJPO.PC.0056 CAIXA 004.

[140] PROCESSO de Justificação aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como justificante o alferes Manoel Francisco Rondon, justificado o advogado Manoel Barros Rodovalho e Silva a respeito da herança de João de Souza Vaz Canabarros. 1797, junho, 30. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0038 CAIXA Nº 003.

[141] Inventário de Antônio Xavier de Siqueira. 1804 – cx. 10, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[142] FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento*: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p. 356-360.

[143] Inventário post-mortem Antônio Gouveia Serra, 1789 - cx. 01, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

Com relação ao interior das casas, as mobílias eram compostas por cama de vento de sola, baús, cômodas, oratório de madeira, mesas de madeiras, mesas com gavetas, mochos cobertos de couro, tamboretes, catres e candeeiro[144]. Eram poucas casas em que foram listados cômodas e armários. Entre os utensílios domésticos estavam os pratos de estanho, alguns objetos de prata (copo, cabo de talheres, castiçais e bandejas), pratos, chocolateira, xícaras de louça, jarro com bacia, bacia e jarros de barro, panelas, garrafas de vidro, sopeiras e louças finas da Índia.[145]

Nem todos os engenhos possuíam capelas em sua propriedade, mas os oratórios estavam presentes. O engenho do Itambé possui uma capela.[146]

No caso das senzalas, as poucas informações contidas nos inventários dispõem sobre a forma dessas edificações, que eram de modo geral cobertas de telhas, mas existiram algumas cobertas de capim e em algumas propriedades havia mais de uma senzala, como era o caso do engenho de José Paes Falcão das Neves[147].

Luís Claudio Symanski, ao analisar os engenhos de Serra Acima, identificou, a partir das escavações arqueológicas nos locais onde estavam situadas as senzalas, um conjunto de cerâmicas de barro, cachimbos, objetos utilizados pelos escravos [148] que nos permitem compreender a materialidade destas edificações.

No que diz respeito aos espaços de beneficiamento de produtos próximos às casas de vivenda tínhamos os engenhos de cana e seus apetrechos de fabricar aguardente, rapadura e melado; a roda de ralar mandioca, o engenho de farinha, forno de torrar farinha e moinho. No Engenho do Buriti foi descrito um moinho de pedra.[149]

A descrição das construções onde estava localizada a maquinaria do engenho de modo geral era bem sucinta nos inventários, bem como dos seus espaços internos, indicava a existência, da fornalha, cozinha e, em alguns casos, das caldeiras. O Engenho São Vicente pertencia a Francisco Gomes da Silva, era movido por bois com casa de telhas, com casa de vivenda nova, agulhões de ferro, com dois quartos, uma fornalha, outro quarto para rapadura, açúcar e cozinha. O engenho tinha quatro portas, seis janelas grandes e duas janelas pequenas,

[144] Ver relação de inventários nas referências.
[145] Idem.
[146] CONTA (conjunto) particulares do alferes José Gomes de Barros. Post. 1793, [...], [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.DAC. CO. 0022 CAIXA Nº 001.
[147] PROCESSO aberto no Juizado dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo José Paes Falcão das Neves. 1800, outubro, 04. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMTJPO.PC.0056 CAIXA 004.
[148] SYMANSKI, L. C. P., *Slaves and planters in western Brazil*: material culture, identity and power, p. 240.
[149] Inventário de Apolinário de Oliveira Gago. 1816 – cx. 79, Fundo: Cartório 2º Ofício – APMT.

era coberto de palha, perto da senzala[150].

Quanto aos engenhos de moer cana tínhamos os movidos a água e também por tração animal. Stuart Schwartz, ao estudar os engenhos da Bahia, observou que eles eram classificados de várias maneiras, como pela posição geográfica, no caso da Bahia os "à beira-mar", que estavam próximos do litoral ou de rio e os engenhos da "mata" ou "terra a dentro", que estavam localizados mais para o interior do território. A outra forma era pelo tipo de propriedade: régia, corporativa ou privada. E por fim a classificação era pela força motriz nela empregada.

> Os engenhos movidos a água, chamados de engenhos reais, eram maiores, enquanto o impulsionados por cavalos ou mais comumente bois eram mais lentos e tendiam a apresentar menor capacidade produtiva. Estes engenhos de tração animal eram denominados de trapiches, engenhocas ou de molinetes, sendo os dois últimos termos de certa forma depreciativos.[151]

Para o termo do Cuiabá, realizamos um levantamento a partir dos 35 inventários e dois processos do Juizado dos Órfãos de proprietários de engenho[152]. Destes, 34 trazem as descrições sobre a força motriz dos engenhos, sendo 61% movidos à água e 38% por boi[153]. Os engenhos movidos à água estavam situados na Serra Acima, o que é perfeitamente compreensível considerando que estavam próximos dos rios como da Casca e Quilombo, já os movidos à tração animal estavam situados no Rio Acima e em Cocais.

A partir dos dados consultados, constatamos que a maioria dos engenhos era movida à água, certamente pela localização geográfica de onde estavam instalados, o que propiciava a utilização dessa força motriz. Em outros inventários que não trazem uma descrição pormenorizada dos engenhos, temos a presença de bois mansos para carro, que também poderiam ser usados para mover o engenho e a caracterização de cangalha para bois de engenho[154]. No caso do engenho de Manoel Francisco Rondon, este possuía dois engenhos,

---

[150] Inventário post-mortem Francisco Gomes da Silva ,1805 - cx.012, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[151] SCHWARTZ, S. B., *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835, p. 92-93.

[152] Estas considerando as descrições existentes nos inventários de 1778-1834. Assim, esta é uma amostra dos engenhos ao considerarmos outros senhores de engenho para os quais não temos inventário.

[153] Inventário Apolinário de Oliveira Gago, cx. 00, Fundo: Cartório 2º Ofício-APM; Inventário Gregorio Campos Maciel.1834. cx. 00, Fundo: Cartório 2º Ofício-APM; Inventário Antônio de Gouvêa Serra.1787.cx. 01, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM; Inventário Manoel de Moura (Alferes).1801cx. 07, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM; Inventário José Pereira Nunes.1801. cx. 08, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM; Inventário José Dias Paes.1803.cx. 09, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM; Inventário Antônio Xavier de Siqueira (Cap.).1804.cx. 10, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM; Inventário Luiz Monteiro Salgado.1808.cx. 14, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM. Inventário Paulo da Silva Coelho (Ten.).1809.cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Antônia Maria Dias.1812.cx.16. Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT; Inventário Antonio da Silva De Albuquerque (Sarg.).1812.cx. 16, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT e outros.

[154] Inventário de Gabriel da Fonseca. 1834 – cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

um movido à água e outro por bois[155]. Portanto, existiram dois tipos de engenho no termo do Cuiabá com a predominância do engenho movido à água.

De acordo com Vera Ferlini, no Brasil, os engenhos d'água foram mais utilizados no século XVII, sendo substituídos ao longo do tempo pelos de tração animal, que eram mais baratos, exigiam menos habilidade técnica para o manejo e, por fim, em função da interiorização dos engenhos diante do desgaste da terra[156]. Por terem um alto custo para áreas produtoras de aguardente e rapadura, os engenhos de modo geral eram pouco aparelhados. E o pequeno número de engenhos d'água nas áreas era justificável diante do alto custo. Os engenhos d água estavam presentes nas áreas produtoras de açúcar para exportação[157]. Não podemos afirmar que para o termo do Cuiabá houve um grande investimento na construção dos engenhos, mas acreditamos que os senhores de engenho aproveitaram-se das condições geográficas e dos recursos hídricos do termo para a edificarem os seus engenhos.

Apesar de não ser conclusivo, como já apontamos, no termo do Cuiabá houve investimento em engenhos d'água para produzir aguardente e rapadura, pois, como veremos, a maior produção dos engenhos de cana era desses produtos. O açúcar foi produzido em menor escala. Quanto aos utensílios existentes nos engenhos de moer cana, possuíam alambiques, alambiques com capelo, barris, pipa com gatilho, tachos de cobres de diferentes tamanhos, caldeirões, formas de madeira para rapadura, frasqueiras, caldeira para cozinhar garapa.

Por outro lado, os engenhos instalados no termo do Cuiabá não produziam apenas derivados da cana. Os seus proprietários investiram na agricultura comercial e no beneficiamento de outros produtos, tais como farinha de milho, em grande escala, farinha de mandioca, em menor, e azeite de mamona, além de produzirem e comercializarem grãos como milho, arroz e feijão. O beneficiamento desses produtos exigia um aparato para produção e para moer o milho os engenhos estavam equipados com fornos de cobre e de ferro para torrar, tachos, chapas de cobre, espumadeiras, peneiras, caixões grandes e pequenos para armazenamento, no caso da farinha de mandioca ainda tinham a roda de ralar. No caso do azeite de mamona[158], os

[155] PROCESSO de Justificação aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como justificante o alferes Manoel Francisco Rondon, justificado o advogado Manoel Barros Rodovalho e Silva a respeito da herança de João de Souza Vaz Canabarros. 1797, junho, 30. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0038 CAIXA Nº 003.

[156] FERLINI, V. L. A., *Terra, trabalho e poder*: O mundo dos engenhos no nordeste colonial, p.158-161.

[157] FERLINI, V. L. A., *Açúcar e Colonização*, p. 199.

[158] Segundo descrição Códice Gosta Matoso. Para fabricar o azeite soca ou pisa a semente, ou em "pilões, por "engenho, ou à mão, em gamelas, feitio dos mesmos *pilões; e depois de pisada se-deita em um tacho com um pouco de água com que vai fervendo ao fogo, e o azeite que sai do dito polme vem a de cima da água em que se coze; e assim se vai tirando com uma colher para fora, e é este o azeite que serve para alumiar, ficando somente a água no fundo do tacho. Códice Gosta Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral do Ouro Preto que tomou posse em

tachos, pilões e espumadeiras eram instrumentos importantes para a sua produção. Em conjunto com engenhos, nessas unidades de produção tínhamos também monjolos os moinhos.

Os monjolos eram equipamentos importantes para o beneficiamento dos produtos, por serem movidos à água não necessitavam de presença constante da força humana, a não ser para retirar e colocar o produto no monjolo. Diferentemente da utilização de pilões, eles também foram usados para pilar arroz e milho, que necessitavam de força humana constante.

Em algumas unidades produtivas, utilizavam também o moinho. No Engenho do Buriti, além do engenho de cana e farinha, ainda possuíam um moinho situado na Cachoeira junto à estrada para o Quilombo com casa coberta de telha e todos os seus acessórios[159]. No engenho de Gabriel Fonseca de Sousa encontrava-se um moinho de pedra[160]. Este tipo de moinho era utilizado para esmagar os grãos de milho que davam origem ao fubá, que, diferentemente da farinha, não era necessário passar pelo processo de torrar.

O levantamento do número de engenhos (edificação) existentes no termo do Cuiabá, realizado em 1798, apontou a existência de oito monjolos instalados, que eram engenhos rudimentares movidos à água utilizados para pilar milho[161]. A melhor descrição do monjolo encontra-se no inventário de José França e Silva, dono de um sítio denominado "Papagaio", com casas de um laço e monjolo com uma madeira de seis palmos de comprimento e um largo de palmo, com um cocho velho e cobertura de palha[162] situados na paragem do "Monjolo"[163]. Os monjolos também poderiam ser utilizados para pilar arroz, socar mamona para produção do azeite. O engenho de Manoel de Moura também possuía dois monjolos movidos à água com casa coberta de capim[164]. José Dias Paes também possuía em sua propriedade dois monjolos para pilar milho[165]. Nesse sentido, as unidades de produção que beneficiavam outros produtos agrícolas eram equipadas de engenhos (edifício), monjolos e moinhos.

Para que todos esses equipamentos pudessem ser colocados em funcionamento, era necessário matéria- prima, que dependia do cultivo da terra para a plantação do milho, feijão e

---

fevereiro de 1749 e vários papéis. (Coord.) FIGUEIREDO, L. R. A.; CAMPOS, M. V. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.2 v. (Coleção Mineirinha, Série Obras de Referência).

[159] Inventário de Apolinário de Oliveira Gago. 1816 – cx. 79, Fundo: Cartório 2º Ofício – APMT.

[160] Inventário de Gabriel da Fonseca Souza. 1834 – cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[161] De acordo com a definição do Dicionário Houaiss, p. 511.

[162] Inventário de José de França e Silva.1799 - cx.16, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[163] De acordo com o nosso levantamento nos requerimentos de sesmarias, este monjolo estava situado nas proximidades do Rio Manso e o Ribeirão Bravo em Serra Acima. REQUERIMENTO de José de França Silva ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, setembro, 25. CASALVASCO BR MTAPMT.SES. RQ. 0194 CAIXA Nº 003.

[164] Inventário post-mortem Manoel de Moura, 1801 - cx. 07, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[165] Inventário post-mortem José Dias Paes, 1803 - cx. 07, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

mamona. Os senhores de engenho também eram senhores das grandes lavouras cultivadas no termo do Cuiabá. As ferramentas mais utilizadas para esse fim foram machados, foices, podões, alavancas de ferro e enxadas, ou seja, os métodos agrícolas simples. Para a capitania de Minas Gerais a prática mais comum era a agricultura de coivara, que consistia em derrubar as áreas de mata, queimar as árvores e depois plantar[166]. Acreditamos que a técnica utilizada no termo do Cuiabá não era muito diferente da descrita para a capitania de Minas Gerais. Assim, como em Minas Gerais, não encontramos o uso do arado nas atividades de lavoura no termo do Cuiabá.

A introdução de novas práticas de cultivo e o uso do arado passaram a ser incentivados na América Portuguesa durante o governo de D. Maria I[167]. Em 1798 foram publicados 11 volumes do livro *Fazendeiro do Brasil*, a fim de divulgar os conhecimentos das ciências naturais e agricultura. O envio do manual fazia parte de conjunto de medidas políticas do período mariano, que buscavam a renovação da agricultura e a introdução de novas técnicas de cultivo[168]. Os reflexos dos incentivos apontados no manual na capitania de Mato Grosso podem ser percebidos em uma correspondência do governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Nesta carta, informou o ministro Rodrigo de Souza Coutinho que estava cuidando da dinamização e aumento da produção agrícola nessa capitania e para isso tinha incentivado o uso do arado de boi para melhorar e aumentar as áreas de cultivo e que a câmara da Vila do Cuiabá se propôs a oferecer alguns prêmios para os agricultores que primeiro introduzissem a técnica[169]. Apesar do incentivo, não encontramos nos inventários a presença do arado entre as ferramentas de cultivo.

Além das áreas de cultivo, nos engenhos existiam as áreas de pastagem para os bois que movimentavam o engenho e os carros, cavalos e as tropas de muares. Os carros de bois eram importantes para o transporte dos produtos das roças até os locais de beneficiamento, para trazer lenhas que alimentavam as fornalhas e fornos. Em média cada engenho possuía de 20 a 30 bois de carros nas propriedades[170]. Encontramos, ainda, 18 engenhos que possuíam tropas muares[171]. As presenças desses animais nessas propriedades revelam que os senhores, além de produzirem

[166] GUIMARÃES, C. M.; REIS, F. M. M., Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C., *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas*, p. 333.
[167] Fernando Novais tem uma discussão interessante sobre a política de incentivo à produção agrícola na colônia, a partir da ótica do antigo sistema colonial. Ver: NOVAIS, F. A., *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, p. 213 -298.
[168] DIAS, M. O. L. S., *A interiorização da metrópole e outros estudos*, p. 59.
[169] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho.1837. 1799, março, 3, Vila Bela. AHU_ACL_CU_010, Cx. 36, D. 1837.
[170] Ver capítulo II.
[171] Idem.

alimentos e bebidas, eram também responsáveis pelo transporte da produção e a comercialização dos seus produtos, conforme iremos analisar no capítulo III.

Todo esse complexo produtivo era movido pela combinação das mãos de obra escrava e livre. O processo produtivo do engenho exigia diferentes graus de formação, técnicas e trabalhadores[172]. A mão de obra especializada não implicava ser necessariamente livre, muitos dos senhores de engenho eram donos de escravos de ofício, como o dono do engenho da Casca, Luís Monteiro Salgado, que tinha um escravo ferreiro[173], e Manoel Francisco Rondon, um pardo alfaiate.[174]

Quanto ao plantel de escravos dos engenhos, Carlos Rosa identificou para os engenhos instalados no termo do Cuiabá entre os anos de 1726 e 1736 uma média de 23 a 25 escravos trabalhando em cada engenho.[175]

Tomando-se como referência os plantéis de escravos presentes nos inventários de 37 dos donos de engenhos (para os quais temos informação), no conjunto possuíam um plantel de 1.369 escravos, que representou uma média de 37 escravos por unidade. A média da mão de mão de obra escrava nos engenhos está acima da média geral encontrada para as unidades produtivas, conforme a tabela 1. Assim, concluímos que as unidades de produção que tinham engenho possuíam uma média maior de mão de obra escrava em detrimento aos demais tipos de unidades de produção existentes no termo do Cuiabá.

Na tabela abaixo distribuímos por faixas de 20 escravos para termos uma dimensão mais objetiva dos tamanhos dos plantéis dos engenhos.

Tabela 2 - Faixas de escravos por proprietários de engenhos - 1778-1834

Escravos-plantel	Nº proprietários	(%)
1-20	13	35,0%
21-40	14	37,8%
41-60	4	10,8%
61-80	3	8,1%
91-100	1	2,7%
Acima de 100	2	5,4%
Total	37	100%

[172] FERLINI, V. L. A., *Terra, trabalho e poder*: O mundo dos engenhos no nordeste colonial, p. 181.
[173] Inventário post-mortem Luis Monteiro Salgado, 1808 - cx. 14, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[174] PROCESSO de Justificação aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como justificante o alferes Manoel Francisco Rondon, justificado o advogado Manoel Barros Rodovalho e Silva a respeito da herança de João de Souza Vaz Canabarros. 1797, junho, 30. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0038 CAIXA Nº 003.
[175] ROSA, C. A., Canas, escaroçadores, alambique, aguardente: sinais da produção local do Cuiabá na Relação de José Barbosa de Sá. *Revista do RIHGMT*.

Pelo exposto na tabela acima, podemos observar que uma média de 72,8% dos donos de engenho possuíam plantéis de até 40 escravos, os plantéis com mais de 40 escravos estavam nas mãos de 27,2%. Ao compararmos com os nossos dados anteriores, podemos afirmar que os engenhos mantiveram a média de seus plantéis ao longo do tempo. Cotejando com os dados apresentados por Schwartz, para o Rio de Janeiro em 1778, que arrolou 109 unidades produtivas e uma média de 36 escravos, nos engenhos de São Paulo, a média dos plantéis era semelhante. Para os engenhos de pequeno porte da Bahia, a média era de 20 a 59 escravos[176]. Para Porto Feliz, em 1818, a média de escravos por senhores de engenho era de 22,4[177]. Nesse sentido, os engenhos no termo do Cuiabá estavam dentro de um padrão dos engenhos situados na América Portuguesa.

Quanto aos trabalhadores livres, é mais difícil precisar quantos trabalhavam nos engenhos, bem como as suas atividades. Ao analisar os documentos contábeis dos engenhos da Bahia, Stuart Schwartz identificou diferentes categorias de trabalhadores assalariados que prestavam serviços para os engenhos e recebiam seus pagamentos anualmente, ou pela jornada de trabalho para a qual foram contratados.[178]

Para o termo de Cuiabá não encontramos uma vasta documentação contábil dos engenhos, mas nas prestações de contas anexadas aos inventários consultados encontramos dois grupos de trabalhadores livres. O primeiro grupo estava ligado diretamente à produção dos engenhos, como caldeiro, feitor de roças, carpinteiro, ferreiro, pedreiro, alambiqueiro e camaradas[179]. Não encontramos trabalhadores específicos que atuavam no fabrico do açúcar, como o mestre de açúcar, por exemplo, até porque a maior parte da produção dos engenhos do termo do Cuiabá era de aguardente e rapadura, o que justifica a presença do caldeiro e do alambiqueiro. Para os demais ofícios, como ferreiro e carpinteiro, como apontam Schwartz e Ferlini, eram utilizados trabalhadores indispensáveis nos engenhos, pois eram responsáveis pela sua manutenção e também das ferramentas de trabalho. Em relação aos camaradas, os registros são muito genéricos e serviam para designar diferentes categorias de trabalhadores.[180]

O segundo grupo atuou na comercialização da produção, eram eles arrieiro, caixeiro e

[176] SCHWARTZ, S. B., *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835, p. 365.
[177] GUEDES, R., *Egressos do cativeiro:* trabalho, família, aliança e mobilidade social, p. 42.
[178] SCHWARTZ, S. B., *op. cit.*, p. 262-263.
[179] Inventário de Paulo da Silva Coelho.1809 - cx.15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário de Valentim Martins da Cruz.1820- cx.24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário de Antônio Leite do Amaral Coutinho1818- cx.21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[180] Sobre esta questão ver: SENA, D. M., *Livres e pobres no centro da América do Sul*; Um estudo sobre os camaradas (1808-1859).

comissário[181]. O arrieiro era responsável por conduzir a tropa com os mantimentos até a vila e também por trazer os suprimentos necessários para a manutenção do engenho[182]. De acordo com Bluteau, o arrieiro é aquele que vive de guiar bestas[183]. Moraes da Silva acrescenta que não apenas guia as bestas, mais aluga bestas e cavalos para estrada[184]. Divino Marcos de Sena, no período de 1808-1850, identificou para a região dois tipos de arrieiros, os donos de pequenos números de bestas que se empenhavam no transporte, cujo lucro estava no aluguel das bestas, e aqueles que não possuíam bestas para aluguel, mas tinham conhecimento do ofício.[185]

Os arrieiros identificados eram responsáveis pelo transporte e entrega das cargas conduzidas em bestas que pertenciam ao dono do engenho. Nesse sentido, o arrieiro era um trabalhador livre que prestava serviço ao dono dos engenhos.

O caixeiro e o comissário eram responsáveis pela comercialização dos produtos. Estes últimos também realizavam compra dos mantimentos para o engenho. Essas funções serão tema do capítulo III, quando tratarmos dos engenhos de Serra Acima. Vale lembrar que nos engenhos da Bahia tinham os caixeiros, que eram responsáveis pelo registro das caixas de açúcar, as questões alfandegárias e garantiam o envio de mantimento para o engenho.[186]

Na reconstituição do espaço do engenho podemos observar que as atividades econômicas presentes não se restringiam apenas à plantação de cana-de-açúcar e produção de seus derivados, como veremos a seguir, pois os donos de engenho também investiam na agricultura comercial. Por fim, os engenhos do termo do Cuiabá eram responsáveis por parte do abastecimento do mercado local, ou seja, das vilas, arraiais, localidades de mineração e estabelecimento de fronteira.

[181] Inventário de Paulo da Silva Coelho.1809- cx.15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário de Valentim Martins da Cruz.1820- cx.24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário de Antônio Leite do Amaral Coutinho1818- cx.21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[182] Inventário de Paulo da Silva Coelho.1809- cx.15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário de Valentim Martins da Cruz.1820- cx.24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário de Antônio Leite do Amaral Coutinho1818- cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[183] BLUTEAU, R., *Vocabulário Portuguez e Latino*, p. 563.
[184] SILVA, A. M., *Dicionário da língua portuguesa*, p. 194.
[185] SENA, D. M., *Livres e pobres no centro da América do Sul*: Um estudo sobre camaradas (1808-1850), p. 165.
[186] SCHWARTZ, S. B., *op. cit.*, p. 262.

CAPÍTULO II

PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO, CONTRATO E PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS

Como podemos observar no capítulo anterior, os engenhos não se restringiam ao cultivo e à produção de produtos derivados da cana-de-açúcar, seus proprietários também eram produtores de alimentos, como farinha de milho e de mandioca, e criadores de porcos e outros pequenos animais destinados ao consumo das famílias e, sobretudo, para o abastecimento do mercado local. O termo mercado local, aqui, será entendido como as vilas, arraiais, lugares de mineração e os estabelecimentos de fronteiras (fortes e presídios) localizados no termo do Cuiabá.[187]

Reconhecemos a presença e a importância dos roceiros que cultivam para a sua subsistência, mas nossa intenção é destacar a formação e atuação de um grupo de homens que dominaram o setor produtivo, por meio do investimento na agricultura comercial para abastecer o mercado local.

2.1 A produção dos engenhos

O governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro lançou um bando em 1798 para que fosse realizado o levantamento dos engenhos de aguardente e farinha na capitania[188]. O arrolamento foi realizado pelo mestre de campo José Paes Falcão das Neves, em 1798, no distrito do Cuiabá, abrangendo desde Vila Maria até o São Lourenço.

O mestre de campo solicitou que os donos de engenho assinassem uma declaração em que constassem informações sobre capacidade de produção, os produtos fabricados e o número de escravos que mantinham no engenho e se os utilizavam para outra atividade. Anexados enviou as declarações, um resumo delas e duas listas (uma com os nomes dos donos de fábricas de açúcar, rapadura e melado e outra com os nomes dos donos de engenho de fazer farinha e

[187] Ainda será necessário a busca de outras fontes e estudos futuros para saber se houve a comercialização com outras capitanias ou faziam trocas com os domínios hispânicos.

[188] RELAÇÃO dos engenhos de fazer açúcar, rapadura e melado do Distrito de Vila Maria, São Pedro del Rei, Cocais, Porto Geral para Acima, Porto Geral para Baixo, Coxipó Mirim, Médico e Serra Acima. 1795, [...], [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.SG. RO. 1502 CAIXA Nº 030; CARTA do mestre de campo e comandante José Paes Falcão das Neves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, agosto, 11 COCAIS.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2254 CAIXA Nº 033.

aguardente) e, por fim, uma relação de propriedades novas e antigas que possuíam engenho por localidade. Ao indicar as localidades, o mestre de campo pontuou as microrregiões produtivas do termo do Cuiabá. Esta constatação é importante na medida em que esses engenhos estavam situados em diferentes pontos do termo, o que pressupõe uma organização produtiva que garantia o abastecimento da vila, arraiais mineradores e os estabelecimentos de fronteira.

Além disso, a partir dessa documentação notamos que havia uma divisão da produção entre os donos de engenho, ou seja, havia um grupo que produzia açúcar, melado e rapadura e outro que produzia farinha e aguardente. Isto não significa que o primeiro grupo não produzia também farinha e outros mantimentos para o seu próprio consumo e também para comercializar o excedente e vice-versa, mas o segundo era o principal produtor que abastecia o mercado do distrito de Cuiabá com aguardente e farinha. Este grupo também produzia outros produtos da cana, por ter unidades produtivas com uma estrutura maior e mercado certo, isto é, Armazém Real, responsável pelo abastecimento dos estabelecimentos de fronteira, das expedições pelo "sertão" e também das vilas e arraiais. No que diz respeito à produção de aguardente, em 19 anos dobrou o número de engenhos no distrito do Cuiabá ao compararmos com o número existente até o ano de 1779 (ver quadro 7).

De acordo com os dados apresentados no levantamento feito pelo mestre de campo, elaboramos as tabelas 3 e 4. O primeiro diz respeito aos engenhos, o tamanho e a quantidade de escravos.

Tabela 3 – Número de engenhos de açúcar, rapadura e melado no distrito do Cuiabá e percentual de escravos – 1798

Localidade	Fábricas grandes	Número de escravos	Média de escravos por fábrica	Fábricas pequenas	Número de escravos	Média de escravos por fábrica	Fábricas que não laboram	Nº total de escravos
Vila Maria	-	-		02	9	3	-	09
São Pedro del Rei	01	16	16	10	33	3.3	01	49
Cocais	03	42	14	05	26	5.2	03	68
Porto Geral para Cima	03	40	13.3	06	28	4.6	02	68
Porto Geral para Baixo	04	66	16.5	03	17	5.6	01	83
Coxipó-Mirim	-	-		02	13	6.5	01	13
Médico	-	-		-	-		01	-
Serra Acima	-	-		02	10	5.0	-	10
Total	11	164	14.9	30	136	4.5	9	300

Fonte: Fundo – Secretaria de Governo - BR MTAPMT.SG. RO. 1502. CAIXA Nº 030; BR MTAPMT. QM. TM.CA. 2254 CAIXA Nº 033.

De acordo com o levantamento, no termo do Cuiabá encontravam-se instaladas 50 fábricas, entre grandes e pequenas, especializadas na produção de açúcar, rapadura e melado. Porém, nove engenhos estavam sem produção no momento do levantamento. Apesar de não ficarem explícitos nos documentos os critérios utilizados pelo mestre de campo para diferenciar os tamanhos dos engenhos, ao analisarmos a tabela podemos concluir que foi a quantidade de mão de obra escrava. Neste sentido, os pequenos possuíam uma média de 4,5 escravos, enquanto os classificados como grandes, uma média de 14,9 escravos por unidade. Não houve preocupação em realizar o registro da capacidade produtiva dessas unidades.

Não podemos ignorar o número de engenhos que se encontravam inativos, que representavam 18% do total dos referidos engenhos. Nas explicações do mestre de campo ele não faz nenhuma referência a estes engenhos. Ao buscar informações a partir do nome, constatamos que podem ter ocorrido duas situações. A primeira, alguns dos donos de engenho também exploravam datas minerais, como o capitão Antônio Luís da Rocha, que era dono de um engenho no arraial do Médico[189]. E pode ter priorizado a mineração em detrimento das atividades de engenho, pois o encontramos exercendo essa atividade[190]. A segunda situação era a morte do proprietário, o que parece ter sido o caso do engenho do mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo, que após a sua morte, em 1795, seu engenho encontrava-se inativo.

Já os engenhos especializados em produzir aguardente e farinha nos permitiram a construção da tabela 4.

Tabela 4 - Número de engenhos de aguardente e farinha do termo do Cuiabá, capacidade de produção e o percentual de escravos – 1798

Localidade	Tipo e quantidade de fábrica		Produção		Total de escravos empregados	Média escravos por unidade
	Engenho	Monjolo	Aguardente (Canada)	Farinha (Alqueire)		
Vila Maria do Paraguai	02	-	150	600	59	29.5
São Pedro del Rei	02	02	175	280	42	10.5
Cocais	03		24	500	66	22
Rio Acima	05		240	1.100	95	19
Rio Abaixo	02		180	-	70	35
Serra Acima	20	06	4030	16.400	728	28
Total	34	08	5015	18.800	1060	25.2

[189] REQUERIMENTO do capitão-mor Antônio Luis da Rocha ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, outubro, 15 VILA BELA BR .TAPMT.SES. RQ. 0140 CAIXA Nº 002.

[190] CARTA do capitão-mor Antonio Luiz da Rocha ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797, novembro, 23 VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2186 CAIXA Nº 031.

Fonte: Fundo – Secretaria de Governo - BR MTAPMT.SG. RO. 0699 CAIXA Nº 015; BR MTAPMT. QM. TM.CA. 2254 CAIXA Nº 033.

Dos 34 engenhos, 27 produziam aguardente e farinha, e quatro produziam apenas aguardente e dois somente farinha. Quanto aos monjolos, produziam apenas farinhas. Os engenhos e monjolos produziam juntos anualmente 5015 canadas de aguardente e 18.880 alqueires de farinhas[191]. Esses números não consideram a estimativa de produção do alferes Floriano de Souza, com propriedade em Rio Acima, e de Manoel Peixoto, com propriedade em Rio Abaixo, ambos poderiam fazer 500 canadas de aguardente, suas fabricas foram contabilizadas, porém iniciariam a sua produção nesse ano[192]. Acreditamos que do ponto de vista quantitativo seria uma incoerência traçar um paralelo com a produção dos engenhos do Nordeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro, ao considerar que as características destas unidades eram diferentes, pois não eram especializadas apenas na produção de aguardente, mas também de gêneros alimentícios, em especial a produção de farinha.

O alferes Leonardo Soares de Souza enviou ao mestre de campo uma estimativa de sua produção dos anos de 1795, 1796 e 1797, declarando que possuía dois engenhos de água e bois, sendo um de cana e outro de farinha[193]. Quanto à produção do seu engenho de cana, estava distribuída da seguinte forma:

Quadro 1 - Produção do engenho de Leonardo Soares de Souza

Ano	Produto	Quantidade
1795	Cachaça*	162 canadas
	Açúcar**	218 arrobas
	Rapadura **	2 milheiros
1796	Cachaça	111 canadas
	Açúcar**	218 arrobas
	Rapadura	2 milheiros
1797	Cachaça	156 canadas

[191] De acordo com estudiosos de História econômica, uma canada equivale a 2,662 litros e um alqueire a 36,27 litros ou 23,5quilos para farinha de mandioca. Sobre essa questão, ver: Medidas consideradas, de acordo com os estudos de LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: Boletim de História Demográfica; e CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67, p. 201. Neste texto a autora apresenta a conversão para a farinha de mandioca, cujo alqueire igualaria 23,5quilos.
[192] CARTA do mestre de campo e comandante José Paes Falcão das Neves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, agosto, 11. Cocais. BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2254 CAIXA Nº 033.
[193]MEMÓRIA da declaração que fez o alferes Leonardo Soares de Souza em observância das ordens expedidas pelo governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda. 1798, julho, 11. S/LOCAL.BR MTAPMT.QM. TM. MM. 2310 CAIXA Nº 034.

	Açúcar**	218 arrobas
	Rapadura **	2 milheiros

*Nominação registrada no documento.

**A medida de um ano pelo outro, segundo consta no documento.

Fonte: BR MTAPMT.QM.TM.MM.2310 CAIXA Nº 034.

Ele informou que no ano de 1798 fabricaria mais ou menos 600 alqueires de farinha, e empregava 42 escravos adultos e 17 escravos menores no trabalho[194]. O alferes Leonardo Soares foi um dos signatários dos termos de fundação de Vila Maria no ano de 1778 e solicitou a primeira sesmaria na paragem denominada Flechas em 1782. Em seu pedido afirmou que já ocupava o lugar com cultivados, gado, éguas e escravos havia mais de 10 anos[195]. Foi nomeado alferes em 1789[196] e solicitou uma nova sesmaria de meia légua na paragem chamada Jacobina, em 1790[197]. Apesar de informar a sua produção de açúcar e rapadura, o seu nome não foi incluído na lista de engenhos de fazer açúcar, rapaduras e melados. Outra questão a ser observada, além da produção, era o expressivo número de escravos empregados nas atividades do engenho.

Dos 31 donos de engenhos listados, apenas cinco informaram que exerciam atividades de mineração. Em Cocais, o próprio mestre de campo José Paes Falcão das Neves, que minerava o ano todo, e o capitão Manoel Francisco Rondon, por sete meses no ano; em Serra Acima, Antônio da Silva Albuquerque, que dizia ter 40 escravos, mas que retirava escravos da mineração, em razão de ter muita lavoura; Valentim Martins da Cruz, que mantinha 30 escravos na mineração[198], e Domingos da Costa Monteiro[199]. Ou seja, em sua grande maioria dos homens da lista (ver anexo nº A) elaborada pelo mestre de campo se dedicava à produção agrícola e possuía um número considerável de escravo nessa atividade.

Ao enviar as informações ao governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o mestre de campo José Paes Falcão das Neves opinou que seria muito mais útil que os donos de engenho utilizassem seus escravos na mineração do que na produção de

[194] Idem.
[195] REQUERIMENTO de Leonardo Soares de Souza para o governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1782, abril, 04. Vila Bela. BR MTAPMT.SES. RQ. 0166 CAIXA Nº 002.
[196] NOMEAÇÃO de Leonardo Soares de Souza ao cargo de alferes agregado da Legião Auxiliar da Vila do Cuiabá. 1789, julho, 02. Vila do Cuiabá. BR MTAPMT.SG. NO. 1086 CAIXA Nº 024.
[197] CARTA do juiz para João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres encaminhando pedido do alferes Leonardo Soares de Souza. Cuiabá, 9 de abril de 1790. ACBM/IPDAC Pasta 101– nº 2312 Caixa 26.
[198] O grupo de mineiros e a própria data mineral carecem ainda de estudos.
[199] CARTA do mestre de campo e comandante José Paes Falcão das Neves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, agosto, 11. COCAIS. BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2254 CAIXA Nº 033.

aguardente e farinha. Tomou como exemplo as suas atividades em Cocais, onde tinha engenho e talho aberto de mineração, mas que no engenho tinha 16 escravos que não serviam para a mineração, enquanto utilizava 100 escravos continuamente no trabalho de mineração[200].

De acordo com o seu ponto de vista não havia necessidade do volume de aguardente e farinha produzido no termo do Cuiabá. Segundo o mestre de campo, 2.500 canadas e 15.000 alqueires de farinha seriam suficientes para o abastecimento do termo. No caso da farinha, 5.000 alqueires que consumiria a Real Fazenda, e 10.000 a Vila do Cuiabá[201]. Segundo o mestre de campo os donos de engenhos poderiam dirigir a mão de obra escrava para a exploração e descoberta de novos veios de ouro. Aliás, para ele era muito mais lucrativa a mineração em relação ao engenho considerando as despesas e o pagamento dos impostos[202]. Segundo esse raciocínio, apenas 50% de aguardente e 83% da produção de farinha seriam suficientes no termo. Com esta estimativa podemos deduzir que no fim do século havia uma grande produção de aguardente e farinha no termo do Cuiabá. Por outro lado, o mestre de campo não incluiu os arraiais e locais de mineração enquanto mercados consumidores. No entanto, onde estava sendo comercializado o restante da produção? Dentro da lógica do mestre de campo, teríamos um excedente de 50% da produção de aguardente. Estaria esta produção sendo comercializada fora do termo do Cuiabá? Acreditamos que este pode ser um indício de que a aguardente poderia estar sendo uma moeda de troca, se não o fosse, qual seria a necessidade de se produzir muito mais do que o mercado pudesse consumir?

No que diz respeito ao mestre de campo José Paes Falcão das Neves, era um dos homens que possuíam grande cabedal, tinha muitas sesmarias concedidas em Cocais e pertencia a uma das principais famílias da capitania. Assumiu o posto de mestre de campo de Cuiabá após o falecimento do sogro, José Antônio Pinto de Figueiredo, um dos homens bons dessa capitania.[203]

Essas observações por ele realizadas são relevantes na medida em que podemos perceber que a dinâmica de produção do termo do Cuiabá deveria ser "planejada ou controlada" para que não houvesse um desequilíbrio nas duas frentes que eram importantes para a

[200] DECLARAÇÃO (conjunto) feita por todos os possuidores de fábricas e engenhos de fazer cachaça e farinha nas minas do Cuiabá. 1798, [...], [...] VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. DC. 1694 CAIXA Nº 033.
[201] CARTA do mestre de campo e comandante José Paes Falcão das Neves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, agosto, 11 COCAIS. BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2254 CAIXA Nº 033.
[202] CARTA do mestre de campo e comandante José Paes Falcão das Neves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, agosto, 11 COCAIS. BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2254 CAIXA Nº 033.
[203] SIQUEIRA, J. C., *Compêndio histórico e cronológico das notícias do Cuiabá*, p. 33; JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 307.

manutenção da capitania, isto é, a agricultura e a mineração.

Carlos Magno Guimarães e Flávia Maria da Mata Reis, ao estudarem a agricultura e a mineração em Minas Gerais no século XVIII, destacaram a importância da agricultura no contexto da mineração, pois, se por um lado para a coroa era interessante a mineração, por outro, ela não poderia negligenciar outras atividades que garantissem a manutenção e continuidade dessa atividade. Nesse sentido, a agricultura era o meio de garantir a reprodução da estrutura social, além de permitir a redução dos custos com a manutenção da força de trabalho escravo.[204]

A configuração apresentada a partir do levantamento realizado a pedido de Caetano Pinto de Miranda Montenegro trouxe à tona dados sobre os produtores do termo do Cuiabá, bem como o montante de sua produção, utilizada para o consumo dos moradores dos engenhos e para o abastecimento do mercado local e da fronteira[205]. Para além desse aspecto, o investimento por parte desses homens na agricultura comercial no termo do Cuiabá foi importante para suprimento das vilas, áreas de mineração, das expedições para descoberta de ouro e de sal[206], dos registros e dos destacamentos e fortes militares[207] localizados nas raias da fronteira com os domínios hispânicos, como o Real Forte Príncipe da Beira e o Presídio de Miranda, como constataram Suelme Evangelista Fernandes[208] e Bruno Mendes Tulux[209], respectivamente. O Forte de Coimbra também foi abastecido por esses produtores, como se nota em 1776, quando saíram do Armazém Real da Vila do Cuiabá para o forte 550 alqueires de farinha, 125 alqueires de feijão, 60 alqueires de milho, 60 arrobas e 25 libras de toucinho.[210]

---

[204] GUIMARÃES, C. M.; REIS, F. M. M., Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C., *História de Minas Gerais – As Minas* Setecentistas, p. 323.

[205] Carlo Rosa, em sua tese de doutorado *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808 já havia apontado para a importância da agricultura para a manutenção da fronteira.

[206] CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá João Baptista Duarte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres informando sobre os militares e pessoas que foram se estabelecer no Registro da Insua, e o envio de mantimentos para os Arraiais de Santo Antônio do Amarante e Araés. 1774, junho, 30. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0382 CAIXA Nº 008.

[207]CARTA de Francisco [Pereira] dos Guimarães [fiscal e intendente das Minas de Cuiabá] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho. 1771, junho, 10. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0077 CAIXA Nº 002; CARTA de Francisco [Pereira] dos Guimarães [fiscal e intendente das Minas de Cuiabá] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho. 1771, julho, 04. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0078 CAIXA Nº 002.

[208] FERNANDES, S. E., *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796).*

[209] TULUX, B. M., *O Presídio de Miranda e a defesa do império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797–1822).*

[210] CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá João Baptista Duarte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, informando o envio de gêneros alimentícios para o Presídio de Coimbra. 1776, janeiro, 11 VILA DO CUIABÁBR MTAPMT.CVC JF. CA. 0409 CAIXA Nº 008; CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá José Carlos Pereira ao governador e capitão-general da capitania

Romir Conde, em seu estudo sobre Mato Grosso na primeira metade do século XIX, defendeu a ideia de que a agricultura nesse período acompanhou a crise da mineração e vivia altos e baixos, convivendo com períodos de grande carestia. Para ele, por mais atraentes que fossem os preços dos gêneros de consumo, não era estimulante para o homem livre, com ou sem escravos, viver desse setor produtivo. O único produtor direto que tinha algum status neste quadro era o dono de engenho que fabricava aguardente.

Por outro lado, ele defendeu que a agricultura de Mato Grosso não pode ser entendida exclusivamente para o abastecimento das lavras e das vilas, pois, na medida em que o aparato militar se expandiu, a produção de gêneros cresceu e ganhou outras características. Entre elas, o crescimento do entreposto comercial de Camapuã, localizado na transposição das águas do rio Pardo (bacia do Paraná), com o rio Coxim (bacia do Paraguai), uma fazenda que pertencia a um grupo de sócios paulistas e se especializou em vender produtos para a fronteira; a fundação de fazendas régias que garantiam o abastecimento da fronteira e, por fim, as fazendas particulares, e tomou como exemplo a fazenda Jacobina, que pertencia a Leonardo de Souza Soares, instalada nas proximidades de Vila Maria. Em seu entendimento foram esses grupos que garantiram o abastecimento dos armazéns reais e consequentemente da fronteira.[211]

Concordamos que a agricultura na capitania era importante para o abastecimento da vila, das lavras e dos estabelecimentos de fronteira, porém discordamos dos argumentos do autor sobre as formas de abastecimento, em específico do termo do Cuiabá. Primeiro, a agricultura praticada não era necessariamente de subsistência, pois houve um grupo de homens que investiu na agricultura e obteve ganhos com a atividade agrícola. Segundo, os engenhos não produziam apenas aguardente, mas também outros gêneros necessários para o abastecimento.

Quanto às fazendas de sua majestade, concordamos em partes, pois até onde podemos verificar elas foram importantes para o abastecimento da fronteira, especificamente no fornecimento de animais (cavalos) e carne. Essas fazendas eram especializadas na criação de gado e cavalos e não de mantimentos em grande escala para abastecer a fronteira[212]. Em relação à fazenda Jacobina, esta fazia parte de um conjunto de outros engenhos, como já demonstramos, que contribuíram para o abastecimento da fronteira através da entrega de mercadorias no

---

de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, versando sobre o seu estado de saúde e o envio de mantimentos para o Presídio de Coimbra. 1776, agosto, 18 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0424 CAIXA Nº 008.

[211] GARCIA, R. C., *Mato Grosso (1800-1840):* crise e estagnação do projeto colonial, p. 194 -198.

[212] SILVA, V., A criação de gado vacum e a implantação das fazendas de sua real majestade na capitania de Mato Grosso (1779-1822): notas de pesquisas. In: BRANDÃO, T; CHRISTILLINO, C. L., *Nas Bordas da Plantation:* Agricultura e Pecuária no Brasil Oitocentista.

Armazém Real. Não apenas isso, os engenhos foram importantes também por contribuírem com as rendas da municipalidade e com a Coroa, por meio dos contratos de aguardente e pagamento de subsídios, respectivamente.

2.2 O Armazém Real e seu abastecimento

A distribuição dos gêneros alimentícios para os estabelecimentos de fronteira era feita pelo Armazém Real, um órgão da Provedoria da Fazenda em diferentes estabelecimentos e lugares para guardar e controlar a saída e entrada de diversos produtos[213] adquiridos pela provedoria, como gêneros alimentícios, armamentos e ferramentas, necessários para a manutenção da capitania.

No termo do Cuiabá, o juiz de fora, entre outras funções por ele exercida, era quem ocupava o cargo de intendente dos Armazéns e contava com a ajuda de um escrivão. Os juízes de fora acabavam também por atuar no campo administrativo, além da justiça. A Vila do Cuiabá era a cabeça do termo e os carregamentos e ajudas saíam desta vila para chegar até os fortes ou povoados localizados na fronteira com os domínios hispânicos[214], bem como, para as expedições e registros localizados no termo do Cuiabá. O escrivão era responsável pelo registro dos mantimentos que entravam no armazém, pelo controle do estoque e pela escrituração dos bilhetes expedidos para o pagamento dos fornecedores.[215]

Por serem responsáveis pelo abastecimento, a correspondência dos juízes de fora aos governadores apresentava informações e medidas tomadas para o controle do abastecimento do armazém e o envio de mantimentos para os estabelecimentos de fronteira. Em 1778, o juiz de fora José Carlos Pereira relatou ao governador sobre os cuidados que estava tendo em acompanhar a produção de gêneros alimentícios no termo do Cuiabá e as dificuldades para enviar produtos e mantimentos para o presídio[216]. Apesar de ter pouca farinha em seu estoque,

[213] RELAÇÃO das farinhas que entrarão e existem no Armazém Real na conformidade da ordem de Sua Excelência. 1804, outubro, 01 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. RO. 0874 CAIXA Nº 016; RELAÇÃO dos Gêneros que recebe neste Real Armazém da Povoação de Albuquerque, o Anspeçada da Companhia de Pedestres Lourenço de Souza Benevides, para conduzir e entregar na Provedoria da Vila do Cuiabá. fevereiro, 25 1800, POVOAÇÃO DE ALBUQUERQUE; BR MTAPMT.PRFIO. AR. RO. 0868 CAIXA Nº 016.
[214] Ver: ALMEIDA, G. B., *Os juízes de fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso (1748-1796)*, p. 78.
[215] CARTA do juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhes ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1789, junho, 27. VILA DO CUIABÁBR MTAPMT.CVC JF. CA. 0646 CAIXA Nº 012.
[216] CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres], versando sobre a extração de pedras de cal e a dificuldade das

informava ter "oferecido o preço para que não faltasse mantimento para o presídio de Coimbra"[217]. Portanto, havia um acordo estabelecido entre os produtores de mantimentos e a provedoria para o fornecimento de mantimentos para o Armazém Real. Em outra correspondência, Jose Carlos Pereira comunicava que acordou o preço da farinha e do feijão com os produtores Antônio Dias Lessa e Jose Pedro Gomes sendo ¾ de oitava o alqueire de farinha de milho e uma oitava e ¼ o alqueire de feijão.[218]

Para a capitania do Rio Grande, de acordo com Helen Osório, havia um contrato de munício para o fornecimento de mercadorias para abastecimento das tropas que atuavam na "fronteira norte" daquela capitania. Iniciado em 1770, este contrato perdurou na capitania do Rio Grande até a segunda década do século XIX e dado o seu caráter não foi possível especificar a quantidade de mantimentos a ser provida.[219]

> Diferente de outros contratos, este não era arrematado por um preço determinado e não constituía um adiantamento, um crédito à Coroa. Neste contrato estabelecia-se apenas o preço que a Fazenda Real pagaria (ao arrematante), após o abastecimento, pelo alqueire de farinha de mandioca e pela arroba de carne efetivamente despendida. (...) Os preços aumentavam conforme a distância, dificuldade e risco do território.[220]

No caso da capitania de Mato Grosso, em específico ao termo do Cuiabá, não podemos afirmar que houve esse tipo de contrato, mas como apontamos havia um acordo em relação ao preço, o que se assemelha ao contrato de munício que existiu na capitania do Rio Grande. Entretanto, os acordos no termo do Cuiabá eram feitos com os produtores e cabia ao Armazém Real o abastecimento das tropas. O abastecimento da fronteira não era realizado por um particular, mas sim pelo governo. Para o século XVIII não encontramos informações sobre a quantidade de farinha a ser entregue no Armazém Real, porém no início do século XIX, como

---

expedições para o Presídio de Nova Coimbra diante dos ataques do gentio bárbaro. 1778, outubro, 21 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0482 CAIXA Nº 009.

[217] CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres], comunicando o envio de mantimentos para o Presídio de Coimbra Nova. 1778, fevereiro, 04. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0468 CAIXA Nº 009; CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres], comunicando o envio dos mapas de renda da Provedoria, bem como a relação das expedições feitas ao Presídio de Nova Coimbra e a Povoação de Albuquerque. 1778, agosto, 17. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0480 CAIXA Nº 009.

[218] CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres], versando sobre a mercê de diferentes ofícios e da nomeação de ofícios de campo. 1778, outubro, 06. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0481 CAIXA Nº 009.

[219] OSÓRIO, H., As elites econômicas e a arrematação dos contratos: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII) In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p.115.

[220] Idem.

iremos analisar posteriormente, além do preço, houve um acordo em relação à quantidade mínima dos mantimentos a ser entregue por cada fornecedor.

Em 1781, o juiz de fora José Carlos Pereira, ao passar as informações ao sucessor, avisava das pendências que existiam na Provedoria de Cuiabá, entre elas, o pagamento dos créditos dos "farinheiros" pelo valor que convencionou com o alferes Antônio Dias Lessa, José Pedro Gomes, Domingos Roiz Vila Mendes e os mais que entregassem a farinha ao preço de ¾ de oitava por alqueire. Com o valor que existia no cofre da Provedoria Comissária de Cuiabá havia liquidado a conta com aqueles que entregaram o gênero em pouca quantidade, porém, aos fornecedores que entregaram grandes quantidades de farinha, não foi possível pagar. Por isso, encaminhou esses casos para a Provedoria Geral estabelecida em Vila Bela, no termo do Mato Grosso, aos quais os pagamentos deveriam ser feitos na Provedoria Geral de Mato Grosso. E por fim alertou o seu sucessor sobre a necessidade de ter um controle com as entradas e saídas dos gêneros no Armazém Real.[221]

Portanto, as instruções deixadas pelo juiz de fora José Carlos Pereira confirmavam a existência de um acordo estabelecido com os produtores de farinha. Outra questão a ser observada diz respeito ao nome dos fornecedores de farinha entre os anos de 1778 e 1781, tendo o alferes Antônio Lessa, José Pedro Gomes, Domingos Roiz Vila Mendes como os maiores fornecedores de farinha de milho para o Armazém Real da Vila do Cuiabá, o que justifica estarem à frente da negociação com os preços a serem pagos pela farinha. Por fim, este é um exemplo de que havia um grupo de senhores de engenho especializados em produzir para atender ao mercado local e que, sabedores da sua importância, negociavam o preço de seus produtos na provedoria.

Entretanto o controle de preços dos mantimentos não estava apenas relacionado com aqueles entregues no Armazém Real. Em 1783, a câmara da Vila do Cuiabá remeteu uma carta ao governador e capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres sobre os abusos que os lavradores daquele distrito cometiam ao não obedecerem ao preço de venda do milho em grão estipulado em meia oitava de ouro. O almotacel Amaro Luís Batista relatou a desobediência à câmara e pedia medidas contra os lavradores, pois, caso permitissem colocar o preço que quisessem, causaria prejuízo ao povo.[222]

---

[221] Naquele momento havia acordado que o valor pago seria o preço de ¾ por alqueire. CARTA do provedor da Fazenda Real Felipe Joseph Nogueira Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, setembro, 19. VILA BELA.BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0162 CAIXA Nº 005.

[222] CARTA dos vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1783, novembro, 08. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC CA. 0123 CAIXA Nº 003.

Um dos papéis da câmara era regular o preço dos mantimentos[223], mas nem sempre eram bem-sucedidos. Ao observar a ação dos lavradores é possível perceber que estavam agindo em grupo e defendendo os seus interesses. A venda direta, fora do acordo da câmara, poderia talvez ser mais interessante, a partir do momento que obtivessem melhor preço.

Em 1784, o juiz de fora Antônio Gaioso escreveu ao governador sobre o novo preço a ser pago pelo alqueire de farinha de milho. O valor a ser pago pelo alqueire de farinha seria de uma oitava de ouro. E acordou com os fornecedores que o pagamento seria feito pela provedoria comissária da Vila[224]. Segundo o juiz de fora, por "saber que era conveniente o acordo para a Real Provedoria", aceitou realizar o pagamento da forma solicitada. Ou seja, além de negociar o preço do alqueire de farinha, os fornecedores pressionaram para que o pagamento fosse feito na Vila do Cuiabá e não em Vila Bela, como estava estabelecido. Como já apontamos, os pagamentos dos maiores fornecedores deveriam ser feitos pela Provedoria Geral, que estava situada em Vila Bela e esta situação causava descontentamento entre os fornecedores de farinha, até em função da distância[225] entre as vilas.

Entretanto, ao que parece, nem sempre essa estratégia funcionava, em muitas ocasiões o intendente do Armazém Real convocou os lavradores. No ano de 1792, o juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral pretendia abastecer o Armazém Real da Vila do Cuiabá e necessitava de farinha, feijão e toucinho. Para isso, convocou os lavradores que, mesmo diante da escassez do milho, prometeram entregar os mantimentos no Armazém Real. Nessa mesma carta, Luís Manoel de Moura Cabral alertou o governador sobre a necessidade de realizar o pagamento dos bilhetes atrasados para os lavradores. No seu entendimento, apesar de conhecer pouco ainda dos negócios, acreditava que seria melhor pagar aos lavradores do que optarem por ficar com os seus produtos na roça[226]. A falta de mantimentos no Armazém Real indiretamente estava sendo atribuída à falta de pagamento dos mantimentos já entregues no armazém. Portanto, a carência de pagamento e o preço influenciavam na entrega de mantimentos.

Em 1797, na iminência de um possível conflito na fronteira oeste da América Portuguesa e a fundação do presídio de Miranda[227], o armazém necessitava de uma quantidade maior de

[223] Ver: JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778).
[224] CARTA do juiz de fora Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1784, fevereiro, 14. MISSÃO DE SANTA ANA DO SACRAMENTO.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0600 CAIXA Nº 011.
[225] A distância entre Cuiabá e Vila Bela é de 583 quilômetros.
[226] CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1792, fevereiro, 19. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0663 CAIXA Nº 012.
[227] TULUX, B. M., op. cit.

mantimentos para ser enviada para os estabelecimentos de fronteira. Nesse ano, Luís Manoel de Moura Cabral avisou ao governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro que iria fazer uma derrama entre os lavradores designando a cada um, conforme as suas posses, o número de alqueires de farinha e feijão e arrobas de toucinho que deveriam ser entregues para abastecer o armazém. Luís Manoel de Moura acreditava que seria atendido pelos lavradores e que não seria preciso usar da violência para obter os gêneros necessários.[228]

Nos meses seguintes avisou o governador que seu objetivo foi alcançado, apesar de a colheita não ter sido muito abundante, assegurou que não iria faltar farinha, quanto ao feijão, teriam menos, pela pouca colheita. Como medida preventiva, havia solicitado aos comissários[229] da Vila do Cuiabá para fazer um mapa de todos os grãos que entrassem na vila para melhor regular e assim ter o armazém sempre provido[230]. O juiz de fora havia tomado uma série de precauções para garantir o abastecimento, estabelecendo um controle sobre a produção e comercialização dos gêneros alimentícios no termo do Cuiabá. Ao solicitar os mapas dos grãos para os comissários, procurava garantir que não havia desvio do produto para outros lugares.

Com o objetivo de manter o abastecimento regularizado, em 1802, o intendente do Armazém Real firmou um acordo com 16 lavradores[231]. Nesse acordo ficou estabelecido uma quantia a ser entregue mensalmente de farinha e feijão no Armazém Real. No quadro abaixo apresentamos o nome dos fornecedores, o produto e a quantidade a ser entregue. Nesse momento observamos uma mudança de estratégia por parte da Provedoria para garantir o abastecimento, a determinação de uma cota mensal.

[228] CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797, abril, 10. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0724 CAIXA Nº 013.

[229] Eram agentes comerciais que recebiam comissão de até 10% para a venda dos produtos no mercado.

[230] CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797, julho, 28. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0728 CAIXA Nº 013, CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro sobre o acidente ocorrido com a canoa que levava pólvora para Coimbra. 1797, agosto, 03. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0729 CAIXA Nº 013, CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797, novembro, 04. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0736 CAIXA Nº 013.

[231] RELAÇÃO dos lavradores que na presença de Sua Excelência prometeram assistir mensalmente com mantimento passado pelo escrivão da Real Fazenda Francisco da Costa [Souza]. 1802, novembro, 11. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.PRFIO. RO. 0428 CAIXA Nº 008.

Quadro 2 - Lista dos lavradores que contribuem mensalmente na Provedoria -1802

Nomes	Farinha (Alqueire)	Feijão (Alqueire)
Antônio da Silva Albuquerque (sargento-mor)	100	-
Caetano de Moura Meireles	-	40
Domingos Dias Abreu (quartel mestre)	15	100
Domingos José de Azevedo	40	-
Ignácio de Souza - ausente (capitão)	30	-
João Manoel Fernandes da Rocha –ausente	21	-
José Alves dos Santos – ausente	21	-
Jose Couto da Encarnação	30	40
José Duarte Pereira – ausente	21	
José Gomes de Barros (capitão)	30	155
José Gomes Monteiro (capitão)	12	-
Jose Pedro Gomes	30	-
Luís Monteiro Salgado (capitão)	40	-
Maria Tereza de Jesus (dona)	80	-
Paulo da Silva Coelho (tenente)	80	160
Total	550	495

Fonte: Fundo: Provedoria - BR APMT.PRFIO.RO.0428 CAIXA Nº 008.

De acordo com o documento, estes lavradores se comprometeram a entregar mensalmente no Armazém Real 550 alqueires de farinha e 495 alqueires de feijão. Não encontramos informações sobre quais os critérios utilizados para a divisão das cotas entre os lavradores. Deduzimos que houve uma estimativa do volume mensal consumido e dividido entre os lavradores, de acordo com a produção efetiva ou a capacidade de produção de cada um. Esta parece ter sido a melhor forma encontrada para garantir o abastecimento do armazém. Por outro lado, caso fosse interesse do armazém e dos lavradores, estes poderiam entregar um volume maior. Em fevereiro de 1802, o comissário Manoel da Costa Viana informou a Paulo da Silva Coelho que, diante do grande volume de farinha de milho no mercado e da dificuldade de venda, optou por entregar todo o carregamento de farinha do mês vindo do Engenho Santo Antônio[232] no armazém para garantir preço mínimo[233]. Ou seja, o preço oferecido pelo Armazém Real era o melhor do mercado naquele momento.

Esta estratégia de manutenção de abastecimento do armazém continuou a ser adotada nos anos subsequentes. Em outubro de 1804, apenas cinco senhores de engenho entregaram sua cota de farinha no Armazém Real, conforme podemos verificar no quadro abaixo:

[232] Sobre a comercialização dos produtos do Engenho Santo Antônio ver capítulo II.
[233] RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimento entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10. VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002.

Quadro 3 - Lista dos lavradores que contribuem no mês de outubro na Provedoria -1804

Nomes	Farinha (Alqueire)
José Gomes de Barros (capitão)	22,75
Manoel Joaquim Correa	26,00
Antônio da Silva Albuquerque (sargento-mor)	48,00
José Gomes Monteiro (capitão)	20,00
Thomaz Felix de Aquino	6,00
Total	122,75

Fonte: BR APMT.PRFIO. AR. RO.0874 CAIXA Nº 016.

Apesar de informar neste mesmo documento que havia em estoque naquele mês 416,75 alqueires de farinha [234], se considerarmos o acordo feito no ano de 1802 e estabelecermos uma comparação entre o quadro 2 e o quadro 3, nesse mês foram entregues 22% da farinha prevista.

Nesse mesmo ano, o juiz de fora Joaquim Ignácio da Silveira da Mota avisou o governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro que "mandou convocar todos os lavradores para a derrama"[235]. Ele também argumentou com o governador sobre a necessidade de pagar os bilhetes que a provedoria devia aos lavradores. Para ele, "se pagasse alguma parte dos bilhetes da entrega de mantimentos que já assistiram então cresceria neles a boa vontade". Neste caso ele solicita bom senso do governador para que os lavradores continuassem entregando mantimentos no armazém real, pois acredita que uma derrama só iria contribuir para acirrar os ânimos.[236]

Para o juiz de fora, o pagamento seria uma saída pacífica para manter o abastecimento do Armazém Real. Estas suas observações, em nosso entendimento, justificam o número reduzido de lavradores que entregaram mantimento, conforme verificamos no quadro 3. Cientes da sua importância, os lavradores, ao não entregarem os mantimentos, pressionavam o governo da capitania a pagar o que lhes devia.

Foram vários os requerimentos dos senhores de engenho ao provedor da Fazenda solicitando o pagamento dos gêneros alimentícios fornecidos ao Armazém Real entre os anos de 1797 e 1809[237], demonstrando que os pagamentos desses lavradores ainda eram feitos pela

[234] RELAÇÃO das farinhas que entrarão e existem no Armazém Real na conformidade da ordem de Sua Excelência. 1804, outubro, 01. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. RO. 0874 CAIXA Nº 016.
[235] CARTA do juiz de fora Joaquim Inácio Silveira da Mota para a 2° Junta Governativa da capitania de Mato Grosso. 1804, janeiro, 31. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0817 CAIXA Nº 014.
[236] Idem.
[237] Requerimento de Domingos da Costa Monteiro. Doc. nº 1460/1461. Ano: 1797. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Luís Monteiro Salgado. Doc. nº 1463. Ano 1797. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Manoel Ribeiro da Silva Guimarães. Doc. nº 1477. Ano:1798. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de José Gomes

Provedoria Geral e não pela Provedoria Comissária da Vila de Cuiabá.

Não obtivemos muitas informações sobre o pagamento dos lavradores, encontramos para os anos de 1801[238] e 1809[239] as contas correntes da Provedoria Comissária nas quais foram registradas as receitas e as despesas dos respectivos anos. Nas despesas constavam entre os gastos o pagamento dos mantimentos entregues no real armazém. Foram anotados junto ao ano de entrada, a quantidade, o tipo de gênero alimentício e valor pago. Os valores pagos no ano de 1801 eram referentes aos anos de 1797, 1798, 1799, 1800 e parte de 1801. Para o ano de 1809, realizou o pagamento concernente aos anos 1802 a 1808.

Outra questão diz respeito à quantidade de gêneros pagos. Mesmo não tendo dados que nos permitam compor séries do volume de entrada dos víveres comprados pelo armazém real para os respectivos anos, podemos afirmar que, apesar da reclamação dos lavradores, e dos constantes pedidos dos juízes de fora, a questão com a Provedoria Geral não foi resolvida. Isto fica evidente ao analisar a tabela 2, em que se previa uma arrecadação mensal de 550 alqueires de farinha e 495 alqueires de feijão e confrontar com os dados da tabela 3, construída de acordo com dados apresentados nas despesas da Provedoria Comissária, notamos que houve o pagamento de um volume pequeno de gêneros alimentícios. Isso significa que a Provedoria Comissária da Vila do Cuiabá continuava a pagar apenas os bilhetes de menor valor, os maiores valores eram pagos na Provedoria de Vila Bela.

Na tabela abaixo apresentamos os gêneros alimentícios e a quantidade paga pela

---

de Barros. Doc. nº 1493. Ano:1799. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Antônio Joaquim. Doc. nº 1499. Ano:1799. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Bernardo Lopes da Cunha. Doc. nº 1510. Ano:1800. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de José Joaquim Botelho Leite. Doc. nº 1513. Ano:1513. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Francisco Correa da Costa. Doc. nº .1573/1574. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Francisco Antônio Martins. Doc. nº 1573/1574/1575. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Paulo da Silva Coelho. Doc. nº 1587/1589. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Antônio Leite do Amaral. Doc. nº 1590 Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2.; Requerimento de Antônio Joaquim Moreira Serra. Doc. nº 1592. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Francisco Xavier da Silva Pereira. Doc. nº 1597/1601. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Joaquim Jose dos Santos. Doc. nº 1607/1609. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Francisco de Paula Correa. Doc. nº 1636. Ano:1802. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Paulo da Silva Coelho. Doc. nº 1675/1677. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Luís Monteiro Salgado. Doc. nº 1692/1693. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de Domingos José Azevedo. Doc. nº 1695. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de José Gomes Monteiro. Doc. nº 1700. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT-Rolo de Microfilme nº 2; Requerimento de João Jose Guimarães. Doc. nº 1701. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

[238]CONTA Corrente da Receita e Despesa da Provedoria Comissária da Real Fazenda da Vila do Cuiabá. 1801, [...], [...] VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. CO. 0402 CAIXA Nº 008.

[239] MAPA de Receita e Despesa tirada do Livro do cofre da Real Fazenda da Repartição da Vila do Cuiabá. 1809, [...], [...] VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. MP. 0637 CAIXA Nº 010.

provedoria no período em questão.

Tabela 5 - Relação dos mantimentos pagos - Armazém da Provedoria Comissária de Cuiabá - 1797-1808

Produto	Quantidade
Farinha	2.133 alqueires
Feijão	571,5 alqueires
Toucinho	714 arrobas e 71 libras
Milho em grão	145,5 alqueires
Rapadura	1267 unidades
Arroz	310,75 alqueires
Açúcar	12 arrobas
Aguardente	38 canadas e 11 medidas
Carne seca (arrobas)	697 arrobas 15 libras
Azeite de mamona (medida)	62 medidas

Fonte: Fundo: Provedoria da Real Fazenda.BR MTAPMT.PRFIO. CO. 0402 CAIXA Nº 008; BR MTAPMT.PRFIO. MP. 0637 CAIXA Nº 010.

O diminuto volume de pagamento realizado na Provedoria Comissária fica mais evidente ao confrontar os dados com a lista de mantimentos entregues pelos lavradores no ano de 1807 e as correspondências dos juízes de fora. Por exemplo, no ano de 1799 o armazém estava munido de 100 alqueires de feijão e 800 alqueires de farinha[240]. Na lista de 1807 constavam os nomes de 68 pessoas que forneceram mantimento para o Real Armazém, 48 pessoas entregaram os gêneros alimentícios[241]. No quadro 2 apresentamos a quantidade total de mantimento entregue nesse ano. Ou seja, a quantidade entregue de mantimento no Real Armazém nos anos de 1799 e 1807 foi maior que a quantidade de mantimentos pagos, conforme a tabela 6, o que confirma que a Provedoria Comissária pagava apenas os bilhetes de valores menores.

Tabela 6 - Quantidade de gêneros alimentícios fornecidos ao Armazém Real no ano de 1807

Produto	Farinha de Milho (Alqueire)	Feijão (Alqueire)	Arroz (Alqueire)	Toucinho (Arroba)
Quantidade	2630	898	94	486

Fonte: Fundo: Provedoria da Real Fazenda BR MTAPMT.PRFIO. AR. MP. 0879 CAIXA Nº 016.

[240] CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1799, maio, 30. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0760 CAIXA Nº 013.

[241] Os vinte restantes entregaram carne-seca e sal.

Quanto à quantidade de mantimentos entregues no Armazém Real nesse ano, 89% da farinha de milho, 54% do feijão, 79% do arroz e 93% do toucinho foram enviados para o presídio de Coimbra e Miranda.

Vale lembrar que entre o final do século XVIII e início do século XIX, a fronteira vivia momentos de tensão em decorrência da disputa por manutenção dos territórios imperiais. Somando as velhas disputas, a América Espanhola foi marcada, já na primeira década do século XIX, por conflitos civis de independência das províncias platinas, ou seja, além da fronteira, as questões políticas também preocupavam os governos locais[242]. Fato que ocasionou grande deslocamento de tropas para os estabelecimentos de fronteira do Paraguai e consequente necessidade de maior quantidade de gêneros alimentícios para alimentar as tropas e também índios.[243]

Outra questão a ser considerada nestas listas de fornecedores de gêneros alimentícios diz respeito aos nomes. Ao analisar os nomes dos fornecedores de mantimentos existentes nas listas de 1802 e 1807 (ver anexo B), com a de donos de engenhos do distrito do Cuiabá, feita em 1798 (ver anexo A) [244], notamos que dez nomes se repetem. A este número devem ser acrescidos mais dois, que diziam respeito a uma viúva e ao filho de um dono de engenho falecido, que entregavam mantimentos no armazém. Portanto, tínhamos 12 proprietários de engenho que por durante quase 10 anos foram fornecedores do Armazém Real. José Pedro Gomes, que era fornecedor do real armazém desde 1779, portanto, por 28 anos, no ano de 1805, passou a ocupar cargo de almoxarife do Armazém Real[245]. Diante dos dados, podemos afirmar que no termo do Cuiabá se estabeleceu um grupo de homens que se especializaram na produção de mantimentos para atender ao mercado local.

Mesmo com as mudanças políticas ocorridas no império português em 1808, a transferência da família real para o Brasil, a preocupação com a manutenção dos estabelecimentos de fronteira continuou. Não podemos nos esquecer de que estas mudanças políticas foram marcadas por tensões na fronteira que exigiram um maior número de

[242] TULUX, B. M., op. cit., p. 115-116.
[243] MAPA de despesa que fez a Real Fazenda no Forte de Coimbra com os Índios Guaycurus, Guanás e Guatos desde 1° de janeiro do ano de 1800 até o último de outubro de 1802 passado pelo escrivão da Real Fazenda José Ribeiro de Moraes. 1802, outubro, [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.PRFIO. MP. 0426 CAIXA Nº 008.
[244] RELAÇÃO dos engenhos de fazer cachaça e farinha e monjolo existentes desde Vila Maria do Paraguai até a Fazenda de São Lourenço. [...], [...] VILA MARIA DO PARAGUAI.BR MTAPMT.SG. RO. 0699 CAIXA Nº 015.
[245] AUTO de Exame que mandou proceder o Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro - juiz de fora dos Reais Direitos - em 4 Livros de cargas do almoxarife José Pedro Gomes, vários documentos da Real Fazenda e um Livro das Finanças. 1805, dezembro, 18. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. AU. 0833 CAIXA Nº 015.

contingente militar e consequentemente de mais mantimentos para manter estes estabelecimentos. Para garantir o abastecimento do Armazém Real, os acordos entre a provedoria e os donos de engenho continuaram.

Essa preocupação com a fronteira foi evidenciada pelo sargento-mor e ajudante de comandantes Alexandre José Leite Chaves Melo em 1808 em uma das suas correspondências ao governador João Carlos Oeynhausen, relatando sobre a situação da fronteira e das tropas enviadas para o presídio de Coimbra. Para garantir o abastecimento da tropa informava que fez um acordo com senhores de engenho e demais lavradores que iriam contribuir com farinha e feijão.[246]

Assim, como os acordos, as reclamações em relação aos senhores de engenho continuavam. Em 1810, o juiz de fora e intendente do Reais Armazéns Francisco Xavier da Silva Pereira reclamava ao governador sobre a dificuldade que estava tendo para abastecer o Armazém Real. Segundo ele, os senhores de engenho não estavam cumprindo o acordo de entregar sua cota no Armazém Real com a desculpa de que houve queda na produção e que a colheita mal daria para atender a sua família. Em outra correspondência, informou que os "roceiros" pediam para que não fosse cobrada a multa pelo atraso da entrega de mantimentos e para que suas roças fossem avaliadas para mostrar que falavam a verdade. E por fim pediam alívio da contribuição[247].

Não encontramos indícios de que houve o perdão das dívidas antigas ou a tal vistoria solicitada pelos senhores de engenho foi realizada. Em 1812 parece haver uma normalização do abastecimento, o escrivão Antônio Gomes da Costa informou ao governador que o armazém estava abastecido com farinha e feijão e que estava cuidando para que não faltasse também para o povo.[248]

Os acordos estabelecidos com os senhores de engenho nem sempre foram cumpridos. O intendente dos Reais Armazéns Antônio José de Carvalho Chaves escrevia ao governador e reclamava da falta de consciência dos devedores de farinha da necessidade de entregar os mantimentos no tempo correto, pois afinal estavam alimentando a tropa que garantia a defesa

[246] CARTA do [sargento-mor, ajudante e comandante] Alexandre José Leite de Chaves Melo, ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D´Oeynhausen e Gravemburg. 1808, maio, 12. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 3093 CAIXA Nº 045.

[247] CARTA do juiz de fora pela Ordenação e intendente dos Reais Armazéns Francisco Xavier da Silva Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1810, maio, 25. CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. CA. 0888 CAIXA Nº 016.

[248]CARTA do [escrivão da Intendência Diamantina] Antônio Gomes da Costa ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemburg. 1812, agosto, 13 CUIABÁ .BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0694 CAIXA Nº 011.

dessa "província". O fato era que os senhores de engenho deviam 700 alqueires de farinha. O discurso era a necessidade de convencer que eles estavam ajudando a manter a fronteira, portanto o império.

Acreditamos que para os senhores de engenho não era mais interessante entregar os mantimentos no Armazém Real, talvez pelo preço como também pelo atraso de pagamentos que foi uma constante. Isso fica evidente em outra correspondência do intendente ao relatar que o capitão Antônio Gomes da Costa era um dos senhores de engenho que estavam em atraso com o Armazém Real, porém entrou com sua tropa na vila trazendo aguardente e feijão e entregou todo o mantimento para o seu genro. Ao tirar satisfação com o capitão Antônio Gomes da Costa, este informou estar quitando dívidas com o genro José Martins dos Reis Louzada[249]. Estaria de fato realizando pagamento de dívidas ou este era um argumento para burlar o acordo e não entregar seu produto no armazém? Acreditamos ser mais uma estratégia para colocar no mercado, onde poderia obter um preço melhor. Ou a produção de aguardente era mais lucrativa e deixou de investir na produção da farinha.

E as reclamações também vinham dos lavradores. Em 1814 o sargento-mor Ignácio de Souza Oliveira encaminhou ao governador sua reclamação contra o intendente do real armazém, na qual dizia ser dono de monjolo, cumpridor dos seus deveres com o Armazém Real, mas que não aguentava mais ser incomodado repetidas vezes com a tomada de mantimentos para a manutenção da tropa. Sabia que vários outros lavradores deveriam contribuir com a manutenção das tropas e não estavam cumprindo com a suas obrigações.[250]

Apesar dos pedidos feitos pelos intendentes e dos apelos para que os senhores de engenho cumprissem com o acordo estabelecido, os embates continuaram. Na tentativa de solucionar o problema, o juiz de fora e intendente André Gaudie Ley, em 1814, publicou um edital com normas para garantir o abastecimento do Armazém Real. A justificativa para tal medida foi o não cumprimento por parte de alguns senhores de engenho do acordo estabelecido com o Armazém Real. Segundo o intendente, apesar de apresentarem como desculpa a falta de milho para produzir, a verdade era que muitos vendiam a sua produção de milho e suas farinhas escondido por um preço maior do que aquele acordado com o Armazém Real[251]. Ou seja, a

[249] CARTA do intendente dos Reais Armazéns Antonio José de Carvalho Chaves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1813, agosto, 04. VILA DO CUIABÁ.R MTAPMT.PRFIO. AR. CA. 0901 CAIXA Nº 016.

[250] REQUERIMENTO do sargento-mor Ignácio de Souza e Oliveira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D´Oeynhausen e Gravemburg]. 1814, dezembro, 01. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. RQ. 3227 CAIXA Nº 059.

[251] CARTA do intendente [Interino] dos Reais Armazéns André Gaudie Ley ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1814, novembro, 08. CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. CA. 0925 CAIXA Nº 016. Anexo: 1 edital.

dificuldade em abastecer o armazém e consequentemente os estabelecimentos de fronteira estava na recusa de parte dos senhores de engenho em cumprir o acordo estabelecido.

De acordo com o edital:

> Art. 1. As tropas que entrarem na vila do Cuiabá devem se apresentar na Intendência. Os senhores de engenho que estiver com suas multas em dia poderão seguir livres e vender o restante para o povo. Já os que estiverem em atraso, será aplicada a ordem de março do ano corrente;
> Art. 2. Os senhores de engenho que estiverem devendo multas, enquanto não quitarem suas multas não poderão vender gênero algum. Os que mandarem as suas tropas, tirando para o Armazém Real a farinha que trouxerem por conta das suas dívidas, tudo mais voltará para o engenho como estava disposto na ordem de 20 de julho de 1813;
> Art. 3. Para evitar a contravenção de tais ordens ou extravio que clandestinamente costumam fazer aos caixeiros das vendas ou casas de comissão, com suas espertezas quando chegam as tropas. Determino que todas as vendas e casas de comissário que vendem os gêneros dos engenhos, cujos donos estão devendo multas ficaram rigorosamente proibidos de vender coisa alguma e se conservaram as portas fechadas até o senhor de engenho, a quem pertence a venda ou comissionário, quitarem suas multas. E o caixeiro ou comissionário que fizer ao contrário será preso por trinta dias e mandado para Coimbra conforme ordem de 22 de julho de 1811;
> Art. 4. Em relação as multas devidas que se acham nesta Intendência, o meirinho da Real Fazenda no ato da publicação deste edital notificará os caixeiros e comissários dos devedores para que tomem conhecimento do edital e não aleguem que não sabiam que seus patrões deviam multas. E logo depois se procederá contra eles a contravenção, caso não cumpra o disposto;
> Art. 5. Os donos de engenhos que devem suas multas têm vinte dias para completarem às suas dívidas, contados a partir da publicação deste edital. Findo os vinte dias entrara em execução as ordens contra os feitores, arrieiros e camaradas de tais devedores se colocará em prática o artigo quarto deste edital;
> Art.6 - Não se aceitará como desculpa a falta de milho ou coisas assim, para depois venderem para seus negócios particulares. Por isso devem cuidar de suas colheitas para não faltar com os seus compromissos.

Optamos por citar o edital na íntegra, pois ele nos traz elementos importantes para compreender o impasse entre os senhores de engenho e o Armazém Real. Antes da publicação do edital um conjunto de ordens foi publicado, porém sem nenhum efeito. O edital foi uma forma de intimidar os senhores de engenho proibindo a comercialização de todos os produtos vindos do engenho. Esse é um elemento importante, considerando que o edital aponta serem os donos de engenho não apenas produtores, mas também donos das tropas. Em alguns casos, donos das vendas ou da casa dos comissários. Isso significa que os donos de engenho tinham controle não apenas da produção, mas também do processo de comercialização dos seus produtos, o que justifica o não interesse em entregar para o armazém.

As medidas publicadas pelo intendente do Armazém Real foram uma forma de obrigar os senhores de engenho a cumprir o acordo com o Armazém Real, ao proibir a comercialização de todos os produtos daqueles que eram inadimplentes. E havendo uma proibição e a indicação da produção colocada no mercado se faz necessário repensar a ideia de fome e da escassez generalizada de alimentos[252] como a ideia de miserabilidade e da fome apontadas por Luiza Volpato e aceita por outros trabalhos sobre Mato Grosso nesse período[253]. Ao editar essas medidas, o intendente deixa evidente a existência de um grupo de homens que investiam na agricultura comercial, comercializavam sua produção e tinham que garantir o domínio do mercado.

Apesar da publicação do edital em 1814, os senhores de engenho continuaram atrasando suas contribuições ao armazém e as punições parecem não terem sido concretizadas. Em 1819, o intendente do Armazém Real realizou novamente um acordo com os senhores de engenho e lavradores sobre a quantidade fixa de farinha a ser entregue no armazém para manutenção da fronteira. Foi realizado um rateio de acordo com as possibilidades de cada fornecedor até que se completassem os 400 alqueires mensais de farinha[254]. Este acordo teria validade por um ano, quando se realizaria uma nova junta para determinar um novo rateio, ou seja, até fevereiro de 1820. No quadro abaixo apresentamos os nomes e a quantidade em alqueire de farinha que coube a cada um contribuir.

Quadro 4 - Senhores de engenho e lavradores convocados para o abastecimento do Armazém Real - 1819

Nome	Quantidade em alqueire
Francisco José de Siqueira	5
Joaquim Mariano Albernas	5
Antônio Gomes da Silva (capitão)	6
Manoel Rodrigues Tavares (capitão)	6
José de Oliveira Machado	6
Maria Francisca de Moraes (dona)	10
João Manoel Ferreira	10
Antônio Correia da Costa (capitão)	10
Manoel Joaquim Correa (capitão)	11
Ana Luzia da Silva (dona)	12
Jose Leite Pereira Gomes (capitão)	12

[252] Esta era uma reclamação constante nos documentos da capitania de Mato Grosso, a escassez de comida, a fome. Acreditamos que essa questão precisa ser mais bem problematizada.
[253] VOLPATO, L., *A conquista na terra da pobreza*.
[254] TERMO de afixamento das multas de farinha para fornecimento dos Reais Armazéns até o último dia do mês de fevereiro de 1820. 1819, junho, 24. CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. TE. 0986 CAIXA Nº 017.

Jose do Couto da Encarnação (capitão)	15
Manoel Pedro	16
Antônio Tavares (padre)	17
Domingos Jose de Azevedo	18
Ana Maria da Lapa (dona)	24
Thomas Filis de Aquino (alferes)	24
Ignácio de Souza (sargento-mor)	30
Maria Luiza de Jesus (dona)	32
Rosa Cardosa Lima (dona)	32
Antônio Joaquim Moreira Serra (sargento-mor)	32
Antônia de Arruda (dona)	32
Manoel Pereira da Silva Coelho (tenente)	33
Total	400

Fonte: Fundo Provedoria da Real Fazenda. BR MTAPMT.PRFIO.AR. TE. 0986 CAIXA Nº 017.

Assim, podemos inferir que o governo procurou manter controle sobre o abastecimento do Armazém Real, a fim de garantir a manutenção da fronteira. Apesar de não termos encontrado acordos formais como eram outros contratos existentes para o período, como do dízimo, da aguardente, etc., houve durante o período colonial um acordo entre o governo e um grupo de senhores de engenho para manter o abastecimento, que nem sempre foi bem-sucedido. Por outro lado, esses senhores de engenho, conhecedores das demandas para o abastecimento da capitania, investiram na produção de uma agricultura comercial para atender às necessidades das áreas de mineração e da fronteira.

2.3 A produção de aguardente e o pagamento dos subsídios

Apesar das discordâncias sobre a fundação dos engenhos de aguardente no termo do Cuiabá, os rendimentos da produção de aguardente foram importantes para as rendas da câmara e também da capitania. Desde a criação da câmara da Vila do Cuiabá, em 1727, foram instituídos contratos que garantiam parte de seus recursos financeiros. Eles faziam parte do conjunto de tributos cobrados pela câmara. Estes eram leiloados, anualmente, aos licitantes que fizessem a maior oferta, os quais deveriam apresentar fiadores, concordar em fazer pagamentos trimestrais até perfazer todo o preço do contrato.

A câmara da Vila Real possuía oito contratos, entre eles, o contrato das aguardentes da terra[255]. Incialmente foi acordado que a câmara receberia uma oitava e meia por cada frasqueira com trinta medidas de aguardente ou melado fabricados na terra, mas depois os fabricantes

[255] JESUS, N. M., *O governo local na fronteira Oeste:* A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, p. 62-65.

reivindicaram o pagamento de uma oitava, confirmada na correição de 1731[256]. Mesmo diante das dificuldades da câmara em receber o subsídio, devido à sonegação por parte dos fabricantes de aguardente, o valor do pagamento de uma oitava de ouro por frasqueira vigorou até 1755[257]. O estudo sobre os contratos municipais e, no caso, da aguardente, ainda está por ser feito, o que não é muito simples, devido à perda de boa parte da documentação da câmara. Por essa razão, no momento nos concentraremos em compreender a destinação do valor arrecadado no contrato de aguardente e o repasse feito para pagamento dos subsídios instituídos pela Coroa.

Em novembro de 1755, o império português foi abalado pelo terremoto de Lisboa. A notícia da catástrofe alcançou toda a Europa, causando pavor, comoção, perdas financeiras e promoção de auxílios aos portugueses[258]. Após o desastre que atingiu a capital do reino, coube a Pombal traçar um plano de reconstrução da cidade, no qual realizou uma série de mudanças econômicas. Segundo Charles Boxer, foram os planos de reconstrução de Lisboa que aceleraram a ascensão de Pombal na administração do império português, ao tornar-se o ministro de confiança de D. José e implantar a "ditadura pombalina" que perdurou por 22 anos[259]. E junto com a reconstrução promoveu uma profunda reforma política e administrativa em todo o império português.[260]

Para efetivar o seu plano de reconstrução de Lisboa instituiu a cobrança de novos tributos, como o pagamento do subsídio voluntário. Os subsídios eram estabelecidos como uma ajuda ao rei e ao reino para a realização dos casamentos de príncipes, pagamentos e dotes e urgências orçamentárias[261], portanto uma contribuição temporária.

As câmaras da América Portuguesa foram informadas do ocorrido em Lisboa e receberam a incumbência de cobrarem o novo subsídio. Segundo Carolina Chaves Ferro, a câmara tinha autonomia de informar com quanto iria contribuir e sobre qual mercadoria iria incidir a cobrança[262]. As câmaras existentes na capitania da Bahia, ao serem convocadas para apresentarem as suas propostas de contribuição, informaram que seria feito o envio de 3 milhões

[256] CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. José]. 1776, julho, 2, Vila de Cuiabá.AHU_ACL_CU_010, Cx. 18, D. 1131; CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro.1798, maio, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0749 CAIXA Nº 013.
[257] PARECER informando o não pagamento do soldo do sargento-mor dos auxiliares e sobre o valor das aguardentes. S/D S/LOCAL.BR MTAPMT.CVC PP. 0304 CAIXA Nº 006.
[258]MALEVADE, D., Terremoto em Lisboa. In: JESUS, N. M. (Org.). *Dicionário de História de Mato Grosso (Período Colonial)*, p. 274-276.
[259] BOXER, C., *O Império Marítimo Português,* p.182-183.
[260] Ver: MAXWELL, K., *Marquês de Pombal:* paradoxo do Iluminismo.
[261] FERRO, C. C., *Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia*: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa, p. 85.
[262] Idem, p. 87.

de cruzados, no prazo de 30 anos, sendo 100 mil cruzados anuais. A maior parte do valor seria cobrada da câmara de Salvador e o restante rateada com as demais. O valor das taxas seria cobrado sobre os gêneros mais consumidos e atividades mercantis expressivas[263].

Na capitania de Minas Gerais, as câmaras acordaram que o "subsídio voluntário" seria cobrado nas contagens e registros sobre as mercadorias que por ali entrassem[264]. Entre os produtos taxados estavam a aguardente da terra e as vindas do reino, escravos novos, gado vacum e cavalar[265]. A única capitania que contestou desde o início o pagamento do subsídio voluntário foi a capitania de São Paulo, as demais atenderam imediatamente à solicitação feita pelo rei[266].

Os oficiais camarários da Vila do Cuiabá, ao receberem o comunicado do governador e capitão-general Antônio Rolim de Moura, publicaram um edital e convocaram todos os republicanos e povo da vila e dos povoados de Rio Abaixo, Cocais, Serra Acima e Rio Acima para a discussão sobre a contribuição e do valor a ser enviado para Lisboa. Foram realizadas duas juntas, a primeira em novembro de 1756 e a segunda em dezembro do mesmo ano.

Na primeira foram discutidas as dificuldades em pagar a contribuição, e foram eleitos oito republicanos[267] que em conjunto com oficiais da câmara apresentariam uma proposta para o pagamento da contribuição. De acordo com a junta, não seria viável cobrar mais essa contribuição dos mineiros, considerando os tributos já pagos. Ela lembrou que os mineiros enfrentavam sérias dificuldades diante da proibição de mineração em locais onde existiam diamantes, e muitos deles estavam perdendo seus escravos por serem executados no Juizado dos Órfãos por dívida.[268]

A segunda junta, mais uma vez, ressaltou as dificuldades apontadas na primeira junta, mas por amor natural e obediência sincera à soberana majestade, acordaram que a câmara contribuiria com a reconstrução de Lisboa, com um valor de 16 mil oitavas de ouro no total a serem pagos num prazo de até 10 anos[269]. Este valor seria cobrado sobre a produção da aguardente local. A junta também tratou de que forma seriam cobrados os valores para o

[263] SOUSA, A. P., *A Bahia no século XVIII*. Poder político local e atividades econômicas, p. 126.
[264] ALMEIDA, C. M. C., *Ricos e Pobres em Minas Gerais - Produção e hierarquização social no mundo colonial*, p. 167.
[265] Idem, p. 83.
[266] FERRO, C. C., op. cit., p. 88.
[267] Foram eles: Francisco Lopes de Araújo, o tenente Francisco Ribeiro de Moraes, o sargento-mor Lourenço Soares de Brito, Antônio José de Medeiros Manoel dos Santos Coimbra, o coronel Antônio de Moraes Navarros, Francisco da Silva Ribeiro e Domingos Pacheco Mascarenhas.
[268] AUTOS de Junta que se fizeram no Senado da Câmara da Vila de Cuiabá. 1756, dezembro, 15. VILA DE CUIABÁ.AHU_ACL_CU_010, Cx. 9, D. 535.
[269] Idem.

pagamento do subsídio. Primeiro, para garantir o pagamento, ficou acordado que aguardentes seriam postas à venda por contrato, estando um só comissário responsável pela venda do produto. Do valor da venda do produto somariam para o pagamento de 600 oitavas de ouro referentes às rendas da municipalidade, o pagamento do subsídio voluntário e também da missa anual no dia de Todos os Santos em agradecimento pela vida da família real[270]. Em segundo considerou a prerrogativa existente no termo do Cuiabá, que se limitava o número de senhores de engenho que tinham licença para produzir aguardente. Nesse sentido ficou definido que os 15 engenhos que possuíam a licença pagariam o valor acordado independentemente de produzir ou não aguardente. Caso o engenho fosse vendido, o novo proprietário assumiria o acordo do pagamento[271].

Também determinou punições para aqueles que não respeitassem o acordo. Entre elas estava que ninguém poderia vender aguardente pelo estado da terra a não ser o administrador do contrato. E quem fosse pego vendendo perderia toda a sua aguardente, sendo dividido metade para o denunciante e outra metade para o subsídio. Os donos de venda deveriam comprar aguardente do administrador e obedecer às medidas estabelecidas da forma que era taxada pelo administrador, caso contrário toda a aguardente passaria a pertencer ao subsídio voluntário. E por fim, acordou que o dinheiro seria administrado pela à Provedoria, o órgão responsável por encaminhar o valor a ser entregue à câmara do Rio de Janeiro, responsável pelo envio dos valores a Lisboa[272]. O monopólio "de mercadorias de grande consumo era muitas vezes visto pelas Câmaras como a melhor forma de garantir o abastecimento dos núcleos urbanos, além de ser um procedimento bastante lucrativo para as rendas da câmara"[273].

No quadro abaixo relacionamos os senhores de engenho que assumiram o compromisso de pagar os subsídios.

Quadro 5 - Senhores de engenho que assinaram o acordo de subsídio voluntário -1756

Antônio de Melo Arruda (alferes)
Antônio Pinho de Azevedo (capitão)
Cristóvão de Magalhães Moraes (capitão)
Domingos Carneiro de Vasconcelos

[270] AUTOS (cópia) de Junta que se fizeram no Senado da Câmara da Vila de Cuiabá. 1756, dezembro, 15. VILA DE CUIABÁ.AHU_ACL_CU_010, Cx. 9, D. 535; AUTO DA JUNTA (Cópia) que fizeram os oficiais do Senado da 1756, dezembro, 06. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC AJ. 0009 CAIXA Nº 001.

[271] Idem

[272] Idem.

[273] SILVA, F. M., *Subsistência e poder – a política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas,* p. 211.

Domingos Ferreira da Silva
Domingos Pacheco Mascarenhas
Francisco João Botelho (licenciado)
Francisco Ribeiro de Moraes (tenente)
Joana de Jesus, viúva de Manoel Dias de Almeida
João Marques de Siqueira
José de Borba Gato
Manoel dos Santos Coimbra
Manoel José Pinto
Manoel Pereira da Silva
Thomé de Lara Penteado

Fonte: AHU_ACL_CU_010, Cx. 9, D. 535; Fundo: Câmara da Vila do Cuiabá BR MTAPMT.CVC AJ. 0009 CAIXA Nº 001.

Além de estipular a forma, o valor e as penalidades para os senhores de engenho, ficou acordado que eles, pela sua disposição em contribuir com sua majestade, não poderiam ser executados em seus bens, engenho, canaviais e escravos[274]. É importante ressaltar que dos oito republicanos eleitos para ajudar os oficiais da câmara a pensar na forma de cobrança do subsídio, três eram donos de engenho, o tenente Francisco Ribeiro de Moraes, Manoel dos Santos Coimbra e Domingos Pacheco Mascarenhas e já haviam ocupado cargos na câmara e na governança.[275]

Apesar de ter assinado o acordo, Manoel dos Santos Coimbra "não quis se sujeitar ao estabelecimento de contrato"[276]. Porém, não informou os motivos por não ter aderido ao contrato de aguardente, também não houve manifestação por parte dos senhores de engenho ou do governo pela sua não adesão. Este estava nas minas desde 1719, havia participado do início da implantação da administração, ocupou o cargo de escrivão do Arraial de Cuiabá[277] e fazia parte do grupo de conquistadores que se instalaram no termo do Cuiabá[278]. Era possuidor de

[274] Idem.
[275] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 83-85. JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778); ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808.
[276] REPRESENTAÇÃO dos [senhores de engenho] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, fevereiro, 25. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. RT. 0673 CAIXA Nº 014.
[277] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 47.
[278] ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808, p. 85; JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 217.

quatro sesmarias[279]. Em uma das justificativas para explicar o número de sesmarias[280] concedidas a Manoel Coimbra, o governador informava que ele era um dos mais antigos povoadores da capitania, estabelecido com mulher, filhos e além de ser mineiro de grande fábrica, era um dos maiores lavradores no Cuiabá[281]. Talvez por fazer parte de um grupo de homens que traziam para si a prerrogativa de serem os primeiros conquistadores, conseguiu manter-se fora do contrato e vender a sua aguardente de forma independente por um preço melhor e não pagar os subsídios.

Por outro lado, algumas questões devem ser postas, a proteção instituída pela câmara em relação aos mineiros, que a todo momento reclamavam por não poderem minerar devido à proibição de exercer a atividade em áreas onde havia diamantes. Seria uma forma de protestar e tentar a liberação dessas áreas? E quais os motivos de escolherem a aguardente para o pagamento do subsídio voluntário? Para a primeira questão acreditamos que pode ter sido uma forma de chamar atenção para "uma necessidade" de exploração dessas áreas, já que havia o interesse e tentativas de estabelecimento de contrato de exploração de diamantes na capitania, uma vez que a localização da capitania em área de fronteira fez com que a Coroa portuguesa agisse com diplomacia em relação à exploração das minas de diamantes[282]. Para a segunda questão, entendemos que a escolha da aguardente se deu por ser um produto rentável e de grande produção no termo do Cuiabá naquele momento.

Quanto aos privilégios obtidos pelos senhores de engenho de não terem seus bens rurais e escravos executados, não podemos esquecer de que estamos tratando de uma sociedade do Antigo Regime, na qual o rei premiava os seus súditos com concessão de mercês por serviços prestados ao império. A monarquia portuguesa não tinha condições para fazer valer suas políticas para a colônia, sem uma extensa negociação com as elites locais. E a negociação passava também: a economia do dom.[283]

Antonio Manuel Hespanha e Angela Barreto Xavier assinalam que as relações de poder que iam sendo tecidas dentro da sociedade do Antigo Regime eram pautadas nas relações de

---

[279] REQUERIMENTO de Manuel dos Santos Coimbra ao rei [D. José]. [ant. 1753, abril, 2] AHU_ACL_CU_010, Cx. 6, D. 407;CARTA do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso]António Rolim de Moura Tavares ao rei [D. José]. [ant. 1755, dezembro, 5]. AHU_ACL _CU_010, cx. 8, D. 508.

[280] SILVA, V., *Administração das terras*: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823), p. 117-120.

[281] CARTA do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao rei D. José 05/12/1755. AHU_ACL_CU_010, Rolo 8, doc. 508.

[282] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 218-219.

[283] SAMPAIO, A. C. J.. *Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais:* Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII... p. 473.

amizade, gratidão e serviço, ou seja, através da economia do dom, um conjunto de ações que culminam num processo de ajuda mútua, porém não igualitária, que obedecia a uma lógica de serviços prestados e mercês concedidas desse trabalho.[284]

> O caráter <devido> de certas retribuições régias aos serviços prestados à coroa parece introduzir uma obrigatoriedade nos atos de benefícios reais, assim não apenas dependentes de sua vontade ou da sua ratio, mas muito claramente de uma tradição e de uma ligação muito mais forte ao costume de redistribuição.[285]

Neste sentido, ao pagar os subsídios voluntários, os senhores de engenho recebiam em mercês que os distinguiam de outros grupos dentro de uma hierarquia social.

Em 1760, o juiz ordinário Antônio de Melo de Arruda e os oficiais camarários convocaram, mais uma vez, os senhores de engenho para discutirem o contrato aguardentes estabelecido em 1756. O contrato tinha pontos obscuros, havia muitas reclamações e sugiram várias irregularidades, como o não pagamento do subsídio voluntário.

O contrato vigente previa que o administrador tivesse o controle total sobre o comércio e distribuição da aguardente. Entre as cláusulas contavam que "pessoa nenhuma de qualquer estado ou continente poderia vender aguardente nem mesmo os senhores de engenho se alguém ao contrário fizesse perderia toda aguardente que lhe provar vender"[286]. O senhor de engenho que descumprisse o acordo pagaria o dobro do subsídio para a câmara.

Para piorar a situação, no contrato de 1756, o único valor acordado de forma clara foram as 600 oitavas da câmara a serem pagas a cada quartel do ano, os demais valores ficaram vagos. No caso do subsídio voluntário, sabiam o valor total e a forma de arrecadação, mas não foi acordada a quantia a ser entregue pelo contratador à câmara em cada quartel de ano.

Assim, em 1760, os senhores de engenho e os oficiais da câmara, reunidos em junta, assinaram um novo acórdão a respeito do contrato de aguardente na repartição do Cuiabá. Para a solução do problema, os senhores de engenho apresentaram como proposta o pagamento de um valor fixo à câmara, de 1.140 oitavas de ouro, pago anualmente, para atender ao pagamento do subsídio da câmara, subsídio voluntário e o pagamento da missa. Neste acordo estariam comtempladas as 600 oitavas de ouro do subsídio da câmara, 400 oitavas de ouro referentes à contribuição para a reconstrução de Lisboa e por fim 140 oitavas de ouro que seriam gastas na

[284] XAVIER, Â. D.; HESPANHA, A. M., A*s redes clientelares,* p. 339-349.
[285] Ibidem, p. 347.
[286] ATA (cópia) da Reunião dos vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá. 1760, agosto, 03. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC ATA. 0012 CAIXA Nº 001.

missa para agradecimento por sua majestade e sua família terem saído ilesas do terremoto[287]. E assim, não estariam mais atrelados à venda de aguardente aos interesses de contratador e garantiriam os rendimentos da câmara e do subsídio. O rateio entre os senhores de engenho ficou da seguinte forma:

Quadro 6 - Relação dos senhores de engenho que assinaram o acordo - 1760

Nomes	Valor
Antônio Dias Lessa	101/8 ½
Antônio de Melo Arruda (alferes)	64/8
Antônio Rodrigues Pereira	99/8*
Cristóvão de Magalhães Moraes (capitão)	94/8
Domingos Ferreira da Silva	66/8
Domingos Pacheco Mascarenhas	101/8 ½ *
Francisco João Botelho (licenciado)	55/8
Francisco Ribeiro de Moraes (tenente)	95/8
Joana de Jesus, viúva de Manoel Dias de Almeida	50/8
João Pereira da Cruz	55/8
Jose de Borba Gato	90/8
Manoel Jose Pinto	94/8
Martinho de Oliveira Gago	79/8
Thomé de Lara Penteado	95/8
Total	1140/8

*Documento corroído – Dúvida em relação ao valor.

Fonte: BR APMT.CVC.ATA.0012 CAIXA N º 001.

Esses valores seriam pagos em duas parcelas, a cada seis meses. Ao compararmos o os quadros 5 e 6, podemos observar que apenas 14 assinaram o novo acordo e destes nomes quatro eram diferentes dos da lista anterior.

Seis anos após a aprovação do novo contrato de aguardente, Francisco Ribeiro de Moraes entrou com uma ação na câmara da Vila do Cuiabá e solicitou a dispensa do subsídio de aguardente pago à câmara, com a justificativa de que deixara de fabricar aguardente. Ele informou que tinha a pretensão de fabricar apenas açúcar e propôs que os demais senhores de engenho assumissem a sua parte no pagamento do subsídio e dos donativos. Ainda reclamou da retaliação que estava sofrendo por parte de alguns donos de engenhos de aguardente[288].

[287] Idem.
[288] SENTENÇA (cópia) expedida pelo juiz de fora da Vila do Cuiabá Constantino José da Silva Azevedo. 1766, outubro, 24. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. SE. 0308 CAIXA Nº 007.

Infelizmente ele não nominou os senhores de engenho que não gostaram de sua atitude, mas o mal-estar estava instalado, pois se pressupõe que os demais senhores arcassem com um valor maior do que já pagavam, para atingir o valor de 1.140 oitavas anuais dos subsídios.

A sentença do juiz de fora Constantino José da Silva revelou que nem sempre a relação entre esse grupo era pacífica e compreendia interesses diversos. O processo gerou acusações contra outros donos de engenho. Entre as denúncias estava o não cumprimento dos valores estabelecidos por parte de alguns donos de engenho, como Joana de Jesus e Manoel Pereira da Silva. Segundo consta na sentença, a acusação contra Joana de Jesus era falsa, pois ela na "derrama contribuiu com cinquenta oitavas de ouro e quanto ao Manoel Pereira da Silva deve ser aplicado a mesma, pois ele fabricava melados"[289]. Por fim, o juiz de fora informou que os senhores de engenho deviam através de rateio assumir o compromisso com a câmara e pagar o que foi acordado[290].

Enfim, aparentemente, o motivo de toda a discussão era o aumento do valor do rateio a ser pago pelos senhores de engenho, diante do pedido de Francisco Ribeiro de Moraes. De qualquer modo, a contenda revelou que os senhores de engenho não eram um grupo homogêneo, e que havia insatisfação entre aqueles que pagavam o tributo e os que não pagavam ou assim desejavam.

Entre os anos de 1756 e 1768, as câmaras da capitania de Mato Grosso enviaram à provedoria o valor de 4.956 oitavas e ¾ e 60 vinténs de ouro, sendo 3.835 oitavas e ¾ e 68 vinténs de ouro recolhidos pela câmara da Vila do Cuiabá e o restante recolhido pela câmara de Vila Bela.[291]

Em 1769, por ordem do governador e capitão-general Luís Pinto de Souza Coutinho foi determinado que o valor arrecadado para a contribuição voluntária para reconstituir Lisboa, ou seja, as 400 oitavas de ouro, passaria a ser empregado no pagamento do soldo do sargento-mor de milícias da vila. Portanto, o subsídio voluntário deixou de ser enviado para a reconstrução de Lisboa. Segundo o governador esse valor era importante diante das "diminutas rendas" dessa capitania. E assim conservou o pagamento na câmara de 1.140 oitavas de ouro de valor de 1$500 reis[292]. Os valores cobrados dos senhores de engenho continuaram os mesmos, a

[289] Idem.
[290] Idem
[291] CERTIDÃO expedida por Francisco Rodrigues da Silva, escrivão da Câmara da Vila do Cuiabá. 1769, março, 22. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC CE. 0033 CAIXA Nº 001.
[292] CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, maio, 22. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0749 CAIXA Nº 013.

diferença foi a destinação do subsídio voluntário.

Para além das disputas internas, os donos de engenho também sofriam pressões externas vindas de outra capitania. No ano de 1776, a Câmara de Vereadores da Vila de Itu remeteu uma representação ao rei D. José solicitando o que Silvana Godoy chamou de "divisão colonial do trabalho". Os agentes camarários da Vila de Itu - capitania de São Paulo - propuseram uma especialização das atividades por capitania e por áreas produtivas, conforme sua inserção na economia colonial. Nela se vê que as áreas mineradoras, Minas Gerais, Goiás e Cuiabá não deveriam possuir fábricas e lavouras de cana e fumo. Ou seja, os donos de engenho de Itu estavam preocupados em garantir o mercado consumidor[293].

Essa reclamação dos agentes camarários de Itu revelava que o termo do Cuiabá era capaz de abastecer o seu próprio mercado interno e ameaçava os interesses de grupos de comerciantes paulistas que atuavam já há algum tempo na fronteira oeste. As tentativas de conter a produção de aguardente na capitania datavam desde 1723, como já apontamos no capítulo I, na discussão sobre a edificação dos engenhos no termo do Cuiabá, que estava envolta de um conjunto de interesses comerciais.

Ilana Blaj, ao analisar a produção dos plantadores e criadores de gado vacum da Vila de São Paulo, notou que a preferência era por vender seus produtos para áreas que não estivessem sob a jurisdição da câmara paulistana, pois os preços auferidos poderiam ser melhores[294]. Isto talvez ajude a explicar a manifestação dos donos de engenhos da Vila de Itu que, além do mercado consumidor, buscavam garantir os melhores lucros e mercados.

Em 1776, os vereadores da câmara da Vila do Cuiabá enviaram ao rei uma reclamação sobre os subsídios da aguardente pagos pelos senhores de engenho. Segundo eles, a câmara estava perdendo parte de suas rendas, desde o acordo estabelecido em 1756, que fixou o valor de 600 oitavas de ouro. Para solucionar tal perda, os oficiais da câmara solicitaram ao rei que confirmasse o que havia sido estabelecido na criação da vila e que a câmara voltasse a receber por uma oitava a frasqueira de aguardente produzida no termo do Cuiabá. Além disso, sofriam com a variação da moeda, que deixou de valer 1$500 reis e passou para 1$200 reis[295]. Ao explicar sobre a variação cambial, para a capitania de Minas Gerais, Ângelo Carrara esclarece que a moeda corrente na capitania era o seu próprio lastro: o ouro em pó.

---

[293] GODOY, S., *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828),* p. 113.
[294] BLAJ, I., *A trama das tensões.* O processo de mercantilização de São Paulo (1681-1721), p. 109.
[295] CARTA (cópia) dos vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá sobre as contribuições da Câmara à Sua Majestade, a Provisão de confirmação dos Capítulos da Correção a respeito dos engenhos. 1776, julho, 02 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC CA. 0072 CAIXA Nº 002.

> A taxa de câmbio do ouro em pó variou algumas vezes durante a primeira metade do século XVIII. Até 31 de janeiro de 1725, e entre 30 de junho de 1735 e 31 de julho a oitava de ouro em pó valeu 1$500 réis. A partir de 1751 até 1823, a oitava de ouro em pó passou a valer 1$200 reis.[296]

Os oficiais da câmara da Vila do Cuiabá requeriam a anuência do rei para fazer valer o acordo inicial do pagamento dos subsídios da aguardente e acabar com o valor fixo estabelecido a partir de 1756. Ao observarmos os nomes dos vereadores que participaram das Juntas de 1756, 1760 e 1776, notamos que na primeira e na segunda os vereadores e os adjuntos escolhidos entre os republicanos tinham como representantes alguns senhores de engenho. Na última por sua vez, não havia nenhum representante entre eles que fosse dono de engenho, o que pode explicar o porquê da reclamação das perdas da renda da câmara. O grupo de oficiais camarários que estava na câmara nesse momento provavelmente pertencia a outro grupo e defendia outros interesses.

Nossa hipótese se confirma diante de um parecer, infelizmente sem assinatura, sobre as perdas das rendas camararias, que estabeleceu um comparativo com o registro de frasqueiras produzidas sobre as quais incidiu a cobrança do novo imposto, o subsídio literário. Este registro demonstrou que nos anos 1775 e 1776 foram fabricadas no termo do Cuiabá mais de mil frasqueiras de aguardente, o que pode ser verificado na tabela 7. Portanto, seria útil para a câmara que os senhores de engenho pagassem uma oitava por frasqueira fabricada. Além disso denunciava que as convenções dos anos de 1756 e 1760 foram feitas pelos próprios companheiros dos senhores de engenho para beneficiá-los[297] e pagarem menos subsídios à câmara.

Em 1779, 15 senhores de engenho remeteram uma representação ao governador e capitão-general Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres, reclamando dos altos tributos, do pagamento do donativo à câmara, no valor de 600/8 de ouro, do real donativo no valor de 400/8 de ouro e do subsídio literário. Também informava ser uma incoerência da câmara exigir que o pagamento dos tributos fosse feito a 1$500 reis a oitava e não o valor corrente do ouro, que era de 1$200 reis. Eles acusavam a câmara de fazer cobranças injustas, de sofrerem com os ataques dos índios e concorrência com a aguardente vinda de Goiás. Por essas razões, solicitavam o alívio da cobrança de tributos e quanto à aguardente vinda de Goiás, pediam que fossem

[296] CARRARA, A., *Minas e Currais*: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674-1807, p. 73.
[297] PARECER informando o não pagamento do soldo do sargento-mor dos auxiliares e sobre o valor das aguardentes. S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.CVC PP. 0304 CAIXA Nº 006.

tributadas no valor de duas oitavas por canadas, como estava no contrato[298]. No quadro abaixo apresentamos os senhores de engenho que assinaram a representação enviada ao governador Luís de Albuquerque.

Quadro 7 - Relação dos senhores de engenho que assinaram a representação - 1779

Antônio Dias Lessa (alferes)
Antônio Gomes da Costa
Apolinário de Oliveira Gago
Gabriel de Magalhães Moraes
João Godoy
Joana de Jesus
João da Costa Campos
João Paes de Barros
José Dias Paes
Jose Gomes da Silva
José Pedro Gomes
Luís de Pina Castelo Branco
Norberto Cardoso de Figueiredo
Paulo da Silva Coelho
Thomas Joaquim Fr[a]

Fonte: Fundo: Secretaria de Governo -BR MTAPMT.SG.RT.0673 CAIXA Nº 014.

Quanto à reclamação dos senhores de engenho, o governador e capitão-general Luís de Albuquerque solicitou explicações do juiz de fora de Cuiabá e ouvidor da comarca, José Carlos Pereira. Segundo o juiz de fora, a câmara tinha todo direito de garantir os seus rendimentos e havia a prerrogativa de receber 600 oitavas de ouro, e também poderia cobrar duas oitavas dos novos engenhos, modificando assim o contrato anterior. Portanto, não cabia mais a proposta de se manter o rateio de valores entre os senhores de engenho como vinha sendo praticado.

Quanto ao subsídio voluntário não era uma questão de completar apenas as 16 mil oitavas prometidas ao rei. As 400 oitavas foram destinadas pelo ex-governador Luís Pinto de Souza Coutinho para pagamento do sargento-mor dos auxiliares, portanto julgava infundada a reclamação dos senhores de engenho nestas questões[299]. Em relação ao subsídio literário, coube

[298] REPRESENTAÇÃO dos [senhores de engenho] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, fevereiro, 25. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. RT. 0673 CAIXA Nº 014.

[299] CARTA do juiz de fora e ouvidor geral da Comarca, José Carlos Pereira ao governador e capitão-general da

à câmara apenas a cobrança, os valores eram repassados para a provedoria. Por outro lado, este documento revela a existência de outros engenhos novos que estavam sendo fundados e a câmara procurando garantir o aumento de suas rendas.

A partir da observação da produção de aguardente na Vila do Cuiabá para os anos de 1775 a 1797 (ver tabela 5), podemos concluir que ao receber 600 oitavas de ouro a câmara estava perdendo rendas, enquanto para os senhores de engenho era melhor a manutenção do contrato estabelecido em 1760. O preço fixo lhes garantia mais lucratividade e o pagamento menor de imposto. Assim, apesar de terem suas diferenças, os senhores de engenho que produziam aguardente agiam como um grupo na defesa de seus interesses. Mas mesmo diante dos números[300], a forma de pagamento do subsídio da aguardente e do subsídio voluntário manteve o acordo de 1760.

Em 1798 o juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral informou o governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda e Montenegro sobre as rendas da câmara, os contratos existentes, bem como a forma de cobrança. No que diz respeito à cobrança dos subsídios, esclareceu que o pagamento era realizado através do rateio do valor de 1.140/8[301] conforme estabelecido. Portanto, apesar das reclamações dos oficiais da câmara, os senhores de engenho mantiveram até aquele momento o acordo feito em 1760.

No que diz respeito ao subsídio literário, este foi um novo tributo instituído em novembro de 1772 para o investimento no sistema de ensino financiado pelo estado, cuja cobrança fazia parte de um conjunto de reformas realizadas por Pombal, entre elas no setor educacional, e o valor arrecadado deveria ser aplicado no pagamento de professores régios[302].

A reforma no setor educacional no império português havia sido iniciada por Pombal em 1759, que determinou o encerramento das atividades educacionais e catequistas dos jesuítas no império português e instituiu as primeiras aulas régias, sob nova orientação[303]. Em Portugal a cobrança do novo tributo insidia em um real por canada de vinho, quatro reis pela aguardente e 160 reis por pipa de vinagre integrando uma ideia difundida na época pombalina acerca do

---

capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, fevereiro, 26. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.OU. CA. 0051 CAIXA Nº 002.

[300] Cabe aqui uma ressalva, este mapa foi realizado no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro no ano de 1798 para a realização da prestação de contas da cobrança do imposto na capitania.

[301] CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, maio, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0749 CAIXA Nº 013. Cabe aqui uma ressalva, este mapa foi realizado no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro no ano de 1798 para a realização da prestação de contas da cobrança do imposto na capitania.

[302] MAXWELL, K., *Marquês de Pombal:* paradoxo do Iluminismo, p. 104-105.

[303] FONSECA, T. N. L., *O ensino régio na capitania de Minas Gerais*.1772-1814, p. 19.

excesso de terra dedicada à vinicultura[304]. Na América Portuguesa a cobrança do imposto foi realizada sobre a produção de aguardente e da carne cortada no açougue, e seriam cobrados 10 reis a cada 8 canada e 1 real a cada arrátel de carne[305].

Na capitania de Mato Grosso, o subsídio literário começou a ser cobrado a partir de 1775. De acordo como Nogueira Coelho, os rendimentos do subsídio entraram no cofre da Real Fazenda em livro separado, porque não havia uma junta específica, nem mestres ou professores que instruam a mocidade e recebam os pequenos ordenados que resultam dessa arrecadação[306].

Os dados que temos sobre a cobrança deste imposto no termo do Cuiabá foram realizados no ano de 1799 a pedido do governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Ele solicitou uma certidão do pagamento dos subsídios literários desde o momento que foi instituído em 1775 até o ano de 1797[307], pois, ao chegar a esta capitania constatou que esta informação nunca havia sido enviada ao reino e seus antecessores não haviam realizado nenhum tipo de controle. Na certidão foi informada a arrecadação realizada na Vila do Cuiabá, no Julgado de São Pedro del Rei e Vila Bela, anotaram-se a quantidade de frasqueiras de aguardente e de bois abatidos e os valores arrecadados anualmente em cada localidade. Para o período foram arrecadados 17:668$349 reis em toda a capitania, o termo do Cuiabá foi responsável por 61% do valor arrecadado nesse período. Deste percentual 25,3% eram da arrecadação da aguardente, o restante, do corte de carne no açougue[308]. Na construção da tabela 7 optamos por inserir a quantidade e os valores da produção de aguardente referentes ao termo do Cuiabá.

[304] HESPANHA, A. M., Os poderes do centro: a Fazenda. In: HESPANHA, A. M. (Org.), *História de Portugal:* o Antigo Regime, p. 194.
[305] SILVA, D. C., *O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1825)*, p. 34.
[306] COELHO, F. J. N., Memórias Cronológicas da capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* p. 198.
[307] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro. 1799, fevereiro, 21. VILA BELA. HU_ACL_CU_010, Cx. 35, D. 1824; OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho. 1799, junho, 28. VILA BELA.AHU_ACL_CU_010, Cx. 37, D. 1867.
[308] Neste valor incluímos apenas o que foi arrecado na Vila do Cuiabá. Quanto às rendas, apesar de São Pedro del Rei, arraial fundado em 1782 e elevado a Julgado em 1783, estar situado no termo do Cuiabá, determinou-se que as suas rendas pertenceriam à câmara de Vila Bela. Para essa questão, ver: JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 301-310.

Tabela 7 - Quantidade de frasqueiras de aguardente e valor de subsídio arrecadado anualmente no termo do Cuiabá - 1775-1797

Ano	Vila do Cuiabá		São Pedro del Rei *	
	Nº de frasqueiras	Valor do Subsídio Literário	Nº de frasqueiras	Valor do Subsídio
1775	1500	150$000		
1776	1916	191$600		
1777	1900	190$000		
1778	2182	218$200		
1779	1825	182$500		
1780	1948	194$800		
1781	2440	244$000		
1782	1461	146$100		
1783	1420	142$050	239	23$900
1784	1044	104$400	329	32$900
1785	984	98$400	303	30$300
1786	1223	122$300	283	28$300
1787	1459	145$900	109	10$900
1788	1796	179$600	60	6$000
1789	1466	146$600	44	4$400
1790	1998	199$800	60	6$000
1791	2098	209$800	120	12$000
1792	2288	228$800	80	8$000
1793	2340	234$100	46	4$600
1794	2524	252$400	56	5$600
1795	2260	226$000	68	6$800
1796	2416	241$600	97	9$700
1797	2246	224$600	83	8$325
Total	42.734	4:273$550	1.977	197$725

Fonte: AHU_ACL_CU_010, Cx. 37, D. 1867; AHU_ACL_CU_010, Cx. 38, D. 1926.

De acordo com os dados apresentados pelo governador, até o ano de 1785 os valores arrecadados do subsídio literário foram entregues à provedoria, porém só foram destinados para a educação a partir de 1786, quando começaram a serem pagos os professores que passaram a atuar no termo do Cuiabá[309]. Ao analisar as receitas e despesas desses 23 anos, verificamos que os valores arrecadados foram suficientes para o pagamento dos professores, com sobra de

[309] OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro. 1799, fevereiro, 21. VILA BELA. HU_ACL_CU_010, Cx. 35, D. 1824; OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho.1799, junho, 28. VILA BELA.AHU_ACL_CU_ 010, Cx. 37, D. 1867.

saldo.[310]

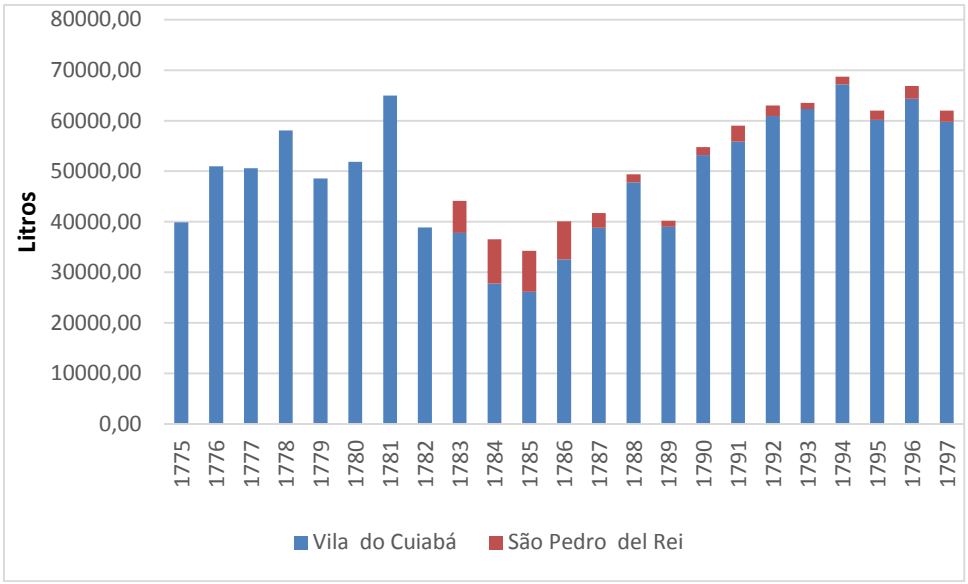
Na análise da produção de aguardente na capitania de Minas Gerais no período de 1774 a 1806, Ângelo Carrara observou que, mesmo diante dos dados fragmentados, após a cobrança do subsídio literário houve uma baixa na produção.

> Esta cobrança representou um ônus suplementar à "vigésima", isto é a cobrança de 5% sobre a produção dos derivados de cana de açúcar. Foi possível verificar um sensível aumento da produção de aguardente nos termos de Mariana e Sabará a partir do final do século XVIII. No primeiro em função do avanço da fronteira agrícola e no segundo provavelmente pelo aumento da produção mineral, a julgar o volume de concessão de datas minerais.[311]

Para o termo do Cuiabá, ao analisarmos a tabela 7, podemos constatar que mesmo com a cobrança dos subsídios (aguardente, voluntário, literário e dizimo[312]) não houve uma baixa na produção como a apontada para a capitania de Minas Gerais. No gráfico abaixo podemos observar que no termo de Cuiabá a produção de aguardente sofreu uma sensível queda entre os anos de 1783 e 1787, que pode ser explicada pelas condições meteorológicas adversas, pois, de acordo com Joaquim da Costa Siqueira, no ano 1783 houve muitas chuvas e enchentes, e em Serra Acima as águas causaram muitos prejuízos[313]. Considerando que a maior parte dos engenhos estava situada nessa localidade, este fato nos ajuda a entender a queda da produção. Por outro lado, o início da produção de aguardente no Julgado de São Pedro del Rei pode também ter contribuído para uma queda na produção da Vila do Cuiabá ao deixar de atender o mercado daquele julgado. No caso de São Pedro del Rei ocorreu uma queda na produção de aguardente a partir de 1789, que possivelmente tem relação com a descoberta das Lavras do Sapateiro[314]. Muitos podem ter deixado as atividades de engenho para minerar.

Gráfico 1 - Produção de aguardente no termo do Cuiabá

[310] Sobre a educação no período colonial na capitania de Mato Grosso, ver: BRÊTAS, M. M., *A Gênese do Ensino Estatal em Mato Grosso (1759-1808).*
[311] CARRARA, A., *Minas e Currais*: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674-1807, p. 210-212.
[312] Tributo que não será tratado neste trabalho e que ainda carece de estudo para a capitania de Mato Grosso.
[313] SIQUEIRA, J. C., *Compêndio histórico e cronológico das notícias do Cuiabá,* p. 16.
[314] ROSA, C. A. et al., Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883). *Cadernos do NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos,* p. 37.



Fonte: Fonte: AHU_ACL_CU_010, Cx. 37, D. 1867; AHU_ACL_CU_010, Cx. 38, D. 1926.

Por fim, podemos concluir que houve uma produção constante de aguardente no termo do Cuiabá e que independentemente da controvérsia sobre a sua implantação, a importância dos engenhos era evidente, tanto na participação das rendas da municipalidade, quanto da capitania com o pagamento dos subsídios voluntário e literário. Em torno da sua produção formou-se um grupo de homens que investiram nela e buscaram formas de garantir a lucratividade dessa atividade, ou seja, que produziram para o mercado local, acumularam capital e fizeram parte de uma elite local.

CAPÍTULO III

OS ENGENHOS DE SERRA ACIMA

Como podemos observar no capítulo anterior, houve no termo do Cuiabá um significativo número de engenhos que estavam instalados em diferentes localidades do termo com expressiva produção. O presente capítulo tem como objetivo analisar a produção e a comercialização dos engenhos de Serra Acima, a partir das contas apresentadas nos inventários e processos abertos no Juizado dos Órfãos, Defuntos e Ausentes da Vila do Cuiabá. Mesmo sabendo-se que os dados foram construídos para atender a uma determinação administrativa e jurídica, portanto as falhas e omissões estavam presentes. Essa documentação pode não retratar a produção e as despesas dos engenhos em sua totalidade. Porém, não encontramos outra documentação que tivesse dados similares sobre a reprodução de engenhos.

A partir do estudo do livro de contas do engenho de Sergipe do Conde, Vera Ferlini apontou as dificuldades em lidar com a documentação contábil do engenho, pois constatou que a sistematização das receitas e despesas em padrões contábeis atuais não é totalmente possível. Segundo a autora, o registro das informações no livro de conta era feito em sistema primitivo. Não se trata sequer de partidas simples, mas de contabilidade rudimentar: qualquer entrada era receita e qualquer saída era despesa e o movimento do ano era calculado pelo cálculo simples entre os dois.[315]

Os registros por nós pesquisados não são tão completos como os do engenho de Sergipe do Conde, porém foram realizados sob o mesmo princípio, tudo que entrou foi considerado receita e tudo que saiu, despesa. No momento nos interessa analisar a produção dos engenhos presente na receita, mesmo que de forma parcial em alguns casos. E nas despesas, nos interessam os gastos para a manutenção dos engenhos. Assim, vamos analisar as receitas e despesas de cinco engenhos situados no distrito de Serra Acima (Chapada dos Guimarães), Itambé, Santo Antônio das Palmeiras, São Romão, Quilombo e Buriti.

3.1 Os engenhos do Itambé (ou Quilombo)

[315]FERLINI, V. L. A., *Açúcar e Colonização*, p. 162-163.

O engenho do Itambé[316] possivelmente foi fundado por volta de 1751. Foi nesse ano que Manoel Pereira da Silva solicitou ao governador capitão-general Antônio Rolim de Moura uma sesmaria de meia de testada e uma légua de sertão de um sítio vizinho às terras do tenente Antônio de Almeida Lara para agricultura, sesmaria confirmada por sua majestade no ano de 1753[317]. Três anos após encontramos Manoel Pereira da Silva entre o grupo de senhores de engenho que assinam o termo da junta da câmara do ano de 1756 para o pagamento do subsídio voluntário para a reconstrução de Lisboa (ver o quadro 5).[318]

Ele era casado com D. Escolástica de Jesus Passanha e provavelmente faleceu por volta de 1778. Nessa data encontramos D. Escolástica solicitando meia légua de sesmaria além da que pertencia ao seu falecido marido. Em seu requerimento, ela solicitou a confirmação das terras onde possuía um engenho de aguardente, listado entre os engenhos que pagavam os subsídios à câmara e também uma fábrica com pilões de fazer farinha em que ocupavam os escravos. Além dessas terras, solicitou mais meia légua de terras para as plantações para conservação de suas fábricas[319]. Ou seja, além da aguardente, a fabricação de farinha também era importante neste engenho.

Na documentação levantada, não é possível precisar quantos filhos teve esse casal. Nos registros consta a informação de duas filhas, Ana Maria Pereira, casada com Paulo da Silva Coelho, e Maria Pereira, casada com José Gomes de Barros, responsável pelo inventário de Manoel Pereira da Silva. De acordo com a data dos despachos existente nos requerimentos de sesmaria enviados ao governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 3 de junho de 1778, além de D. Escolástica de Jesus Passanha, os seus genros José Gomes de Barros e Paulo da Silva Coelho também solicitaram terras vizinhas ao engenho do Itambé após o falecimento de Manoel Pereira da Silva.

---

316 A saber, do ponto de vista da pesquisa, defrontamos com situações diversas como a inexistência dos inventários da família proprietária do engenho Itambé (ou Quilombo), de livros borradores. Então faremos a reconstrução da produção desses engenhos a partir dos processos abertos no Juizado dos Órfãos em função das dívidas que parte de seus donos possuíam e até o momento da sua morte não haviam sido quitadas. Além da documentação esparsa pairava-se a dúvida sobre o nome deste engenho, nos registros havia uma confusão em relação ao nome desse engenho, pois em alguns documentos recebia o nome de Itambé, em outros de Quilombo. Porém, a confusão em relação ao nome diz respeito a sua localização que estava na paragem do Itambé, no sítio do Quilombo, o qual fazia uma referência ao rio Quilombo que passava próximo à propriedade. Assim, em alguns documentos encontramos engenho do Quilombo em outro Engenho do Itambé, porém trata-se do mesmo engenho. **Doravante chamaremos apenas de Engenho Itambé.**

317 REQUERIMENTO de Manuel Pereira da Silva ao rei [D. José] em que pede confirmação de sesmaria na Chapada da Vila de Cuiabá. [ant. 1753, março, 10].AHU_ACL_CU_010, Cx. 6, D. 402.

318 Ver capítulo II.

319 REQUERIMENTO de Escolástico de Jesus [Pasanha] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03. VILA BELABR MTAPMT.SES. RQ. 0103 CAIXA Nº 002.

José Gomes de Barros solicitou meia légua de terras para ocupar seus escravos em plantações de mantimentos e fazer farinha. A sua sesmaria estava situada na paragem Quilombo, de uma parte, e de outra do rio chamado Caminho de Goiás finalizando na sesmaria de seu cunhado Paulo da Silva Coelho[320]. No ano seguinte ele novamente pediu ratificação na carta de sesmaria expedida pelo governador, pois o local solicitado entre as terras de Paulo da Silva Coelho e D. Escolástica não foi passível de demarcação. Então ele solicitou as terras abaixo do rio da Casca próximas ao morro do Escalvado, tornando sem efeito as terras alcançadas no ano anterior.[321]

A mesma situação aconteceu com seu cunhado Paulo da Silva Coelho, que também pediu sesmarias na divisa das terras de D. Escolástica[322], porém, com a demarcação da sesmaria de sua sogra, não foi possível completar a quantidade de terras, sendo assim, também solicitou uma ratificação da meia légua e pediu terras descendo pelo rio da Casca até o morro do Descavado[323]. Um ano depois, em 1780, José Gomes de Barros requereu outra sesmaria de meia légua de matos na beirada do rio Quilombo, dizendo ser "roceiro" destas minas do Cuiabá e precisar das terras para plantar mantimentos.

Diante dos pedidos de sesmarias, essa família dominava uma grande extensão de terras e todos com a justificativa de produzir mantimentos. Ou seja, sabedores da importância desta atividade, utilizaram desse argumento para alcançar a concessão das terras requeridas e consequentemente aumentar a receita e o prestígio da família. Não podemos nos esquecer de que estamos falando de uma sociedade do antigo regime e a terra era um indicativo de prestígio e distinção dentro dessa sociedade.

Nesse período, D. Escolástica de Jesus Passanha casou-se pela segunda vez, com José da Silva Coelho. Não sabemos o seu grau de parentesco com o genro de sua esposa, Paulo da Silva Coelho. As coincidências estão no sobrenome, no fato de ambos serem portugueses, e estavam ligados a atividades comerciais na Vila do Cuiabá o que nos leva a considerar que possivelmente eram parentes.

---

[320] REQUERIMENTO de José Gomes de Barros ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0107 CAIXA Nº 002.

[321] REQUERIMENTO de José Gomes de Barros ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, setembro, 28. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0118 CAIXA Nº 002. Infelizmente só encontramos referências esparsas sobre este engenho.

[322] REQUERIMENTO de Paulo da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0109 CAIXA Nº 002.

[323] REQUERIMENTO de Paulo da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, abril, 17. QUILOMBO. BR MTAPMT.SES. RQ. 0123 CAIXA Nº 002.

Antes de se casar, José da Silva Coelho tinha atividades comerciais no termo do Cuiabá, no ano de 1773, quando pagou pelo contrato de cabeça de porcos e no ano de 1776 pagou a arrematação do contrato de gado na câmara da Vila do Cuiabá[324]. Depois do casamento, ele passou a investir nas atividades agrícolas. Em 1785 solicitou terras próximas às de sua esposa, D. Escolástica, alegando ter 20 escravos que utilizava nas atividades de plantar milho e cana para moer nos seus dois engenhos, um de farinha e outro de aguardente e que precisava de mais terras para continuar o seu empreendimento. A câmara, ao emitir seu parecer sobre o pedido, alerta que a sua esposa, D. Escolástica, já havia solicitado mais terras para o engenho em 1779, porém era sempre útil a extensão dos moradores para o sertão considerando a distância do empreendimento[325]. Assim, com essa solicitação o engenho passou a ter mais de duas léguas de terra.

Ao que tudo indica, o segundo marido de D. Escolástica não possuía muita aptidão no trato com as atividades do engenho e por conta dessa inabilidade a propriedade estava com dívidas. Não podemos nos esquecer de que José da Silva Coelho exercia anteriormente atividades comerciais e como nos lembra Sheila de Castro Faria, a transformação de um comerciante em lavrador/senhor de engenho era um processo demorado, uma vez que o ritmo econômico é, entre a agricultura e o comércio, bastante diferente.[326]

Em 1792, José da Silva Coelho e o alferes José Gomes de Barros registraram uma escritura de sociedade do engenho do Itambé, que foi avaliado em 16 mil cruzados e possuía casa de fazer aguardente e farinha, 36 escravos de serviço, casa de morada, bestas muares e bois de carro. O acordo previa que José Gomes de Barros passaria a ser o administrador do engenho com o compromisso de pagar com os rendimentos as dívidas de José da Silva Coelho. A partir do momento em que as dívidas fossem liquidadas com os rendimentos, José Gomes de Barros teria que pagar a José da Silva Coelho a sua parte no engenho até inteirar o valor de 8 mil cruzados, sendo as despesas com compra de escravos, pagamento de dízimos, subsídios e funerais de responsabilidade dos sócios. Enquanto a manutenção, como consertos realizados

[324] MAPA de despesas e rendas do ano de 1773 dada pelo procurador, o alferes Pedro Marques de Fontes, junto com os oficiais da Câmara, conferido pelo escrivão João da Silva Nogueira. 1774, novembro, 04. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC MR. 0062 CAIXA Nº 002;MAPA de rendas e despesas do ano de 1776 dada pelo procurador Antônio José de Oliveira para o juiz de fora Antônio Rodrigues Gaioso e mais oficiais da Câmara, conferido pelo escrivão da Câmara da Vila do Cuiabá João da Silva Nogueira. 1777, setembro, 26, VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC MR. 0085 CAIXA Nº 002.

[325] REQUERIMENTO de José da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, junho, 14. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0195 CAIXA Nº 003.

[326] FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento*: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p.192.

no engenho, era de responsabilidade do sócio -administrador[327]. Para administrar o engenho José Gomes de Barros recorreu ao seu concunhado Paulo da Silva Coelho, que lhe fez um empréstimo no valor de 1:186$274 rs (Um conto, cento e oitenta e seis mil e duzentos e setenta e quatro reis). Este valor foi destinado para conservação e aumento da fábrica. Ou seja, além da relação de parentesco, os concunhados também estabeleceram relações econômicas[328]. Era muito comum que as redes familiares e de negócio se entrecruzassem, fazendo com que laços de sangue, amizade, estabelecidos na esfera privada, se reproduzissem na esfera mercantil.[329]

Com a morte de José da Silva Coelho em 1798, a sociedade do engenho com José Gomes de Barros foi questionada. Em seu testamento José da Silva Coelho assegurou que foi vítima da "malícia" de José Gomes de Barros e que assinou de boa-fé o teor da escritura por confiar no José Gomes de Barros. Ele apontava que Antônio José da Silva Costa, compadre de José Gomes de Barros, sabia bem de toda a negociação. E por fim informou que Antônio José da Silva Costa recebeu a sua tropa com mantimentos para vendê-los, porém não havia prestado conta dos mantimentos recebidos[330].

Vários libelos cíveis foram abertos no Juizado dos Órfãos contra a herança de José da Silva Coelho. Nesse momento Paulo da Silva Coelho passou a ser tutor de sua sogra, D. Escolástica, que segundo consta nos processos ficou demente[331]. Entre os processos estava a reclamação dos herdeiros em relação ao testamenteiro instituído pelo falecido, o advogado Manoel de Barros Rodovalho e Silva. Além disso, o falecido instituiu como sua herdeira Joana parda, filha natural que por ter menos de 25 anos estava sob a tutela do Quartel Mestre[332]

---

[327] ESCRITURA (Translado) de sociedade feita entre José Gomes da Silva Coelho e o alferes José Gomes de Barros de um engenho no quilombo. 1792, setembro, 18. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.OU. ES. 0167 CAIXA Nº 003.

[328] RECIBO de crédito passado por José Gomes de Barros da dívida que possui com Paulo da Silva Coelho. 1780, dezembro, 29. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.DAC. RC. 0014 CAIXA Nº 001.

[329] FURTADO, J. F., *Comentários:* as elites no Império Português, p. 126.

[330] PROCESSO de Libelo Cível aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus: Advogado Manoel de Barros Rodovalho e Silva, a viúva Escolástica de Jesus Passanha, ao Quartel Mestre Domingos Dias de Abreu a respeito da herança de José da Silva Coelho. 1799, agosto, 27,VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0048 CAIXA Nº 004.

[331] PROCESSO de penhora executiva aberto pela Provedoria dos Defuntos e Ausentes tendo como Exequente o capitão Gomes da Costa Pereira contra o Executado, o tenente Paulo da Silva Coelho a respeito da herança do falecido José da Silva Coelho. 1799, junho, 07. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁBR MTAPMT.JPO. PC. 0045CAIXA Nº 004, PROCESSO de Libelo Cível aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus: Advogado Manoel de Barros Rodovalho e Silva, a viúva Escolástica de Jesus Passanha, ao Quartel Mestre Domingos Dias de Abreu a respeito da herança de José da Silva Coelho. 1799, agosto, 27. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0048CAIXA Nº 004; PROCESSO aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o capitão José Gomes de Barros contra o tenente Paulo da Silva Coelho a respeito da herança do falecido José da Silva Coelho. Aprox. 1801, junho, 15, VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0058 CAIXA Nº 005.

[332] Oficial militar responsável pela administração financeira de um regimento. Ver: COTTA, F. A., *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa.*

Domingos Dias de Abreu.

Em meio às brigas e ao pedido de pagamento das dívidas e investimentos feitos no engenho do Itambé, foi possível perceber a produção desse engenho e a forma como essas mercadorias eram colocadas à venda. O administrador do engenho, José Gomes de Barros, impetrou uma ação libelo contra a herança do falecido José da Silva Coelho para receber os valores que o seu "sócio" lhe devia referentes ao período em que administrava o engenho. Ele contestou as informações contidas no testamento do falecido. Segundo José Gomes de Barros, deixou muitas vezes de cuidar do seu engenho no Rio da Casca para cuidar do Itambé, no qual era sócio.[333]

Em sua conta apresentada no Juizado dos Órfãos constam informações importantes acerca da produção e comercialização dos mantimentos, bem como dos gastos deste engenho. Ela nos permite adentrar no universo administrativo desta unidade produtiva. Este conjunto documental era composto de recibos e contas de comissários, credores e prestadores de serviços do Engenho Itambé. Antes iniciarmos essas questões alguns esclarecimentos são necessários. A primeira diz respeito à administração do Itambé, a partir do momento em que foi estabelecida a sociedade entre José da Silva Coelho e José Gomes de Barros o engenho teve dois administradores.

No período de 1793 a 1795, José Gomes de Barros administrou pessoalmente o engenho, segundo ele, assistiu o Itambé de todas as formas com consertos de casas, compra de escravos, bois, bestas e mantimentos para que pudesse produzir[334]. Entre os anos de 1796 e 1799, ele delegou a administração do Itambé a José Leal do Nascimento. Isto implicou diferentes formas de registro da contabilidade do Itambé, o que nos remete à segunda questão, a forma de anotação da produção e dos gastos. Para uma melhor compreensão dividimos a análise da conta em duas partes, os registros da produção e os registros dos gastos do engenho.

Quanto ao registro da produção, este foi realizado de duas formas. Na primeira forma registrou-se apenas a quantidade de mantimentos que foram entregues no Armazém Real e para diferentes credores de José da Silva Coelho. Cabe aqui uma explicação em relação aos credores. Os pagamentos das dívidas adquiridas foram realizados em mantimentos. No segundo registro,

[333] PROCESSO de penhora executiva aberto pela Provedoria dos Defuntos e Ausentes tendo como exequente o capitão Gomes da Costa Pereira contra o executado o tenente Paulo da Silva Coelho a respeito da herança do falecido José da Silva Coelho. 1799, junho, 07, VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0045 CAIXA Nº 004.

[334] CONTA (conjunto) particulares do alferes José Gomes de Barros. Post. 1793, [...], [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.DAC. CO. 0022 CAIXA Nº 001.

constava uma relação de 37 bilhetes com o valor gerado pela venda dos mantimentos na vila. Estes somaram o montante de 1:088$175 rs (Um conto, oitenta e oito mil e cento e setenta e cinco reis), mas não foram anotados a quantidade e o tipo de mantimento.

Neste sentido a tabela abaixo foi elaborada com base nas primeiras anotações, isto significa que a produção ora apresentada constitui-se uma visão parcial da produção do engenho do Itambé para esse período de setembro a dezembro de 1793, 1794, 1796, 1797, 1798 e os meses de outubro e novembro de 1799.

Tabela 8- Demonstrativo parcial da produção do Engenho do Itambé – 1793-1799

Produto	Farinha de Milho	Milho	Aguardente		Arroz	Feijão	Azeite de Mamona	Rapadura
Ano	Alqueire	Alqueire	Canada	Medida	Alqueire	Alqueire	Medida	Unidade
1793	89,0	5,0	49,0	25,0				
1794	109,5	1,0	5,0	35,0	3,0	3,0		
1796	309,0		156,75	19,2	1,0	14,0	56,0	
1797	792,0	20,5	126,0		8,5	45,2	42,0	
1798	181,5	10,0	26,0			15,5		90,0
1799	36,0		53,0	26,7	3,7	18,7		
Total	1.517	36,5	415,7	106,0	17,0	96,4	98,0	90,0

- Obs.: Não houve registro de dados para 1795.

Fonte: BR MTAPMT.DAC. CO. 0022.

Na análise da tabela acima podemos observar que este engenho comercializava produtos in natura, como milho, arroz e feijão e beneficiado, como farinha de milho, aguardente e azeite de mamona, sendo a farinha de milho e a aguardente os principais produtos comercializados. O milho ficava estocado, sendo usado para fazer a farinha, por haver uma boa produção, parte também era comercializada. Quanto ao arroz, de acordo com os registros de produção, podemos apontar que a sua produção era quase totalmente destinada para o consumo doméstico e somente o excedente era comercializado.

A inovação na produção desse engenho estava na introdução do azeite de mamona, considerando que do plantio até a colheita ocorre aproximadamente um período de oito a dez meses. O que nos permite conjecturar que a sua presença entre os anos de 1796 e 1797, seja fruto da introdução dessa cultura no engenho a partir da administração de José Gomes de Barros. No caso do azeite de mamona, havia uma boa receptividade no mercado, enquanto que

a rapadura tem sua colocação dificultada pela concorrência, praticamente todos os engenhos que fabricavam aguardente também fabricavam rapadura e alguns deles se especializavam neste item, possivelmente neste engenho era produzida para o consumo e vendiam apenas o excedente.

Nos anos de 1796 e 1797 em específico houve uma grande produção de farinha e feijão, se comparados aos outros anos. Essa produção pode ser explicada se considerarmos que nesse ano houve uma maior movimentação da fronteira. Foi nesse momento que ocorreu um maior acirramento das tensões na fronteira Oeste, que culminou na decisão de fundar mais um estabelecimento nas imediações do rio Paraguai, o presídio de Miranda. Essa movimentação despendeu do Armazém Real o envio de uma maior quantidade de gêneros alimentícios para o Forte de Coimbra, de onde se acompanhava a construção do presídio de Miranda[335]. Nos anos subsequentes houve um decréscimo na produção, que pode ser explicado em função da decorrência do falecimento de José da Silva Coelho em 1798, quando o engenho entra em demandas judiciais, o que possivelmente comprometeu a sua produção.

Quanto à comercialização da produção do Itambé, parte era negociada no Armazém Real, outra parte era na vila e seu termo. Como já apontamos no capítulo anterior, os senhores de engenho eram donos de tropas de muares que transportavam os mantimentos até a vila, onde um comissário recebia os mantimentos. No caso do engenho Itambé, além dos comissários, parte da produção era entregue ao sócio José da Silva Coelho para pagamento das suas dívidas, conforme cláusula da escritura de sociedade e recibos.

Os comissários eram pessoas responsáveis por receber os mantimentos na vila e vendê-los no mercado, recebendo por isso uma comissão[336]. De modo geral, recebiam uma comissão de 10 por cento sobre o valor dos produtos comercializados por um determinado período. Cláudia Maria Graças Chaves, ao analisar o comércio dos gêneros alimentícios na capitania de Minas Gerais, identificou a atuação dos comissários no mercado local. A atuação deste e de outros agentes comerciais na vila e arraiais não era bem-vista pela administração. Para o governo, eles contribuíam para o aumento do preço dos alimentos.

Na tentativa de conter esses agentes comerciais, incentivavam os produtores que possuíam tropas de muar a transportar e comercializar os seus produtos no mercado local de forma direta com a população, o que dificultou a presença dos comissários e atravessadores no

[335] Para essas questões, ver: ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808; VOLPATO, L. R. R., *A conquista da terra no universo da pobreza*; TULUX, B. M., op. cit.
[336] Idem.

mercado local, tornando direta a relação entre produtor e consumidor nas Minas Gerais[337]. Isso contribuía para minimizar as especulações de preço dos produtos no mercado.

No caso dos comissários que atuavam no termo do Cuiabá, podemos observar que, além de vender os mantimentos no mercado local, alguns também atuavam como uma espécie de procurador dos assuntos referentes ao engenho na vila e se responsabilizavam por compras de mantimentos e pagamentos dos tributos. O que parece ter sido uma prática entre os engenhos do termo do Cuiabá, pois não apenas no engenho do Itambé, como nos demais que serão analisados, encontramos essa prática. Nossa hipótese é que, em função da distância e das dificuldades de locomoção entre o engenho e a vila, era mais cômodo aos senhores de engenho ter uma pessoa de sua confiança para cuidar dessas questões na vila.

No engenho do Itambé, durante o período em questão, foi possível identificar três comissários responsáveis pela venda dos produtos na vila. O primeiro foi Antônio José da Silva Costa, que atuou nos anos de 1793 a 1795, o segundo, João José [Guimarães?], no ano de 1797, e por fim Manoel Ferreira Leite dos Santos, que atuou no de 1799[338]. De modo geral, os comissários recebiam mensalmente uma quantidade de produtos para serem colocados no mercado, que eram registrados através dos bilhetes em que constavam a quantidade e o preço dos mantimentos a serem vendidos no mercado local.

O comissário Antônio José da Silva Costa, além de comercializar a produção do engenho, também exerceu o papel de procurador, sendo responsável pela compra de gêneros (sal, fumo, tecidos, capados) necessários para a manutenção do engenho, além de realizar o pagamento das dívidas e dos tributos a que o engenho estava sujeito.[339]

Quanto aos gastos desse engenho, a conta apresentada por José Gomes de Barros foi composta de vários recibos e contas um pouco confusas considerando que o engenho foi administrado por três pessoas diferentes. Carla Maria Carvalho de Almeida, na análise das despesas da fazenda Córrego das Almas, na capitania de Minas Gerais, nos alerta para a importância de se pensar as despesas de forma que possamos ter a dimensão dos gastos monetários necessários para a reprodução de uma unidade de produção. Ou seja, o conjunto de serviços e de outros produtos que se buscava no mercado para a manutenção das unidades de

[337] CHAVES, C. M. G., *Perfeitos Negociantes:* Mercadores das Minas setecentistas, p. 67.
[338] CONTA (conjunto) particulares do alferes José Gomes de Barros. Post. 1793, [...], [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.DAC. CO. 0022 CAIXA Nº 001.
[339] CONTA corrente que dá o tenente Antônio José da Silva e Costa ao alferes José Gomes de Barros e seu sócio José da Silva Coelho do Engenho de Itambé dos Gêneros que depus desde o ano de 1793. 1797, setembro, 10 CUIABÁ.BR MTAPMT.DAC. CO. 0030 CAIXA Nº 001.

produção[340].

Em nosso caso, optamos por incluir outras despesas, como os gastos com pagamento das contribuições, despesas com a família, que em nosso entendimento faziam parte do cotidiano desses engenhos[341]. Foi a partir dessas questões que construímos a tabela 9 que apresenta as despesas do Engenho Itambé. Este procedimento metodológico também foi utilizado para os demais engenhos que aqui serão analisados a posteriori.

Na tabela abaixo apresentamos as despesas do Engenho Itambé realizadas para a manutenção desta unidade.

Tabela 9 - Despesas do Engenho Itambé 1793-1799

Despesas	Valor	% do total
Mantimento		5,0%
Sal	67$050	
Carne-seca	16$800	
Capado	21$600	
Instrumentos/Manutenção	256$230	12,0%
Produtos		4,0%
Medicamentos	36$940	
Fumo	16$730	
Capim	3$000	
Pólvora	$300	
Couro	3$600	
Sola	1$200	
Tecidos	20$660	
Miudezas	8$740	
Mão de obra especializada	400$980	18,0%
Compra de animais		24,0%
Bois	171$940	
Bestas	284$510	
Vacas	63$600	
Contribuição e Tributos	77$191	37%
Câmara (procurador)	22$700	
Subsídio Aguardente	93$000	
Subsídio Literário	468$000	
Dízimo	62$700	
Direitos paroquiais	70$200	
Irmandade		
Total das despesas	2:167$371	100%

Fonte: BR MTAPMT.DAC. CO. 0030 CAIXA Nº 001.

[340]ALMEIDA, C. M. C., *Ricos e Pobres em Minas Gerais - Produção e hierarquização social no mundo colonial*, p. 122.

[341] Esta opção adotei para os demais engenhos que serão analisados.

Ao analisar as despesas do engenho do Itambé, podemos observar que os gastos com mantimento e outros produtos foram pequenos. O maior valor foi com a compra do sal, necessário para a dieta alimentar.

Os maiores gastos foram com a mão de obra especializada, compra de animais e com o pagamento de contribuições e tributos. Os altos gastos com a mão de obra especializada foram principalmente com o pagamento dos carpinteiros e ferreiros para os reparos necessários para o engenho. O mesmo diz respeito à compra de animais, necessária para a movimentação do engenho, com a compra de bois e o aumento da tropa de bestas que conduziam a produção para ser comercializada na vila e outras localidades. Por ser uma documentação que compunha um processo judicial, temos que considerar que os valores para provar os investimentos tenham sido supervalorizados, mas ao compararmos com as despesas dos outros engenhos podemos constatar que o gasto com mão de obra especializada era alto em todos os engenhos.

Quanto à compra de bois, nos chamou atenção o vendedor, a Provedoria da Real Fazenda. Esses bois deveriam ser da criação de gado das fazendas de sua Real Majestade[342]. Acreditamos que o pagamento desses bois seria realizado com a entrega de gêneros alimentícios no Armazém Real. Mas o pagamento de contribuições e tributo constituiu os maiores gastos, representando 37% do total para a manutenção desta unidade de produção.

3.2 O Engenho de Santo Antônio das Palmeiras

Paulo da Silva Coelho era português, da comarca de Maia, do arcebispado do Porto[343]. Como já apontamos, foi casado com Ana Pereira da Silva, filha do primeiro dono do engenho do Itambé, Manoel Pereira da Silva. As primeiras informações que encontramos sobre ele constam em seu pedido de sesmaria em 1778[344], quando já se encontrava casado. Em 1780, assim como seu concunhado (José Gomes de Barros) fez parte da lista de moradores de Serra Acima que doaram esmolas às obras da igreja de Santa Ana do Sacramento da Missão de Santa Ana. Naquele momento contribuiu com 20 oitavas de ouro[345].

---

[342] SILVA, V., *A criação de gado vacum e a implantação das fazendas de sua real majestade na capitania de Mato Grosso* (1779-1822): notas de pesquisa. (no prelo).
[343] Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 - cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[344] REQUERIMENTO de Paulo da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0109 CAIXA Nº 002.
[345] RELAÇÃO das esmolas que fazem a receita das obras da Senhora Santa Ana do Sacramento da Missão dos Índios do Cuiabá. 1780 MISSÃO DE SANTA ANA DO SACRAMENTO.BR MTAPMT.IGCA. FSAC. RO. 0101 CAIXA Nº 002.

Apesar de solicitar terras, a sua principal atividade eram os negócios. Em 1787, foi um dos 121 homens que assinaram a carta do povo e da Câmara da Vila de Cuiabá enviada à rainha D. Maria sobre a conservação do juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez na Vila do Cuiabá[346]. Ele compunha o grupo de 51 homens que ao assinar se identificaram como " homens de negócio"[347]. No momento da assinatura deste pedido havia um conflito entre um grupo local que se tornou partidário do juiz de fora Diogo de Toledo Ordonhez e contra o governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres e seu fiel mestre de campo Antônio Jose Pinto de Figueiredo.[348]

Nesse momento se dedicava as suas duas lojas de fazenda seca que possuía na Vila do Cuiabá[349]. Acreditamos serem as atividades comerciais que motivaram a sua vinda para a capitania de Mato Grosso. No momento da escrita do seu testamento, explicitou sobre suas atividades comerciais e deixou instruções ao testamenteiro sobre as contas existentes em seu livro borrador[350]. Entre os seus credores estava Francisco de Araújo Pereira, negociante no Rio de Janeiro[351], que provavelmente negociou a compra de fazenda seca e outras mercadorias. Por outro lado, seu testamento e inventário nos revelam que Paulo da Silva Coelho ao longo do tempo migrou suas atividades comerciais para investir nas atividades agrocriatórias, provavelmente após o seu casamento como D. Ana.

Antônio Carlos Jucá Sampaio, ao estudar os homens de negócio para o Rio de Janeiro no final dos seiscentos e início dos setecentos analisou as formas de inserção desses homens na sociedade colonial. Uma delas era a partir das alianças matrimoniais com famílias que pertenciam à elite agrária. No seu entendimento, essa aliança era importante para ambos os grupos, pois os primeiros receberam investimentos para as suas atividades agrárias e os segundos buscavam alcançar inserção política da elite agrária.[352]

---

[346] CARTA do povo e da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha [D. Maria]. 1787, agosto, 12, Vila de Cuiabá AHU_ACL_CU_010, Cx. 26, D. 1510.

[347] Sobre essa carta, ver: ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808, p. 273-276.

[348] Para a capitania de Mato Grosso temos dois estudos sobre as atividades comerciais e seus agentes. Ver: ROSA, C. A., O comércio da conquista. *Rev. Universidade*; RODRIGUES, N. M. D., *A Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão e os homens de negócios de Vila Bela (1792-1778).*

[349] PROCESSO de Libelo Cível aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus: Advogado Manoel de Barros Rodovalho e Silva, a viúva Escolástica de Jesus Passanha, ao Quartel Mestre Domingos Dias de Abreu a respeito da herança de José da Silva Coelho. 1799, agosto, 27, VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0048 CAIXA Nº 004.

[350] Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 - cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[351] Idem.

[352] SAMPAIO, A. C. J., Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C.; SAMPAIO, A. C. J., *Conquistadores e Negociantes:* histórias de elites no Antigo Remine nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII, p. 241.

No caso de Paulo da Silva Coelho, ao casar-se com a filha de um dos homens que participavam do seleto grupo de senhores de engenho do termo do Cuiabá, contraiu um casamento lucrativo para ambas as partes, isto é, um sogro senhor de engenho e um genro comerciante. Por outro lado, ao investir na fundação de engenho e na agricultura comercial, supomos que a sua experiência como comerciante também contribuiu para que ele entrasse na rede de abastecimento do mercado interno, fosse se casando com a filha de um proprietário de terra ou obtendo sesmaria.

Ao investir seu capital nas atividades agrícolas, Paulo da Silva Coelho solicitou sesmaria, investiu na montagem do engenho de Santo Antônio das Palmeiras, situado no lugar da Lagoinha com duas sesmarias de meia légua. Seu engenho era composto de casa na frente com quatro salas na frente e cinco quartos de fundos, casas ao lado, que serviam aos camaradas, tudo coberto de telhas e a senzala. Tinha 70 escravos, sendo 13 crianças com menos de 12 anos, 31 homens e 15 mulheres; contava com uma tropa composta de 12 mulas e sete burros. O seu engenho era composto por três alambiques com capelo, sendo um grande e dois menores, além de barris e formas de fazer açúcar. Entre os seus bens estavam uma tenda de ferreiro completa (um dos seus escravos tinha ofício de ferreiro). No momento do inventário ainda contava em estoque com 150 canadas de aguardente e 81 alqueires de feijão.[353]

A partir do estudo das atividades agrícolas na comarca de Serro Frio, Jose Newton Coelho Meneses também identificou que muitos proprietários de terra eram donos de tendas em suas fazendas e contavam com o trabalho de um ou mais escravos especialistas, os "oficiais". Os que não possuíam, utilizavam das tendas existentes nos arraiais e nas vilas. O autor demonstrou a importância dos ofícios mecânicos, que eram tanto realizados por homens livres quanto libertos. No caso do ofício de ferreiro:

> Tinham na produção agrícola o principal mercado de serviços. Pois confeccionavam os instrumentos de lidas com a terra. Além da ferração de rodas de madeira para carros de boi e outras peças de pau para o engenho, engenhocas e beneficiamento de alimentos também eram produzidos.[354]

A presença de um escravo com ofício nos engenhos em nosso entendimento contribuía para diminuir os custos de manutenção.

Além de investir nas atividades de engenho, Paulo da Silva Coelho também era dono de fazenda de gado no lugar do Aricá, na localidade denominada Engenho da Serra, com rebanhos

[353] Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 - cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[354] Idem.

de 60 éguas, 20 cavalos de serviço, um burro, 56 bois de carro, 200 vacas de ventre, 50 novilhas e 50 garrotes e contava como nove escravos homens no local[355]. Portanto, além de investir na produção de mantimentos, Paulo da Silva Coelho também investiu na criação de gado, deixou de ser dono de loja e dedicou-se às atividades agrocriatórias.

Sheila de Castro Faria, ao analisar a Vila de São Salvador do Campos de Goitacases, constatou que os homens que possuíam atividades comerciais, quando bem casados, ou enriquecidos, abandonavam totalmente os negócios urbanos e dedicavam-se com exclusividade ao mundo agrário[356]. Este também foi o caso de Paulo da Silva Coelho.

Do seu matrimônio com D. Ana Pereira tiveram sete filhos, cinco mulheres e dois homens. Sua filha Ana Luiza da Silva casou com o capitão Domingos da Silva Barreiros e Maria da Expectação Pereira, com o alferes Manoel José Moreira de Sá. Os genros estavam ligados às atividades comerciais[357]. As outras duas filhas estavam contratadas para casar, Custódia Pereira das Dores, com o furriel Eleutério da Costa Monteiro, e Luiza Joaquina Pereira estava com casamento marcado com João Gomes de Barros, seu primo de primeiro grau, filho de José Gomes de Barros e sua tia Maria Pereira da Silva, donos do Engenho da Casca e Itambé. Sua filha caçula Thereza Francisca da Silva era demente.

Quanto aos dois filhos, Manoel Pereira da Silva Coelho, após a morte de seu pai, passou a administrar o engenho junto como sua mãe, e Theodozio Pereira da Silva, menor na época em que seu pai faleceu. Ao atingir a maioridade solicitou sesmaria para fundar fazenda de gado vacum no sertão[358]. Em testamento, Paulo da Silva Coelho reconheceu também um filho por nome de José que teve com Joana, preta Benguela[359].

Algumas questões podem ser analisadas em relação ao casamento de Luiza Joaquina Pereira com seu primo, foi o primeiro casamento endogâmico que identificamos nesta família, podendo supor que essa união era resultado da aliança tecida entre os concunhados que passa a ser selada com o casamento de seus filhos. O fato de eles serem concunhados, senhores de engenho, terem relações creditícias e fazerem parte da rede de produtores de alimentos que

[355] Idem.
[356] FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento*: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p. 168.
[357] PROCESSO de Libelo Cível (incompleto, inicia na página 03) tendo como autor o capitão Domingos da Silva contra D. Marianna de Assumpção e outros a respeito da herança do falecido capitão Bento de Toledo Piza. 1802, junho, 04. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0063 CAIXA Nº 005; PROCESSO de requerimento aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como suplicante Manoel José Moreira contra a suplicada herança da falecida Juliana Maria de Jesus. 1811, janeiro, 22 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0151 CAIXA Nº 014.
[358] REQUERIMENTO de Theodozio Pereira Coelho da Silva ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto d´Oeynhausen Gravemburg. 1817, fevereiro, 18 VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SES. RQ. 0616 CAIXA Nº 011.
[359] Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 - cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

abasteciam o mercado local do termo do Cuiabá, o casamento seria uma forma de fortalecimento dessa aliança familiar. Essas alianças familiares eram importantes no âmbito local. Por outro lado, ao casar as outras duas filhas com comerciantes ampliavam redes de relações.

No caso do casamento de sua filha com o capitão Domingos Barreiro era um enlace interessante para ambas as partes. Para Paulo da Silva Coelho garantia laços com Portugal, pois esse seu genro era português como ele, para Domingos da Silva Barreiro[360] a entrada em uma família de prestígio econômico e social era a garantia de obtenção não apenas de distinção econômica, mas também social.[361]

O que nos chamou atenção foi a forma de pagamento dos dotes dados as duas filhas já casadas, além de escravos, casas na Vila do Cuiabá, os genros Domingos da Silva Barreiro e Manoel José Moreira de Sá receberam quatro mil cruzados em documentos da Real Fazenda, além de outros quatro mil cruzados em ouro ou mantimentos de um crédito a ser pago em quatro anos[362]. Em especial o volume de bilhetes a serem recebidos na Provedoria da Real Fazenda, pois significa que havia uma relação comercial estabelecida entre Paulo da Silva Coelho e a provedoria, que pode ser de venda de mercadorias do engenho ou de produtos ainda de sua atividade enquanto homem de negócios. Diante do dote oferecido, o certo é que a Provedoria da Fazenda lhe devia oito mil cruzados em bilhetes.[363]

A sua atividade no abastecimento do mercado interno foi possível analisar a partir do processo de libelo movido no ano de 1807 contra a herança de Manoel da Costa Viana e também da prestação de conta apresentada primeiro por sua esposa, Ana Pereira, responsável pela administração dos bens do casal após sua morte e depois pelo seu filho Manoel Pereira da Silva Coelho, que assumiu a direção do engenho. Com base nesses documentos analisaremos os mantimentos produzidos neste engenho, sua forma de transporte e locais de comercialização no termo do Cuiabá.

3.2.1 A comercialização da produção do Engenho de Santo Antônio das Palmeiras

[360] PROCESSO denúncia (libelo) aberto pelo Juízo de Órfãos tendo como autor o alferes Francisco Ferreira de Castro contra os réus: Anna Alvarez da Cunha, viúva do falecido Ignácio de Almeida Lobo e outros a respeito da herança de Ignácio de Almeida Lobo. 1803, maio, 20 VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0067 CAIXA Nº 006.

[361] SAMPAIO, A. C. J., Famílias e negócios. In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. C. J. (Org.), *Conquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII, p. 238.

[362] Idem.

[363] Idem.

Em 10 de novembro de 1801 Paulo da Silva Coelho estabeleceu com o seu compadre, o capitão Manoel da Costa Viana, uma parceria comercial. Ficou estabelecido que ele seria o comissário responsável pela comercialização dos mantimentos produzidos no seu engenho e receberia conforme as regras estabelecidas pela câmara uma comissão de dez por cento (10%) sobre o valor dos produtos por ele comercializados.

Flávio Marcus da Silva, ao estudar a política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas observou que muitas vezes os roceiros optavam por entregar seus produtos a um comissário, evitando assim gastos com transporte e um ganho com o tempo que seria empregado nas atividades da roça[364]. Ou seja, para a capitania das Minas Gerais, o comissário era também responsável pelo transporte dos mantimentos até as vilas e arraiais.

No caso ora analisado, o dono do engenho Santo Antônio era proprietário de tropa e responsável por entregar os mantimentos na vila para o comissário. Assim como já apontamos na análise do engenho do Itambé, a função do comissário nesse engenho não era apenas a comercialização dos produtos, também realizava compras de produtos necessários ao engenho e pagamentos de tributos. Portanto, podemos concluir que havia uma diferença na atuação dos comissários do termo do Cuiabá e da capitania de Minas Gerais, no sentido de que naquela capitania sua atuação se restringia à comercialização de produtos.[365]

Entre os produtos comercializados estavam a aguardente, farinha de milho, farinha de mandioca, arroz, feijão, azeite de mamona, rapadura, açúcar e sabão. Essa parceria durou até setembro de 1805, ano em que Manoel da Costa Viana faleceu. Durante esses três anos e meio as transações comerciais foram registradas em recibos de entrega da mercadoria e cartas trocadas referentes ao comércio dos produtos vindos do engenho.[366]

Os transportes das mercadorias eram feitos em lombos de burros entre a região de Serra Acima, onde se localizava o engenho Santo Antônio das Palmeiras, até a Vila do Cuiabá, onde residia Manoel da Costa Vianna.

Ao chegar a tropa à Vila do Cuiabá, Manoel Viana recebia a mercadoria conduzida pelo arrieiro. Este processo era registrado por meio de recibos onde informavam o produto recebido,

---

[364] SILVA, F. M., *Subsistência e poder – a política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas,* p. p. 177.
[365] Ver: ZAMELLA, M. P., *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*; CHAVES, C. M. G., *Perfeitos Negociantes:* Mercadores das Minas setecentistas; SILVA, F. M., *Subsistência e poder – a política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas*.
[366] RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10 VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; RECIBO de dívida de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1799, outubro, 15 CUIABÁ. BR MTAPMT.DAC. RC. 0036 CAIXA Nº 001; CONTA (conjunto) de Paulo da Silva Coelho; S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.DAC. CO. 0146 CAIXA Nº 003.

a quantidade, o preço a ser vendido, a qualidade dos produtos e para quem foi destinada a mercadoria. Parte dos mantimentos eram comercializados em seu estabelecimento comercial que poderia ser uma loja ou uma venda. Não conseguimos identificar qual era a categoria do seu estabelecimento comercial.

Segundo Malfada Zamella, a distinção entre as duas categorias de casas comerciais, venda e loja, estava nos tipos de produtos comercializados. As lojas vendiam apenas "fazendas secas", isto é, armarinhos, tecidos, utilidades domésticas, e as vendas comercializavam quase tudo que das lojas, mais os "molhados", isto é, bebidas e comestíveis[367]. Para Claudia Chaves, o esforço de Zamella foi importante para a compreensão destes estabelecimentos, mas acredita que a definição de Clotilde Andrade Paiva melhor elucida a diferença entre estes estabelecimentos comerciais. Segundo a autora as vendas eram responsáveis pelo comércio de aguardente e de "molhados", enquanto as lojas de maior porte comercializavam aguardente, "secos", "molhados", remédios, etc.[368]

Ao estudar uma loja em Vila Rica, Alexandra Maria Pereira demonstra que entre os produtos vendidos estavam secos e molhados, o que confirma a definição de Clotilde Paiva.[369]

No nosso caso, não conseguimos precisar se o comissário possuía na Vila do Cuiabá uma venda ou uma loja. Mas, além de ter um estabelecimento fixo na vila, os mantimentos eram vendidos para fregueses certos e também colocados para vender pelo "estado da terra", conforme registro dos bilhetes. Entre os fregueses fixos identificamos os seguintes:

Quadro 8 - Relação parcial dos compradores das mercadorias do Engenho Santo Antônio das Palmeiras

Armazém da Provedoria Real
Capitão Domingos da Silva Barreiro
José da Costa
Joaquim Jose dos Santos
João Lopes
Forte de Coimbra
Capitão João Goulart Pereira
Tenente Antônio José
Ignácio José Ferreira
Francisco José Antunes

Fonte: BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002.

[367] ZAMELLA, M. P., *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, p. 163.
[368] CHAVES, C. M. G., *Perfeitos Negociantes:* Mercadores das Minas setecentistas, p. 60.
[369] PEREIRA, A. M., Uma Loja em Vila Rica. In: CARRARA, A.A., *À vista ou a prazo:* comércio e crédito nas minas setecentistas, p. 34-52.

De acordo com o quadro acima, os fregueses fixos podem ser divididos em dois grupos. O primeiro, composto pelo Armazém Real e o Presídio de Coimbra. O Armazém Real era um dos principais compradores de parte de produção, pois era responsável pela munição de boca das tropas e expedições promovidas pelo governo, registros, além de estabelecimentos de fronteira[370]. Não sabemos se era permitida a venda direta para os estabelecimentos de fronteira, mas, ao considerar que a fronteira vivia um momento de instabilidade, poderia haver uma maior liberdade. Ou se a mercadoria era utilizada para a realização de contrabando[371] no presídio, são questões ainda para serem estudadas.

O segundo grupo era de particulares, no qual identificamos dois comerciantes, o capitão Domingos da Silva Barreiro, comerciante de secos e molhados na Vila do Cuiabá [372]e genro de Paulo da Silva Coelho, e João Goulart Pereira[373]. Estes dois possivelmente eram atravessadores, isto é, compravam os mantimentos para revender na própria vila ou nas redondezas. Eles eram constantemente acusados de especularem preço e estocarem mercadoria para forçar o aumento de preços.[374]

Em outro caso o comissário Manoel Viana foi mediador da compra em 22 de novembro de 1801. Ele informava que D. Izabel Nobre (moradora em Cocais) solicitou que a sua comadre, Ana Pereira da Silva (esposa de Paulo da Silva Coelho) lhe enviasse um alqueire de farinha, que lhe mandaria o ouro pelo portador ou arrieiro. D. Isabel Nobre Pereira[375] era viúva do mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo e após a morte do seu marido administrou os bens do casal. É interessante pensar as relações comerciais mantidas e estabelecidas por essas mulheres na administração das propriedades rurais[376], que ainda precisam ser mais bem investigadas.

Além de Manoel da Costa Viana, outra figura também desponta como elemento

---

[370] Os estabelecimentos de fronteira situados no termo do Cuiabá eram Forte de Coimbra, Presídio de Miranda, Povoação de Albuquerque.

[371] Sobre contrabando em Mato Grosso, ver: JESUS, N. M. *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778), p. 341-354.

[372] PROCESSO de requerimento aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como suplicante o capitão Joaquim Jose Ramos contra a suplicada D. Anna Luiza da Silva a respeito da herança do capitão Domingos da Silva Barreiros. 1818, maio, 26 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0245 CAIXA Nº 019.

[373] CARTA do [capitão] João Goulart Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso[João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1816, dezembro, 29 SERRA.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 5096 CAIXA Nº 070.

[374] CHAVES, C. M. G., *Perfeitos Negociantes:* Mercadores das Minas setecentistas, p. 55.

[375] No recenseamento de 1829, D. Isabel Nobre Pereira tinha cem anos. Ver: MESQUITA, J., *Gente e coisas de Antanho*, p. 227.

[376] Ainda precisam ser desenvolvidos estudos sobre essa questão. Ver: BRETAS, M. M. M., *Participação da Mulher na Colonização de Mato Grosso século–XVIII e XIX;* SILVA, V., *Administração das terras*: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823).

importante no processo de distribuição e comercialização dos mantimentos, o arrieiro, que neste caso o arrieiro também fazia a venda dos mantimentos. Em alguns bilhetes de recibo da mercadoria, Manoel da Costa Viana informou que o arrieiro ficou com parte da produção para entregar no arraial do Médico[377]. Não encontramos indicação de se o arrieiro Antônio Nunes fazia entrega para algum dono de venda ou se ele mesmo era responsável direto pela venda dos mantimentos. Manoel Viana informava que o arrieiro deveria prestar conta dos mantimentos por ele comercializados.

A relação entre Manoel Viana e o arrieiro nem sempre foi tranquila. Em 1802, em carta endereçada à Dona Ana Pereira da Silva, esposa de Paulo da Silva Coelho, Manoel da Costa Viana reclamou da postura do arrieiro que, ao chegar com a tropa, ao invés de levar a carga até ele para que ele pudesse distribuir os gêneros vindos do engenho, fazia a distribuição sem seu consentimento. Ele solicitou que determinasse ao arrieiro que entregasse a tropa com a mercadoria para ele tomar as providências[378]. A sua reclamação procedia, uma vez que o arrieiro estava exercendo uma função que não era a dele e atrapalhando no entendimento do comissário suas atividades.

A comercialização dos mantimentos pelo arrieiro apontava para mais um mercado consumidor dos produtos desse engenho, o arraial do Médico, que estava situada na proximidade do rio Aricá-Açu, a quatro léguas das minas de Cuiabá, onde foram descobertas lavras de ouro em 1756. O local também era conhecido como Nossa Senhora dos Remédios[379]. Ou seja, a produção de mantimento do engenho Santo Antônio tinha uma rede de abastecimento no distrito de Cuiabá que alcançava a vila, as edificações militares da fronteira, estabelecimentos de fronteira e as localidades de mineração.

No que diz respeito às condições em que chegavam as mercadorias à vila, percebemos que o transporte através de lombo de burro e besta, vindo de um local de serra como era a região

[377] RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10 VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; RECIBO de dívida de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1799, outubro, 15 CUIABÁ. BR MTAPMT.DAC. RC. 0036 CAIXA Nº 001; CONTA (conjunto) de Paulo da Silva Coelho; S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.DAC. CO. 0146 CAIXA Nº 003; PROCESSO de libelo aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra Antônio da Costa Vianna a respeito da herança do falecido capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, novembro, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007; PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo de Fora e Órfãos tendo como autor tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus Antônio da Costa Vianna e outros a respeito da herança do capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, Setembro, 06 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007; CARTA de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1802, maio, 28 VILA BELA.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2683 CAIXA Nº 039.

[378] Idem.

[379] ASSIS, E., *Os mapas de habitantes de Mato Grosso (1768-1872)*, p. 431; CORREA FILHO, V., *Monografias Cuiabanas*.

de Serra Acima, tinha os seus problemas. Nem sempre os mantimentos chegavam à vila como saíam do engenho. Através dos recibos notamos as perdas de produção por causa do transporte e também por estarem expostos às intempéries climáticas, como chuva.

Nas remessas de mantimentos entregues no mês de dezembro de 1801, Manoel Viana da Costa informou que um alqueire e meio de farinha tinha sido molhado. Em outro momento a remessa de arroz chegou molhada por baixo das bruacas, motivo pelo qual o almoxarife do Armazém Real não aceitou o produto. As rapaduras parecem ser as mercadorias mais frágeis e, ao chegarem quebradas, o valor pago era mais baixo. A carga vinda do engenho, em junho de 1803, chegou com 11 rapaduras quebradas das 80 enviadas para venda, ou seja, 14% da carga. Nesse mesmo ano, ao entregar a carga, o arrieiro informou que havia 20 rapaduras quebradas da carga de 300 rapaduras, pois a bruaca havia colidido com o burro na água, portanto, além de quebradas, estavam molhadas. Segundo o comissionário, as rapaduras seriam vendidas por um preço menor.

Além das perdas por causa das intempéries e do transporte, havia o risco do extravio de mercadorias, como foi o caso do arroz que chegou muito depois, pois a besta havia se perdido no caminho devido ao ataque que o arrieiro sofreu de índios[380]. Não encontramos informação sobre roubo ou desvio de carga, mas acreditamos que eram situações também enfrentadas pelos senhores de engenho.

Os problemas de comercialização dos produtos também foram tratados nas correspondências trocadas entre Paulo da Silva Coelho e seu comissário. No ano de 1802 Manoel Viana informou a dificuldade na venda da farinha de milho no varejo e, para que não houvesse prejuízo, fez a opção por entregar toda a produção recebida na Real Fazenda, considerando o preço pago pelo alqueire de farinha. Não apenas o preço, mesmo com os atrasos no pagamento dos gêneros alimentícios aos produtores, como apontamos no capítulo anterior, o pagamento pela provedoria era garantido. Enquanto a farinha poderia ser toda entregue no

[380] RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10 VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; RECIBO de dívida de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1799, outubro, 15 CUIABÁ. BR MTAPMT.DAC. RC. 0036 CAIXA Nº 001;CONTA (conjunto) de Paulo da Silva Coelho; S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.DAC. CO. 0146 CAIXA Nº 003; PROCESSO de libelo aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra Antônio da Costa Vianna a respeito da herança do falecido capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, novembro, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007; PROCESSO de libelo Cível aberto pelo Juízo de Fora e Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus Antônio da Costa Vianna e outros a respeito da herança do capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, Setembro, 06 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007; CARTA de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1802, maio, 28 VILA BELA.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2683 CAIXA Nº 039. LISTA (incompleta) dos recibos por onde constam os efeitos que recebeu em sua vida o capitão Manoel da Costa Viana. 1801, novembro, 10 S/LOCAL .BR MTAPMT.QM. TM. LI. 2618 CAIXA Nº 038.

Armazém Real, o mesmo não acontecia com a aguardente. Em fevereiro de 1802, Manoel da Costa Viana avisou Paulo da Silva Coelho da dificuldade em vender a aguardente, porém havia enviado parte dela para o Forte de Coimbra e outra seria vendida no Porto sob a responsabilidade de seu filho. Do porto do rio Cuiabá saíam várias canoas com mercadorias em direção às áreas de mineração e os estabelecimentos de fronteira, e aumentavam as chances de venda da aguardente.

No mês seguinte, Manoel Viana da Costa informava a dificuldade de venda dos produtos e a concorrência existente em relação à aguardente. Ele orientou Paulo da Silva Coelho a baixar o preço das mercadorias a serem vendidas no mercado local. Segundo ele, depois que passou a comercializar a cinco oitavas a canada de aguardente, vendeu apenas duas canadas, uma para Ignácio José Ferreira, que trocou por telhas, pois no porto outras pessoas vendiam a aguardente a quatro oitavas e meia. Havia grande quantidade de mercadorias à venda, o que justificava a redução dos preços, não apenas da aguardente, também de outros gêneros.

Outros assuntos abordados na correspondência por Manoel Viana foram as compras para o engenho e os pagamentos feitos ao dizimeiro e ao capitão do mato que recuperou um escravo que havia fugido do engenho[381]Santo Antônio. Entre os produtos estavam três arrobas de carne-seca vindas de Poconé e rolos de fumo, sal, pólvora, chumbo, pregos, ripas e caixas[382]. O arrieiro era responsável por levar as mercadorias para o engenho. Além dos assuntos comerciais, não faltavam assuntos do cotidiano, como roubo, ataque de índios, fugas, deserção em Coimbra e as intrigas que os índios faziam entre português e castelhano[383]. Os comissários mantinham os senhores de engenho informados da situação do termo e da capitania.

Na tabela 10, a quantidade de produtos entregues para venda no distrito do Cuiabá por Manoel Viana. A soma dos bilhetes chegou a 3.574/8 ¾ 120 oitavas (ou 4:289$220 reis[384]).

---

[381] Idem.

[382] RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10 VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; RECIBO de dívida de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1799, outubro, 15 CUIABÁ. BR MTAPMT.DAC. RC. 0036 CAIXA Nº 001; CONTA (conjunto) de Paulo da Silva Coelho; S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.DAC. CO. 0146 CAIXA Nº 003; PROCESSO de libelo aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra Antônio da Costa Vianna a respeito da herança do falecido capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, novembro, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007; PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo de Fora e Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus Antônio da Costa Vianna e outros a respeito da herança do capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, Setembro, 06 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007; CARTA de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1802, maio, 28 VILA BELA.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2683 CAIXA Nº 039.
LISTA (incompleta) dos recibos por onde constam os efeitos que recebeu em sua vida o capitão Manoel da Costa Viana. 1801, novembro, 10 S/LOCAL .BR MTAPMT.QM. TM. LI. 2618 CAIXA Nº 038.

[383] Idem.

[384] Tomamos como referência o valor de 1$200 réis para conversão da oitava.

Tabela 10 - Volume de produtos comercializados no Engenho de Santo Antônio – 1801 a 1805

Produto	Aguardente		Farinha de Milho (Alqueire)	Farinha de Mandioca (Alqueire)	Azeite de Mamona		Açúcar		Feijão (Alqueire)	Arroz (Alqueire)	Rapadura (Unidade)	Sabão (Arroba)	Sola (Meio)
Ano	Canada	Medida			Canada	Medida	Arroba	Libra					
1801	41	14.50	37.50						7.5	13			
1802	19	96.75	300.50		11	69.50			11	17.50	1869	8	
1803	173	114.50	458.75		5	41.75	3		15.50	3	1130		
1804	168	100.25	246.50	33.75		26	15	8	33.75	19.75	1340	10	10
1805	78	68.50	66.75	12.0		43.25	5		23.75	36	170	3	12
Total	479	394.50	1.110	45.75	16	180.5	23	8	91.5	89.25	4.509	21	22

*Rendimento dos mantimentos em réis: 4:289$220.

Fonte: BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007; BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007; BR MTAPMT.QM. TM. LI. 2618 CAIXA Nº 038.[385]

[385] RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10 VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; PROCESSO de libelo aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra Antônio da Costa Vianna a respeito da herança do falecido capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, novembro, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007; PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo de Fora e Órfãos tendo como autor tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus Antônio da Costa Vianna e outros a respeito da herança do capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, Setembro, 06 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007; LISTA (incompleta) dos recibos por onde constam os efeitos que recebeu em sua vida o capitão Manoel da Costa Viana. 1801, novembro, 10 S/LOCAL .BR MTAPMT.QM. TM. LI. 2618 CAIXA Nº 038.

Do montante de 4:289$220 (quatro contos, duzentos e oitenta e nove mil e duzentos e vinte reis), Paulo da Silva Coelho recebeu o valor de 2:486$841 (dois contos, quatrocentos e oitenta e seis mil e oitocentos e quarenta e um réis) em diferentes parcelas. Com o falecimento do comissário Manoel da Costa Viana em 1805, ficou uma parcela no valor de 1:802$379 (um conto, oitocentos e dois mil e trezentos e setenta e nove reis) que gerou um libelo cível movido por Paulo da Silva Coelho contra o testamenteiro e herdeiro Antônio da Costa Viana julgado no Juizado de Fora e depois enviado para o Rio de Janeiro[386]. Apesar de ganhar o processo, até o seu falecimento não havia recebido o valor devido.

Depois da morte de Paulo da Silva Coelho em 1809, sua esposa ficou na administração dos bens até fevereiro de 1811. Não sabemos os motivos, mas em 1809, pouco antes de morrer, o tenente Paulo da Silva Coelho e D. Ana Pereira da Silva registraram em cartório duas escrituras de compra e venda. Na primeira escritura D. Ana Pereira da Silva vendeu todos os seus bens: o engenho, as terras, a fazenda de gado, os 68 escravos e os rebanhos de vacum e cavalar pelo valor de 50 mil cruzados e ainda registrou que a escritura só teria validade após o falecimento dela [387]. Logo em seguida foi registrada uma escritura por Paulo da Silva Coelho, que vendeu todos os bens para a sua esposa, D. Ana Pereira da Silva, pelo mesmo valor que havia "comprado" e com o mesmo prazo de pagamento[388]. Essa era uma estratégia utilizada para garantir a manutenção do patrimônio familiar.

Carla Maria Carvalho de Almeida, ao estudar a elite mineira, demonstrou que essa era uma das estratégias bem-sucedidas de manutenção dos bens após a morte do patriarca, principalmente em uma sociedade como a de Minas Gerais do século XVIII, na qual grande parte dos bens das famílias estava debaixo de grande empenho[389]. Em seu testamento, diz que mandou registrar um distrato desse acordo com receio de seus credores causarem incômodo à viúva. Fato esse que corrobora com a constatação feita por Carla Maria de Almeida em Minas Gerais.

Depois de 1811, seu filho Manoel Pereira da Silva Coelho passou a administrar o engenho. Antes de assumir a administração do engenho, ele prestou conta no Juizado dos

[386] PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo de Fora e Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus Antônio da Costa Vianna e outros a respeito da herança do capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, Setembro, 06 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007.

[387] Livro de Escrituras e Notas. Folha 201 f a 203 f vol 1. 1809. Cx.87. Cartório do 1º Ofício (Remessa Antiga) Fundo: Poder Judiciário Estadual. APMT.

[388] Idem.

[389] ALMEIDA, C. M. C., Uma nobreza da terra como projeto imperial. In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; JUCÁ, A. C. (Org.), C*onquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.

Órfãos da produção do engenho, bem como das contas que foram pagas do ano de 1809 a maio de 1812. Entraram nessa conta os rendimentos dos mantimentos, aluguéis das casas na vila e o recebimento de dívidas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 9 - Dos rendimentos do Engenho de Santo Antônio das Palmeiras - 1809 a 1812

Produto	Valor
Mantimentos	3:862$277
Contas recebidas	302$050
Aluguéis	223$200
Miudezas e louças	91$052
Total dos rendimentos	4:478$579

Fonte: Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 – cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

Podemos observar que a maior fonte dos rendimentos para esse período foram os mantimentos produzidos no engenho e comercializados nos diferentes locais do termo do Cuiabá.

Antes de adentrarmos nas minúcias da receita e despesas do Engenho Santo Antônio, algumas considerações devem ser feitas sobre a construção dos quadros 13 e 15. Primeiro, a construção foi realizada a partir dos dados existentes na conta de receita e despesa do engenho, apresentada por Manoel Pereira da Silva Coelho no ano de 1812, em razão da morte de sua mãe, D. Ana Pereira da Silva. Segundo, a conta era composta de duas partes. A primeira referente ao período de 1º de agosto de 1809 a abril de 1811, na administração de D. Ana Pereira da Silva. A segunda refere-se ao período de maio de 1811 a maio de 1812, início da administração de Manoel Pereira da Silva Coelho.

Por questões metodológicas optamos por montar a tabela 9 a partir dos dados da produção e comercialização possíveis de serem quantificados. Por exemplo, não foi possível incluir na tabela 9 os registros da produção de janeiro a julho de 1809 e de janeiro a maio de 1812. No ano de 1809 registrou-se a quantidade da produção comercializada, mas não o rendimento de cada produto; no ano de 1812 foi anotado apenas o rendimento da venda de produtos daquele ano. Assim, não foi possível incluir na tabela os mantimentos vendidos no

mês de maio de 1812, por constar apenas o valor de venda e não a quantidade e tipo de produtos comercializados.

Outro ponto a ser considerado é o fato de não termos os registros da quantidade de produtos consumidos no engenho. Em nota, Manoel Pereira da Silva advertiu que a prestação de conta não considerou o que foi gasto com os efeitos dispendidos com a família, pois nunca fez assento dessas despesas. Esta afirmação contribui com a nossa afirmação de que a produção desse engenho era muito maior do que os números que podemos apresentar.

Nesse sentido, a tabela 11 representa o mapeamento parcial da produção e rendimento do engenho.

Tabela 11 - Rendimento parcial do Engenho de Santo Antônio das Palmeiras - 1809-1811

Produto	Farinha de Milho Alqueire	Valor (Réis)	Farinha de Mandioca Alqueire	Valor (Réis)	Aguardente		Valor (Réis)	Rapadura Unidade	Valor (Réis)	Rapadura de Cidra Unidade	Valor (Réis)	Azeite de Mamona Medida	Valor (Réis)	Arroz Alqueire	Valor (Réis)	Feijão Alqueire	Valor (Réis)	Açúcar Arroba	Valor (Réis)	Algodão Vara	Valor (Réis)	Sabão Arroba	Valor (Réis)	Fumo Vara	Valor (Réis)	Panelas	Valor (Réis)
					Canada	Medida																					
1809	66	45$745	6	7$200	5,77	115	29$997	410	15$865	80	8$680			12	7$200	1,5	1$950					1	2$400			32	7$537
1810	200,50	90$380	2	3$150	50	34	103$047	1287	38$437			31	11$330	59	32$175	5	7$125	58,50	140$500								
1811	94	76$580	-	-	27	407,50	306$222	1593	62$212			82	48$225	24,7	17$315	17,7	31$100	9	21$600	166	37$337	64	4$725	7	0$337	-	
Total	360.50	212$750	8	10$350	82,75	556,50	439$266	3.290	116$514	80	8$680	113	59$555	95,75	56$690	24,25	40$175	67,50	162$100	166	37$337	65	7$125	7	0$337	32	7$537

*Soma dos rendimentos parciais dos mantimentos: 1:158$079

Fonte: Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 – cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

A partir da análise da produção desse engenho, podemos observar que havia uma diversificação de produtos. Na rapadura, além da tradicional, levou para o mercado a rapadura de cidra[390]. A partir de 1811, começaram a investir em outros produtos para atender o mercado e passaram a produzir fumo e algodão, o que fica evidente ao compararmos as tabelas 8 e 10. Outros itens que compuseram a receita foram sabão e panelas. Na descrição não havia maiores informações sobre esses produtos que foram definidos como miudezas, mas são elementos interessantes para se pensar a produção manufatureira na capitania. No caso do sabão, podemos observar que não era uma produção esporádica se considerarmos a sua presença na receita por cinco anos. Quanto às panelas poderiam ser tanto de barro, quanto de ferro, uma vez que possuíam um escravo ferreiro.

Entretanto, mesmo diante da diversificação, a aguardente, rapadura e farinha concentravam o maior volume de produção no período de 1801 a 1811, como analisamos nas tabelas 8 e 10. Por outro lado, a presença de outros produtos não comestíveis como fumo, algodão, sabão, panelas na receita deste engenho demonstrou que atingiam também outros setores do mercado para os quais ainda se faz necessária a realização de estudos.

No que diz respeito à comercialização da produção do engenho Santo Antônio, podemos considerar que, sob a administração da viúva e do filho, optaram por outras modalidades para colocar no mercado a sua produção. Ao invés de estarem nas mãos de um comissário, entregaram seus produtos para diferentes estabelecimentos na Vila do Cuiabá, no Armazém Real e também para os caixeiros que garantiam a venda em outros locais, como os arraiais de mineração, uma vez que continuaram a abastecer o arraial do Médico, como era feito antes da morte de Paulo da Silva Coelho.

Durante o mês de agosto de 1809 a fevereiro de 1811, os produtos deste engenho foram comercializados por Manoel José Moreira, genro de D. Ana Pereira. No ano de 1811 a venda da produção foi realizada pelo caixeiro Francisco Soares de Godói e em janeiro de 1812 a responsabilidade da comercialização foi do caixeiro Benedito Francisco Rio. Nesse período os mantimentos foram entregues na vila ao dizimeiro José Alves dos Santos, ao capitão Bento Pires de Miranda, ao capitão Domingos da Silva, ao tenente Joaquim José Ramos, ao alferes Manoel José Moreira, a Miguel José Antunes e outros. Destes nomes, quatro possuíam comércio na vila: o capitão Bento Pires de Miranda, que encontramos identificado como negociante na Vila do Cuiabá e tinha relações comerciais com o Pará [391];

[390] Segundo o Dicionário de Bluteau, fruta cítrica da cidreira.

[391] No ano de 1813, registrou-se que foi ele quem descobriu uma estrada mais cômoda aos transportes das cargas e canoas vindas do Pará, pelo novo caminho do rio Arinos. Ver: ANAIS do Senado da Câmara de

o capitão Domingos da Silva Barreiro (genro do falecido), que se identificou como homem de negócio, dono de loja de fazenda seca e molhada na Vila do Cuiabá[392], o alferes Manoel José Moreira (genro do falecido) tinha comércio[393] e o tenente Joaquim José Ramos, homem de negócio na Vila do Cuiabá[394].

Houve também o registro de vendas feitas no próprio engenho e ainda a relação dos gêneros que foram entregues em pagamento de dívida do engenho. Além, dos produtos comestíveis, Manoel Pereira da Silva informou também a venda de louças e outras miudezas (não houve especificação) comercializadas pelo caixeiro. Um elemento deve ser considerado na comercialização dos mantimentos do Engenho Santo Antônio, a presença dos genros comerciantes envolvidos de forma mais efetiva na disponibilização dos produtos no mercado local. A produção e a comercialização passaram a envolver os diferentes membros da família, portanto, tornou-se um negócio em família.

No que diz respeito às despesas do Engenho Santo Antônio, construímos a tabela 12 a partir dos gastos feitos para a manutenção dessa unidade de produção.

Tabela 12 - Demonstrativo das despesas do Engenho Santo Antônio - 1809-1811

Despesas	Valor (Réis)	% do total
Mantimento		13,0%
Sal	300$240	
Aguardente do Reino	30$060	
Vinho	18$750	
Trigo	18$000	
Produtos		5,5%
Medicamentos	42$590	
Sola	7$300	
Tecidos	48$400	
Pólvora	26$400	
Miudezas	29$410	
Instrumentos/Manutenção	102$740	4,0%

Cuyabá: 1719-1830, p. 207; PROCESSO de execução aberto pelo Juízo de Órfãos tendo como exequente Joaquim José de Carvalho e executado o alferes Antônio Ferreira dos Santos a respeito da herança do defunto Antônio José de Oliveira. Início: 1792, setembro, 20. CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0019 CAIXA Nº 002.

[392] PROCESSO de libelo cível (incompleto, inicia na página 03) tendo como autor o capitão Domingos da Silva contra D. Marianna de Assumpção e outros a respeito da herança do falecido capitão Bento de Toledo Piza. 1802, junho, 04. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0063 CAIXA Nº 005; PROCESSO de justificação aberto pela Provedoria dos Ausentes tendo como justificante o alferes Domingos da Silva Barreiros contra o justificado capitão José Gomes Monteiro a respeito da herança de Antônio José de Brito. 1799, junho, 25. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0046 CAIXA Nº 004.

[393] Inventário post-mortem Ana Izabel Caetana dos Prazeres, 1802 - cx. 08, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[394] Inventário post-mortem, Joaquim José Ramos da Costa 1820 - cx. 23, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

Mão de obra Especializada Não especializada	 268$890 215$550	18,0%
Compra de animais Boi Vaca	 97$430 6$000	4,0%
Contribuição e tributos Subsídio aguardente Cabeça de porcos (contrato) Dízimo Direitos paroquiais Décimas/Foro Aferição (câmara)	 23$660 9$530 588$710 864$880 15$460 8$400	55,5%
Total	2:722$400	100 %

Fonte: Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 – cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

A primeira questão a ser observada diz respeito à autossuficiência dessa unidade produtiva. Para a alimentação adquiriu apenas sal. Os produtos finos como aguardente do Reino, vinho e trigo foram adquiridos em pequena quantidade e segundo consta no bilhete para atender ao dono do engenho. Produtos como tecido, sola, pólvora e medicamentos foram adquiridos para atender a família. Ao somarmos as despesas com mantimentos e produtos, os gastos com a família atingiram 13% do total, porém apontam para o consumo e o mercado de produtos que eram vendidos na vila.

Quanto às despesas com o engenho, no que diz respeito aos itens instrumentos e manutenção, contabilizamos os gastos com a aquisição de ferramentas de trabalho, compra de semente para o plantio e obras no engenho que representaram 3% do total. O que é compreensível se considerarmos que a presença de um oficial mecânico, como o ferreiro, minimizava os gastos com compra e conserto de ferramentas. Porém, além do ferreiro, outros oficiais mecânicos, assim como trabalhadores livres, que nominamos como não especializados, eram importantes nessas unidades produtivas. Entre os trabalhadores livres estavam os camaradas, o feitor, o vigia de roças, e entre os oficiais mecânicos, as figuras do armeiro e do carpinteiro que atuaram nesse engenho. Estes gastos representaram 17,6% dos gastos.

Os maiores gastos desse engenho para o período em questão foram as contribuições e tributos e dívidas particulares do falecido. No que diz respeito às contribuições e tributos pagos à câmara e ao dizimeiro, estes mostram a importância desse setor produtivo para as rendas da capitania, ou seja, o setor produtivo contribuía com o abastecimento, mas também gerava rendimentos. Dos tributos pagos pelo engenho, o contrato da cabeça de porco chamou

atenção por não constar na receita a venda desse produto. Desde o ano de 1728, a câmara da Vila do Cuiabá determinou que a venda de carne de porco era livre a todos que tivessem interesse em comercializá-la, desde que para cada animal que vendessem pagassem à câmara oitava e meia de ouro[395], associada ao pagamento da aferição[396]. Estas são evidências de que também comercializavam esse produto, apesar de não constar na receita do engenho. Tomando como referência o valor a ser pago à câmara e o valor pago, foram vendidos cinco porcos nesse período.

Outro dado para esse engenho é referente à carne de gado vacum, que, por ser dono de uma fazenda de criação, não era necessário adquirir o produto. Quanto aos pagamentos feitos à igreja, constam as conheçanças[397], as despesas do funeral e as missas pagas a pedido do falecido, conforme consta no testamento, além das esmolas deixadas para a igreja e irmandades.[398]

3.3 O Engenho São Romão

Valentim Martins da Cruz, português, natural da freguesia de São Miguel de Alvarenga, do arcebispado de Braga, da Vila de Barcelos, solteiro, teve nove filhos naturais com sua escrava Joaquina Mina, com "quem viveu porta dentro"[399], falecida no momento da escrita do testamento[400]. Não se tem dados precisos da sua chegada à capitania de Mato Grosso, a primeira referência encontrada diz respeito à solicitação de sua primeira sesmaria, no ano de 1779, para fundar fazenda e fazer roças nas proximidades do rio da Casca. Apesar de solicitar duas léguas, a câmara concedeu-lhe apenas meia légua de terra[401]. No ano de

[395] JESUS, N. M., *O governo local na fronteira Oeste:* A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, p. 66.
[396] De acordo com Nauk Maria de Jesus, o contrato de aferição teve início com a fundação da Vila do Cuiabá em 1727 e o arrematante do contrato tinha como responsabilidade fiscalizar e garantir que todos os mercadores, vendeiros e taberneiros usassem os padrões de pesos e medidas definidos pela câmara municipal. Ver: *O Governo Local na Fronteira Oeste:* A Rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, p. 65.
[397] De acordo com a definição do Dicionário da língua portuguesa, Conheçança era um prêmio ou oferta voluntária feita a uma cura pelo pasto espiritual ou algum senhorio por qualquer bom ofício. Ver: SILVA, A. M., *Dicionário da língua portuguesa*, p. 446.
[398] Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho, 1809 - cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[399] LONDONO, F. T., *A Outra Família:* Concubinato, Igreja e Escândalo na Colônia; CRIVELANTE, M. A. A. A. *Casamentos de escravos africanos:* Um estudo sobre Chapada dos Guimarães – 1798-1830.
[400] Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1812 - cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1820 - cx. 24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[401] REQUERIMENTO de Valentim Martins da Cruz ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, abril, 23. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0124 CAIXA Nº 002.

1781 solicitou outra sesmaria, agora de três léguas, em quadra na paragem do ribeirão da Ponte Falsa que deságua no rio da Casca, para fundar fazenda de gado[402]. E no ano de 1787 solicitou outra sesmaria, também de três léguas, para fundar fazenda de gado na estrada velha do Mato Grosso. As duas sesmarias foram concedidas sem nenhuma ressalva, apesar de a legislação permitir a concessão de apenas duas sesmarias para cada solicitador, sendo uma de meia légua e outra de três léguas[403]. No caso de Valentim Martins da Cruz essa prerrogativa não foi respeitada.

Ao observar a idade anotada dos seus filhos no momento da realização do seu inventário, a primeira filha, Ana Martins, tinha 33 anos. Deve ter nascido por volta de 1779, ano em que seu pai solicitou a sua primeira sesmaria, o que permite conjecturar que Valentim já estava na capitania antes desse ano. Valentim Martins Cruz administrou esse engenho por uns 20 anos. Quando redigiu seu testamento já tinha duas filhas casadas: Escolástica Martins, casada com o alferes Manoel Rodrigues Torres, e Maria Martins, casada com Domingos José Rodrigues.

No momento do inventário, Domingos José Rodrigues, em seu testamento, declarou estar em litígio por causa de uma casa na vila[404]. Ele também solicitou em 1789 uma sesmaria nas proximidades do rio da Casca, na paragem do Tejuco, caminho pra Goiás. Em seu requerimento solicitou meia légua de terra, dizia ser casado, ter oito escravos e que queria viver de lavouras[405]. Provavelmente foi nesse ano que casou com Maria Martins da Cruz e recebeu escravos como dote.

Quanto a seu genro Manoel Rodrigues Torres, este foi o responsável pela administração dos bens de Valentim Martins da Cruz, de acordo com sua vontade exposta em seu testamento. Português como o sogro e claramente o genro de sua preferência[406]. Ao que tudo indica Manoel Rodrigues Tavares já administrava o engenho antes mesmo do falecimento de seu sogro. No momento de sua morte, Valentim Martins morava na Vila do Cuiabá, era dono de duas casas grandes, uma na rua Nova do Campo e a outra na rua do

[402] REQUERIMENTO de Valentim Martins da Cruz ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, outubro, 11. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0154 CAIXA Nº 002.

[403] Ver: SILVA, V., *Administração das terras*: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823).

[404] Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1812 - cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT; Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1820 - cx. 24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[405] REQUERIMENTO de Domingos José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1789, outubro, 03, VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0243 CAIXA Nº 003.

[406] CRIVELANTE, M. A. A. A., *Uma devassa nas Minas*: imigração e moralidade na fronteira mais remota da colônia Mato Grosso 1785, p. 51.

Campo, que juntas valiam 600$000 reis.

Quanto ao Engenho São Romão não temos sua descrição detalhada, pois o inventário está incompleto. No testamento, Valentim Martins da Cruz descreveu que sua propriedade possuía um engenho de fábrica de açúcar e outros gêneros, em Serra Acima e plantações, cuja fábrica se compunha de mais de 50 escravos, entre grandes e pequenos, casa de telhas, terras de lavradia por sesmaria e todos mais acessórios e bestas.[407]

No momento da realização do inventário, o engenho possuía em estoque os seguintes mantimentos: 280 alqueires de feijão, 50 alqueires de mamonas e 1.000 alqueires de milho. Infelizmente, por estar incompleto o inventário, não é possível saber se houve de fato a instalação de uma fazenda de gado nas terras solicitadas em 1781 para criação com gado vacum. Mas, além das atividades agrocriatórias, Valentim também era dono de datas de mineração.[408]

No ano de 1820, foi convocado pelo Juizado de Órfãos para prestar conta da receita e despesas do engenho que estava administrando desde o falecimento de seu sogro[409]. A prestação de conta do engenho foi realizada de forma minuciosa. Manoel Rodrigues Tavares registrou mês a mês a quantidade e o valor dos mantimentos comercializados e os valores de venda unitária e total de cada produto. Os dados apresentados referem-se ao período de outubro de 1812 a março de 1820. Para construir o quadro 15, em que consta a receita deste engenho, consideramos a quantidade de cada produto e o valor de venda. Neste sentido, tomaremos esta receita como sendo o total do que foi produzido e comercializado pelo Engenho São Romão nos sete anos e meio registrados na prestação de contas.

Na receita apresentada na tabela 11, este engenho produzia milho, feijão, azeite de mamona, açúcar, aguardente, toucinho, rapadura e farinha de milho.

[407] Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1820 - cx. 24, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[408] DECLARAÇÃO (conjunta) feita por todos os possuidores de fábricas e engenhos de fazer cachaça e farinha nas minas do Cuiabá, 1798, [...], [...]. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. DC. 1694 CAIXA Nº 033.
[409] Idem.

Tabela 13 - Demonstrativo da receita do Engenho São Romão -1812 a 1820

Produtos Ano	Farinha de milho Alqueire	Valor (Réis)	Aguardente Medida	Valor (Réis)	Feijão Alqueire	Valor (Réis)	Azeite Medida	Valor (Réis)	Rapadura Unidade	Valor (Réis)	Açúcar Arroba	Valor (Réis)	Toucinho Arroba	Valor (Réis)
1812	85	22$500	-	-	5	2$500	22	4$750	-	-	-	-	-	-
1813	723	433$750	70	12$250	95	95$500	69	14$000	1780	44$500	6	15$000	4	10$000
1814	604	472$500	1270	193$750	41,5	31$000	15	26$000	1327	31$500	4	8$000	7	15$500
1815	426	282$000	1165	200$250	74,7	76$500	85	21$250	790	21$750	-	-	2	6$500
1816	333	195$250	1800	358$500	62,5	46$250	52	13$000	260	5$000	12	30$000		
1817	355	270$750	1860	409$500	62,5	51$750	98	25$000	390	9$750	-	-	2	5$250
1818	1.495	804$250	1570	400$500	87,5	74$250	28	7$000	590	16$500	-	-	6	12$000
1819	197	125$250	29	5$000	52,2	46$250	88	23$750	2000	46$500	23,5	47$000	2	8$000
1820	127,2	192$500	-	-	5	7$000	40	14$750	-	-	12	24$000	-	
Total	4345,2	2:798$750	7764	1:579$750	485.9	431$000	497	149$500	7.137	175$500	57.5	124$000	23	57$250

*Valor total da receita 5:315$750.

Fonte: Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1820 – cx. 24 – APMT.

A tabela acima trata da produção de novembro de 1812 ao fevereiro de 1820. Em sua observação é possível perceber que a produção predominante nessa unidade eram o milho e a cana-de-açúcar, que garantiam uma grande fabricação de farinha, rapadura e aguardente. O único produto não beneficiado posto à venda foi o feijão. A produção desse engenho, além da aguardente, era focada nos produtos básicos de alimentação, tendo o toucinho como produto diferenciado colocado no mercado local.

Entre os anos de 1818, 1819 e 1820, o maior comprador de farinha de milho foi a Real Fazenda. Em 1818 foi anotada uma entrega de 1.100 alqueires de farinha de milho para a Real Fazenda, ou seja, 85% da produção daquele ano. Não encontramos registros que justificassem essa entrega na provedoria. Desde 1810 como já apontamos no primeiro capítulo houve resistência por parte dos donos de engenho e lavradores em entregar farinha ao Real Armazém. No ano seguinte, 1819, o governo fez um acordo com os lavradores (ver :Quadro 4) Talvez esse engenho tenha feito um acordo com a provedoria para garantir o abastecimento até o fechamento do acordo com outros donos de engenho.

Quanto às despesas do Engenho São Romão, para a construção da tabela 12 mantivemos o mesmo padrão utilizado no Engenho Santo Antônio, isto é, consideramos as despesas da família e para a manutenção dessa unidade de produção.

Tabela 14 - Demonstrativo das despesas do Engenho São Romão - 1812-1820

Despesas	Valor (Réis)	% do total
Mantimento		17,0%
Sal	938$250	
Carne-seca	42$750	
Alimentos do Reino	3$000	
Produtos		12,0%
Medicamentos	59$250	
Fumo	50$750	
Capim	10$000	
Couro	27$500	
Sola	10$250	
Sebo	7$000	
Tecidos	527$000	
Pólvora e Chumbo	22$750	
Instrumentos/Manutenção	208$750	3,5%
Mão de obra		15,0%
Especializada	730$750	
Não especializada	101$750	
Aluguel de escravos	66$000	

Compra de animais		19,5%
Boi	251$750	
Bestas	871$250	
Contribuição e Imposto		33,0%
Subsídio voluntário	331$750	
Subsídio literário	262$500	
Cabeça de porcos	13$000	
Carne verde	16$750	
Dízimo	700$000	
Direitos paroquiais	582$000	
Irmandade Sacramento	2$750	
Décimas	25$750	
Carcereiro	1$000	
Total das despesas	5:864$250	100%

Fonte: Inventário post-mortem Valentin Martins da Cruz, 1820 – cx. 24– APMT.

A partir dos dados das despesas do Engenho São Romão, no que diz respeito aos mantimentos, podemos constatar um gasto alto com a compra de sal, o que é compreensível, pois, além ser utilizado para alimentação, o engenho comercializava o toucinho, que para sua conservação era necessário que fosse salgado. Nas despesas de produtos em geral, nos chamou atenção o gasto com tecidos, cujos registros de compra nesse período somam 1.477 varas de pano de algodão, 222 varas de baeta e 15 varas de linhos. Em um registro informou que 24 varas de baeta eram para coberta dos escravos, não especificando o uso dos demais.

Em relação à mão de obra, os maiores gastos foram com mão de obra especializada, como carpinteiro, arrieiro, pedreiro. Com a mão de obra os gastos foram com os camaradas e feitor de roça. Além de possuir um plantel de escravos esse engenho utilizou o aluguel de escravos. E por fim, na compra de animais e também transporte da produção. No caso desse engenho, como era movido por tração animal, era necessário o investimento em bois.

Os maiores gastos do engenho São Romão estavam concentrados no pagamento das contribuições e tributos, o que mais uma vez confirma a importância desses engenhos não só para a produção de mantimento, mas também para gerar rendas para a capitania.

Até onde conseguimos apurar, com a morte de Manoel Rodrigues Tavares, quem passou a administrar engenho foi a filha viúva de Valentim, Escolástica Martins da Cruz, que faleceu em 1867, com 86 anos e ainda comandava o engenho[410]. Assim, esse engenho ficou por 109 anos nas mãos da mesma família.

[410] CRIVELANTE, M. A. A. A., *Uma devassa nas Minas*: imigração e moralidade na fronteira mais remota da colônia Mato Grosso 1785, p. 51.

3.4 O Engenho do Quilombo

O engenho do Quilombo pertencia ao capitão Antônio Leite do Amaral Coutinho[411], natural da capitania de Goiás, que entrou na capitania de Mato Grosso com negócios de fazenda seca[412]. De acordo com os indícios encontrados nos documentos, ele veio para a capitania ainda solteiro, na capitania de Goiás foi capitão de ordenança e também participou das tropas pagas[413]. Assim, na capitania de Goiás suas atividades iniciais indicam ter sido militar. No ano de 1809 solicitou ao rei a mercê de ter a patente de capitão de ordenança na capitania de Mato Grosso, pois já ocupava o posto de capitão agregado da companhia dos Granadeiros do Regimento de Milícias.[414]

Entre os dois genealogistas que escreveram sobre Antônio Leite do Amaral Coutinho há uma controvérsia sobre a sua descendência. A primeira tese, apresentada por José de Mesquita sobre a genealogia de Antônio Leite do Amaral Coutinho, afirma que ele é filho do coronel Francisco do Amaral Coutinho[415] e Catarina Leonor do Aguiar[416]. De acordo com sua obra *Nobiliarquia Paulista, histórica e genealógica*, esse casal Francisco e Catarina teve apenas duas filhas, Brites e Ana, moradoras e casadas em Goiás. Para o segundo, o genealogista Adauto Alencar, Antônio Leite seria o terceiro filho do casal Benedito do Amaral Coutinho e Mariana de Albuquerque Rolim de Moura[417]. Não encontramos até o momento evidências que comprovem as versões sobre a genealogia de Antônio Leite. O que temos apenas são coincidências do sobrenome entre Francisco do Amaral Coutinho, Antônio Leite do Amaral Coutinho, Benedito do Amaral Coutinho é a capitania onde o primeiro residiu e de onde vieram os dois últimos.

Antônio Leite do Amaral Coutinho foi casado duas vezes. A primeira com Mariana Luiza da Conceição, filha do segundo casamento do dono de engenho Manoel Nunes de Brito

[411] Inventário post-mortem de Antonio Leite do Amaral Coutinho, 1818 - cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[412] REQUERIMENTO do capitão Antônio Leite do Amaral Coutinho ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D´Oeynhausen e Gravemburg]. 1809, maio, 18. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SG. RQ. 2723 CAIXA Nº 051.
[413] Idem.
[414] Idem.
[415] De acordo com o *Dicionário dos bandeirante e sertanistas do Brasil*, Francisco do Amaral Coutinho foi sertanista que andou à cata do ouro nas Minas Gerais, foi escolhido para governador da capitania de São Paulo em 1709. Após 1710 morou na comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, com engenho. Esteve envolvido em um assassinato nesta capitania. Voltou a São Paulo e logo depois mudou para a capitania de Goiás onde se tornou donos de lavras de ouro e grande escravatura, p.132-133.
[416] MESQUITA, J., *Notas para futuras linhagens*, p. 5.
[417] ALENCAR, A., *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*, p. 19.

Lemes com dona Custódia Maria das Neves.[418] Com a morte de Dona Mariana Luiza da Conceição, contraiu casamento com Luísa Maria de Jesus, filha caçula de Luís Monteiro Salgado e Dona Rosa Cardosa de Lima. Este também era dono de engenho de fabricar aguardente, cinco sesmarias, 62 escravos e uma tropa de muares.[419]

Antônio Leite do Amaral Coutinho solicitou a primeira sesmaria no ano de 1806. Em seu pedido informou que era possuidor de dois engenhos, o primeiro de aguardente e de fazer farinhas, e o segundo de fazer aguardente e rapaduras, que adquiriu por compra que fez da herança de Maria Rodrigues Vilamendes, porém necessitava de meia légua de terras de lavradias para a sustentação dos engenhos. A partir do levantamento realizado em 1798 sobre os engenhos no termo do Cuiabá, constatamos que Maria Rodrigues Vilamendes, era viúva e dona de um engenho, que possuía 20 escravos, produzia em média 30 canadas de aguardente e 200 alqueires de farinha por ano[420]. Portanto, era um engenho que estava instalado no local no mínimo há oito anos.

Este engenho, contando os dois proprietários, até a morte de Antônio Leite do Amaral Coutinho, já existia há 20 anos. Em 1812, ele solicitou outra sesmaria de campo que obteve por compra de D. Maria Paes da Silva, filha e herdeira do defunto Carlos de Souza Correia, que fundou a fazenda de gado há mais de 30 anos no local[421]. As terras acima descritas compuseram um conjunto de oito sesmarias de lavradia que foram adquiridas ao longo dos anos por Antônio do Amaral Coutinho.[422]

Quanto à sua escravatura, em seu inventário constam 32 escravos, sendo composta de sete famílias escravas. Ao se observar a faixa etária dos escravos, tem-se o seguinte quadro: 17 com menos de 50 anos e nove com menos de 12 anos, cinco acima de 60 anos e um doente[423], sendo, efetivamente: 17 escravos de trabalho, empregados na lavoura, e alguns possuíam experiência em engenho. No período do seu inventário encontravam-se em estoque 120 canadas de aguardente (266,2 litros), e um quartel de cana caiana com suas socas.[424]

No que diz respeito aos instrumentos de trabalho, possuía 15 foices, nove machados, 31

[418] MESQUITA, J., *Notas para futuras linhagens*, p. 5. Inventário post-mortem Manoel Nunes de Brito, 1793. Cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[419] Inventário post-mortem Luis Monteiro Salgado, 1808 - cx. 14, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[420] RELAÇÃO dos engenhos de fazer cachaça e farinha e monjolo existentes desde Vila Maria do Paraguai até a Fazenda de São Lourenço. BR MTAPMT.SG. RO. 0699 CAIXA Nº 015.
[421] REQUERIMENTO de José Manoel Martins ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1812, março, 18. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0507 CAIXA Nº 008.
[422] Inventário post-mortem. Antônio Leite do Amaral Coutinho, 1818 - cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[423] Idem.
[424] Idem.

enxadas, 14 podões e um almocafre[425]. Uma das propriedades foi descrita no inventário como sendo um sítio com fábrica de engenho para moer cana, fazer açúcar, rapadura e farinha, com posse de aguardente e roda de fazer farinha de mandioca, casas de habitação e duas pipas, uma com capacidade de 200 canadas e outra para 100 canadas, caixa de farinha, tulha, três carros e mais todos os acessórios necessários à fábrica, que foi avaliada em 2:400$000. Essa propriedade contava também com uma tropa de 11 mulas, seis cavalos e uma égua[426].

Com o falecimento de Antônio Leite do Amaral Coutinho, quem passou a administrar o engenho foi sua segunda esposa, D. Luiza Maria de Jesus, que, além de administrar os bens do casal também era tutora dos seus quatro filhos, todos menores de seis anos. Em março de 1818, antes do seu falecimento, Antônio Leite do Amaral Coutinho assinou uma escritura pública na qual nomeava D. Luiza Maria de Jesus como tutora dos filhos menores. Para se precaver, D. Luiza solicitou também uma provisão régia para poder administrar os bens e foi atendida[427]. No período colonial era comum as mulheres, quando viúvas, solicitarem manter e dispor de suas posses, e ter a tutoria dos filhos judicialmente.[428]

Na administração dos bens do falecido, D. Luiza Maria de Jesus enfrentou problemas para manter parte das terras do engenho. Em 1818, logo após a morte de seu marido, foi informada que Thomas Felix de Aquino, como herdeiro e possuidor do engenho da Casca (herança do falecido sogro José Gomes de Barros), solicitou ao governador terras pastais para acomodar os bois e bestas do seu engenho. D. Luiza Maria de Jesus enviou um requerimento ao governador informando que as terras solicitadas pertenciam ao seu marido, que no local havia plantações de cana e que havia percebido neste seu terreno gado pastando em meio a sua plantação. Então, ela solicitou ao alferes Thomas Felix que recolhesse o seu gado que estava em sua plantação, mas, ao invés disso, Thomas Felix solicitou as terras em sesmarias só a fim de incomodar. Pois, o antigo dono do Engenho da Casca, José Gomes de Barros, administrou o local por 35 anos e nunca precisou das terras[429].

Não sabemos o desfecho desta briga, mas estas disputas eram comuns ao considerar que muitos senhores de engenho buscavam formas de se assenhorar de grandes quantidades de terra.

---

[425] Inventário post-mortem. Antônio Leite do Amaral Coutinho, 1818 - cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[426] Inventário post-mortem. Antônio Leite do Amaral Coutinho, 1818 - cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[427] Inventário post-mortem. Antônio Leite do Amaral Coutinho, 1818 - cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[428] MENEZES, J. S., *Sem embargo de ser fêmea*: As mulheres e o estatuto jurídico em movimento no século XVIII, p. 136.
[429] REQUERIMENTO de Thomas Filis de Aquino ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemburg. 1818, agosto, 28. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SES. RQ. 0622 CAIXA Nº 011.

Além disso, D. Luiza também estava envolvida na divisão de bens do seu pai, o capitão Luís Monteiro Salgado, falecido em 1808, pois sua mãe não havia realizado a partilha dos bens. No processo de partilha de bens do seu pai, ela foi chamada para realizar a colação do dote pago no momento do casamento com Antônio Leite do Amaral Coutinho, que havia sido um escravo oficial carpinteiro avaliado em 192$00 rs.

Diante da administração do engenho do Quilombo, D. Luiza Maria de Jesus foi convocada a prestar conta de sua administração ao Juizado dos Órfãos. A conta apresentada foi detalhada, demonstrando as minúcias da dinâmica da produção. As contas estão divididas em três partes. Na primeira consta a comercialização dos produtos de dezembro de 1818 a setembro de 1822, ou seja, os rendimentos da venda dos produtos antes da partilha dos bens. A segunda parte, de outubro de 1822 a julho de 1826, diz respeito aos rendimentos do engenho pós-partilha. E, por fim, a terceira parte refere-se às despesas do engenho durante todo o período administrado por D. Luiza, antes e pós-partilha.

Assim, foi a partir dos registros dos rendimentos que construímos a tabela 13, no qual consta os produtos comercializados e seu proveito.

Tabela 15 - Demonstrativo da Receita do Engenho do Quilombo – 1818-1826

Produto					Azeite								Aguardente																							
Ano	Farinha de Milho Alqueire	Valor (Réis)	Farinha de Mandioca Alqueire	Valor (Réis)	Canada	Medida	Valor (Réis)	Rapadura Unidade	Valor (Réis)	Açúcar Arroba	Valor (Réis)	Canada	Medida	Valor (Réis)	Toucinho	Valor (Réis)	Arroz Alqueire	Valor (Réis)	Feijão Alqueire	Valor (Réis)	Milho Alqueire	Valor (Réis)	Algodão	Valor (Réis)	Sabão Libra	Valor (Réis)	Capado Unidade	Valor (Réis)	Mamona Alqueire	Valor (reis)	Cebola Réstia	Valor reis)				
1818	49	37$500			2	25	37$900					5	7	23$75					1.5	0$7500																
1819	63	47$750				313,5	95$750								8.5	21$250			101	95$750							3	26$250								
1820	395,5	346$500				312	124$000	4.315	117$750			9	110.5	441$500			33	30$500	36	34$250	306.5	112$500					2	13$000	7	7$000						
1821	394.5	252$750	2	3$000		195	66$750	4.704	122$000			143	1.152,5	614$950	13	44$250	20	19$750	20	19$000	10	5$500	12	6$000	16	1$000	3	28$000			24	3$000				
1822	245.5	198$500				109.5	37$500	1.450	67$500	3.5	20$500	493	470	1:339$490	9	33$750	5	2$500	5	5$500	48,5	15$500	48	24$000			1	9$000								
1823	93	61$250						7.603	282$500	36.5	100$500	96	819.5	493$250			7.5	3$500	15	17$000																
1824	363	358$250				128	64$250	1.400	46$000	12.5	37$250	60	995	472$000			19	4$000	80.5	51$750																
1825	496.5	386$750				253	82$500	2.500	60$500			80	416	219$000	4.5	15$750	16	23$000	113.7	100$000			10	14$500												
1826	42	33$750				15	7$500	1.246	36$500			108	56	161$250			4	2$000																		
Total	2.142	1:723$700	2	3$000	2	1.351	516$150	23.218	732$750	52.5	158$250	994	4.026,5	3:765$190	35	115$000	104.5	85$250	372.7	324$000	365	133$500	70	44$500	16	1$000	9	76$250	7	7$700	24	3$000				

*Total do valor da receita: 7:684$840.

Fonte: Inventário post-mortem Antônio Leite do Amaral Coutinho. Fundo: 5º Ofício nº cx. 21 - 1818 APMT.

Ao se observar a produção do Engenho do Quilombo, conforme a tabela acima, podemos constatar uma diversificação de produtos colocados à venda, sendo os mais rentáveis os beneficiados, como a aguardente, farinha de milho, rapadura e azeite de mamona. Quanto às farinhas, além da farinha de milho, aparece, em menor escala, a produção de farinha de mandioca. Porém, a maior receita provinha da produção de aguardente, seguida da farinha de milho. Também colocaram no mercado um grande volume de feijão e arroz. A partir do ano de 1821, houve a introdução do algodão, a novidade foi a venda de 24 réstias de cebola, o que nos parece uma mercadoria sazonal.

A produção do engenho do Quilombo abastecia a Vila do Cuiabá e o distrito do Alto Paraguai Diamantino, que no ano de 1820 foi elevado à vila[430]. No caso em específico, da Vila do Diamantino, a viúva indicava o produto e quantidade que estava sendo enviado para o comércio no local, aguardente, açúcar e azeite de mamona. A aguardente comercializada nesta Vila do Diamantino representou 38% da produção apresentada na tabela 13, ou seja, esta vila era um local importante.

Quanto às despesas do engenho apresentadas por D. Ana Luiza de Jesus, utilizamos a mesma premissa de análise dos engenhos anteriores para construir na tabela 16.

Tabela 16 - Despesas do Engenho do Quilombo - 1818-1826

Despesas	Valor (Réis)	% do total
Mantimento		12,0%
Sal	611$000	
Carne-seca	72$500	
Instrumentos/Manutenção	100$750	2,0%
Produtos	83$000	1,5%
Miudezas (medicamentos, couro, pólvora) *		
Mão de obra		36,0%
Especializada	1:993$500	
Não especializada	45$750	
Compra de animais		22,0%
Bois	125$000	
Bestas	1:094$500	
Cavalos	28$000	
Contribuição e Impostos		26,5%
Subsídio voluntário	559$750	
Subsídio da aguardente -Vila	4$750	

[430] JESUS, N. M., A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes, *Revista Territórios & Fronteiras*, p. 94. Disponível em: < www.ppghis.com/ território s& fronteiras/index.php/v03n02/.../141.

Diamantino	116$250	
Subsídio literário	4$750	
Cabeça de porcos	6$500	
Festa real	4$750	
Passagem	22$500	
Décimas	365$500	
Contratador	288$750	
Direitos paroquiais	6$250	
Irmandade do Sacramento	85$700	
Fazenda Pública		
Total das despesas	5:619$450	100%

*Denominação utilizada na conta.
Fonte: Inventário post-mortem Antônio Leite do Amaral Coutinho. Fundo: 5º Ofício. cx. 21 - 1818 APMT.

Depreende-se desta tabela que os mantimentos, como sal e carne bovina, eram comprados para completar a dieta alimentar no engenho, considerando que a sua produção contemplava a alimentação da família e também dos seus escravos. O sal, além de na dieta alimentar era utilizado na conservação do toucinho. Apesar de não entrar na receita, nas despesas apareceu o pagamento de cabeça de porco, o que indica que havia a comercialização desse produto no engenho. As maiores despesas estavam concentradas nos itens mão de obra especializada, que corresponde ao trabalho de oficiais mecânicos (carpinteiro, ferreiro), ao trabalho especializado, que exigia as atividades de produção de um engenho, como caldeiro, arreador, além dos homens livres chamados de camaradas.

Quanto aos animais a sua dívida estava na compra de bois e bestas, o primeiro utilizado para mover o engenho e o segundo responsável pelo escoamento da produção. As bestas eram comercializadas por Antônio Cerqueira Caldas. Os pagamentos das contribuições e tributos consumiram 27% da receita deste engenho que, por ter uma diversificação de produtos, além do pagamento dos subsídios e dízimos, efetuava também o das cabeças de porco, por causa da comercialização de toucinho e carne de porco.

3.5 O Engenho do Buriti

O Engenho do Buriti pertencia aos irmãos Apolinário de Oliveira Gago e Antônia de Arruda, naturais da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, filhos do português Martinho de Oliveira Gago e Izabel de Arruda. Eram solteiros, mas Apolinário era pai de dois filhos naturais: Estevão e Luciana parda.[431]

A família de Apolinário Gago já estava na capitania desde a sua criação, o seu pai,

[431] Inventário post-mortem Apolinário de Oliveira Gago. 1815 Fundo: 2º Ofício, cx.79 - APMT.

Martinho de Oliveira Gago, era dono de duas sesmarias, uma solicitada em 1751[432] e a outra em 1758[433], nas proximidades do morro São Jeronimo, Ribeirão das Pedras e Aricá -Mirim para lavoura e fazenda de gado vacum. A fazenda de gado, ao que tudo indica, foi dividida em herança com os filhos.[434]

Em 1785, Apolinário Gago solicitou sesmaria e seu pedido informava ser homem solteiro, que vivia de lavoura e possuía cinco escravos[435]. Treze anos depois, Apolinário Gago era dono de um plantel de 25 escravos e de um engenho com capacidade de produção anual de 500 canadas de aguardente e 600 alqueires de farinha[436]. Era um dos engenhos que entregavam parte de sua produção para o Armazém Real. No ano de 1803 encontramos Apolinário Gago como dono de quatro sesmarias, sendo três de meia légua e uma de meia légua por uma légua. Ao realizar a declaração, informava que as possuía por meio de compra e de posse, uma que pertencia a sua mãe, Izabel de Arruda, e a outra concedida ao seu tio José Goes de Siqueira.[437]

Ao falecer em 1815 deixou sua irmã e sócia Antônia de Arruda responsável pela administração dos bens e partilha da sua herança. Os irmãos eram donos de duas sesmarias de meia légua próximo ao córrego denominado Jardim, de um moinho na estrada do Quilombo com casa coberta de telha, onde tinham um engenho de fazer farinha e aguardente com casa de vivenda de sobrado, casas de engenho cobertas de telha. A fábrica continha todos os acessórios par fabricar aguardente. Tinham um oratório para as missas com cálice de prata e suas imagens. Esses bens raízes foram avaliados em 2:955$600 rs.[438]

Todavia, os seus investimentos não foram apenas no engenho, possuíam uma sesmaria para a criação de gado no ribeirão do Cupim e também duas datas minerais no rio Coxipó-Mirim, onde havia uma casa com cinco laços coberta de telha e capim, com um curral e 170 cabeças de gado vacum. Em seu inventário também foram arrolados 50

[432] RELAÇÃO das sesmarias apresentadas pelos seus possuidores em observação ao bando do governador da capitania de Mato Grosso 21/06/1802. Fundo ACBM-IPDAC - Pasta nº 1769.
[433] Idem.
[434] Idem.
[435] REQUERIMENTO de Apolinário Oliveira Gago ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, junho, 18. VILA BELA BR MTAPMT.SES. RQ. 0143 CAIXA Nº 002.
[436] RELAÇÃO dos engenhos de fazer cachaça e farinha e monjolo existentes desde Vila Maria do Paraguai até Fazenda de São Lourenço. 1780, [...], [...]. VILA MARIA DO PARAGUAI. BR MTAPMT.SG. RO. 0699 CAIXA Nº 015.
[437] RELAÇÃO das sesmarias apresentadas pelos seus possuidores em observação ao bando do governador da capitania de Mato Grosso 21/06/1802. Fundo ACBM-IPDAC - Pasta nº 1769.
[438] Inventário post-mortem Apolinário de Oliveira Gago. 1815 Fundo: 2º Ofício, cx.79 - APMT.

cabeças de porcos, 1.000 alqueires de milho e 300 canadas de aguardente em estoque. O seu plantel de escravos era composto de 40 escravos, sendo 31 homens e 9 mulheres.

Para realizar a partilha no Juizado dos Órfãos, foi necessária a apresentação por parte da testamenteira e sócia, D. Antônia de Arruda, dos rendimentos do engenho. A primeira prestação de conta com os rendimentos e despesas do engenho foi do ano de 1816. Após a partilha houve por parte de José Ferreira Velho, tutor do herdeiro Estevão, considerado incapaz, por ser "demente", que fossem arbitrados bens e dispostos por D. Antônia Arruda no Juizado dos Órfãos. Segundo o tutor, para benefício do herdeiro, era melhor que os bens fossem vendidos em praça pública para que não houvesse prejuízos em relação aos seus bens.[439]

Os bens foram dispostos e arrematados por D. Antônia de Arruda, que ficou responsável por pagar o valor e mais os juros para o tutor de Estevão. Com a morte do sobrinho, D. Antônia foi novamente convocada pelo juizado para apresentar as contas dos rendimentos e despesas do engenho do ano de 1817 a 1828. Nesse momento foi realizada uma segunda apresentação das contas do engenho. Para administrar o engenho, D. Antônia de Arruda contava com a ajuda de seu sobrinho João Gonçalves de Oliveira, que cuidava do comércio da produção e também das despesas do engenho.

Para elaborar a tabela 17 consideramos as contas dos dois rendimentos apresentados por D. Antônia de Arruda, com os gêneros produzidos no engenho e postos no mercado nesse período de 1816 a 1828.

[439] Inventário post-mortem Apolinário de Oliveira Gago. 1815, Fundo: 2º Ofício, cx.79 - APMT.

Tabela 17 - Demonstrativo da receita do Engenho do Buriti* - 1816 a 1828

Produto / Ano	Farinha Alqueire	Valor (Réis)	Aguardente Canada	Valor (Réis)	Azeite Medidas	Valor (Réis)	Feijão Alqueire	Valor (Réis)	Café Saca	Valor (Réis)	Milho Alqueire	Valor (Réis)	Capado Unidade	Valor (Réis)
1816	600	360$000	300	630$000							222	117$600	3	32$000
1817	20	15$000	496	1:136$400			5	5$000						
1818	400	300$000	350	700$000	10	2$250	30	30$000						
1819	180	180$000	370	555$000	20	5$000	80	80$000	1	3$00				
1820	500	500$000	400	820$000	15	3$750	90	90$000			10	7$750		
1821	400	300$000	380	760$000	10	2$500	125	125$000						
1822	260	260$000	400	800$000	20	7$500	130	130$000	2	8$00				
1823	260	260$000	360	720$000	40	10$000	66	66$000			32	10$000		
1824	332	330$000	500	1:355$100	40	10$000	164	164$000						
1825	350	351$000	480	960$000	60	22$500	230	230$000			32	12$000		
1826	400	400$000	320	640$000	120	60$000	280	280$000			200	100$000		
1827	480	480$000	180	360$000	40	20$000	100	150$000			90	45$000		
1828	250	250$000	100	200$000	20	7$500	60	120$000						
Total	4.432	3:986$000	4.636	9:636$500	395	151$000	1.360	1:470$000	3	11$000	586	292$350	3	32$000

*Acrescenta-se na receita o valor de 360$450 referente ao recibo de dívidas e venda de mantimentos de anos anteriores.
* Valor total da receita = 15:616$200
Fonte: Inventário post-mortem Apolinário de Oliveira Gago. 1815 Fundo: 2º Ofício, cx.79 APMT.

A partir da análise dos rendimentos do Engenho do Buriti, podemos observar que sua produção estava centrada nos gêneros básicos da alimentação e aguardente. Assim, como nos demais engenhos, a farinha de milho e a aguardente eram os principais produtos desse engenho. Um produto diferente de outros engenhos foi o café, porém com uma pequena produção vendida em apenas dois anos. Assim, como os outros engenhos, este também entregava farinha no Armazém Real e parte de sua produção de milho no ano de 1816 e 1817 foi para o abastecimento Companhia de Mineração. Na vila, a comercialização da produção foi realizada por um comissário, as tropas eram responsáveis para levar os gêneros. O primeiro comissário, Pedro Ferreira Mendes, atuou na comercialização do engenho em 1816, após esse período foi realizada por João Gonçalves de Oliveira.

Tabela 18 - Despesas do Engenho do Buriti -1816 a 1828

Despesas	Valor	% do Total
Mantimento		
Sal	921$000	11,5%
Carne-seca	211$000	
Peixe seco	1$250	
Tamarindo	1$000	
Produtos		
Fumo	191$750	
Couro	117$750	10,0%
Sola	51$250	
Sebo	60$000	
Tecidos	494$850	
Pólvora	46$000	
Instrumentos/Manutenção	336$600	3,0%
Mão de obra		
Especializada	4:770$940	
Não especializada	2$500	48,0%
Compra de animais		7,5%
Bois	320$000	
Bestas	420$400	
Contribuição e Imposto		20,0%
Subsídio voluntário	1:052$710	
Subsídio literário	346$000	
Cabeça de porcos	1$250	
Dízimo	126$000	
Direitos paroquiais	504$000	
Irmandade	1$250	
Décimas	4$400	
Total das despesas	9:981$900	

Fonte: Inventário post-mortem Apolinário de Oliveira Gago. 1815 Fundo: 2º Ofício cx. 79 - APMT.

Ao analisar a prestação de contas do engenho podemos observar que o principal gasto com mantimento foi com a compra do sal, que era utilizado tanto na dieta quanto para a salga do toucinho. Para complementar a dieta foram comprados carne e peixe secos[440]. Os maiores gastos deste engenho foram com a mão de obra especializada, ou seja, com feitores, arrieiros, carpinteiros, feitor das roças, seguidos do pagamento de contribuições e tributos.

Ao descrevermos e analisarmos as características desses engenhos localizados em Serra Acima, notamos que os produtos produzidos se assemelhavam, bem como adotavam formas parecidas de organização e de comercialização da produção. Verificamos igualmente que estes engenhos tinham o domínio também da distribuição e comercialização de sua produção e faziam parte de uma rede de comércio para abastecimento da vila, localidades de mineração e da fronteira. Como nos lembra Sheila de Castro Faria, os espaços urbanos eram lugares estratégicos para o funcionamento do mundo rural[441]. Era no espaço da Vila do Cuiabá que ocorriam as negociações com a câmara, a provedoria e as casas de comércio.

Quanto ao abastecimento, a documentação assinala indícios de que havia entre os senhores de engenho uma organização do mercado, pois, como mostramos acima, o Engenho Santo Antônio abastecia a vila, o armazém e as lavras do Médico, enquanto o Engenho do Quilombo fornecia para a vila, o armazém e o distrito do Alto Paraguai e Diamantino. Nesse sentido, presumimos que havia uma divisão do mercado local a ser abastecido e os engenhos foram se adequando às demandas surgidas no mercado.

[440] Ainda são necessários estudos sobre a produção desses dois gêneros alimentícios na capitania.
[441] FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento*: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p.188.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS SENHORES DE ENGENHO

A conquista e ocupação da fronteira oeste da América Portuguesa impunham muitos desafios para os homens e mulheres que viviam na capitania de Mato Grosso.

Nesse sentido, a preocupação deste capítulo é entender como os senhores de engenho buscaram distinção e prestígio e ocuparam os espaços que lhes eram permitidos dentro de uma hierarquia social do Antigo Regime.

A historiografia sobre a América lusa tem realizado um profícuo diálogo com a historiografia portuguesa sobre a sociedade do Antigo Regime e a constituição dessa hierarquia social na América Portuguesa e em outras partes do império português. Os estudos sobre as elites coloniais têm debatido sobre o emprego do termo nobreza para esse grupo de homens que conseguiram distinção e ocuparam espaços que lhes eram permitidos, e possibilitaram uma constante movimentação dentro da hierarquia social instituída.

No reino, o conceito de nobreza foi alargado, sobretudo no século XVI, quando este termo deixou de ser atribuído apenas àqueles que tivessem linhagem nobre e passou a ser aplicado àqueles que "viviam a lei da nobreza". Ou seja, um grupo de homens que estivessem ligados a atividades civis e militares. Embora a mobilidade social fosse, como em todas as sociedades dominantemente agrárias, quantitativamente, essa zona de fluidez podia potencializar, em determinadas condições e conjunturas a oportunidade para rápidos processos de ascensão social. O termo nobreza, no reino, passou a ser adotado a partir de duas premissas: a nobreza por estirpe definida pelo seu estamento e a nobreza civil e política que poderia ser alcançada de forma individual, e a partir dos serviços prestados ao rei.[442]

Na América Portuguesa, a noção de nobreza que se instituiu foi alicerçada nos serviços prestados ao rei, nas atividades de conquista e participação nas instituições que garantiam a "qualidade" dos homens e famílias[443]. Portanto, uma nobreza cível e política. A inserção política na sociedade colonial era uma garantia, uma espécie de "-'cidadania local' que os capacitavam (a nobreza da terra) para exercer direitos e reivindicar graças e vantagens - ou a

[442] MONTEIRO, N. G., *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Análise Social, p. 335-368.
[443] FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII), p. 44-51.

definição dos termos de todas as negociações políticas como o poder régio e seus servidores"[444]. Ou seja, a nobreza principal da terra é entendida como o punhado de famílias que comandaram a conquista da América para a monarquia portuguesa e, entre outros agentes, foram os responsáveis pela organização da sua base produtiva [445] .João Fragoso realizou um minucioso estudo sobre a formação da primeira elite senhorial no século XVII, analisou a transformação dos oficiais régios em proprietários de terras, donos de engenhos, a partir da prestação de atividades ligadas à conquista e à defesa do território, arrogaram e obtiveram os privilégios e com isso alcançaram mercê[446]. Esse grupo gerou a nobreza principal da terra entendido como um grupo descendente de conquistadores, com mando local costumeiro, mas sem os pergaminhos da fidalguia do reino[447]. O conceito de nobreza da terra utilizado por João Fragoso aplica-se a uma sociedade quinhentista que construiu ao longo do tempo estratégias de reprodução social que lhe garantiram se apropriar e distribuir entre si "os bens materiais" da mesma República.[448]

Assim como os trabalhos de João Fragoso, outros trabalhos sobre as elites têm sido construídos, a partir das particularidades existentes na América Portuguesa.

Fabio Künh, ao caracterizar a elite política local da câmara de Viamão, apontou a dificuldade de atribuir ao grupo de poderosos que ali se formou o termo nobreza da terra. Primeiro porque a rigor eles não se autoidenficavam dessa forma. Segundo, a elite local que ali se estabeleceu não pode ser analisada como uma nobreza da terra aos moldes de conselhos espalhados no império português, por não ser uma sociedade de tradição, como as que se formaram em outras partes da América Portuguesa, como a sociedade quinhentista do Rio de Janeiro e Salvador. Afinal, Viamão era resultado de colonização iniciada no século XVIII. Para evitar problemas conceituais, optou por denomina-los como uma a elite local que "viviam a lei da nobreza" por se tratar de uma elite que não remontava aos conquistadores, como no Rio de Janeiro, Bahia.[449]

---

[444] HESPANHA, A. M., A concepção corporativa da sociedade e historiografia sobre a Europa na época moderna. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *Na Trama das redes:* política no império português, séculos XVI-XVIII, p. 71.

[445] FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; JUCÁ, A. C. (Org.), C*onquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. p. 19.

[446] FRAGOSO, J. L. R., A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Revista Topoi*. p. 46-120.

[447] FRAGOSO, J. L. R., Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio do Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares pardo: notas sobe uma hierarquia Social costumeira (Rio de Janeiro 1700-1760). In: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.), *Na Trama das redes:* política no império português, séculos XVI-XVIII, p. 248.

[448] Idem.

[449] KÜNH, F., *Gente da Fronteira:* Famílias, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII, p. 276-277.

Para a capitania de Mato Grosso, Nauk Maria de Jesus, ao analisar os grupos de poderosos locais que ocuparam os cargos nas câmaras, conceituou a forma de tratamento dado pelas autoridades régias a eles, que foram chamados de:

> *Moradores* ou de *principais moradores*, *principais homens*, *pessoas principais* ou *principais da terra*. Esses termos eram aplicados aos poderosos que detinham algum poder político na governança, aos militares e clérigos, independente de possuir cabedais.[450]

Assim, como Fabio Kühn, ela não encontrou na documentação consultada para a primeira metade do século XVIII referência ao termo nobreza da terra ou nobre, e por isso optou por nominar esse grupo de homens ligados à câmara de "principais da terra".

Na documentação por nós consultada, a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX sobre os proprietários de terra e donos de engenho, não encontramos referência ao termo nobreza da terra. O que pudemos observar foi a manutenção da expressão "principal família da terra"[451], como foi identificado por Nauk Maria de Jesus, e em outros casos encontramos a expressão "viviam a lei da nobreza"[452]. Ou seja, apesar de não terem "origem" nobre, ocupavam cargos, obtiveram prestígio na sociedade local.

Para compreender a inserção dos senhores de engenho traçaremos os aspectos sociais e econômicos deles no termo do Cuiabá que lhes possibilitaram prestígio social. Entendemos que ser senhor de engenho era importante, mas também ocupar outros espaços que possibilitassem estabelecer relações políticas e sociais era relevante para ser reconhecido enquanto parte da elite local.

Estamos considerando, nesta análise, os dados levantados nos inventários de 37 senhores de engenho (33 homens e 4 mulheres) do termo do Cuiabá. Do ponto de vista econômico avaliamos a composição de suas fortunas, no sentido de demonstrar que elas vieram das atividades do engenho. E por fim iremos traçar de forma ainda que concisa a atuação da família Falcão, que faz parte do grupo de senhores de engenho que fomentaram a produção de aguardente no termo do Cuiabá como uma das principais famílias da terra. Mas quem eram

---

[450] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos:* A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 69.

[451] PROCESSO de justificação aberto na Ouvidoria Geral envolvendo José Paes Proença Falcão, Salvador Paes Falcão, Antônio Dias Falcão de Proença e Francisco Paes de Barros-Todos filhos do capitão Salvador Paes Falcão.1800, janeiro, 15. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ Chave: Cartório, Justificação, Inquirição, Testemunha, Morador, Agricultura, Família, Filho, Legitimação. BR MTAPMT.OU. PC. 0261 CAIXA Nº 004.

[452] Lançamento de uma justificação do sargento-mor Antônio da Silva Albuquerque com vários documentos adjuntos. Folha 238 v. Livro de Escrituras e Notas-1809-APMT.

esses homens e mulheres que viviam da agricultura e da comercialização dos seus produtos, em quais espaços eles estavam presentes?

4.1 O perfil social

4.1.1 A naturalidade

No que diz respeito à naturalidade dos senhores de engenho, dentro da nossa amostra identificamos a origem de 22 deles, conforme o quadro abaixo.

Tabela 19 – Naturalidade dos senhores de engenho - 1778-1834
(para os quais temos informação)

Origem	(Nº)	(%)
Portugal	9	40,9
Capitania de Mato Grosso	6	27,2
Capitania de Goiás	4	18,1
Capitania de São Paulo	2	9,0
Capitania do Rio de Janeiro	1	4,5
Total	22	100

Fonte: Inventários post-mortem e processo no Juizado dos Órfãos.

Mesmo não sendo uma amostra grande, podemos observar que 72,7 % dos senhores de engenho eram oriundos de outras localidades. Em relação aos proprietários nascidos na América Portuguesa, 31,5 % eram vindos de outra capitania, em sua maioria da capitania de Goiás. Os nascidos na capitania de Mato Grosso somaram 27,2% dos senhores de engenho, considerando que o período dos inventários constituía a primeira e a segunda geração natural desta capitania. Contudo, a maioria dos senhores de engenho do termo do Cuiabá eram de homens vindos do reino.

Na tabela abaixo relacionamos a naturalidade dos portugueses donos de engenho no termo do Cuiabá.

Tabela 20 – Naturalidade dos portugueses donos de engenho no termo do Cuiabá-1778-1834 (para os quais temos informação)

Província de Portugal	N º	(%)
Minho	7	77,7
Trás-os-Montes	1	11,1
Algarve	1	11,1
Total	9	100

Fonte: Inventários post-mortem e processo no Juizado dos Órfãos.

Dos portugueses que vieram para a capitania de Mato Grosso, a maioria pertencia à Província[453] de Minho, no Norte de Portugal. Carlos Rosa, ao pesquisar a primeira metade do século XVIII, já havia observado que 64 dos homens portugueses na Vila Real eram oriundos do Norte e Noroeste de Portugal[454]. A explicação para um número maior de imigrantes vindos do Minho podem ser o grande aumento da densidade demográfica e a forma de economia naquela região portuguesa, que era explorada por pequenos lavradores, porém de famílias numerosas. Tudo indica que os emigrantes eram filhos de artesãos e, sobretudo, de lavradores remediados que não queriam dividir a terra escassa entre os vários descendentes, expulsando os excedentários. O que gerou a emigração de remediados, a maioria alfabetizados (era com esse capital escolar e contato de um parente ou padrinho que as famílias os adotavam)[455] vindos para várias partes do reino.

Carla Maria Carvalho de Almeida, ao estudar os homens ricos da capitania de Minas Gerais, identificou que a maioria deles era portuguesa. Dos 95 homens identificados, 77,9% eram da região Norte de Portugal. Para analisar esses números, a autora buscou explicações em Júnia Furtado, que ao estudar os homens de negócio portugueses que atuavam na capitania das Minas Gerais identificou que 77,4 eram do Norte de Portugal. Segundo Júnia Furtado, muito comum no Norte de Portugal que a população masculina, adulta e solteira, imigrasse para outras regiões em busca de melhorias de condições de vida para si e sua família. Nesse sentido, vieram dessa região grandes grupos de homens em busca da oportunidade do ouro no século XVIII para Minas Gerais[456]. Partindo desse raciocínio podemos concluir que essa justificativa pode ser aplicada à capitania de Mato Grosso. Estes homens podem ter vindo em busca do ouro,

[453] A divisão obedeceu ao mapa das divisões provinciais. Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Os conselhos Municipais*, p. 274.
[454] ROSA, C. A., *O urbano colonial*, p. 24.
[455] RAMOS, R.; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. G., *História de Portugal*, p. 381-384.
[456] ALMEIDA, C. M. C., *Ricos e Pobres em Minas Gerais - Produção e hierarquização social no mundo colonial*, p. 177.

porém passaram a investir em outras atividades econômicas, neste caso na agricultura, e se tornaram senhores de engenho.

4.1.2 Estado civil

Em relação ao estado civil dos senhores de engenho, constatamos que 77% destes eram casados e constituíram oficialmente famílias, conforme a tabela 19. Este é um dado importante ao considerar que os casamentos possibilitavam ampliar as redes de relacionamento, fazer alianças, alcançar e garantir status.[457]

Tabela 21 - Estado civil dos senhores de engenho do termo do Cuiabá - 1778-1834

Estado Civil	Nº	(%)
Casados	31	81,1 %
Solteiros	06	18,9%
Total	37	100%

Fonte: Inventário post-mortem e processo no Juizado dos Órfãos.

Os enlaces matrimoniais eram importantes para estreitar relações de amizade, de parentesco e também os econômicos, portanto os casamentos atendiam aos interesses familiares. Esses homens sabiam da importância de pertencer a uma família e as possibilidades de inserção econômica e política dentro da sociedade colonial. Numa sociedade escravista, os casamentos eram realizados a partir do pressuposto da igualdade social dos nubentes.[458]

O dono de engenho em Serra Acima Antônio da Silva Albuquerque é um bom exemplo da inserção política por meio do casamento. Ele era filho de Antônio da Silva Pereira, advogado provisionado, e atuava nos auditórios da Vila do Cuiabá desde 1764[459]. Foi o vereador mais velho em 1780 e também respondeu pelo cargo de juiz de fora por ordenação[460]. Portanto, seu pai tinha uma inserção política no termo do Cuiabá. Ele, Antônio da Silva Albuquerque, ao casar, fortaleceu o prestígio que sua família já possuía no termo do Cuiabá.

---

[457] SILVA, M. B. N., *História da família no Brasil colonial*.
[458] BRUGGER, S. M. J., *Minas patriarcal*: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX), p. 224.
[459] PROVISÃO expedida pelo governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura para Antonio da Silva Pereira exercer a função de advogado nos Auditórios da Vila do Cuiabá. 1764, julho, 30 FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO BR MTAPMT.SG. PR. 0219 CAIXA Nº 005.
[460]CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá por ordenação, Antônio da Silva Pereira ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1780, janeiro, 28. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0494 CAIXA Nº 010. *Anais do Senado da Câmara de Cuyabá*: 1719-1830, p. 118-121.

A sua esposa, Maria Francisca de Moraes, era filha de José Ribeiro Mendes, português, natural da Villa de Guimarães, com D. Escolástica Josefa de Moraes[461], filha do sargento-mor Antônio de Moraes Navarro e D. Maria Cordeiro de Oliveira[462]. Ela pertencia a uma família de principais da terra. Seu avô, Antônio Moraes de Navarro, foi vereador em 175[463], e dono de engenho[464], vinha de uma família paulista que estava na capitania desde 1734. Portanto, o casamento desse senhor fortalecia laços familiares entre um grupo de homens e ampliava o campo de participação na administração e nas atividades ligadas ao engenho.

Contudo, nem sempre os casamentos aconteciam dentro dos padrões estabelecidos, no cotidiano as práticas eram outras. Entre senhores de engenho casados encontramos o casamento entre pessoas com qualidade de cor diferentes. Este foi o caso de Dona Ana Francisca de Souza, parda, natural da Vila do Cuiabá, filha natural de Francisco Henriques de Carvalho e Josefa de Almeida, preta forra. Ela foi casada duas vezes. A primeira com o tenente e dono de engenho Antônio de Gouveia Serra, falecido em 1787, com o qual teve quatro filhos. Além dos filhos do casamento, também deixou uma filha parda, Feliciana Gouveia, que casou com Joaquim Ignácio da Cunha, também pardo forro. Com a morte do marido, D. Ana passou a administrar os bens do casal.[465]

D. Ana Francisca casou a segunda vez com o alferes Manoel de Moura, português, comerciante, que após o casamento tornou-se também dono de engenho por ser casado em face da igreja[466]. O que chamou atenção nesse caso foi no decorrer do inventário do primeiro marido a informação da sua qualidade de cor não aparecer, no testamento de seus maridos também não. A primeira vez que aparece a sua cor foi em uma procuração feita por D. Ana Francisca, em que nomeava procuradores para cuidar dos bens da herança. Na procuração constava que ela era moradora da Vila do Cuiabá, parda forra.[467]

Os indícios apontam que o pai de D. Ana Francisca possuía cabedal, pois, no inventário de seu primeiro marido, Ana Francisca informava que pagou parte das despesas dos sítios com

[461] Conforme Inventário post-mortem Antônio da Silva Albuquerque, 1812 – cx. 16, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT– APMT.
[462] MESQUITA, J., *Genealogia Mato-grossense*.
[463] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 432.
[464] Testamento de Antônio de Moraes Navarro (cópia anotada e oferecida por José de Mesquita), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, p. 49-66; ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 67.
[465] Inventário post-mortem Antonio Gouveia Serra, 1785 – cx. 06, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[466] Inventário post-mortem Manoel de Moura, 1801 – cx. 06, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[467] SENTENÇA civil de medição e demarcação de sesmaria de terras lavradias, dada e passada a fazer o requerimento da sesmaria demarcante dona Ana Francisca de Sousa. 1796, novembro, 21. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SES. SE. 0385 CAIXA Nº 005.

a herança que recebeu de seu pai[468]. De acordo com Júnia Furtado, a falta de consortes "aptos" fez com que as uniões consensuais entre indivíduos de condições distintas se tornassem comuns e generalizantes entre homens brancos e mulheres de cor[469]. No caso em questão, essa condição de qualidade de cor parece não ter sido o empecilho para os dois casamentos de D. Ana Francisca de Souza, que foi responsável pela herança dos seus falecidos maridos.

Quanto aos que se declaram solteiros, não significa que estes não construíram uma família ou tiveram filhos. Dos seis senhores de engenho que afirmaram ser solteiros, cinco tiveram filhos "naturais", frutos de relações com escravas, índias e brancas. Vejamos alguns casos.

Apolinário Martins Gago informou em testamento que possuía dois filhos naturais: "Estevão da Costa, filho de Maria da Costa, bastarda da missão de Santa Ana da Chapada[470], e Luciana, parda, filha da parda Gertrudes, e ambas viviam em sua casa"[471]. Ao considerarmos que a missão de Santa Ana era um aldeamento indígena, poderia ser Estevão filho de uma índia aldeada.

No ano de 1803, José Pereira Nunes, em seu testamento, deixou para Manoel Pereira, filho da Joana Bororo, o valor de 1.500 oitavas de ouro[472]. Seria afilhado ou filho do falecido? Era muito comum para essa sociedade que muitos filhos ilegítimos fossem criados e batizados pelo pai, que assim garantia o cuidado desses filhos, sem assumir socialmente a condição de filho, podendo depois deixar o seu legado aos afilhados.

De acordo com Jovam Vilela, nos mapas de população, ao caracterizar a condição social dos moradores, o termo mestiço aparecia junto com a apresentação da população indígena e a palavra pardo ao lado da população negra escrava e livre. Enquanto a denominação "bastardo", de acordo com as observações de Rolim de Moura, seria entendida como filho de branco com o índio[473]. A partir dessa premissa, os filhos de Apolinário de Oliveira Gago seriam de duas "mestiças".

Segundo Sheila de Castro Faria, a condição/cor como preto, crioulo, pardo, pardo livre, pardos forros nos registros batismais dizia respeito aos pais e nunca à criança, além da tendência da cor/condição desaparecer a partir da terceira geração. Caso o casamento fosse realizado com branco, a tendência era o desaparecimento da cor, porém, se o casamento fosse

[468] Inventário post-mortem Antônio Gouveia Serra, 1785 – cx. 06, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[469] FURTADO, *Chica da Silva e o contratador de diamantes - o outro lado do mito*, p. 23.
[470] A missão de Santana do Sacramento da Chapada foi criada em 1751 e perdurou até o ano de 1769.
[471] Inventário post-mortem Apolinário Martins Gago, 1816 – cx. 01, Fundo: Cartório 2º Ofício – APMT.
[472] Inventário post-mortem José Pereira Nunes, 1802 – cx. 08, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[473] VILELA, J., *Mistura de Cores.* A política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII, p. 147.

realizado entre filhos de pardos, forros, a condição voltava a ser mencionada[474]. Como na alerta Roberto Guedes, não podemos esquecer que as qualidades de cor expressam hierarquias em uma sociedade do Antigo Regime escravista, que passa por uma complexa relação entre miscigenação e condição social.[475]

No inventário de Gabriel da Fonseca Souza, homem branco, natural da província de São Paulo, há uma declaração de filiação: assume ter tido filhos com D. Maria Cordeira da Silva, viúva do tenente Floriano de Souza Neves[476]. Assim, estar na condição de solteiro não significa que, necessariamente, não constituiu família "porta adentro", como se utilizava na expressão da época, ou que tivesse filhos, os quais, no momento da morte, se tornassem seus herdeiros legítimos. Ter filhos ilegítimos não era prerrogativa dos solteiros, muitos casados também informaram ter filhos pardos fora do casamento.

Entre os solteiros que tiveram filhos, temos o caso do padre Antônio Tavares Corre de Sá. Após a sua morte foi anexada ao seu inventário uma carta de legitimação de filiação de Mariana Joaquina Josefa de Jesus e Thereza Maria da Transfiguração, filha do cônego com dona Mariana de Assunção depois que ficou viúva do capitão Bento de Toledo Piza, que foram batizadas como expostas e depois foram recolhidas para serem criadas por suas irmãs. Na colônia o caso de desrespeito ao celibato era comum mesmo com as tentativas da Igreja de manter o respeito ao celibato[477]. No caso em questão, o envolvimento do padre Antônio Tavares foi com uma mulher branca, viúva, que fazia parte da elite local. O que justifica a forma como as crianças foram incorporadas a família como irmãs da mãe. Segundo Maria Beatriz Nizza, essas atitudes eram muito comuns com mulheres brancas que procuravam garantir a sua honra e fugir das pressões sociais.[478]

4.1.3 Membros de irmandades

Os testamentos permitem reconhecer as relações sociais estabelecidas por esses homens, em diferentes instâncias na sociedade, dentre elas a sua participação nas irmandades religiosas. As irmandades religiosas leigas ou confrarias das várias ordens religiosas eram associações formadas a partir de uma devoção religiosa[479]. A sua composição estava

[474] FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento*: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p. 137-139.
[475] GUEDES, R., *Egressos do cativeiro:* trabalho, família, aliança e mobilidade social, p. 97.
[476] Inventário post-mortem Gabriel da Fonseca Souza, 1834 – cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.
[477] FIGUEIREDO, L. R. A., *Barrocas Famílias*: Vida Familiar em Minas Gerais do Século XVIII, p. 106.
[478] SILVA, M. B. N., *História da família no Brasil colonial*, p. 208.
[479] BOXER, C., *O Império Marítimo Português*, p. 285.

relacionada com as origens sociais dos irmãos[480]. A fronteira religiosa preestabelecida para diferir e separar as irmandades de brancos e negros ocorria apenas quando estas não precisavam figurar unidas em torno de uma questão religiosa e/ou política.[481]

Ao pesquisar sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Cristiane Santos Silva identificou a presença de 10 irmandades formadas no século XVIII e cinco no século XIX na capitania de Mato Grosso. As mais antigas estavam estabelecidas na Vila do Cuiabá, sendo elas: Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Glorioso Arcanjo São Miguel e Almas, a do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos[482]. A participação nas irmandades religiosas era uma forma de estabelecer redes de sociabilidades a partir dos espaços de devoção.[483]

A partir dos testamentos montamos a tabela 22 sobre a participação dos senhores de engenho nas irmandades do termo do Cuiabá:

Tabela 22 – Participação dos senhores de engenho nas irmandades - 1778-1834 (para os quais temos informação)

Irmandades	(Nº)	(%)
Irmandade do Santíssimo Sacramento	5	29,4
Irmandade do Glorioso Arcanjo São Miguel e Almas	2	11,7
Irmandade do S. Sacramento; Irmandade do Glorioso Arcanjo São Miguel	5	29,4
Irmandade do S. Sacramento e Irmandade do Rosário	1	5,8
Irmandade do Glorioso Arcanjo São Miguel; Irmandade Rosário e São Benedito	3	17,3
Irmandade do S. Sacramento; Irmandade do Glorioso Arcanjo São Miguel; Irmandade do Rosário	1	5,8
Total	17	100

Fonte: Inventários post-mortem e processo do Juizado dos Órfãos – APM.

De acordo com os testamentos, a maioria destes homens eram membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, seguida da Irmandade das Almas. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, assim como em Portugal, era uma das reconhecidamente destinadas aos membros

[480] BOSCHI, C. C., Irmandade Religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C., *História das Minas Gerais*: as minas setecentistas, p. 63.
[481] SILVA, C. S., Irmãos *de fé, irmãos no poder:* a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819), p. 53.
[482] Idem, p. 53.
[483] Ao estudar as festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII, Gilian Evaristo França Silva analisou a importância das irmandades na celebração das festas e as relações de poder que estavam presentes nesses espaços. Ver: SILVA, G. E. F., *Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII.*

da elite[484]. Na América Portuguesa essa irmandade era responsável pela organização do corpo de Deus, a maior procissão celebrada durante o ano, e também pela construção de igrejas matrizes. Ela reunia membros da elite local que possuíam poder político e econômico[485]. Na Vila do Cuiabá as irmandades do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Glorioso Arcanjo São Miguel e Almas, e do Santíssimo Sacramento eram representativas da classe dominante, compostas por membros da elite cuiabana (homens brancos, livres, abastados)[486]. Portanto, esses senhores de engenho, ora estudados, pertenciam a esse grupo privilegiado no termo do Cuiabá.

Ao analisar o quadro 23 podemos observar que 58,8% dos senhores de engenho para os quais temos informação participavam de mais de uma irmandade, o que possibilitava estabelecer uma ampla rede de sociabilidade. Segundo Monalisa Pavone de Oliveira, a irmandade não tinha somente a intenção de reunir pessoas que partilhassem da mesma fé, mas também de agregar indivíduos com condições financeiras e sociais, em tese, semelhantes, porém o livre trânsito entre as irmandades era privilégio de alguns.[487]

Embora não se possa negar que a fé fosse o motivo que impulsionava a criação dessas associações, havia a demarcação das hierarquias sociais. Na hora da morte também lhes conferiam prestígio, pois eram enterrados nas tumbas das irmandades. Em geral, o pedido era para ser enterrado com o hábito de São Francisco, Nossa Senhora do Carmo, São Miguel e Nossa Senhora da Conceição. Fabio Kühn, ao estudar a composição das elites na capitania do Rio Grande do Sul, concluiu que os membros mais destacados da elite colonial pediam para serem sepultados com hábito de São Francisco, prova contundente da sua distinção social e abastança.[488]

Por outro lado, as irmandades também eram importantes no fomento da economia colonial, pois as doações que os irmãos de mesa deixavam em testamentos, os valores pagos para os cultos fúnebres transformavam-se em crédito no mercado. No entendimento de João Fragoso, é preciso entender o papel das irmandades não apenas enquanto espaços de

---

[484] Ver: BOSCHI, C., *Os Leigos e o Poder* - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais; OLIVEIRA, M. P., *Irmandade do Santíssimo Sacramento*: funções e funcionamento (Ouro Preto, Século XVIII). OPSIS, Catalão, p. 382-403; WELBER, C. A. S., *As elites de Santo Antônio* - poder, representações e sociabilidade – o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822).

[485] OLIVEIRA, M. P., *Irmandade do Santíssimo Sacramento*: funções e funcionamento (Ouro Preto, Século XVIII). OPSIS, Catalão, p. 382-403; WELBER, C. A. S., *As elites de Santo Antônio* - poder, representações e sociabilidade – o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822).

[486] SYMANSKI, L. C. P.; JESUS, N. M.; LACERDA, B., Irmandades. In: JESUS, N. M. (Org.). *Dicionário de História de Mato Grosso* (Período Colonial), p. 181.

[487] OLIVEIRA, M. P., *Irmandade do Santíssimo Sacramento*: funções e funcionamento (Ouro Preto, Século XVIII). OPSIS, Catalão, p. 382-403.

[488] KÜNH, F., *Gente da Fronteira:* Famílias, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII, p. 391.

sociabilidade, mas também como resultado de uma lógica gestada dentro do Antigo Regime, no qual os valores deixados pelos mortos movimentavam a vida dos vivos a partir de redes de créditos estabelecidas com essas doações. O autor identificou para a cidade do Rio de Janeiro que os valores destinados pelos mortos a esmolas, missas e as irmandades correspondiam a 29% do valor de todos os negócios escriturados nos cartórios da cidade[489]. As doações fortaleciam e enriqueciam as irmandades e consequentemente o grupo de homens que estavam no seu comando, pois, além de ser uma distinção social, também representavam poder econômico.

Não temos para a capitania de Mato Grosso estudo que análise essas operações de crédito e o papel das irmandades no mercado local. Ao estudar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Cristiane Santos Silva apontou a preocupação desta irmandade em resguardar e administrar os bens recebidos em doação, pois entre eles estavam vários imóveis na Vila do Cuiabá. Além disso, essa irmandade obteve o direito de obter e explorar datas minerais[490].

Encontramos também doações feitas pelos senhores de engenho às irmandades e igrejas da Vila do Cuiabá. O capitão José Pereira Nunes era irmão da irmandade das Almas e São Benedito, deixou mil missas com a esmola de uma oitava cada missa rezada em intenção a todas as pessoas que ele tenha lesado, 200 mil réis para o comissário da Bula das Minas; uma propriedade para a Irmandade das Almas, uma casa para a Irmandade Nossa Senhora do Rosário junto ao açougue, 300 mil réis para Nossa Senhora de Bom Despacho para mandar fazer uma lâmpada de prata no Rio de Janeiro, 600 mil réis para os lugares Santos de Jerusalém, 200 mil réis para a Casa de Nazaré; 200 mil réis para a Casa de Belém e 200 mil réis para a Casa de Jerusalém.[491]

Já o tenente Paulo da Silva Coelho deixou esmolas praticamente para todas as igrejas da Vila do Cuiabá: Igreja da Boa Morte, Igreja Nossa Senhora do Despacho, Igreja Senhor dos Passos, Igreja de Nossa Senhora do Rosário. E de Chapada para Nossa Senhora das Dores e para Santa Ana de Chapada. Deixou esmola também para a Irmandade das Almas e do Santíssimo Sacramento[492]. Estas doações possivelmente foram revestidas na forma de crédito no mercado local.

---

[489] [489] FRAGOSO, J., Notas sobre as transformações do sistema econômico do Atlântico Luso no século XVIII. (Apresentação). In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Org.). *O Brasil Colonial*, p. 21-22.

[490] SILVA, C. S., *Irmãos de fé, irmãos no poder:* a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819), p. 130-131.

[491] Inventário post-mortem José Pereira Nunes,1802- cx. 08, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

[492] Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho,1812- cx. 09, Fundo: Cartório 5º Ofício – APMT.

4.1.4 Os oficiais das tropas

De modo geral, a organização da defesa na colônia estava dividida em Tropas de Linha (regulares), de Ordenança (irregulares) e de Auxiliares. As duas últimas não eram remuneradas.[493]

A organização militar na capitania de Mato Grosso não se distinguiu da forma de organização militar implantada na América Portuguesa. Ao realizar um levantamento preliminar das forças militares existentes na capitania, Nauk Maria de Jesus identificou para o termo de Cuiabá no período de 1751 a 1810 a existência de seis companhias de ordenança, oito companhias de milícias, uma companhia de Capitão do Mato e uma companhia Franca de Leais Cuiabanos (esta criada em 1808). A partir de 1812, ocorreram mudanças na estrutura militar e o termo de Cuiabá passou contar com um batalhão de infantaria (10 companhias, 1 brigada de artilharia, 1 companhia de bombeiros, 3 companhias de artilharia de pé, 1 companhia de artilharia montada e 2 esquadrões da cavalaria) e em 1816 foi criado um Corpo de Artilheiros e Marinheiros.[494]

Em relação às companhias de ordenança e de milícias, mesmo não tendo uma patente já era algo digno e honrado, bem como comprovaria serviços prestados à Coroa no momento de pedir mercê, especialmente se o cargo fosse de algum superior como capitão[495]. Ou seja, é preciso considerar o valor simbólico de ter uma patente, mesmo que honorífica, ela tinha um significado importante dentro do poder local. A escolha do capitão de ordenança era feita mediante a indicação na câmara que, a partir de uma lista tríplice, escolhia o nome de quem ocuparia o cargo[496]. Esses postos de oficiais de ordenança constituíram fonte de poder na esfera local[497], e também fora dela, pois:

> A ostentação da patente de oficial ordenação ou de auxiliares evocava legitimidade social, nunca é demais lembrar que a concessão de uma patente dependia da confirmação do rei, isso significava que seu portador tinha uma autoridade e um prestígio que ultrapassavam os limites da república e assim reconhecida como tal em outras repúblicas e outros municípios.[498]

---

[493] MELLO, C. F. P., *Forças militares no Brasil colonial,* p. 105. COTTA, F. A., *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa.*

[494] JESUS, N. M., *Por um História da organização Militar na capitania de Mato Grosso,* p. 318.

[495] FERRO, C. C., Homens de negócio e sua ascensão social na Bahia da segunda metade do século XVIII. In: TAVARES, C. C. T.; RIBAS, R. O. et al. (Org.). *Hierarquias, raça e mobilidade social*. Portugal, Brasil e o império colonial português nos séculos (XVI-XVIII), p. 233.

[496] Idem, p. 59.

[497] KÜNH, F., *Gente da Fronteira:* Famílias, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII, p. 199.

[498] FRAGOSO, J. L., O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio - Notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, M. R.; ALMEIDA, C. M. C., *Exercício de micro-história*, p. 167.

Por ser tão importante, a escolha para cargos como capitão de ordenanças gerava disputa entre pessoas ou grupos que procuravam manter o prestígio e garantir o poder. Ao estudar a escolha do capitão-mor para a capitania do Ceará, José Eudes Gomes demonstrou as tensões estabelecidas entre os oficiais da câmara e as fraudes que aconteciam durante a escolha do capitão-mor para poder favorecer pessoas que pertenciam ao mesmo grupo.[499]

Não temos muitos dados para o termo do Cuiabá, mas uma correspondência nos chamou atenção. No ano de 1812, o genro de Antônio da Silva Albuquerque (senhor de engenho em Serra Acima), Sancho João de Queiroz, comunicou ao governador João Oeynhausen o falecimento do seu sogro. Segundo ele, seu sogro ficou desolado por não ter obtido a mercê de capitão-mor, fato este que abreviou a sua morte, e aproveita para solicitar o cargo que foi pleiteado pelo sogro para ele.[500]

Não encontramos maiores informações sobre o caso e até onde sabemos Antônio da Silva Albuquerque tinha uma imensa ficha de serviços prestados ao rei. Ele foi ajudante de milícia, depois capitão da mesma companhia, por 26 anos exerceu as atividades necessárias "a suas custas", sem saldos para a Real Fazenda, recebeu a patente de sargento-mor das ordenanças. No ano de 1801, ajudou o mestre de campo José Paes Falcão Neves a organizar as expedições a serem enviadas para o Presídio de Coimbra para atuarem na ofensiva contra os espanhóis[501], ocupou interinamente o cargo de comandante da vila, na ausência de José Paes Falcão das Neves (ver item família Falcão).

Assim, como bem serviu as atividades militares, ele apresentou as suas atividades econômicas e informou ser dono de grande escravatura que utilizava na lavoura, tinha fábrica de aguardente e atuava na mineração. Informou que sempre atendeu à Real Fazenda, sendo um dos seus maiores fornecedores de mantimentos, seja nos tempos de guerra ou de paz. Além de que suas lavras eram de grande utilidade para a Real Fazenda no pagamento dos quintos. E por fim, assinalou que tinha na Vila do Cuiabá cargos honrosos da República, toda satisfação e eficiência e mãos limpas.[502]

Como podemos constatar, o sargento-mor Antônio da Silva Albuquerque tinha uma

[499] GOMES, J. E., *Fora da Lei e do estilo*: fraudes e parcialidades nas eleições para as Ordenanças na América Portuguesa (1698-1807), p. 119.
[500] CARTA de Sancho João de Queiroz ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Granvemburg]. 1812, setembro, 14. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SG. CA. 2923 CAIXA Nº 055.
[501] Idem.
[502] Lançamento de uma justificação do sargento-mor Antônio da Silva Albuquerque com vários documentos adjuntos. Folha 238 v. Livro de Escrituras e Notas-1809-APMT. Fundo: Poder Judiciário - 1º Oficio (Remessa Antiga).

imensa ficha de serviços prestados, e isso lhe permitia acumular cabedal para receber a mercê do posto de capitão-mor de ordenança, o que não ocorreu.

O seu pedido foi feito a partir de uma prerrogativa muito comum no império português, a concessão de mercês. Era usual o rei recompensar quem "as suas custas" ajudasse a defender o império.

> Embora coubesse à monarca prerrogativa da premiação ou da concessão da graça, na prática era quase um direito dos agraciados receberem mercês por suas ações. O direito de ser contemplado pelos serviços prestados era tão premente que permitia, inclusive, que o agraciado transferisse a mercê alcançada, chegando por vezes a se constituir um "mercado de privilégios".[503]

Dentro desta, ótica é possível compreender o discurso de Sancho de Queiroz em relação ao seu sogro, pois com tantos serviços prestados esperava ser agraciado com a mercê, e também o seu pedido para ocupar o cargo de sargento-mor que pertencia ao seu sogro. Era comum os serviços prestados ao rei serem utilizados pelos descendentes para solicitar algum tipo de mercê. O seu pedido era uma forma de garantir a permanência do cargo na família e consequentemente de manutenção do poder de mando que o cargo conferia. Apesar de não localizarmos o desfecho para o caso, ele serve para apontar as disputas que provavelmente ocorreram no termo para ocupar os postos de ordenança.

Quanto ao posto de mestre de campo, era um dos mais importantes dentro da hierarquia militar. Este cargo ficou dentro de uma mesma família por 37 anos, primeiro pertenceu a Antônio José Pinto de Figueiredo, após a sua morte o seu genro José Paes Falcão da Neves recebeu o posto que ocupou por 11 anos.[504]

Para o termo do Cuiabá, dos 37 senhores de engenho estudados, 62% obtiveram patentes militares, distribuídos de acordo com a tabela 23.

Tabela 23 - Patentes militares - 1778-1834
(para os quais temos informação)

Patentes Militares	Nº	(%)
Alferes	2	8,6
Alferes da Companhia de Cavalos	1	4,3

[503] ALMEIDA, C. M. C., *Uma nobreza da terra como projeto imperial*: Maximiniano de Oliveira Leite e seus aparentados, p. 144.
[504] NOMEAÇÃO de José Paes Falcão das Neves para o posto de mestre de campo da Vila do Cuiabá, passada pelo [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres] 1795, maio, 30. VILA BELA.BR MTAPMT.SG. NO. 1490 CAIXA Nº 030. O seu falecimento foi em 1806. Portanto 11 anos.

Brigadeiro	1	4,3
Capitão	4	17,3
Capitão de Milícias	1	4,3
Capitão de Ordenanças	7	30,4
Mestre de Campo da Vila do Cuiabá	1	4,3
Sargento-mor de Ordenança	1	4,3
Tenente	3	13,0
Tenente-coronel da Legião	1	4,3
Tenente da Companhia de Legião da Vila do Cuiabá	1	4,3
Total	23	100

Fonte: Inventários post-mortem - Documentos Avulsos – APMT.

A partir da análise da tabela 23, considerando-se o número de capitães-mores e sargentos-mores de ordenança, 34,7% dos senhores de engenho tinham patentes e posto desta tropa. As ordenanças eram um espaço de poder com prerrogativas que possibilitavam a intervenção direta na sociedade. A primeira possibilidade de mando advinha da função reguladora das ordenanças, responsável pelo recrutamento em companhias de todos os homens de idade militar[505], o que demonstra que estes homens detinham o poder de mando local.

Para o Rio Grande de São Pedro, diante dos conflitos ocorridos na fronteira, as ordenanças desempenharam um papel importante, dado que a constante mobilização das tropas de primeira linha e das milícias obrigava os paisanos a estarem sempre de prontidão. Por não ser tropa paga, os homens que ocupavam o cargo de comando tinham a atribuição de sustentar a tropa[506]. No caso da capitania de Mato Grosso, acreditamos que essas tropas também desempenharam esse papel devido à necessidade de cuidar da fronteira.

Em relação às tropas auxiliares, 17% dos senhores de engenho ocupavam posto em algum terço. As demais patentes atribuídas aos senhores de engenho, que representaram 44,8%, independentemente de sabermos a qual tropa pertenciam, é um indicativo da importância de se ter um posto militar. Para Boxer, a busca pelas altas patentes era muito mais pelo título e pela honra do que pela execução dos deveres que implicavam. E obter títulos era uma forma de ascensão social e reconhecimento dentro da sociedade no Antigo Regime.[507]

[505] COMASSOLI, A.; GIL, T. L., Camaristas no extremo da conquista, Rio Grande de São Pedro,1770-1810. In: FRAGOSO, J. L.; SAMPAIO, A. C. J. (Org.), *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso:* séculos XVI-XVIII, p. 247.
[506] Idem, p. 248.
[507] BOXER, C., *O Império Marítimo Português*, p. 296.

4.1.5 Os oficiais da administração

A participação em cargos na administração era importante por algumas questões, entre elas, conferia privilégios, benefícios econômicos, garantia acesso a informações, estavam mais próximos do governador e consequentemente do rei.

No caso da câmara, competia "normatizar o espaço urbano, o fornecimento de gêneros alimentícios a moradores, o exercício dos ofícios mecânicos, a saúde e a concessão de sesmarias, na vila e seu termo"[508]. As câmaras "reuniam em si os poderes legislativo, judiciário e executivo"[509], responsáveis por regulamentar os vários segmentos da sociedade colonial no âmbito local. A atuação e a importância das câmaras municipais na administração portuguesa têm sido objeto de estudo na historiografia colonial.[510]

Sobre a atuação das câmaras na capitania de Mato Grosso, destacamos a tese de Nauk Maria de Jesus, que realizou uma ampla análise da importância das ações destas instituições enquanto poder local, bem como as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas a partir da formação de grupos políticos que passaram a disputar o domínio do poder local na capitania[511]. A participação nas câmaras era símbolo de status e poder e o posto de oficial da câmara cabia aos homens bons da capitania. Na câmara da Vila Real, Nauk Maria de Jesus constatou que entre os oficiais camarários existiam 12 proprietários de terra.[512]

No caso dos senhores de engenho, a inserção na câmara, por exemplo, lhes garantiria as possibilidades de formar redes de abastecimento, negociar preço dos produtos vindos dos engenhos. Como podemos constatar na tabela 24, encontramos informação de oito senhores de engenho que foram vereadores na câmara da Vila do Cuiabá. Identificamos também outros cargos, além da câmara, conforme a tabela abaixo.

Tabela 24 - Cargos administrativos e religiosos -1778-1834
(para os quais temos informação)

Atividades administrativas, políticas e religiosas	Nº	(%)
Vereadores	08	80%

[508] ROSA, C. A., Mínima História dos Anais. In: ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 23.
[509] ROSA, C. A., JESUS, N. M. (Org.), *A terra da conquista - História de Mato Grosso colonial*, p. 17.
[510] Ver: BICALHO, M. F. B., As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVIII), p. 189-221; BOXER, C., *Idade do Ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial.
[511] [511] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778).
[512] Para compreender a rivalidade entre as câmaras na capitania de Mato Grosso, ver: JESUS, N. M., *O Governo local na fronteira Oeste:* a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, p. 39-40.

Padres/Professor de Latim	01	20%
Guarda-mor	01	20%
Total	10	100

Fonte: Inventários post-mortem - Documentos Avulsos – APMT.

Quanto ao cargo de guarda-mor, apesar de ser apenas um, não podemos deixar de considerá-lo, pois, além do prestígio social, traduzia-se ao ocupante do cargo em benefícios econômicos, pois era responsável por distribuir datas minerais, o poder de fazer justiça entre mineradores e escravos, controlar o descaminho de ouro.[513]

A participação em irmandades, a obtenção de patentes militares, a ocupação de cargo na câmara conferiam distinção e prestígio aos senhores de engenho.

4.2 A composição das fortunas

Para conhecer a composição da riqueza dos senhores de engenho do termo do Cuiabá tomamos como referência os 34 inventários e um processo do Juizado dos Órfãos de senhores de engenho que encontramos, referentes ao período de 1778-1836. Sabendo das diferenças nas conjunturas sociais, políticas e econômicas durante esse período, iremos tomar a documentação no seu conjunto, pois nos interessa demonstrar que esses donos de engenho no termo do Cuiabá fizeram fortunas a partir do investimento na agricultura comercial. Ao analisar os inventários constatamos que parte dos senhores de engenho diversificava suas atividades econômicas.

Para melhor compreender a composição e a origem das fortunas dos senhores de engenho, classificamos esse grupo a partir da diversificação das atividades econômicas apresentadas na documentação. O grupo A é composto por seis donos de engenho que conjugavam atividades agrícolas e de mineração. O grupo B é formado por seis senhores de engenho envolvidos em atividades comerciais. O grupo C, por seis senhores se engenho que possuíam atividades agrocriatórias e, por fim, o grupo D, constituído por senhores de engenho que se dedicavam apenas às atividades do engenho.

Por fim, uma última observação no que diz respeito à organização dos dados da tabela 25. Ainda que seja uma amostra reduzida, nos possibilita compreender como foi composta a fortuna dos senhores de engenho. Para compor as fortunas, estas entendidas como um conjunto

[513]ALMEIDA, C. M. C., Uma nobreza da terra como projeto imperial. In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; JUCÁ, A. C. (Org.), C*onquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.

de bens econômicos acumulados por um indivíduo durante sua vida, organizamos 12 itens, de acordo com os bens descritos nos inventários[514]. Os componentes de cada item são:

- Bens de raiz rurais: terras (sítios, fazendas, chácaras) e as benfeitorias, como: casas, pomar, engenho de moer cana, senzalas, monjolos.
- Escravos: constam todos os escravos, independentemente da idade e sexo, também não fizemos a distinção entre escravos africanos, crioulos ou cabras.[515]
- Bens de raiz urbanos: casa de morada, quintal, casa de comércio e chãos aforados localizados na Vila do Cuiabá, no arraial do Médico e Julgado de São Pedro del Rei.
- Mineração: datas minerais e serviço de minerar (datas minerais, provisões de água com tanque e regos).
- Mantimentos: farinha, milho, aguardente, açúcar, milho em planta, canavial, mamona, arroz e feijão.
- Gado vacum: boi, vaca, novilhos e bezerros de criação e bois de carro.
- Gado cavalar e muar (G): cavalos, éguas, potros, bestas e burros.
- Outros animais: porcos, perus, cabras e carneiros.
- Metais preciosos: joias, objetos de ouro, objetos de prata, ouro em pó.
- Bens domésticos: utensílios domésticos e roupas (pessoais e da casa).
- Ferramentas: enxadas, machados, foices, almocafres, podões e outros.
- Atividades comerciais: valores associados a atividades comerciais.

Optamos por trabalhar com o mote-mor líquido, portanto não estão incluídas as dívidas ativas e passivas. Sabemos que o crédito é um elemento importante para compreender a composição das fortunas e pode oferecer pistas sobre a formação do mundo do crédito, mas esta é uma seara na qual não iremos adentrar nesse momento.[516]

A tabela 25 apresenta em porcentagem o que cada item representou na fortuna dos grupos acima descritos.

[514]Tomou-se por parâmetro para sua construção os trabalhos de FRAGOSO, J. L., *Homens de grossa ventura:* acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro, 1790-1830; OSÓRIO, H., *O império português no sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes; ALMEIDA, C. M. C., *Ricos e Pobres em Minas Gerais - Produção e hierarquização social no mundo colonial*; BORREGO, M. A.; MENEZES, *A teia Mercantil*: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765).

[515] Estas foram as denominações encontradas nos inventários.

[516] Mas há uma vasta bibliografia em que os historiadores da história econômica têm se debruçado sobre esse tema, como SAMPAIO, A. C. J., *Na encruzilhada do império*: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750); MATHIAS, C. L. K., *As múltiplas faces da Escravidão*: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade minera setecentista. c.1771-c.1756.

Tabela 25 - Percentual médio (%) dos itens que compunham a fortuna dos senhores de engenho 1778-1834

Componentes	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
Bens de raiz - rural	15,53	15,43	12,61	15,78
Escravos	52,29	26,75	26,27	48,75
Bens de raiz - urbanos	6,34	4,97	1,03	8,96
Mineração	3,87	-	0,20	-
Mantimentos	2,59	1,85	1,40	2,24
Gado vacum	0,80	11,83	24,66	2,26
Gado cavalar	2,30	4,78	8,60	3,67
Outros animais	0,07	0,42	0,10	0,06
Metais preciosos	3,19	2,59	2,89	1,10
Bens domésticos	1,96	2,38	1,70	3,66
Ferramentas	4,65	1,90	1,94	5,91
Atividades comerciais	-	12,23	8,07	-

Fonte: Inventários do 5º Ofício – Juizado dos Órfãos.

Levando-se em consideração os dados da tabela 25, a primeira questão a ser pontuada diz respeito à posse de escravos, que compõem a maior porcentagem do monte-mor, variando entre 26,27 % e 52,29%, o que é compreensível, pois a sociedade colonial estava assentada na exploração da mão de obra escrava.

Helen Osório, ao estudar a capitania do Rio Grande no período de 1765-1825, constatou que os escravos representavam de 11,3% a 30,5% do montante total do monte-mor[517]. Para a capitania de Minas Gerais, Carla Almeida observou que os escravos tiveram um peso significativo nas fortunas. Para compreender a estrutura das faixas de fortunas para Minas Gerais, realizou um levantamento nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes nos anos de 1750-1822, dividindo em dois períodos: o primeiro, de 1750 a 1779; o segundo, de 1780 a 1822.

Para efeito de comparação, iremos considerar os dados encontrados para o segundo período, por estar mais próximo do levantamento realizado neste trabalho. Para a comarca de Vila Rica, os escravos representavam 27,38%, já para a comarca do Rio das Mortes, 31,95% das faixas de fortunas[518]. Mesmo diante das diferenças entre as capitanias e do nosso universo estar restrito aos senhores de engenho do Termo do Cuiabá, os escravos representavam também um peso maior na constituição dos montes-mores dos senhores de engenho.

No caso do grupo A, que apresentou o maior percentual de escravos, 52,9% da

[517] OSÓRIO, H., *O império português no sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes, p. 290.
[518] ALMEIDA, C. M. C., *Ricos e Pobres em Minas Gerais - Produção e hierarquização social no mundo colonial*, p. 129.

composição da fortuna, acreditamos que isto se justifica em função das duas frentes de trabalho onde a mão de obra escrava era necessária: o engenho e a mineração. Infelizmente nos inventários não apresentam uma divisão entre escravos de mineração e de lavouras, assim, não é possível saber a quantidade de escravos utilizados nessas atividades ou se havia um valor diferenciado entre os escravos que atuavam nessas atividades. Em alguns inventários foi possível observar que havia escravos que dominavam um ofício, como de ferreiro, carpinteiro, seleiro e oleiro. Por outro lado, o lucro vindo tanto da mineração quanto do engenho lhes oferecia possibilidades de capital para adquirir escravos.

No caso de Antônio da Silva Albuquerque, senhor de engenho e dono de 86 datas de mineração sendo 30 datas no Coxipó 56 no arraial do Médico[519], de acordo com o seu inventário ele ocupava 52,0% dos seus escravos na mineração. Poderíamos apressadamente afirmar que seu interesse era maior na mineração, porém, como podemos verificar no capítulo II, ele era um dos produtores que mais entregavam farinha de milho no Armazém Real. Ao considerar que seu engenho e as datas minerais estavam situados em localidade diferentes, os outros 48,8% estavam no engenho. Situação diferente era a de Manoel Francisco Rondon, cujas datas minerais estavam próximas do engenho e os escravos deveriam ser utilizados de acordo com a necessidade da ocasião.[520]

No grupo D encontramos o segundo maior percentual de escravos, 48,75%. Neste sentido podemos concluir que as atividades de produção e comercialização dos engenhos eram lucrativas e permitiam o investimento na compra de escravos. Quanto aos grupos B e C, a soma do percentual de escravos dos dois chega a 53,0%, ou seja, apesar de os escravos representarem a maior parcela da composição do seu patrimônio, os seus investimentos não eram tão grandes.

No caso do grupo C, é perfeitamente justificável, ao considerar que o seu engenho estava associado à criação de gado vacum e cavalar. De modo geral, não era necessário um número grande de pessoas para o manejo do gado, uma vez que a criação era extensiva. Acrescida a esta questão havia também a exploração de mão de obra indígena. Segundo Luiza Volpato, a mão de obra indígena foi muito utilizada na capitania na pecuária[521]. Para o Rio Grande do Sul, ao estudar a estâncias, Helen Osório identificou a presença de escravos não só no trabalho nas roças, mas também na lida com o gado, os chamados escravos campeiros. Dos inventários consultados por esta historiadora, os grandes estancieiros, os possuidores de mais de 1000

[519] Inventário Antônio.
[520] Juizado 38.
[521] VOLPATO, *A conquista da terra no universo da pobreza*: a formação da fronteira oeste do Brasil.1719-1819, p. 91.

cabeças de gado, tinham uma média de 22 cativos[522] em suas propriedades.

No caso do grupo A, apesar de a mineração representar 3,87%, um percentual pequeno em relação aos bens rurais, não significa minimizar a importância desta atividade na capitania de Mato Grosso durante todo o período colonial. Afinal, entendemos que os maiores investimentos desse grupo eram no engenho.

O segundo maior componente de fortuna foram os bens rurais para os grupos A, B e D, que tiveram uma porcentagem praticamente idêntica variável entre 15,78% e 15,43% do montante geral. Ao considerar esse percentual do grupo C, os bens rurais ficaram abaixo dos demais, sendo o maior valor concentrado na criação de gado vacum e cavalar.

Por outro lado, não se pode esquecer que o valor da terra se traduz muito mais do que as avaliações feitas em valor monetário nos inventários. É importante lembrar que a terra era uma forma não apenas de aumentar o seu cabedal material, mas também social e político. Desde o processo de ocupação e conquista do território, o controle sobre a terra contribuiu no processo de formação da elite colonial.

É importante analisar a composição de fortuna do grupo C, pois, como é possível verificar pela tabela 10, eles tinham atividades agrocriatórias, de mineração e também ligadas aos negócios, possuíam uma diversificação de atividades.

Apesar de as ferramentas representarem uma parcela pequena na composição das fortunas, eram um elemento importante, por permitir inferir sobre as práticas agrícolas utilizadas. As técnicas de cultivos eram muito simples, uma das práticas mais comuns era a agricultura de coivara, que consistia em derrubar área de mata, queimar árvores, para depois plantar, e não se mexia mais na plantação até a colheita.[523]

No último item, intitulado outras atividades, constam os rendimentos que dizem respeito às atividades comerciais e manufatureiras, que compunham os bens dos grupos B e C, e em valores representavam de 8,07% a 12,23%. Para o grupo B, a diferença do percentual deste item com os bens rurais na composição está muito próxima. O que a nosso ver demonstra que as duas atividades foram importantes para esse grupo. Como exemplo temos Joaquim José Ramos da Costa que, junto com o seu irmão José Joaquim Ramos da Costa, era dono de engenho, chácaras e, também, sócio no negócio de fazendas secas.[524]

Nos metais preciosos foram reunidos objetos de ouro e prata, que também não representavam parcelas significativas, juntamente com os bens domésticos (garfos, facas com

[522] OSÓRIO, H., *O império português no sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes, p. 152.
[523] GUIMARÃES, C. M.; REIS, F. M. M., *Agricultura e Mineração no século XVIII*, p. 333.
[524] Inventário Joaquim José Ramos da Costa - 1820 – cx. - Fundo 5º Ofício APMT.

cabo de prata), o que pressupõe uma vida simples, sem muitos luxos. Na maioria das casas havia a presença de poucos móveis, alguns oratórios e trastes de cozinha bem simples. [525]

Esses são os traços gerais observados na composição das fortunas dos senhores de engenho. Não nos arriscamos a estabelecer uma comparação entre os valores dos monte-mores aqui encontrados com os de outras capitanias, para a qual, para ser mais confiável, teria que se utilizar o padrão cambial idêntico, no caso, a libra esterlina. Conforme Carla Maria Almeida, no século XVIII não houve uma variação significativa do real, porém, no século XIX, houve uma profunda variação em seu valor, o que implicaria uso de uma tabela de flutuações cambiais do real para o século XIX[526], e a libra esterlina seria a moeda mais segura. Além disso, acreditamos que seria necessária amostra de inventário maior.

Por fim, apresentamos a tabela com os patrimônios líquidos dos quatro grupos por nós estudados, onde fica evidente que o grupo D, formado por senhores de engenho que viviam das atividades de engenho e agrícolas tinham os maiores patrimônios em relação aos demais grupos que possuíam uma diversificação de atividades.

Tabela 26 - Patrimônio líquido do conjunto dos 37 donos de engenho

Grupos	Patrimônios líquidos
Grupo A	86:549$321
Grupo B	53:021$927
Grupo C	74:695$459
Grupo D	120:691$268

Fonte: Inventários do 5º Ofício – Juizado dos Órfãos.

Por fim, a composição de fortunas espelha a origem dos monte-mores adquiridos pelos senhores de engenho do termo do Cuiabá, fica evidente dentro deste grupo o investimento em outras atividades, porém o peso maior foi dos bens rurais, o que nos permite afirmar que houve um grupo de senhores de engenho que vivia das atividades rurais.

Para ilustrar este cenário, tomemos como exemplo a família Falcão, que diversificou seu cabedal e parte de sua composição se originou das atividades do engenho. De origem paulista, esteve na fronteira oeste desde o descobrimento das Minas do Cuiabá. Assim, esta família faz parte do grupo que pode ser considerado dos "conquistadores" que sempre estiveram ligados às atividades militares e de conquista, mas nem por isso deixaram de se manter em

[525] Fundo: Inventários 5º Ofício – APMT.
[526] ALMEIDA, C. M. C., *Ricos e Pobres em Minas Gerais - Produção e hierarquização social no mundo colonial*, p. 142.

outras atividades econômicas, como de exploração de ouro e ligadas aos engenhos.

4.3 A família Falcão

A família Falcão chegou às minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII, por volta de 1720. Seu primeiro membro a participar do processo de ocupação das minas do Cuiabá foi Fernando Dias Falcão[527], que possuía uma extensa ficha de mais de 20 anos de serviços prestados à Coroa. Era natural da Parnahyba[528], mas foi em Sorocaba que traçou o seu caminho, exerceu postos de capitão e sargento-mor das ordenanças. Foi também juiz ordinário e dos órfãos.[529]

Como sertanista participou das descobertas de ouro em Minas Gerais. Por ordem de D. Brás Baltazar de Silveira, criou a Vila de Pitangui, em Minas Gerais, onde levantou pelourinho em 1715[530], foi juiz ordinário e dos órfãos e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes nesta mesma vila[531]. Portanto, já tinha uma longa experiência com a ocupação do território, assim como com a implantação da administração portuguesa, pois já havia ocupado alguns cargos na administração em outras capitanias, como São Paulo e Minas Gerais.

Com a descoberta de ouro nas minas do Cuiabá em 1719, Fernando Dias Paes veio para Cuiabá com 40 homens, entre eles artesãos e mineradores. Sua chegada intensificou a exploração do ouro no rio Coxipó, onde fundou o arraial da Forquilha. Em novembro de 1720 foi aclamado cabo maior regente das minas do Cuiabá e confirmado no posto pelo governador da capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, em 1723. Assim, coube a ele resolver todas as dúvidas, inclusive aquelas relacionadas ao pagamento dos quintos[532]. Este estava ligado por laços de parentesco com Pascoal Moreira Cabral Leme[533] (eram primos), o qual em 1719

[527] Em alguns autores encontramos a escrita como Fernão Dias Falcão.
[528] LEME, P. T. A. P., *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, p. 177-193.
[529] Idem.
[530]CARVALHO FRANCO, F. A., *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 149; JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 56.
[531] CARTA patente de capitão-mor de Fernando Dias Paes expedida por Rodrigo Cesar de Meneses In: *Documentos interessantes para a História de São Paulo,* p. 172-173.
[532] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 56-57.
[533] Pascoal Moreira Cabral Leme era natural da cidade de São Paulo e morador em Sorocaba. Entre 1684 e 1695, esteve nas margens do rio Miranda, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, incursionando nas terras hispano-jesuíticas, no serviço de apresamento de índios. Mais tarde, entre os anos de 1697 e 1699 empenhando-se na prospecção e mineração de ouro, se deslocou para as Minas do Curitiba e em 1718 deslocou com uma bandeira para apresamento de índio e registrou a descoberta de ouro em 1719, as primeiras minas do Cuiabá em 1719. JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 50.

havia sido proclamado guarda-mor[534] das minas do Cuiabá.

Em 1727/1728, o capitão Fernando Dias Paes Falcão foi nomeado o primeiro provedor da Fazenda Real[535]. Também tinha ligações de parentesco com outros três sertanistas que para Cuiabá se destacaram: os irmãos João e Lourenço Leme, e Antônio Pires de Campos. Este grupo procurou obter o poder no arraial (da Forquilha), por meio de alianças e rupturas familiares[536]. Nestes embates, Fernão conseguiu se manter no poder, criar parcialidades e se tornou um dos principais da terra[537], através de uma rede de alianças estabelecidas desde o início da ocupação das minas do Cuiabá e que se fortaleceu com a criação da Vila do Cuiabá, onde determinadas famílias passaram a deter o domínio tanto econômico quanto de cargos administrativos. Pelos serviços prestados, o hábito de cristo e mais uma tença de 50.000 réis por ano.[538]

Na documentação consultada, os seus descendentes, ao solicitarem algum tipo de mercê, utilizam as expressões de que pertenciam à família que era "uma das primeiras da terra", "vivendo de cavalaria e pajem"[539] e remontavam à origem "nobre" de seus ascendentes paulistas. Portanto, Fernão Dias Falcão constitui um grupo familiar a se estabelecer nas minas do Cuiabá, e seus filhos e netos passaram a ser uma das melhores famílias da terra, como veremos ao acompanhar a trajetória de membros de sua família.

4.3.1 Os filhos de Fernando Dias Falcão

Fernando Dias Falcão era casado com D. Lucrécia Pedrosa de Barros (filha de Thomé de Lara Almeida Filho, o quarto filho do governador paulista Lourenço Castanho Taques)[540]. O casal teve dez filhos, dentre eles, quatro criaram raízes nas Minas do Cuiabá, Antônio de Almeida Falcão, Tomé de Lara Falcão, José Paes Falcão e Pedro Taques de Almeida.[541]

O primeiro, Antônio de Almeida Falcão, ocupou o posto de mestre de campo no arraial

[534] ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808, p. 67-69.
[535] COELHO, J. F. N., *Memórias Cronológicas da capitania de Mato Grosso*, p. 143-144.
[536] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 59.
[537] Idem.
[538] DOCUMENTOS interessantes para a história de São Paulo, p. 175.
[539] REQUERIMENTO de Joseph Paes de Proença Falcão, Salvador Paes Falcão, Antônio Dias Falcão de Proença e Francisco Paes de Barros, filhos legítimos do capitão Salvador Paes Falcão ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro]. 1800, janeiro, 15. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. RQ. 1920 CAIXA Nº 037
[540] CARVALHO FRANCO, F. A., *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 149.
[541] AMADO, J.; ANZAI, L. C., (Org.). *Anais de Vila Bela*: 1734-1789, p. 41-46;LEME,P. T. de A. P. *Nobiliarquia paulista Histórica e genealógica*,p.180.

velho em 1726 e, no ano de 1728, ocupou o cargo de almoxarife da provedoria[542], era casado com Dona Gertrudes de Arruda[543]. Este parece ter mantido, junto com seus filhos (José de Almeida Falcão e Pascoal de Arruda Botelho),[544] os caminhos de "seo" pai Fernando Dias Falcão, pois é atribuída a ele e a seus filhos a descoberta das minas na região do Rio Arinos no ano de 1746, área de mineração que, mais tarde, seria explorada pelo seu sobrinho, filho de José Paes Falcão.[545]

Tomé de Lara Falcão era o terceiro filho, casado com Joana Garcia, filha do bandeirante Gabriel Antunes Maciel e D. Jerônima de Almeida[546]. Ou seja, a sua esposa era filha de um membro das parcialidades estabelecidas nas minas do Cuiabá. E, assim como seu irmão mais velho, foi morar na repartição de Mato Grosso, apesar de ter recebido em 1727 uma sesmaria na região do rio Coxipó, juntamente com seu irmão José Paes Falcão, porém foi acometido por doença, vindo a falecer no ano de 1734.[547]

Apesar de não termos grandes informações sobre a atuação de Antônio de Almeida Falcão e Tomé de Lara Falcão, podemos observar que ainda que continuassem nas atividades de conquista, ocupavam postos importantes. No caso de Antônio de Almeida Falcão, ocupava o posto de mestre de campo, um dos mais altos postos militares das forças militares[548], e o administrativo na provedoria[549], o que demonstra o prestígio alcançado diante das atividades de conquista. Quanto a Pedro Taques de Almeida, morreu solteiro[550].

Entretanto foi o quarto filho, José Paes Falcão, que se manteve no termo do Cuiabá, obteve terras, tornou-se dono de lavras de mineração, de escravos e ocupou postos militares (capitão de ordenanças). Ele se estabeleceu nas proximidades do rio Cuiabá Abaixo e fundou a fazenda conhecida como São José dos Cocais, que era composta por engenho e capela[551]. Ser capitão de ordenanças implicava interferir no governo militar da capitania e o exercer o mando

---

[542] COELHO, J. F. N., *Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso*, p. 142-144.
[543] SILVA, P. P. C., *Dicionário Biográfico Mato-grossense:* período Colonial, 1524/1822, p. 91.
[544] SILVA, P. P. C., op. cit. p. 49-91.
[545] ANNAES do Sennado da Câmara do Cuyabá: 1719-1830, p. 74, 98; AMADO, J.; ANZAI, L. C., (Org.). *Anais de Vila Bela*: 1734-1789, p. 47.
[546] DOCUMENTOS interessantes para a história de São Paulo, p. 228.
[547] ANZAI, L. C. (Org.). *Anais de Vila Bela* (1734-1789), p. 41.
[548] COSTA, A. P. P., *Atuação de poderes locais no Império Lusitano*: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735 – 1777); MELLO, C. F. P., *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII:* as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América.
[549] SALGADO, G. (Org.). *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial.
[550] LEME,P. T. de A. P. *Nobiliarquia paulista Histórica e genealógica*,p.180.
[551] ROSA, C. A. et al., Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883). *Cadernos do NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos*, p. 93. J. L. R.,

político sobre os moradores das freguesias.[552]

Nos Anais do Senado do Cuiabá encontramos referência em 1763 das lavras de São José dos Cocais, local em que o capitão de ordenança José Paes Falcão explorava grande quantidade de ouro[553]. A partir dessa data passou a ser designado como Distrito de Cocais. Em 1769 o governador e capitão-general Luís Pinto de Sousa Coutinho solicitou do provedor da Fazenda informações sobre a necessidade da criação de paróquias coletivas na capitania de Mato Grosso. O provedor Miguel Pereira Pinto informou que:

> No Distrito dos Cocais também me parece será útil erigir-se a Capela de José Paes Falcão em Igreja Coletiva; porque ele dá a dita Capela, e todos os ornamentos, e vasos sagrados de prata só porque se erija em Igreja com a invocação de São José; e com facilidade se estabelecerá esta Paróquia; porque neste Distrito há muitos moradores e passa a estrada que vai para Mato Grosso e nas vizinhanças estão muitas fazendas estáveis de gados, ficando muitas distantes desta Villa do Cuiabá três e quatro dias de viagem, e algumas oito a dez dias.[554]

A partir da propriedade constituída por José Paes Falcão, houve na região o estabelecimento de *vizinhanças* e, consequentemente, a formação de uma teia de relações políticas, econômicas e sociais. Assim, como seu pai, além do poder econômico, ele manteve os laços com a administração militar.

Entre os anos de 1760 e 1770, os capitães-generais viviam receosos de uma possível guerra. No sul, em 1763, os portugueses tinham perdido a colônia do Sacramento, na capitania de Mato Grosso, os espanhóis tinham se postado nas barras do rio Itonamas, com grande número de soldados. O governador Antônio Rolim de Moura, receoso de uma iminente guerra, armou homens e recorreu à Vila Real solicitando ajuda[555]. Entre os que ajudaram o governador estava Jose Paes Falcão, que a pedido de seu amigo e compadre capitão-mor Francisco Lopes de Araújo, socorreu o governador e capitão-general Antônio Rolim de Moura com 30 homens armados, sendo parte deles 20 escravos da melhor qualidade, para combater nos ataques que sofriam na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição[556]. No ano de 1766, mais uma vez ele enviou socorro ao governador e capitão-general para a manutenção da fronteira.

---

[552] FRAGOSO, J. L. R., Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime os trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII e meados dos séculos XVII. In: FRAGOSO, J. L. R., *O Brasil Colonial.* (ca.1720- ca.1821), p.172.
[553] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 90.
[554] REGISTRO da resposta do doutor provedor da Fazenda Real à provisão do governador e capitão-general Luis Pinto de Souza Coutinho. Folha 54 V – 55F. Livro de Registro da capitania. C-13. APMT.
[555] JESUS, N. M., *Na trama dos conflitos*: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778), p. 295.
[556] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 89-91.

> José Paes das Neves, hoje Sargento mor das Ordenanças destas Minas foi voluntariamente mandado por seo pai que aprontou 40 homens entre os quais se compreendiam 24 pretos todos bem armados, e fornecidos de tudo o necessário para uma larga campanha, partindo o mesmo José Paes das Neves com hum grandioso, e luzente trem de Cavalos para o seu serviço, e para a condução da sua bagagem em o dia 15 de Abril, e chegando a Villa Bela a 4 de maio, e rodando dali no dia seguinte por ordem do mesmo General que o recebeu, e tratou com as maiores distinções, chegou a Praça da Conceição em dia do Santíssimo Corpo de Deus 29 do mesmo mês de Maio.[557]

Vale lembrar que, assim como na outra campanha, o socorro oferecido ao governador foi pago por José Paes Falcão, que despendeu:

> Um grande cabedal; porque foi orçada a despesa em muito perto de seis mil oitavas de ouro de 1500 a oitavas. Não se mete nesta conta tudo quanto despendeu o mesmo Falcão com as mulheres dos homens que mandou a guerra, pois se tinha obrigado a sustentá-las, e visita-las todo o tempo que os 'seos' maridos se achassem ausentes.[558]

Ao registrar esse fato, o cronista Felipe José Nogueira Coelho apontou que era importante para a Coroa ter vassalos que arcassem com as despesas de conquistas[559]. Mais uma vez o governador e capitão-general, nesse momento, João Pedro da Câmara, agradeceu a ajuda[560]. Acreditamos que esses socorros, além das cartas de agradecimento enviadas pelos governadores e capitães-generais, lhe renderam outras benesses e contribuíram para o aumento do prestígio da família Falcão.

Outra questão a ser considerada diz respeito ao envio de escravos armados para a fronteira e o sustento das famílias dos homens que foram atuar na fronteira. Estes elementos nos oferecem indícios sobre as teias de relações que José Paes Falcão havia estabelecido no termo do Cuiabá. Ou seja, eles faziam parte de um grupo de homens que combinavam o serviço prestado à monarquia com o exercício do poder local e exerciam o que João Fragoso denominou de mando local costumeiro, práticas construídas pela regularidade das sociabilidades locais[561]. Esses laços de sociabilidade ainda merecem um estudo mais detalhado que não será possível neste momento.

---

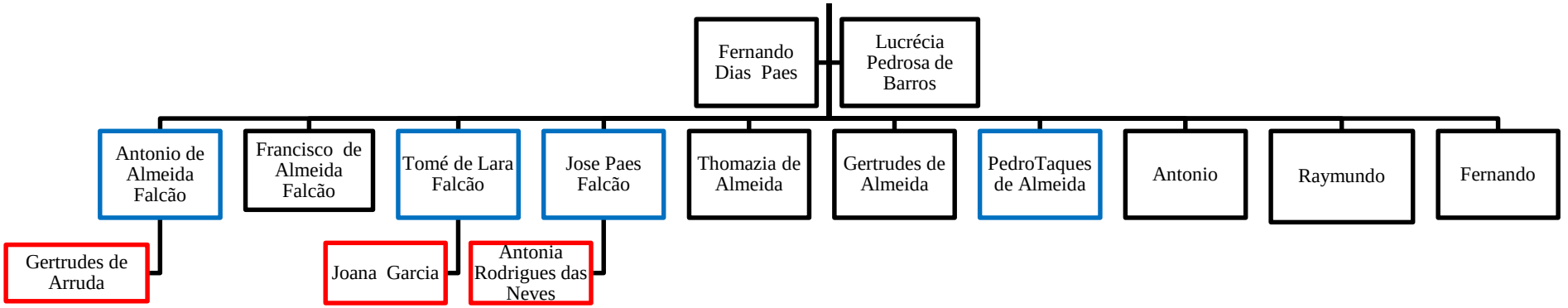
[557] Idem, p. 93.
[558] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 93.
[559] Fato esse que foi registrado por COELHO, F. J. N., *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência*, p. 179.
[560] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 93.
[561] FRAGOSO, J., Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *Na trama das redes.* Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII, p. 248-249.

José Paes Falcão era casado com D. Antônia Rodrigues das Neves (filha de Pedro Rodrigues das Neves e Antônia de Leme). Deste casamento, temos informações de dois filhos, José Paes Falcão das Neves e Salvador Paes Falcão, que ocuparam postos militares e cargos administrativos ao longo de suas trajetórias. Além de amealhar cargos militares, administrativos para a família, ele também cuidou das alianças matrimoniais. Nesse caso o casamento selava uma aliança entre duas famílias de poderosos locais.

José Paes Falcão consorciou o seu filho José Paes Falcão das Neves com D. Maria Madalena das Virgens, filha do mestre de campo José Antônio Pinto de Figueiredo (fazia parte do grupo de poderosos locais), dono de vasta quantidade de terras e de mineração e uma figura de grande influência no governo local[562]. E Salvador Paes Facão com D. Ana Francisca Proença (até onde conseguimos averiguar, ela pertencia à família de mineradores). Essas relações estabelecidas através dos laços familiares eram importantes, pois constituíam um elemento fundamental para o capital social e da capacidade de ação que os poderosos poderiam mobilizar em seu proveito[563]. Assim, inicia-se a segunda geração da família Falcão.

[562] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830.
[563] KÜNH, F., *Gente da Fronteira:* Famílias, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII, p. 20.

Figura 1 – Família Falcão das Neves – parte da 1º geração



_____ Filhos que vieram para as Minas do Cuiabá
_____ Noras

4.3.2 A segunda geração dos Falcão

A segunda geração da família Falcão manteve o prestígio adquirido pelas gerações anteriores e ampliou sua área de atuação, não se restringindo apenas às atividades militares e ocupando outros cargos importante na administração. Os irmãos José Paes Falcão da Neves e Salvador Paes Falcão sempre estiveram muito próximos, mas neste momento daremos enfoque à trajetória de José Paes Falcão das Neves.

José Paes Falcão das Neves em 1766 já ocupava o posto de sargento de ordenanças, e o cargo de terceiro vereador no ano de 1778[564], foi o guarda-mor das terras e águas minerais do distrito de Cocais, vereador mais velho no ano de 1790, e ocupou interinamente o cargo de juiz de fora por ordenação quando o juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez ocupou a vara de ouvidor interino da Comarca[565]. No ano de 1795, por ordem do governador, ocupou o cargo que pertencia a seu sogro, Antônio Jose Pinto de Figueiredo[566]. O cargo de guarda-mor conferia muito prestígio ao seu ocupante e poderia também traduzir-se na produção de benefícios econômicos diretos, já que entre suas funções estava a de distribuir datas minerais.[567]

Além de controlar a concessão das datas minerais, a família Falcão chegou à câmara, o centro do poder local[568]. Como dissemos alhures, os vereadores tinham a função de regular a vida cotidiana por meios das posturas municipais, eram responsáveis pelo provimento e abastecimento, pela concessão de licenças comerciais e tabelamento de preços[569] e a indicação dos nomes a candidatos a oficial de ordenança[570]. Ou seja, José Paes Falcão das Neves estava presente tanto nas atividades econômicas, pois era senhor de engenho e minerador, como também nas atividades da administração.

Com um extenso currículo de serviços prestados ao rei em diferentes partes da capitania de Mato Grosso, com a morte de seu sogro, José Antônio Pinto de Figueiredo, Falcão Paes das

[564] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 111.
[565] ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830, p. 138.
[566] Idem, p, 147.
[567]ALMEIDA, C. M. C., *Uma nobreza da terra como projeto imperial:* Maximiniano de Oliveira Leite e seus aparentados. FRAGOSO, J., SAMPAIO, A. C. J.; ALMEIDA, C. M. C. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes.* Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII, p.140.
[568] Sobre a atuação das câmaras na capitania, ver: JESUS, N. M., *O governo local na fronteira Oeste:* A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII
[569] JESUS, N. M., *O governo local na fronteira Oeste:* A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, p. 35.
[570] FRAGOSO, J. L. R., Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime os trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII e meados dos séculos XVII. In: FRAGOSO, J. L. R., *O Brasil Colonial.* (ca.1720- ca.1821).

Neves foi agraciado com o posto de mestre de campo[571]. Mesmo em idade já avançada, em 1801, mais uma vez na possível ameaça de um ataque espanhol, o mestre de campo José Paes Falcão esteve presente na defesa da fronteira[572]. Em 1803 o mestre de campo também esteve envolvido no empreendimento de explorar a região dos rios das Mortes e Manso como possibilidade de um outro caminho até a cidade do Pará[573], de onde voltou adoentado e veio a falecer.

Além dos cargos administrativos, postos militares e consórcios familiares, a família Falcão esteve de posse de avultada quantidade de terras, como se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 10 - Demonstrativo das sesmarias concedidas à família Falcão

Ano	A família Falcão	Local	Quantidade de terras	Atividade Econômica
1727	José Paes Falcão (pai)	Rio Coxipó-Assu	Mil braças de testadas e uma légua de sertão	Não informado
1727	José Paes Falcão e Tomé Lara Falcão (pai e tio)	Rio Coxipó	Uma légua em quadra	Não informado
1753	José Paes Falcão (pai)	Paragem do Ribeirão do Pari	Três léguas de comprido e uma légua de largura	Não informado
1751	José Paes Falcão (pai)	Capão da Boa Vista	Duas léguas em quadra	Agricultura e criação de gado vacum e cavalar
1763	José Paes Falcão (pai)	Ribeirão Bento Gomes	Três léguas de comprido e duas léguas de testada	Não informado
1764	José Paes Falcão (pai)	Ribeirão do Piranema	Três léguas de comprido e uma de largura	Fazenda de gado vacum e cavalar
1772	José Paes Falcão (pai)	Ribeirão do Chiqueiro	Três léguas em quadra	Fazenda de gado vacum e cavalar e roças
H[574]	José Paes Falcão das	Rio Coxipó	Uma légua	Agricultura

[571] NOMEAÇÃO de José Paes Falcão das Neves para o posto de mestre de campo da Vila do Cuiabá, passada pelo [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres] 1795, maio, 30. VILA BELA. BR MTAPMT.SG. NO. 1490. CAIXA Nº 030.
[572] Idem, p. 164-165.
[573] Idem, p. 170.
[574] Recebida por herança do seu pai.

	Neves (filho)			
H[575]	José Paes Falcão das Neves (filho)	Rio Cuiabá	600 braças	Não informado
1789	José Paes Falcão das Neves (filho)	Córrego da Forquilha /Córrego da Onça	½ légua em quadra	Agricultura
1793	José Paes Falcão das Neves (filho)	Paragem da Onça/Córrego da Forquilha	Uma légua de comprido e uma de largura	Fazenda de gado vacum e cavalar
1789	José Paes Falcão das Neves (filho)	Ribeirão do Cordeiro/Ribeirão dos Cocais	Uma légua de largura/200braças/um bracinho mais	Não informado
1789	Salvador Paes Falcão (filho)	Córrego da Forquilha	½ légua	Não informado
1789	Salvador Paes Falcão (filho)	Distrito de Cocais	Três léguas	Fazenda de gado vacum e cavalar
1790	Salvador Paes Falcão (filho)	Córrego do Guassu	½ légua de largura e duas de fundo	Fazenda de gado vacum e cavalar

Fonte: Acervos: Coleção Sesmaria/APMT, ACBM/IPDAC e AHU e Repertório das Sesmarias.[576]

Juntos obtiveram treze sesmarias, considerando que duas, de posse de José Paes Falcão, foram recebidas da herança de seu pai, José Paes Falcão (sesmaria concedida em 1727). Como afirmou Sheila de Castro Faria, "a aquisição de sesmaria era restrita aos que possuíam certas regalias, que os diferenciavam dos outros, incluindo aí o apoio da administração portuguesa, pois ocupar a terra era antes de mais nada uma apropriação política".[577]

Um dado interessante a ser considerado sobre essa família diz respeito à produção das terras. Como já apontamos, eles eram donos de engenho porém se dedicavam apenas aos derivados da cana (José Paes Falcão da Neves, dono de engenho de aguardente e Salvador Paes Falcão, dono de engenho de fazer rapadura e açúcar). Acreditamos que a produção de alimentos era reservada para a manutenção da família, escravos e agregados que atuavam na mineração e

[575] Idem.
[576] REPERTÓRIO das sesmarias. São Paulo: Secretaria de Cultura. Departamento de Museus e Arquivo do Estado, 1994.
[577][577]FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento*: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p. 125.

nas atividades de fronteira quando necessário. Quanto às atividades criatórias não encontramos, por exemplo, uma significativa participação da sua produção no abastecimento dos açougues do termo do Cuiabá.

Por outro lado, ao considerar que grande parte das terras concedidas à família Falcão estava situada no Distrito de Cocais, onde estavam localizadas áreas de mineração, algumas questões são suscitadas: O grande número de pedidos de terra seria mesmo para atividades agrocriatórias? Ou esse número se justifica pelo interesse em controlar áreas de mineração? Não descartamos esta possibilidade, que precisa ser mais bem averiguada em pesquisas futuras.

Entre as terras concedidas à família Falcão alguns dados chamaram atenção. Das sesmarias concedidas (ver quadro 10) a José Paes Falcão (pai), de um total de seis, quatro foram vendidas, duas para Custódio José da Silva e duas para Antônio Xavier de Siqueira. Quanto às terras concedidas a José Paes Falcão das Neves (filho), Salvador Paes Falcão, três estavam de posse de Claro José da Mota. Estas que se encontravam no poder de Claro José da Mota estavam situadas próximas ao córrego da Onça e da Forquilha, num total de três léguas. Assim, das 13 sesmarias concedidas, oito já não estavam mais nas mãos da família Falcão.[578]

Como alerta Márcia Motta, as sesmarias não se eternizavam numa mesma família[579]. E a venda e compra de sesmarias eram uma prática legítima, previstas na legislação, desde que obedecessem a certas regras. Ao estudarmos o processo de concessão de sesmaria na capitania de Mato Grosso, encontramos vários casos de compra e venda de terras, apesar da tentativa de controle dos governadores[580]. Quanto às sesmarias declaradas por Claro José da Mota? O que motivou a cessão destas terras a ele por parte dos irmãos Falcão? A venda de terras era uma prática, mas não parece o caso de compra das terras por parte de Claro José da Mota. Ou ele estaria administrando "apenas" parte das terras da família Falcão?

Algumas suposições podem ser feitas em relação a essa questão. A primeira é que essas sesmarias foram dadas como garantia de pagamento de dívida. A segunda seria um acordo entre Claro José da Mota e José Paes Falcão das Neves para garantir que as terras não fossem executadas no caso do não pagamento das dívidas. Essa hipótese foi levantada quando encontramos, entre os anos de 1800 e 1802, dois pedidos de José Falcão das Neves de

[578] RELAÇÃO das sesmarias apresentadas pelos seus possuidores em observação ao bando do governador da capitania de Mato Grosso 21/06/1802. Fundo: ACBM-IPDAC - Pasta nº 1769; LIVRO contendo o Registro das sesmarias apresentadas pelos possuidores devido ao bando do governador da capitania de Mato Grosso (Doc. sem data e muito danificado). Fundo: ACBM-IPDAC- Pasta nº 1763; RELAÇÃO das sesmarias que me foram apresentadas pelos seus possuidores em observância ao bando (Doc. incompleto). Fundo: ACBM-IPDAC – Pasta 70 nº 1762. DEMARCAÇÃO das Cartas. Vila do Cuiabá. 25/04/1800. Fundo: ACBM-IPDAC - Pasta 70 nº 1770.
[579] MOTTA, M. M. M., *Direito à terra no Brasil*: a gestação do conflito, 1795 - 1824, p. 161.
[580] SILVA, V., p. 28; 42-46.

empréstimos a juros do dinheiro existente nos cofres do Juizado dos Órfãos, Defuntos Ausentes e Capelas[581]. Era comum "ser entregue a juros a quem o quisesse por um determinado prazo o dinheiro deixado aos menores". [582]

Nesse pedido de empréstimos ao cofre, foram arroladas e inquiridas testemunhas, a fim de saber se o solicitante e seus fiadores tinham capacidade de pagar e bens para penhorar, caso o pagamento não fosse realizado no tempo estipulado. Nesses dois pedidos, Claro José da Mota e André Joaquim Paes de Barros aparecem como fiadores de José Paes Falcão das Neves. As testemunhas informaram que os fiadores eram "mineiros, casados, tem escravatura e bens de raízes e eram capazes de serem fiadores de maior quantidade"[583]. Isto nos leva a conjecturar que as sesmarias que estavam em posse de Claro José da Mota podem ter sido oferecidas como caução. Falcão das Neves, nos pedidos, declarou ser dono de terras, engenho, lavras de mineração, escravos. Os montantes solicitados nestes dois pedidos somam mais de dois contos de réis.[584]

Por outro lado, Claro José da Mota também estava de posse de uma das sesmarias concedidas a Salvador Paes Falcão. Aliás, em todas as sesmarias que Claro José da Mota declarou no ano de 1803, este informava "estar de posse", portanto ele não possuía nenhuma concedida de acordo com a lei. Sabe-se que as estratégias de solicitar terras em nome de outrem e depois doar ou ceder a outro era uma prática utilizada para burlar a lei[585].

Manoela Pedroza, ao analisar as relações de crédito na freguesia e Campo Grande, constatou que nas transações que envolviam terras era muito comum o credor passar ao fiador terra, ou seja, funcionava como uma espécie de caução, no caso do não pagamento do empréstimo[586]. No caso em questão, havia um indicativo de que as terras do Falcão foram "concedidas" a Claro José da Mota como uma garantia por ele ser seu fiador no empréstimo do juizado.

---

[581] PROCESSO aberto no Juizado dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo José Paes Falcão das Neves. 1800, outubro, 04. Vila do Cuiabá. BR MTAPMTJPO.PC.0056 CAIXA 004; PROCESSO aberto pelo Juizado dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo José Falcão Paes das Neves. 1802, abril, 30. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMTJPO.PC.0062 CAIXA 005.

[582] SILVA, M. B. N., *História da família no Brasil colonial*, p. 39.

[583] Idem.

[584] PROCESSO de justificação aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como justificante o alferes Manoel Francisco Rondon, justificado o advogado Manoel Barros Rodovalho e Silva a respeito da herança de João de Souza Vaz Canabarro. 1797, junho, 30. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0038 CAIXA Nº 003.

[585] SILVA, V., *Administração das terras:* a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748 -1823), p. 44.

[586] PEDROZA, M., *Engenhocas da Moral*. Redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX), p. 45.

O Juizado dos Órfãos era responsável por administrar a herança dos órfãos[587] e zelar pela integridade dos seus bens. Por gerir várias heranças, sempre recolhia um volume de dinheiro que poderia ser dado por empréstimos a juros. Era por esse órgão que passaria, se não toda, parte significativa do total da riqueza produzida e acumulada na colônia[588]. Na prática os valores recolhidos nos cofres do juizado se tornaram uma das principais fontes de crédito para o mercado[589]. Ainda que careça de pesquisa para a capitania de Mato Grosso, o Juizado dos Órfãos foi uma importante fonte de crédito para o mercado interno.

Ainda que não tenhamos muitos dados que nos permitam avançar sobre a questão do empréstimo realizado por José Paes Falcão, podemos inferir que este não foi o primeiro, outras solicitações foram realizadas por ele e seu irmão Salvador Paes Falcão[590]. No ano de 1786, ele também realizou um empréstimo de seis mil cruzados. Para pleitear, além da petição apresentou como fiadores o seu irmão, o capitão Salvador Paes Falcão, e o alferes Joaquim José da Gama. Nesse momento quem autorizou o empréstimo foi o juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhes, que também respondia pelo Juizado dos Órfãos.

Poderíamos dizer que era uma "transação comum", ao considerar que o empréstimo de dinheiro era comum no período colonial, sem contar que José Paes Falcão da Neves era dono de um grande cabedal, tinha prestígio com os funcionários da administração e governadores. Mas um elemento deve ser considerado, o juiz de fora Diogo de Toledo Ordonhes era aparentado de José Paes Falcão das Neves[591]. Ou seja, temos que considerar as relações de parentesco que envolveram esse empréstimo.

Do casamento de Falcão das Neves e D. Antônia nasceram oito filhos, destes, seis casaram e estabeleceram-se na capitania[592]. Na escolha do casamento dos seus filhos manteve a mesma estratégia utilizada pelo seu pai, ou seja, os casamentos foram realizados com famílias ligadas à mineração e com homens ligados aos negócios e à política. Segundo Sheila de Castro Faria, era interessante para o comerciante se ligar a famílias já estabelecidas, ao que tudo indica, pelo prestígio social que lhe trariam, além do acesso a terras já trabalhadas[593]. E muitos

[587] SALGADO, G. (Org.). *Fiscais e meirinhos*.
[588] FRAGOSO, J. F., *A nobreza da República*: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII), p. 75.
[589] FRAGOSO, J. F., Notas sobre as transformações do sistema econômico do Atlântico Luso no século XVIII (Apresentação). In: FRAGOSO, J. F.; GOUVÊA, M. F. (Org.). *O Brasil Colonial*, p.15.
[590] ESCRITURA de débito, obrigação e fiança da quantia de 577$880 e 3/4 que fez sargento-mor Jose Paes das Neves e sua mulher Maria Magdalena das Virgens Figueiredo e o alferes Salvador Paes. 1779, maio, 13. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. ES. 0321 CAIXA Nº 025.
[591] ROSA, C. A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808, p. 260-262.
[592] MESQUITA, J., *Genealogia Mato-grossense*, p. 27.
[593] FARIA, S. C., *A Colônia em Movimento:* Fortuna e Família no Cotidiano Colonial, p. 212.

passariam a investir em bens rurais, na agricultura e também na pecuária. Para a família da qual o genro passaria a fazer parte eram interessantes essas alianças ao possibilitarem a entrada em outros circuitos econômicos.

José Paes Falcão das Neves morreu em 1805, e seu filho mais velho, Antônio Pedro de Figueiredo Falcão passou a responder pelo seu inventário e enfrentar no Juizado dos Órfãos uma série de processo de cobranças de dívidas, resultado dos inúmeros empréstimos feitos no Juizado dos Órfãos e mais dívidas com particulares.[594]

Com o pagamento das dívidas deixadas pelo pai, é possível perceber que a família perdeu parte do seu patrimônio, parte das terras, fazendas de gado, o engenho e parte dos escravos. Ou seja, a partir da quarta geração, houve um possível empobrecimento da família Falcão que ainda precisa ser investigado. Por outro lado, a família manteve o seu prestígio adquirido ao longo do tempo.

Obtivemos algumas informações sobre o filho mais velho de José Paes Falcão, Antônio Pedro Figueiredo Falcão. Este foi cadete dos Dragões da capitania, atuou nas áreas de fronteira, em específico no Forte de Coimbra e Miranda, mantendo a tradição da família em atuar na defesa da fronteira. Mas, além das atividades militares, Antônio Pedro também manteve as de mineração. Em 1813, ocupou o cargo de deputado mineiro, ligado à Junta de Qualificação de Diamante, criada em 1809, órgão responsável pela administração e controle da exploração de diamantes[595]. Foi casado com D. Mariana José da Gama, filha de Joaquim José da Gama[596], e estabeleceu-se no sítio da "Capella", no Rio Acima.[597]

Os dados sobre a família Falcão revelaram que, apesar de terem avultada quantidade de terras, serem donos de engenho, os esforços estavam voltados para as atividades militares em defesa e manutenção do território e também de mineração. Como apontamos, não houve por

[594] PROCESSO aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo José Paes Falcão das Neves pois o mesmo precisa de um empréstimo do cofre dos Órfãos, dando como garantia a hipoteca dos bens móveis e imóveis. 1800, outubro, 04. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.JPO. PC. 0056 CAIXA Nº 004; PROCESSO de justificação aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como justificante o mestre de campo e comandante Jose Paes Falcão das Neves contra o justificado Zacarias Paes de Campos a respeito de empréstimo que deseja contrair aos cofres do Juizado. 1802, abril, 30. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁBR MTAPMT.JPO. PC. 0062 CAIXA Nº 005; PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o alferes José Pinheiro dos Santos contra os réus, Antônio Pedro de Figueiredo e outros a respeito da herança do coronel José Paes Falcão das Neves. 1806, abril, 29 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0094 CAIXA Nº 009.

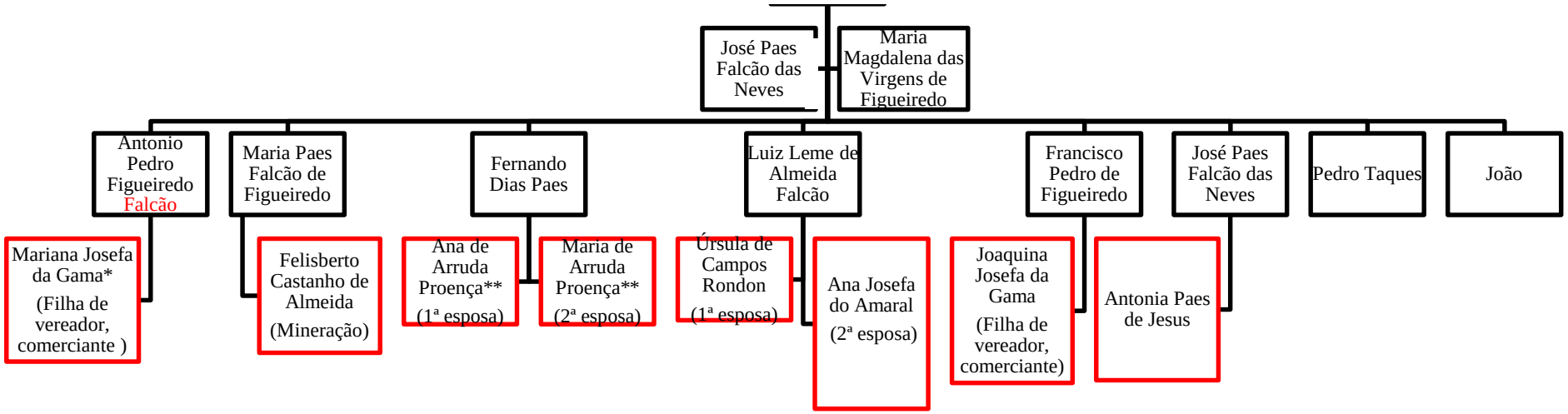
[595] Ver: TERUYA JUNIOR, H. N., Junta de Gratificação dos diamantes de melhoramento da mineração do distrito do Cuiabá. In: JESUS, N., *Dicionário de História de Mato Grosso*, p. 190-191.

[596] MESQUITA, J., *Genealogia Mato-grossense*, p. 27.

[597]PROCESSO de justificação feito pelo provedor dos ausentes Joaquim da Costa Siqueira tendo como justificante o tenente Joaquim José da Gama contra o justificado capitão Joaquim Xavier da Costa a respeito da herança do defunto Antônio Pereira Guimarães. 1789, dezembro, 14. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0013 CAIXA Nº 002.

parte desta família um grande investimento em atividades da agricultura comercial e no beneficiamento dos produtos. O foco da sua produção era os derivados da cana de açúcar, em especifico a aguardente e açúcar. Entretanto, com a morte de José Paes Falcão das Neves, a família perdeu a perda de parte do patrimônio não significou que a família Falcão perdeu o seu prestígio.

Figura 2 – Família Falcão das Neves – parte da 2ª geração



Legenda
* Maria Josefa Gama (MESQUITA, J. B., *Notas para futuros linhagistas* – 1946, p. 9). Mariana Josefa da Gama (MESQUITA, J. B. *Genealogia Mato-Grossense*, p .27).
** De acordo com a informação de MESQUITA, José Barnabé. *Notas para futuros linhagistas*.
_____ Genros e noras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a dinâmica do abastecimento do mercado local do termo do Cuiabá, a partir da produção dos engenhos. Para isso procuramos mostrar os diferentes tipos de unidades produtivas que estavam presentes no termo do Cuiabá dando ênfase para a instalação dos engenhos e aos embates sobre sua fundação no termo do Cuiabá. Ao acompanhar os debates sobre a demolição dos engenhos no termo, a primeira impressão era de que eles produziam apenas aguardente, porém identificamos outros produtos tão importantes quanto aguardente para abastecimento do mercado local.

Neste sentido buscamos analisar os espaços dos engenhos edificados, um fator importante para entender os engenhos no termo do Cuiabá como um complexo produtivo que, para além da fabricação dos produtos derivados da cana, como aguardente, açúcar, rapadura e melado, também investiram na agricultura e no beneficiamento de outros produtos, como farinha, azeite, arroz e feijão. E para isso aplicaram em escravos, ferramentas, alambiques, equipamentos de engenho, mulas, e passaram a praticar a agricultura comercial voltada para abastecer o mercado local.

Essa organização da produção e diversificação dos produtos do engenho atribuímos a duas características próprias da capitania de Mato Grosso, isto é, a sua condição mineira e fronteira. Era preciso produzir para atender aos locais de mineração e isso fica evidente quando encontramos nas prestações de contas dos engenhos locais de mineração onde se comercializavam produtos, como o caso do arraial do Médico, descoberto em 1756, e 1805, com o arraial do Alto Paraguai e Diamantino, o que para nós é uma evidência da importância. Por outro lado, a condição de fronteira também contribuiu para a organização do mercado interno no termo do Cuiabá. Afinal, boa parte da produção dos engenhos era entregue no Armazém Real, responsável pelo envio de mantimentos para o abastecimento da tropa, registro de entrada e expedições quando organizadas pelo governo.

Assim, esse grupo de donos de engenho atingia duas esferas importantes dentro da capitania: a câmara e a provedoria através do Armazém Real. Para a câmara, as rendas advindas da produção de aguardente através do pagamento do seu subsídio. Foi da produção da aguardente que saiu o pagamento do subsídio voluntário para reconstrução de Lisboa, que a partir de 1769 o governador e capitão-general Luís Pinto determinou que fosse utilizado para pagamento do sargento-mor, portanto, importante também para a capitania.

Ao produzir a farinha de milho, este mesmo grupo de homens mantinha relações econômicas com o Armazém Real, pois cabia a eles o abastecimento dessa unidade, o que permitia a eles agirem em grupo, que fica evidente ao negociarem o preço da farinha e quantidade a ser entregue no Armazém Real. Esses aspectos nos mostram que eles se articulavam entre si, protestavam contra as condições às quais eram submetidos, evidenciados nas constantes reclamações contra o atraso do pagamento.

Por outro lado, esse grupo de homens também enfrentava uma série de problemas, pois recaía sobre eles uma pesada carga tributária, controle por parte da administração para manutenção dos acordos de abastecimento, e ainda passavam pelas dificuldades relativas às colheitas, pois estavam sujeitas às condições climáticas, que ocasionavam perdas na produção, e não eram consideradas no pagamento de tributos e nos acordos com o armazém, porque, mesmo com as intempéries que se abatiam sobre a produção, a contribuição permanecia a mesma.

Os senhores de engenho do termo do Cuiabá, além de produzirem, também comercializavam os seus produtos, como podemos verificar ao analisar a produção dos engenhos de Serra Acima. Os estudos desse engenho permitem reafirmar a existência de uma produção voltada para o mercado local, um grande investimento na fabricação de aguardente e farinha e também em outros produtos importantes para o mercado, como o azeite de mamona, uma produção voltada para a prática de uma agricultura comercial.

Em nossa pesquisa podemos notar que os engenhos procuravam diversificar a sua produção e por decorrência ampliavam suas possibilidades de expansão no mercado. Apesar de tomarmos como referência a prestação de contas pós-morte do seu dono, podemos afirmar que havia um grupo de famílias que por longos períodos dominou o abastecimento do termo do Cuiabá.

A análise da produção dos engenhos de Serra Acima nos revelou um senhor de engenho que plantava, beneficiava os produtos, transportava seus mantimentos até a vila para serem entregues a um comissionário que cuidava da distribuição dos produtos. Portanto, havia um investimento por parte dos donos destes engenhos em uma infraestrutura que garantia o abastecimento do mercado.

Por fim, apresentamos alguns aspectos sobre a participação destes senhores em outros setores da sociedade. Eles ocuparam cargos na câmara, receberem patentes militares e participaram das irmandades religiosas da elite, como as irmandades do Santíssimo Sacramento, São Miguel Arcanjo e Almas, o que lhes permitia viver a lei da nobreza.

Assim, podemos concluir que os senhores de engenho faziam parte de um grupo de

homens que investiu e sobreviveu das atividades desenvolvidas a partir da agricultura comercial, cuja produção garantia o abastecimento do mercado local do termo do Cuiabá e gerava rendas para a manutenção da vila e da capitania.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público de Mato Grosso

ATA (cópia) da reunião dos vereadores da câmara da Vila do Cuiabá. 1760, agosto, 03. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC ATA. 0012 CAIXA Nº 001.

ATESTADO expedido pelo cirurgião-mor do Regimento de Milícias Eduardo Antônio Moreira sobre enfermidade do soldado José Rodrigues [Sá]. 1806, janeiro, 30. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.QM. HEM. AT. 0672 CAIXA Nº 011.

AUTO DA JUNTA (cópia) que fizeram os oficiais do Senado de 1756, dezembro, 06. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC AJ. 0009 CAIXA Nº 001.

AUTO de exame que mandou proceder o Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro - juiz de fora dos Reais Direitos - em 4 Livros de cargas do Almoxarife José Pedro Gomes, vários documentos da Real Fazenda e um Livro das Finanças. 1805, dezembro, 18. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. AU. 0833 CAIXA Nº 015.

BANDO do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1782, novembro, 06 VILA BELABR MTAPMT.SG. BO. 4282 CAIXA Nº 073.

CARTA (cópia) dos vereadores da câmara da Vila do Cuiabá sobre as contribuições da câmara à Sua Majestade.

CARTA de [Antônio Nascimento Barros] ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1811, dezembro, 11. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. CA. 2858 CAIXA Nº 053.

CARTA de Domingos da Silva ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1811, outubro, 01. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. CA. 2841 CAIXA Nº 053.

CARTA de Francisco [Pereira] dos Guimarães [fiscal e intendente das Minas de Cuiabá] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Souza Coutinho. 1771, junho, 10 VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0077 CAIXA Nº 002.

CARTA de Francisco [Pereira] dos Guimarães [fiscal e intendente das Minas de Cuiabá] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho. 1771, julho, 04. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0078 CAIXA Nº 002.

CARTA de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1802, maio, 28. VILA BELA.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2683 CAIXA Nº 039.

CARTA de Sancho João de Queiroz ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Granvemburg]. 1812, setembro, 14. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. CA. 2923 CAIXA Nº 055

CARTA do [sargento-mor e ajudante e comandante] Alexandre José Leite de Chaves Melo, ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D´Oeynhausen e Gravemburg. 1808, maio, 12. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 3093 CAIXA Nº 045.

CARTA do [capitão] João Goulart Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso [João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1816, dezembro, 29. SERRA.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 5096 CAIXA Nº 070.

CARTA do [escrivão da Intendência Diamantina] Antônio Gomes da Costa ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemburg. 1812, agosto, 13. CUIABÁ .BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0694 CAIXA Nº 011.

CARTA do [reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09.VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0042 CAIXA Nº 001.

CARTA do [reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0043 CAIXA Nº 001.

CARTA do [reverendo] Manoel de Albuquerque Fragoso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, maio, 09 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.IGCA. FSBJ. CA. 0044 CAIXA Nº 001.

CARTA do governador e capitão-general Luís de Albuquerque à Câmara da Vila do Cuiabá. Livro de Registro de correspondência da Provedoria da Fazenda. Livro C_28 folha 54 F e V. Estante 1- APMT.

CARTA do intendente [interino] dos Reais Armazéns André Gaudie Ley ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg. 1814, novembro, 08. CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. CA. 0925 CAIXA Nº 016.

CARTA do intendente dos Reais Armazéns Antonio José de Carvalho Chaves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1813, agosto, 04. VILA DO CUIABÁ.R MTAPMT.PRFIO. AR. CA. 0901 CAIXA Nº 016.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1792, fevereiro, 19. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0663 CAIXA Nº 012.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797,

abril, 10. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0724 CAIXA Nº 013.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, julho, 28. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0545 CAIXA Nº 010.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, agosto, 13. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0548 CAIXA Nº 010.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá João Baptista Duarte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1774, junho, 30. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0382 CAIXA Nº 008.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá João Baptista Duarte ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1776, janeiro, 11. VILA DO CUIABÁBR MTAPMT.CVC JF. CA. 0409 CAIXA Nº 008.

CARTA do juiz de fora da Vila do Cuiabá José Carlos Pereira ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 1776, agosto, 18. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0424 CAIXA Nº 008.

CARTA do juiz de fora e ouvidor geral da comarca, José Carlos Pereira ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, fevereiro, 26. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.OU. CA. 0051 CAIXA Nº 002.

CARTA do juiz de fora Joaquim Inácio Silveira da Mota para a 2° Junta Governativa da Capitania de Mato Grosso. 1804, janeiro, 31. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0817 CAIXA Nº 014.

CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797, julho, 28 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0728 CAIXA Nº 013.

CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro sobre o acidente ocorrido com a canoa que levava pólvora para Coimbra. 1797, agosto, 03 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0729 CAIXA Nº 013.

CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1797, novembro, 04. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0736 CAIXA Nº 013

CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1799, maio, 30. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0760 CAIXA Nº 013.

CARTA do juiz de fora Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro.1798, maio, 22. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0749 CAIXA Nº 013.

CARTA do juiz de fora pela ordenação do intendente dos Reais Armazéns Francisco Xavier da Silva Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1810, maio, 25. CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. CA. 0888 CAIXA Nº 016.

CARTA do juiz de fora Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1784, fevereiro, 14. MISSÃO DE SANTA ANA DO SACRAMENTO.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0600 CAIXA Nº 011.

CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres]. 1778, outubro, 06. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0481 CAIXA Nº 009.

CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres]. 1778, outubro, 21. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0482 CAIXA Nº 009.

CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres], comunicando o envio de mantimentos para o Presídio de Coimbra Nova. 1778, fevereiro, 04. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0468 CAIXA Nº 009.

CARTA do juiz de fora José Carlos Pereira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres]. 1778, agosto, 17. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC JF. CA. 0480 CAIXA Nº 009.

CARTA do juiz ordinário Thomé Gomes Pereira.1769, setembro, 13 ARRAIAL DE SANTO ANTONIO DO RIO DAS MORTES DOS ARAES.BR MTAPMT.CVC JO. CA. 1055 CAIXA Nº 019.

CARTA do mestre de campo e comandante José Paes Falcão das Neves ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1798, agosto, 11. COCAIS.BR MTAPMT.QM. TM. CA. 2254 CAIXA Nº 033.

CARTA do provedor da Fazenda Real Felipe Joseph Nogueira Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, setembro, 19. VILA BELA.BR MTAPMT.PRFIO. CA. 0162 CAIXA Nº 005.

CARTA dos vereadores da câmara ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg, 1818, maio, 08 VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.CVC CA. 0275 CAIXA Nº 006.

CARTA dos vereadores da câmara ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1809, março, 04. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC CA. 0214 CAIXA Nº 005.

CARTA dos vereadores da câmara da Vila do Cuiabá ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemburg. 1808, julho, 17. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC CA. 0213 CAIXA Nº 005.

CARTA dos vereadores da câmara da Vila do Cuiabá ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1783, novembro, 08 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC CA. 0123 CAIXA Nº 003.

CARTA dos vereadores da câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Souza Coutinho, 1769, abril, 09 VILA BELA.BR MTAPMT.CVB. CA. 0016 CAIXA Nº 001.

CERTIDÃO (cópia) de dívida de Jose Alves da Cunha, arrematante da fábrica de engenho de João Coutinho de Azevedo no Arraial de São Pedro D' El Rei. 1814, outubro, 18 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. CE. 0397 CAIXA Nº 027.

CERTIDÃO expedida pelo cirurgião do Partido Militar Eduardo Antônio Moreira sobre o ajudante de auxiliar e comandante da Povoação de Albuquerque Antônio José Pinto. 1799, dezembro, 16. ALBUQUERQUE. BR MTAPMT.QM. HEM. CE. 0664 CAIXA Nº 011.

CERTIDÃO expedida por Francisco Rodrigues da Silva, escrivão da Câmara da Vila do Cuiabá. 1769, março, 22. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC CE. 0033 CAIXA Nº 001.
CONTA (conjunto) de Paulo da Silva Coelho; S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.DAC. CO. 0146 CAIXA Nº 003.

PROCESSO de libelo aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra Antônio da Costa Vianna a respeito da herança do falecido capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, novembro, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007.

CONTA (conjunta) particulares do alferes José Gomes de Barros. Post. 1793, [...], [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.DAC. CO. 0022 CAIXA Nº 001.

CONTA Corrente da Receita e Despesa da Provedoria Comissária da Real Fazenda da Vila do Cuiabá. 1801, [...], [...] VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. CO. 0402 CAIXA Nº 008.
.
CONTA Corrente que dá o tenente Antônio José da Silva e Costa ao alferes José Gomes de Barros e seu sócio José da Silva Coelho do Engenho de Itambé dos Gêneros que depus desde o ano de 1793. 1797, setembro, 10 CUIABÁ.BR MTAPMT.DAC. CO. 0030 CAIXA Nº 001.

DECLARAÇÃO (conjunto) feita por todos os possuidores de fábricas e engenhos de fazer cachaça e farinha nas minas do Cuiabá. 1798, [...], [...]. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. DC. 1694 CAIXA.
.
ESCRITURA (Translado) de sociedade feita entre José Gomes da Silva Coelho e o alferes José Gomes de Barros de um engenho no quilombo. 1792, setembro, 18 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.OU. ES. 0167 CAIXA Nº 003.

ESCRITURA de débito, obrigação e fiança da quantia de 577$880 e 3/4 que fazendo sargento-mor Jose Paes das Neves e sua mulher Maria Magdalena das Virgens Figueiredo e o alferes Salvador Paes. 1779, maio, 13 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. ES. 0321 CAIXA Nº 025.

REQUERIMENTO de Thomas Filis de Aquino ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemburg. 1818, agosto, 28 VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SES. RQ. 0622 CAIXA Nº 011.

LANÇAMENTO de uma justificação do sargento-mor Antônio da Silva Albuquerque com vários documentos adjuntos. Folha 238 v. Livro de Escrituras e Notas-1809-APMT. Fundo: Poder Judiciário -1º Ofício (Remessa Antiga).

LISTA (incompleta) dos recibos por onde constam os efeitos que recebeu em sua vida o capitão Manoel da Costa Viana. 1801, novembro, 10 S/LOCAL .BR MTAPMT.QM. TM. LI. 2618 CAIXA Nº 038.

LIVRO de Escrituras e Notas. Folha 201 f a 203 f. vol. 1. 1809. Cx. 87. Cartório do 1º Ofício (Remessa Antiga). Fundo: Poder Judiciário Estadual. APMT.

MAPA de despesa que fez a Real Fazenda no Forte de Coimbra com os Índios Guaycurus, Guaná e Guatos desde 1° de janeiro do ano de 1800 até o último de outubro de 1802 passado pelo escrivão da Real fazenda José Ribeiro de Moraes. 1802, outubro, [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.PRFIO. MP. 0426 CAIXA Nº 008.

MAPA de Despesas e Rendas do ano de 1773 dada pelo procurador, o alferes Pedro Marques de Fontes, junto com os oficiais da Câmara, conferido pelo escrivão João da Silva Nogueira. 1774, novembro, 04. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.CVC MR. 0062 CAIXA Nº 002.

MAPA de Receita e Despesa tirada do Livro do cofre da Real Fazenda da Repartição da Vila do Cuiabá. 1809, [...], [...] VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. MP. 0637 CAIXA Nº 010.

MAPA de Rendas e Despesas do ano de 1776 dada pelo procurador Antônio José de Oliveira para o juiz de fora Antônio Rodrigues Gaioso e mais oficiais da Câmara, conferido pelo escrivão da Câmara da Vila do Cuiabá João da Silva Nogueira. 1777, setembro, 26, VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC MR. 0085 CAIXA Nº 002.

MEMÓRIA da declaração que fez o alferes Leonardo Soares de Souza em observância das ordens expedidas pelo governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda. 1798, julho, 11. S/LOCAL.BR MTAPMT.QM. TM. MM. 2310 CAIXA Nº 034.

NOMEAÇÃO de José Paes Falcão das Neves para o posto de mestre de campo da Vila do Cuiabá, passada pelo [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres] 1795, maio, 30 VILA BELA.BR MTAPMT.SG. NO. 1490 CAIXA Nº 030.

NOMEAÇÃO de Leonardo Soares de Souza ao cargo de alferes agregado da Legião Auxiliar da Vila do Cuiabá. 1789, julho, 02. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. NO. 1086 CAIXA Nº 024.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho.1799, junho, 28. VILA BELA. AHU_ACL_CU_ 010, Cx. 37, D. 1867.

PARECER informando o não pagamento do soldo do sargento-mor dos auxiliares e sobre o valor das aguardentes. S/D S/LOCAL. BR MTAPMT.CVC PP. 0304 CAIXA Nº 006.

PROCESSO aberto no Juizado dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo José Paes Falcão das Neves. 1800, outubro, 04. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMTJPO.PC.0056 CAIXA 004.

PROCESSO aberto pelo Juizado dos Órfãos tendo como autor o mestre de campo de José Falcão Paes das Neves. 1802, abril, 30. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMTJPO.PC.0062 CAIXA 005.

PROCESSO aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o capitão José Gomes de Barros contra o tenente Paulo da Silva Coelho a respeito da herança do falecido José da Silva Coelho. Aprox. 1801, junho, 15, VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0058 CAIXA Nº 005.

PROCESSO de certidão aberto pelo Juizado dos Órfãos, Defuntos e Ausentes envolvendo Antônio José Moreira Vila Nova contra a ré Anna Rodrigues Vidal a respeito da herança do falecido Agostinho Fernandes Rodrigues. 1793, dezembro, 10. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0022 CAIXA Nº 003.

PROCESSO de execução aberto pelo juízo de órfãos tendo como exequente Joaquim José de Carvalho e executado o alferes Antônio Ferreira dos Santos a respeito da herança do defunto Antônio José de Oliveira. Início: 1792, setembro, 20 CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0019 CAIXA Nº 002.

PROCESSO de justificação aberto pela Provedoria dos Ausentes tendo como justificante o alferes Domingos da Silva Barreiros contra o justificado o capitão José Gomes Monteiro a respeito da herança de Antônio José de Brito. 1799, Junho, 25 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0046 CAIXA Nº 004

PROCESSO de justificação aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como justificante o alferes Manoel Francisco Rondon, justificado o advogado Manoel Barros Rodovalho e Silva a respeito da herança de João de Souza Vaz Canabarro. 1797, junho, 30. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0038 CAIXA Nº 003.

PROCESSO de justificação feito pelo provedor dos ausentes Joaquim da Costa Siqueira tendo como justificante o tenente Joaquim José da Gama contra o justificado o capitão Joaquim Xavier da Costa a respeito da herança do defunto Antônio Pereira Guimarães. 1789, dezembro, 14 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0013 CAIXA Nº 002.

PROCESSO de libelo aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra Antônio da Costa Vianna a respeito da herança do falecido capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, novembro, 22 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0082 CAIXA Nº 007

PROCESSO de libelo cível (incompleto, inicia na página 3) tendo como autor capitão Domingos da Silva contra D. Marianna de Assumpção e outros a respeito da herança do falecido capitão Bento de Toledo Piza. 1802, junho, 04 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO

CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0063 CAIXA Nº 005.

PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo de Fora e Órfãos tendo como autor tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus Antônio da Costa Vianna e outros a respeito da herança do capitão Manoel da Costa Vianna. 1805, setembro, 06 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0078 CAIXA Nº 007.

PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor, o alferes José Pinheiro dos Santos contra os réus, Antônio Pedro de Figueiredo e outros a respeito da herança do coronel José Paes Falcão das Neves. 1806, abril, 29 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0094 CAIXA Nº 009.

PROCESSO de libelo cível aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como autor o tenente Paulo da Silva Coelho contra os réus: advogado Manoel de Barros Rodovalho e Silva, a viúva Escolástica de Jesus Passanha, ao quartel mestre Domingos Dias de Abreu a respeito da herança de José da Silva Coelho. 1799, agosto, 27, VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0048 CAIXA Nº 004.

PROCESSO de penhora executiva aberto pela Provedoria dos Ausentes para solicitar uma penhora executiva. Exequente o capitão Antônio Gomes da Costa contra o executado Joaquim Ferreira de Matos 1800, março, 14. VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ. BR MTAPMT.JPO. PC. 0053 CAIXA Nº 004.

PROCESSO de penhora executiva aberto pela Provedoria dos Defuntos e Ausentes tendo como exequente o capitão Gomes da Costa Pereira contra o executado o tenente Paulo da Silva Coelho a respeito da herança do falecido José da Silva Coelho. 1799, junho, 07, VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁBR MTAPMT.JPO. PC. 0045CAIXA Nº 004.

PROCESSO de requerimento aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como suplicante Manoel José Moreira contra a suplicada herança da falecida Juliana Maria de Jesus. 1811, janeiro, 22 VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0151 CAIXA Nº 014.

PROCESSO de requerimento aberto pelo Juízo dos Órfãos tendo como suplicante o capitão Joaquim Jose Ramos contra a suplicada D. Anna Luiza da Silva. 1818, maio, 26 VILA REAL DO SENHOR BOM DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0245 CAIXA Nº 019.

PROCESSO denúncia (libelo) aberto pelo Juízo de Órfãos tendo como autor o alferes Francisco Ferreira de Castro contra os réus: Anna Alvarez da Cunha, viúva do falecido Ignácio de Almeida Lobo e outros a respeito da herança de Ignácio de Almeida Lobo. 1803, maio, 20 VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.JPO. PC. 0067 CAIXA Nº 006.

RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10 VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052 CAIXA Nº 002; RECIBO de dívida de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1799, outubro, 15 CUIABÁ. BR MTAPMT.DAC. RC. 0036 CAIXA Nº 001.

RECIBO (conjunto) assinado por Manoel da Costa Vianna de mantimentos entregues pelo tenente Paulo da Silva Coelho. 1801, novembro, 10. VILA.BR MTAPMT.DAC. RC. 0052

CAIXA Nº 002.

RECIBO de dívida de Manoel da Costa Vianna ao tenente Paulo da Silva Coelho. 1799, outubro, 15 CUIABÁ. BR MTAPMT.DAC. RC. 0036 CAIXA Nº 001.

REGISTRO da resposta do doutor provedor da Fazenda Real à provisão do governador e capitão-general Luís Pinto de Souza Coutinho. Folha 54 V – 55F. Livro de Registro da Capitania. C-13. APMT.

.

RELAÇÃO das esmolas que fazem a receita das obras da Senhora Santa Ana do Sacramento da Missão dos Índios do Cuiabá. 1780. MISSÃO DE SANTA ANA DO SACRAMENTO.BR MTAPMT.IGCA. FSAC. RO. 0101 CAIXA Nº 002.

RELAÇÃO das farinhas que entrarão e existem no Armazém Real na conformidade da ordem de Sua Excelência. 1804, outubro, 01 VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. RO. 0874 CAIXA Nº 016.

RELAÇÃO dos enfermos incuráveis que se encontram neste presídio de Coimbra feito pelo cirurgião do Partido Militar Eduardo Antônio Moreira. 1797, novembro, 27. PRESÍDIO DE COIMBRA. BR MTAPMT.FC. RO. 0301 CAIXA Nº 005.

RELAÇÃO dos engenhos de fazer açúcar, rapadura e melado do Distrito de Vila Maria, São Pedro del´Rei, Cocais, Porto Geral para Acima, Porto Geral para Baixo, Coxipó Mirim, Médico e Serra Acima. 1795, [...], [...] S/LOCAL.BR MTAPMT.SG. RO. 1502 CAIXA Nº 030.

RELAÇÃO dos engenhos de fazer cachaça e farinha e monjolo existentes desde Vila Maria do Paraguai até Fazenda de São Lourenço. BR MTAPMT.SG. RO. 0699 CAIXA Nº 015.

RELAÇÃO dos gêneros que recebe neste Real Armazém da Povoação de Albuquerque, o Anspeçada da Companhia de Pedestres Lourenço de Souza Benevides, para conduzir e entregar na Provedoria da Vila do Cuiabá. Nº 0161800, fevereiro, 25. POVOAÇÃO DE ALBUQUERQUE BR MTAPMT.PRFIO. AR. RO. 0868 CAIXA Nº 016.

RELAÇÃO dos lavradores que na presença de sua Excelência prometeram assistir mensalmente com mantimento passado pelo escrivão da Real Fazenda Francisco da Costa [Souza]. 1802, novembro, 11 VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.PRFIO. RO. 0428 CAIXA Nº 008.

REPRESENTAÇÃO do [senhores de engenho] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, fevereiro, 25. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. RT. 0673 CAIXA Nº 014.

REQUERIMENTO (cópia) do Padre Manoel de Albuquerque Fragoso à Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. 1793, dezembro, 27. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC RQ. 0149 CAIXA Nº 004.

REQUERIMENTO de Apolinário Oliveira Gago ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, junho, 18 VILA BELA BR MTAPMT.SES. RQ. 0143 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de Domingos José Rodrigues ao governador e capitão-general da capitania

de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1789, outubro, 03. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0243 CAIXA Nº 003.

REQUERIMENTO de Escolástico de Jesus [Pasanha] ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03 VILA BELA.

REQUERIMENTO de Francisco de Souza Alecrim ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, janeiro, 07. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0190 CAIXA Nº 003.

REQUERIMENTO de Francisco de Souza Alecrim para o governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. 1803, julho, 11. VILA DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SES. RQ. 0418 CAIXA Nº 006.

REQUERIMENTO de Gregório Maciel de Fontes à Junta Governativa Provisória. 1822, julho, 02. CUIABÁ. BR MTAPMT.SES. RQ. 0668 CAIXA Nº 012.

REQUERIMENTO de José da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, junho, 14. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0195 CAIXA Nº 003.

REQUERIMENTO de José Gomes de Barros ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0107 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de José Gomes de Barros ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, setembro, 28.VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0118 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de José Manoel Martins ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1812, março, 18. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0507 CAIXA Nº 008.

REQUERIMENTO de Leonardo Soares de Souza para o governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1782, abril, 04. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0166 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de Pantaleão de Santo Agostinho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1785, junho, 14. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0206 CAIXA Nº 003.

REQUERIMENTO de Paulo da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, Junho, 03 VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0109 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de Paulo da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1779, abril, 17.QUILOMBO. BR MTAPMT.SES. RQ. 0123 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de Paulo da Silva Coelho ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1778, junho, 03. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0109 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO de Theodozio Pereira Coelho da Silva ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto d´Oeynhausen Gravemburg. 1817, fevereiro, 18. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SES. RQ. 0616 CAIXA Nº 011.

REQUERIMENTO de Thomas Filis de Aquino ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemburg. 1818, agosto, 28. VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SES. RQ. 0622 CAIXA Nº 011.

REQUERIMENTO de Valentim Martins da Cruz ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. 1781, outubro, 11. VILA BELA. BR MTAPMT.SES. RQ. 0154 CAIXA Nº 002.

REQUERIMENTO do capitão Antônio Leite do Amaral Coutinho ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D´Oeynhausen e Gravemburg]. 1809, maio, 18 VILA DO CUIABÁ BR MTAPMT.SG. RQ. 2723 CAIXA Nº 051.

REQUERIMENTO do capitão Domingos da Silva ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemburg. 1808, abril, 02. VILA BELA.BR MTAPMT.SES. RQ. 0471 CAIXA Nº 008.

REQUERIMENTO do capitão Joaquim Fernandes Coelho ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro]. 1802, dezembro, 20. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.SG. RQ. 2202 CAIXA Nº 041.

REQUERIMENTO do sargento-mor Ignácio de Souza e Oliveira ao [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D´Oeynhausen e Gravemberg]. 1814, dezembro, 01. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SG. RQ. 3227 CAIXA Nº 059.

SENTENÇA (cópia) expedida pelo juiz de fora da Vila do Cuiabá, Constantino José da Silva Azevedo. 1766, outubro, 24. VILA DO CUIABÁ. BR MTAPMT.CVC JF. SE. 0308 CAIXA Nº 007.

SENTENÇA civil de medição e demarcação de sesmaria de terras lavradias, dada e passada a fazer o requerimento da sesmaria demarcante dona Ana Francisca de Sousa. 1796, novembro, 21. VILA DO CUIABÁ.BR MTAPMT.SES. SE. 0385 CAIXA Nº 005.

TERMO de afixamento das multas de farinha para fornecimento dos Reais Armazéns até o último dia do mês de fevereiro de 1820. 1819, junho, 24. CUIABÁ.BR MTAPMT.PRFIO. AR. TE. 0986 CAIXA Nº 017.

Arquivo Público de São Paulo

Inventário de Diogo de Lara Moraes. Fundo: Inventários e Testamentos. 1738-Caixa 39 APESP.

Relação do Cartório 2º Ofício

Inventário post-mortem Apolinário de Oliveira Gago cx. 00, Fundo: Cartório 2º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Gregório Campos Maciel.1834. cx. 00, Fundo: Cartório 2º Ofício-APMT.

Relação do Cartório 5º Ofício

Inventário post-mortem João Lemes Barbosa e Silva. 1778. cx. 01, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio de Gouvêa Serra.1787. cx. 01, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Xavier Pereira.1792. cx. 01, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Henrique de Carvalho.1793 cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.
Inventário post-mortem José Ribeiro Mendes/Escolástica Josefa de Moraes.1793. cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício - APMT.

Inventário post-mortem Manoel Nunes de Brito Leme (Ten.).1793 cx. 02, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio e Magalhães Morais (Ten.).1794.cx. 03, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Pedro Gonçalves Neto.1796.cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Joaquim Lopes Poupino.1797. cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Paschoal Delgado Lobo.1797. cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Barbosa Lima.1798. cx. 04, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José de França e Silva.1799.cx. 05, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Maria de Miranda.1799. cx. 05, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio José de Oliveira Ferro.1800.cx. 06, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Maria Francisca Cardia.1800 cx. 06, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Manoel de Moura (alferes).1801cx. 07, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Pereira Nunes.1801. cx. 08, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Ignácio de Almeida Lobo.1803. cx. 09, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Dias Paes.1803. cx. 09, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Xavier de Siqueira (Cap.).1804. cx. 10, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Francisco da Conceirção.1804. cx. 10, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Luiz Barbosa.1804. cx. 10, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Borges Barreto.1804. cx. 11, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Bento Toledo Piza (Cap.).1805. cx. 12, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Domingas de Miranda.1805. cx. 12, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Gomes da Silva.1805. cx. 12, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Eugênia Maria e Jesus.1807. cx. 13, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Ana Rodrigues Vidal.1808. cx. 14, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Luiz Monteiro Salgado.1808. cx. 14, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Paulo da Silva Coelho (Ten.).1809. cx. 15, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônia Maria Dias.1812.cx. 16. Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio da Silva de Albuquerque (Sarg.).1812.cx. 16, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio aa Silva Campos.1812. cx. 16, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Valentim Martins da Cruz.1812. cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Correa da Costa.1812. cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM

Inventário post-mortem João Gonçalves Fernandes.1814.cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.
Inventário post-mortem José pires da Fonseca.1814. cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM

Inventário post-mortem Maria Tereza de Jesus.1814. cx. 17, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Félix de Miranda.1815. cx.18, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Pantaleão dos Santos Agostinho.1815. cx. 18, Fundo: Cartório 5º Ofício-APM

Inventário post-mortem Manoel Ferreira Leite dos Santos.1815. cx. 19, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Antunes Ferraz.1816. cx. 19, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Mariana Leite Pereira.1816. cx. 19, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antão da Rosa Nunes.1817. cx. 20, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Domingos Dias da Costa.1817. cx. 19, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Gomes Monteiro (Cap.)1817. cx. 20, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Leite do Amaral Coutinho.1818. cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Paulo Fernandes Machado.1818. cx. 21, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Caetano de Moura Meirelles.1819. cx. 22, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Manoel Joaquim de Oliveira Maia.1819. cx. 22, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Joaquim José Ramos da Costa.1819. cx. 23, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Gonçalves de Anhaia.1820. cx. 24, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem João da Costa Campos.1820. cx. 25, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Isabel Francisca de Jesus.1820. cx. 24, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.
Inventário post-mortem João Vieira de Almeida .1820. cx. 34, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Anna da Silva Leme.1822. cx. 25, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Francisco de Sampaio.1822. cx. 25, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Damazio Carneiro da Fonseca.1824. cx. 26, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem João Bento Pimenta.1824. cx. 26, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Lourenço Leite Pentedo.1825. cx. 37, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Salvador de Oliveira Leme.1825. cx. 27, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Brigida Ferreira Velho.1825.cx. 27, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Vitoriana Maria de Jesus.1826. cx. 25, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Eduardo Alberto Curvo1828. cx. 29, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Jose Alves dos Santos.1828. cx. 29, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Agostinho Luis Goulart Pereira.1828. cx. 29, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Victor de Moraes.1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antonio Pires de Barros .1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Bernardino Leite Pereira.1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Fernando Dias Paes (Cap.).1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Xavier Pinto de Matos.1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Maria Leite Moreira.1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio da Silva D'Albuquerque.1829. cx. 30, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Maria Antônia do Espírito Santo.1830. cx. 31, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Eduardo Antônio Moreira.1830. cx. 31, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Catarina de Moura e Manoel Luís de Oliveira Bastos.1830. cx. 32, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Jose de Siqueira.1830. cx. 32, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem João Pedroso de Almeida.1830. cx. 32, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Joaquina Maria Rosa.1830. cx. 32, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Luiz de Souza Oliveira.1832. cx. 32, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Escolástica de Souza Neves.1832. cx. 32, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Francisco Dias Paes.1832. cx. 33, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem João Manoel Fernandes da Rocha.1832. cx. 33, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Joaquim Rodrigues Nunes.1830. cx. 33, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem José Pereira dos Guimarães.1830. cx. 33, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Jose de Sampaio.1833. cx. 34, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Catherina Maria Forte.1833 cx. 34, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Manoel Thomaz da Silva.1833. cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Mariana Nunes de Siqueira.1833. cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antonio Tavares Corrêa de Sá.1834. cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Gabriel da Fonseca Souza.1834. cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Joaquim Duarte Pinheiro.1834. cx. 35, Fundo: Cartório 5º Ofício-

APMT.

Inventário post-mortem Joaquim José da Fonseca.1834. cx. 36, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Inventário post-mortem Antônio Joaquim Moreira Serra.1837. cx. 36, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT

Inventário post-mortem Jeronimo Joaquim Nunes .1838. cx. 36, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT

Inventário post-mortem Rita Mariana da Silva.1834. cx. 36, Fundo: Cartório 5º Ofício-APMT.

Casa Barão de Melgaço/IHGMT

AUTO de execução lavrado por Manuel de Albuquerque Fragoso 1803, Cuiabá.ACBM/IPDAC Pasta 176 – nº 2101 Caixa 45.

CARTA do Juiz para João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres encaminhando pedido do alferes Leonardo Soares de Souza. Cuiabá, 9 de abril de 1790. ACBM/IPDAC Pasta 101– nº 2312 Caixa 26.

DEMARCAÇÃO das Cartas. Vila do Cuiabá. 25/04/1800. Fundo: ACBM-IPDAC - Pasta 70 nº 1770.

LIVRO contendo o registro das sesmarias apresentadas pelos possuidores devido ao bando do governador da capitania de Mato Grosso (Doc. sem data e muito danificado). Fundo: ACBM-IPDAC- Pasta nº 1763.

RELAÇÃO das sesmarias apresentadas pelos seus possuidores em observação ao bando do governador da capitania de Mato Grosso 21/06/1802. Fundo: ACBM-IPDAC - Pasta nº 1769.

RELAÇÃO das sesmarias que me foram apresentadas pelos seus possuidores em observância ao bando (Doc. incompleto). Fundo: ACBM-IPDAC – Pasta 70 nº 1762.

REQUERIMENTO do reverendo Manuel de Albuquerque Fragoso ao capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira. Cuiabá, 28 de dezembro de 1793. ACBM/IPDAC Pasta 177 – nº 16A Caixa 44.

Arquivo Histórico Ultramarino

AUTOS de Junta que se fizeram no Senado da Câmara da Vila de Cuiabá. 1756, dezembro, 15, Vila de Cuiabá.AHU_ACL_CU_010, Cx. 9, D. 535.

CARTA do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao rei D. José 05/12/1755. AHU_ACL_CU_010, Rolo 8, doc. 508.

CARTA do povo e da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha [D. Maria]. 1787, agosto, 12, Vila de Cuiabá AHU_ACL_CU_010, Cx. 26, D. 1510.

CARTA do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso António Rolim de Moura Tavares ao rei D. José 05/12/1755. AHU_ACL_CU_010, Rolo 8, doc. 508.

CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. José]. 1776, julho, 2, Vila de Cuiabá.AHU_ACL_CU_010, Cx. 18, D. 1131.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho.1837. 1799, março, 3, Vila Bela. AHU_ACL_CU_010, Cx. 36, D. 1837.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Sousa Coutinho. 1799, junho, 28, Vila Bela.AHU_ACL_CU_010, Cx. 37, D. 1867.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro. 1799, fevereiro, 21, Vila Bela AHU_ACL_CU_010, Cx. 35, D. 1824.

OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro.1771, maio, 1, Vila Bela. AHU_ACL_CU_010, Cx. 15, D. 927.

REQUERIMENTO de Manuel Pereira da Silva ao rei [D. José] em que pede confirmação de sesmaria na Chapada da Vila de Cuiabá. [ant. 1753, março, 10].AHU_ACL_CU_010, Cx. 6, D. 402.

REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia do Terço das Ordenanças dos Homens Pardos da Vila de Cuiabá, Joaquim Fernandes Coelho, ao príncipe regente [D. João]. [ant. 1802, novembro, 12] AHU_ACL_CU_010, Cx. 40, D. 2003.

REQUERIMENTO do capitão António de Pinho de Azevedo ao rei [D. José]. e o hábito de Cristo para cada um deles com a tença de 50 mil réis. [ant. 1750, julho, 10].AHU_ACL_CU_010, Cx. 5, D. 321.

REQUERIMENTO de Manuel dos Santos Coimbra ao rei [D. José]. [ant. 1753, abril, 2] AHU_ACL_CU_010, Cx. 6, D. 407.
REQUERIMENTO de Manuel dos Santos Coimbra ao rei [D. José]. [ant. 1753, abril, 2] AHU_ACL_CU_010, Cx. 6, D. 407.

Núcleo de documentação e informação histórico regional/Universidade Federal De Mato Grosso - NDIHR/UFMT

Requerimento de Domingos da Costa Monteiro. Doc. nº 1460/1461. Ano: 1797. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Luís Monteiro Salgado. Doc. nº 1463. Ano 1797. Provedoria da Real

Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Manoel Ribeiro da Silva Guimarães. Doc. nº 1477. Ano:1798. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de José Gomes de Barros. Doc.nº1493. Ano:1799. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Antônio Joaquim. Doc.nº1499. Ano:1799. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Bernardo Lopes da Cunha. Doc. nº 1510. Ano:1800. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de José Joaquim Botelho Leite. Doc. nº 1513. Ano:1513. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2
Requerimento de Francisco Correa da Costa. Doc.nº.1573/1574. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2

Requerimento de Francisco Antônio Martins. Doc.nº.1573/1574/1575. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Paulo da Silva Coelho. Doc. nº 1587/1589. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Antônio Leite do Amaral. Doc. nº 1590 Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Antônio Joaquim Moreira Serra. Doc. nº 1592. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Francisco Xavier da Silva Pereira. Doc. nº 1597/1601. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Joaquim Jose dos Santos. Doc. nº 1607/1609. Ano:1801. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº .2.

Requerimento de Francisco de Paula Correa. Doc. nº 1636. Ano:1802. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Paulo da Silva Coelho. Doc. nº 1675/1677. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Luís Monteiro Salgado. Doc. nº 1692/1693. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Domingos José Azevedo. Doc. nº 1695. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Jose Gomes Monteiro. Doc. nº 1700. Ano:1803Provedoria da Real

Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de João Jose Guimarães. Doc. nº 1701. Ano:1803. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Felisberto das Neves. Doc. nº 1777. Ano:1806. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Apolinário de Oliveira. Doc. nº 1780. Ano:1806. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de José da Costa Leite. Doc. nº 1783. Ano:1806. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Domingos da Silva. Doc. nº 1784. Ano:1806. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.
Requerimento de Apolinário de Oliveira Gago. Doc. nº 1847. Ano:1807. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Gabriel da Fonseca e Souza. Doc. nº 1848. Ano:1807. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de João Manoel Fernandes. Doc. nº 1877. Ano:1808. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Gabriel da Fonseca e Souza. Doc. nº 1901/1902. Ano:1808. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Antônio Tavares Correia da Silva. Doc. nº 1960. Ano:1809. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Francisco da Costa e Souza. Doc. nº 2003/2004. Ano:1809. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Domingos Jose de Azevedo. Doc. nº 2006. Ano:1809Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Ignácio de Souza e Oliveira. Doc. nº 2016. Ano:1809. Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Bento Pires de Miranda. Doc. nº 2123/2124. Ano:(?). Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de João Goulart Pereira. Doc.nº2125/2126. Ano:(?). Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento de Jose Gomes Monteiro. Doc.nº2156. Ano:(?). Provedoria da Real Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

Requerimento Leonardo Soares de Souza. Doc.nº2157. Ano:(?). Provedoria da Real

Fazenda/MT- Rolo de Microfilme nº 2.

FONTES IMPRESSAS

ALENCAR, Adauto. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso.* Cuiabá-MT: Ed. do autor, 1999. (Vol. II, III e IV).

LINCOURT, Luiz D'. Rezultado dos trabalhos de indagações statisticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-mor engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. In: Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro: 1880-1881.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. (Orgs.). *Anais de Vila Bela:* 1734-1789. Cuiabá: Carlini & Caniatto, EdUFMT, 2006.

ANAIS do Senado da Câmara de Cuyabá: 1719-1830 (Transcrição Yumiko Takamoto Suzuki). Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo de Mato Grosso, 2007.

CAMELO, João Cabral. "Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá o Rev. Padre Diogo Soares, o capitão Joaquim Antonio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727,RIHGB.V. 4 nº 13 p.487-500.

COELHO, Felipe José Nogueira. Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, p. 198, l972.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio histórico e cronológico das notícias do Cuiabá.* Cuiabá: IHGMT, 2002.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Ricos e pobres em Minas Gerais:* produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2011.

_____. Uma nobreza da terra como projeto imperial: Maximiniano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla M. C. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes.* Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Homens ricos em Minas Coloniais. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar*: Ideias práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

ARRUDA, Figueiredo de Arruda. *Formação do mercado interno em Mato Grosso - Século XVIII.* São Paulo: PUC, 1987.

ASSIS, Edvaldo de. *Os mapas de habitantes de Mato Grosso* (1768-1872). PPGHIS-Universidade de São Paulo, 1994.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Sorocaba, séculos (XVIII e XIX). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade no Brasil colonial:* o governo no Morgado de Mateus. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI–XVIII). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

_____. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política no antigo regime. *Almanack Braziliense,* São Paulo, n. 2, nov. 2002.

_____. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. da (Org.). *Optima Pars.* Elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões.* O processo de mercantilização de São Paulo (1681-1721). São Paulo: Humanitas/USP/Fapesp, 2002.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulário Portuguez e Latino. v. 1. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1728.

BOSCHI, Caio. *Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais.* São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português.* Lisboa, Portugal: Edições 70, 1969.

BRÊTAS, Márcia Miranda. *A Gênese do Ensino Estatal em Mato Grosso* (1759-1808). 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – IE/UFMT, Cuiabá.

CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-67. In: _____. *História econômica:* estudos e pesquisas. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unesp; ABPHE, 2005.

CARRARA, Ângelo. Sítio. In: MOTTA, Márcia Maria de Menendes (Org.). *Dicionário da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Minas e Currais:* produção rural e mercado interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes:* Mercadores das Minas setecentistas. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,1995.

CERUTTI, Simona. A construção das categoriais Sociais. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados Recompostos*: Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro:

Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.

COELHO, Felipe José Nogueira. Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, p. 198, l972.

CORREA, Valmir Batista. *História e Violência em Mato Grosso*: 1817-1840. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

CRIVELANTE, Maria Amélia Assis Alves. *Casamentos de escravos africanos:* Um estudo sobre Chapada dos Guimarães – 1798-1830. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - UFMT, Cuiabá.

_____. *Uma devassa nas Minas:* imigração e moralidade na fronteira mais remota da colônia Mato Grosso, 1785. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento:* Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, trabalho e poder:* O mundo dos engenhos no nordeste Colonial. Bauru-SP: Edusc, 2003.

_____. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, Suelme Evangelista. O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796). 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FERRO, Carolina Chaves. *Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia:* um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa (1755-1757). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFF, Niterói.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 2 (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

FLEXOR, Maria Helena O. *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa*. Disponível em: <http://www.histedbr.faeunicamp.br./navegando/artigos_frames/
artigo_074.html>. Acesso em: 27 jan. 2012.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais*. 1772-1814. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; JUCÁ, Antônio Carlos (Orgs.). Prefácio. *Conquistadores e Negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na Trama das redes:* política no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 65, 2002.

_____. A nobreza da República**:** notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, UFRJ, 2000.

_____. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla M. C. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes.* Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil:* Séculos XVI, XVII, XVIII. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

GARCIA, Graciela. Chácara. In: MOTTA, Márcia Maria de Menendes (Org.). *Dicionário da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GARCIA, Romir Conde. *Mato Grosso* (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

GODOY, Silvana. Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOMES, José Eudes. Fora da Lei e do estilo: fraudes e parcialidades nas eleições para as Ordenanças na América Portuguesa (1698-1807). In: POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e defender:* Portugal, países baixos e Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Na Trama das redes:* política no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRENIER, Jean-Yves. A História Quantitativa. Ainda é necessária? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.) *Passados Recompostos:* Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro:* trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flavia Maria da Mata. Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas.* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. (Vol. 1).

HESPANHA, António Manuel. Os poderes do centro: a Fazenda. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal*: o Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

JESUS, Nauk Maria. Por uma História da organização Militar na capitania de Mato Grosso. In: POSSAMAI, Paulo. (Org.). *Conquistar e defender:* Portugal, países baixos e Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. *O governo local na fronteira Oeste:* A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

_____. *Na trama dos conflitos:* a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). 2006.Tese (Doutorado em História) - PPGH: CGE, UFF, Niterói.

_____.A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras,* Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 94, jul.-dez. 2012. Disponível em: < *www.ppghis.com/ território s& fronteiras/index.php/v03n02/.../141*>.

KÜNH, Fábio. *Gente da Fronteira:* Famílias, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. 2006. Tese (Doutorado em História) - PPGH/CGE/UFF, Niterói.
LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, Imprensa Universitária, 1982.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica.* São Paulo: Ed. Itatiaia, 1980. (Tomo I).

LONDONO**,** Fernando Torres. *A Outra Família:* Concubinato, Igreja e Escândalo na Colônia. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante.* São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

MALEVADE, Danilo. Terremoto em Lisboa. In: JESUS, Nauk Maria. (Org.). *Dicionário de História de Mato Grosso* (Período Colonial). Cuiabá: TantaTinta, 2011.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal:* paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil colonial. In: POSSAMAI, Paulo. (Org.). *Conquistar e defender:* Portugal, países baixos e Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. *Forças militares no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2009.

MENEZES. Jeannie da Silva. *Sem embargo de ser fêmea*: As mulheres e o estatuto jurídico em movimento no século XVIII. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MENESES**,** Jose Newton Coelho. *O continente rústico:* abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. 1. ed. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

_____. A terra de quem lavra e semeia: alimentos e cotidiano em Minas Gerais. In: VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. (Org.). *História de Minas Gerais - As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

MESQUITA, José de. *Genealogia Mato-grossense.* São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992.

_____. Gente e Coisa de Antanho. *Cadernos Cuiabanos,* n. 4, Ed. Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1978.

_____. Grandeza de Serra Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso,* anos XII e XIV, números XXVII a XXVIII, 1931 e 1932.

MOTT, Luiz R. B. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil:* a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. *Nomes e números:* alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. Irmandade do Santíssimo Sacramento: funções e funcionamento (Ouro Preto, Século XVIII). *OPSIS,* Catalão, v. 12, n. 1, p. 382-403, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Tiago Kramer. *Ruralidade na terra da conquista:* ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

_____. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações:* a economia no centro da América do Sul (a primeira metade do século XVIII) São Paulo. Programa de Pós-Graduação de História Econômica. Universidade de São Paulo, 2012.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. As elites econômicas e a arrematação dos contratos: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII) In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDROZA, Manoela. Engenhocas da Moral. Redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.2011

PEREIRA, Alexandra Maria. Uma Loja em Vila Rica. In: CARRARA, Ângelo Alves. *À vista ou a prazo:* comércio e crédito nas minas setecentistas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RODRIGUES, Nathalia Maria Dourado. *A Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão e os homens de negócios de Vila Bela (1792-1778).* 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROSA, Carlos Alberto. *O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia Cuiabana*. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1976.

_____. O urbano colonial. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria. (Orgs). *A terra da conquista.* História de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

_____. Canas, escaroçadores, alambique, aguardente: sinais da produção local do Cuiabá na Relação de José Barbosa de Sá. *Revista do RIHGMT*, 2000.

_____. O comércio da conquista. *Rev. Universidade*, Cuiabá, ano II, n. 1, jan./abr. 1982.

_____. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.* Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. 1998. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/PPGHS/USP, São Paulo.

ROSA, Carlos Alberto et al. Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883). *Cadernos do NERU* – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, Cuiabá, ICHS/UFMT, n. 2, p. 37, 1993.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos.* A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade no Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). O Brasil Colonial. v. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de.

Conquistadores e Negociantes: histórias de elites no Antigo Remine nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Na Trama das redes:* política no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes.* Bauru, SP: Edusc, 2001.

_____. *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENA, Divino Marcos. *Livres e pobres no centro da América do Sul*: Um estudo sobre camaradas (1808-1850). Dourados: Ed. UFGD, 2013.

SENA, Ernesto Ceveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes*: a dinâmica política nas fronteiras do Império. Mato Grosso 1834 - 1850. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009.

SILVA, Antônio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa* - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina,1789.

SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, irmãos no poder:* a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá *(1751-1819).* 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Diana de Cássia. *O processo de escolarização no termo de Mariana* (1772-1825). Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder – a política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SILVA, Gilian Evaristo França. *Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII.* 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa. *Dicionário Biográfico Mato-grossense:* período Colonial, 1524/1822. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

SILVA, Vanda. A criação de gado vacum e a implantação das fazendas de sua real majestade na capitania de mato grosso (1779-1822): notas de pesquisas. In: BRANDÃO, Tanya; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Nas Bordas da Plantation*: Agricultura e Pecuária no Brasil Oitocentista (no prelo).

_____. *Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso* (1748-1823). 2008.Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso*: edição crítica de documentos. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII.* Poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra:* política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SYMANSKI, Luís Carlos P. Escravidão. In: JESUS, Nauk Maria. *Dicionário de História de Mato Grosso.* Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

_____. Slaves and planters in western Brazil: material culture, identity and power. Univesity of Florida. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia).

TERUYA JUNIOR, Hilário. Noriyuki. Junta de Gratificação dos diamantes de melhoramento da mineração do distrito do Cuiabá. In: JESUS, Nauk. *Dicionário de História de Mato Grosso.*

TULUX, Bruno Mendes. *O Presídio de Miranda e a defesa do império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso* (1797 – 1822). Dourados, MS: UFGD, 2013.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

ZAMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Editora de São Paulo,1990.

ANEXOS

ANEXO A - Engenhos de fazer cachaças e farinhas, monjolos existentes de Vila Maria até a fazenda São Lourenço - 1798

Vila Maria
O alferes Leonardo Soares de Souza
São Pedro Del Rei
Antônio Gonçalves de Paula
Joaquim dos Santos Ferreira
Cocais
Capitão Manoel Francisco Rondon
Capitão João José Guimarães
Mestre de campo José Paes Falcão
Rio Acima
Bernardo Dias do Crato
José Dias Paes
Alferes Floriano de Souza Neves
Manoel de Melo Almada
Rio Abaixo
Capitão Custódio Barroso Bastos
Manoel Peixoto de Azevedo

Serra acima
Sargento-mor Antônio da Silva de Albuquerque
Capitão Luís Monteiro Salgado
Apolinário de Oliveira Gago
Valentin Martins da Cruz
Quartel Manoel Domingos Dias Abreu
Tenente José Gomes de Barros
Tenente Paulo da Silva Coelho
José da Silva Coelho
João Manoel Fernandes da Rocha
Maria Rodrigues
Domingos José de Azevedo
José Alves dos Santos
Capitão Francisco Correa da Costa
José Pedro Gomes
José Couto da Encarnação
Capitão Antônio Gomes da Costa
Reverendo Manoel de Albuquerque
Domingos da Costa Monteiro
Francisco de Souza Alecrim

Memória dos engenhos de fazer açúcar, rapaduras e melados - 1798

Vila Maria
Custódio José da Silva
João Francisco
São Pedro del Rei
Capitão Domingos Carlos de Oliveira
Capitão Raimundo da Costa
Tenente Salvador Rodrigues Siqueira
Francisco José de Oliveira
Antônio Francisco Coelho Bitancurt
André Sabalho
Julião Vieira Ambre
Ignácio Machado
Custódia de Arruda Sá
Manoel José de Andrade
João Leite da Silva
José Correa Penteado
Cocais
Manoel Gonçalves Neto
Capitão José Antunes Ferraz
Francisco Leite de Araújo
José Borges Barreto
Capitão Antônio Xavier de Siqueira
Capitão Salvador Paes Falcão
Eduardo Alberto Curvo
Tenente José Peres da Fonseca
Francisco Xavier Pinto
José Ribeiro Pontes
Alferes Fernando Dias Paes

Porto Geral para cima
Alferes Manoel de Moura
Alferes José Pinho
Mestre de campo Antônio Pinto de Figueiredo

Miguel Pereira
João Pedroso de Almeida
Joaquim Rodrigues
D. Maria Cabral
Gaspar da Silva Rondon
Maria da Costa
Manoel Pereira Nunes
Alferes Marcelino Rodrigues

Do Porto Geral para Baixo
Manoel Francisco Pires
Eloi Pinho
Capitão Francisco Gomes
Reverendo José Gomes
Domingos Dias Costa
Gabriel de Magalhães
Manoel José de campos
Antão da Rosa Nunes
Coxipó-Mirim
Bento Rodrigues Fontoura
Felix de Miranda
Miguel Xavier
Médico
Capitão Antônio Luiz
Serra Acima
André dos Santos Ferreira
Antônio Ferreira Velho

ANEXO B - Relação dos donos de engenho que entregaram mantimentos no Armazém Real-1807

Gabriel da Fonseca Souza
Antônio da Silva Albuquerque
Jose Gomes Monteiro João Jose Guimarães
Francisco Xavier da Silva Pereira
Jose Gomes de Barros
Luís Monteiro Salgado
Antônio Leite do Amaral Coutinho
Apolinário de Oliveira Gago
João Goulart Pereira
Antônio Joaquim Moreira Serra
Paulo da Silva Coelho
Bento Pires de Miranda
Ignácio de Souza de Oliveira
João Manoel Fernandes da Rocha
Custódia Maria das Neves
José do Couto da Encarnação
Domingos Jose de Azevedo
João Fernandes Povoas
José Pedro Gomes
José Manoel de Araújo
Manoel Luís de Oliveira
Antônio Correa da Costa
Thomas Feliz de Aquino
Faustino Dias Barbosa
Escolástica de Souza
João da Fonseca Cruz
Valentim Martins da Cruz